

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

LUIS ANTONIO MELLO

**DESENVOLVIMENTO RURAL E PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DA
MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR**

**PONTA GROSSA
2021**

LUIS ANTONIO MELLO

**DESENVOLVIMENTO RURAL E PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DA
MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR**

Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

**PONTA GROSSA
2021**

M526 Mello, Luis Antonio
Desenvolvimento rural e pluriatividade no contexto da microrregião de
União da Vitória/PR / Luis Antonio Mello. Ponta Grossa, 2021.
223 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do
Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

1. Desenvolvimento rural. 2. Pluriatividade. 3. Microrregião. 4. Agricultura.
5. Concentração fundiária. I. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 630

TERMO DE APROVAÇÃO

LUIS ANTONIO MELLO

“DESENVOLVIMENTO RURAL E PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR”

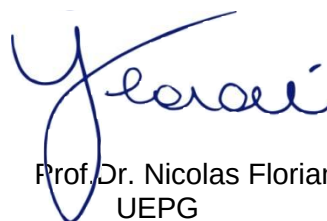
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



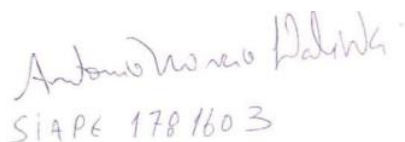
Prof.Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG



Prof.Dr. Celso Antonio Ramos da Fonseca Rosas
UEPG

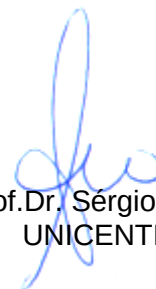


Prof.Dr. Nicolas Floriani
UEPG



SIAPÉ 1781603

Prof.Dr. Antonio Marcio Haliski
IFPR



Prof.Dr. Sérgio Fajardo
UNICENTRO

Ponta Grossa, 13 de dezembro de 2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha amada filha Driely e amado filho Felipe. Muitas coisas perderam-se pelo caminho, contudo, meu amor por vocês, é perene...

Em tempo, dedico ao meu PAI, seu Mello, que faleceu poucos dias antes da defesa da minha Tese. *Esteja o Senhor onde estiver meu Pai, teu espírito sempre se fará presente aqui enquanto nesta vida eu estiver. O Senhor acompanhou o desenvolvimento deste trabalho no banquinho do meu quarto em silêncio, assistindo os joguinhos de futebol e vendo-me escrever, torcendo por mim. Me orgulho muito de ter o privilégio ter o Senhor como Pai. Espero minimamente poder honrar seu nome...*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à presença espiritual que proporcionou forças durante este trajeto...

Agradeço de coração ao meu orientador, Professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha pela objetividade, atenção e orientação à minha pesquisa.

Agradeço à minha família, minha mãe Laura e meu pai Antônio (*in memorian*), meus irmãos, sobrinhas, pelo amor e apoio, aos meus filhos Driely e Felipe para os quais dedico este trabalho, obrigado por tudo, amo vocês!

Agradeço aos professores da banca de Qualificação, Antonio Marcio e Celbo pelas contribuições para um redirecionamento da tese. Estendo este agradecimento aos professores Fajardo e Nícolas que honrosamente com os professores da qualificação fizeram parte da minha banca examinadora da Defesa da Tese. Obrigado pelas contribuições ao trabalho!!

Agradeço a UEPG e a todo corpo docente desta distinta Instituição, aos agricultores familiares e as Escolas do Campo que colaboraram com esta pesquisa.

Agradeço a você Dr. Elvis que me fez ver que desistir não era uma opção e por me fazer acreditar em mim e ver que era possível. Estendo este agradecimento à minha amiga Maris da ACEUV, por todo incentivo nesse tempo, e pela grande amizade construída!

Por fim, deixo algumas palavras, pois, durante esse período do Doutorado, passei resumidamente, por cirurgia de tendões no ombro, separação, processo por guarda de filho, venda de apartamento, pandemia, depressão e, mais recentemente, o pior, a perda do meu Pai, e estou aqui escrevendo estas palavras. Elas servem como incentivo para quem durante o processo de doutorado pensar em desistir. Não desistam, nos conhecemos mais fortes e melhores do que pensamos, somente quando queremos!

RESUMO

A conexão que baseou a modernização da agricultura se assentou na analogia entre o desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural. Compreende-se hodiernamente que onde as políticas praticadas seguiram esta orientação, a agricultura modernizou-se todavia a pobreza rural prosseguiu. Isso permite assegurar que os princípios de desenvolvimento rural vão além da esfera agrícola, e juntamente surgem um novo conjunto de dinâmicas de ocupação e de trabalho no mundo rural. Também gerou-se uma forte contradição entre as exigências de uma agricultura moderna e eficiente e aquelas da solução dos problemas econômicos e sociais no meio rural por se basearem em estratégias com vieses fortemente agrícolas e de caráter técnico, sem capacidade de promover mudanças das ocupações e das rendas que permitam melhoria de nível de vida aos grupos menos favorecidos e redução das distâncias sociais entre eles. Assim, consideramos de suma importância analisar as mudanças ocorridas na dinâmica do trabalho no contexto rural, relativas a modernização agrícola, ou a busca por novas formas de valorização das potencialidades locais, do próprio meio ambiente, da diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas possíveis de ser estabelecidas - com destaque à pluriatividade - para permanência dos agricultores de base familiar em seus domicílios rurais. O objetivo desta Tese alicerça-se neste pensamento. Destaca-se também, que os agricultores, nas dinâmicas de suas (re)existências, devem se colocar como atores protagonistas e atuantes neste processo mesmo que esse processo se dê através de atividades rurais não agrícolas, o pluriativismo neste caso. Identificamos - utilizando como metodologia a pesquisa quali-quantitativa e como método, o hipotético dedutivo - como principal conclusão extraída das informações analisadas que a combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas (pluriatividade) constitui um elemento importante para os agricultores (familiares), seja pela pobreza rural, pela aproximação do rural ao urbano, o acesso às novas tecnologias, ou as novas funções econômicas atribuídas aos pequenos estabelecimentos rurais, possibilitando aos mesmos a permanência no domicílio rural, neste caso, considerando como área de estudo, a microrregião de União da Vitória.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Pluriatividade, Microrregião, Agricultura, Concentração fundiária.

ABSTRACT

The connection that underpinned the modernization of agriculture was based on the analogy between agricultural development and rural development. It is now understood that where policies have followed this orientation, agriculture has modernized but rural poverty has persisted. This makes it possible to ensure that the principles of rural development go beyond the agricultural sphere, and together, a new set of occupation and labor dynamics are emerging in the rural world. There is also a strong contradiction between the demands of modern and efficient agriculture and those of the solution of economic and social problems in the rural areas, since they are based on strategies with a strong agricultural and technical bias, without the capacity to promote changes in occupations and incomes that would allow an improvement in the standard of living of the less favored groups and the reduction of social distances between them. Thus, we consider it of utmost importance to analyze the changes that have occurred in the dynamics of work in the rural context, regarding agricultural modernization, or the search for new ways of valuing local potentialities, the environment itself, the diversity of agricultural and non-agricultural activities that can be established - with emphasis on pluriactivity - for the permanence of family-based farmers in their rural households. The objective of this thesis is based on this thought. We also highlight that farmers, in the dynamics of their (re)existence, should place themselves as protagonists and active players in this process, even if this process occurs through non-agricultural rural activities, pluriactivity in this case. We identified - using as methodology the quali-quantitative research and as method, the hypothetical deductive - as the main conclusion drawn from the information analyzed that the combination of agricultural activities with non-agricultural activities (pluriactivity) constitutes an important element for (family) farmers, either because of rural poverty, the approximation of the rural to the urban, access to new technologies, or the new economic functions assigned to small rural establishments, enabling them to remain in the rural household, in this case, considering the micro-region of União da Vitória as the study area.

Keywords: Rural Development, Pluriativity, Microregion, Agriculture, Land concentration.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Princípios do programa PRORURAL.....	84
QUADRO 2	Resumo do programa PARANÁ RURAL.....	87
QUADRO 3	Caracterização do programa PARANÁ 12 MESES e subcomponente Vilas Rurais.....	94

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Subdivisão do Estado do Paraná, nas três grandes regiões que marcaram a sua ocupação.....	73
FIGURA 2	Microrregião de União da Vitória.....	124
FIGURA 3	Divisa dos Estados do Paraná e Santa Catarina e limite entre os municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC.....	128

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Investimentos do Paraná 12 Meses de 1998 a 2002.....	99
TABELA 2	Projetos desenvolvidos e produtores beneficiados.....	100
TABELA 3	Caracterização Geral da Área de Estudo.....	126
TABELA 4	Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) - Brasil, Paraná e municípios da Microrregião de União da Vitória.....	136
TABELA 5	Percentual da renda apropriado pelos 20% mais pobres e mais ricos- Brasil, Paraná e municípios da Microrregião de União da Vitória.....	137
TABELA 6	Taxa de pobreza (%), Paraná e municípios da Microrregião União da Vitória – 2010.....	137
TABELA 7	Produto Interno Bruto do agronegócio brasileiro (PIB) em relação ao PIB Total do Brasil – 2015.....	138
TABELA 8	Renda média domiciliar per capita Microrregião de União da Vitória - PR – 2017.....	139
TABELA 9	População ocupada segundo atividade econômica (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura) em relação ao total geral de ocupações. Microrregião de União da Vitória – PR – 2010.....	140
TABELA 10	Relação estabelecimentos e empregos em relação às atividades econômicas – Agropecuária (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca) Microrregião de União da Vitória - PR – 2018.....	141
TABELA 11	Estrutura fundiária Microrregião de União da Vitória - PR – 2014.....	142
TABELA 12	Porcentagem de área declarada se comparada à área do município na Microrregião de União da Vitória – 2014.....	143
TABELA 13	Percentual de área plantada de Silvicultura (2017) se comparado à área declarada (INCRA 2014).....	143
TABELA 14	Origem das pessoas.....	146
TABELA 15	Qual o estado civil dos entrevistados.....	147
TABELA 16	Organização com a gestão da renda familiar.....	147
TABELA 17	Algum membro da família possui atividade remunerada.....	148
TABELA 18	Filhos (se tiver) em idade ativa envolvidos nas atividades do estabelecimento.....	148
TABELA 19	Renda familiar aproximada. (renda líquida).	149
TABELA 20	Parcela da renda familiar oriunda da agricultura. (renda líquida)..	149
TABELA 21	Se proprietário, como foi o acesso a terra.....	150
TABELA 22	Evolução do estrato de área desde a aquisição.....	150
TABELA 23	Para continuidade do estabelecimento, possui sucessor.....	151
TABELA 24	Processo de uso da terra.....	151

TABELA 25	Qual a forma de venda da produção.....	152
TABELA 26	Componente familiar participante de organização coletiva.....	152
TABELA 27	Certificação em seus produtos.....	153
TABELA 28	Alimentos produzidos para a autossustentação.....	153
TABELA 29	Acesso à política pública pelos agricultores.....	154
TABELA 30	Tipo de política pública acessada.....	154
TABELA 31	Se obteve crédito rural nos últimos cinco anos, qual o objetivo....	154
TABELA 32	A família conversa com outras pessoas sobre o que faz no estabelecimento.....	155
TABELA 33	Relacionamento entre agricultores na localidade que reside.....	155
TABELA 34	Para a família, qual a função da agropecuária.....	156
TABELA 35	Responsabilidade sobre a questão ambiental.....	156
TABELA 36	Estabelecimento/propriedade rural possui registro ou projeto de averbação de Reserva Legal (RL) ou Área de Proteção Permanente (APP).....	157
TABELA 37	Nos últimos anos qual sua opinião sobre a vida no meio rural...	157
TABELA 38	Quanto a satisfação no meio rural, deseja permanecer nesse local.....	157
TABELA 39	Como são defendidos os interesses dos agricultores na sociedade.....	158
TABELA 40	Na sua localidade, os agricultores foram convidados para debaterem os problemas locais no período de eleições.....	158
TABELA 41	Quanto à mudança no estabelecimento agrícola ou diversificar/mudar de atividade.....	159
TABELA 42	Segundo o tipo de ocupação com está distribuído a família. Microrregião de UVA. 2020.....	163
TABELA 43	Membros da família por ocupação. Microrregião de UVA. 2020...	164
TABELA 44	Quanto ao ramo de atividade, como estão distribuídas as famílias. Microrregião de UVA. 2020.....	165
TABELA 45	Tipos das famílias em estratos de área. Microrregião de UVA. 2020.....	166
TABELA 46	Principal atividade do estabelecimento. Microrregião de UVA. 2020.....	167
TABELA 47	Conforme aposentadoria, como estão distribuídas as famílias. Microrregião de UVA. 2020.....	168
TABELA 48	Condições de infraestrutura das famílias. Microrregião de UVA. 2020.....	169
TABELA 49	O comportamento da renda familiar. Microrregião de UVA. 2020.	170

LISTA DE SIGLAS

Ha - Hectare

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

OMS – Organização Mundial da Saúde

OIT – Organização Internacional do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

CNDR - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural

CEDR – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

PMDR - Planos Municipais de Desenvolvimento Rural

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

Contag - Ligas Camponesas e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Cfb - Subtropical mesotérmico úmido

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ME/TRABALHO – Ministério do Trabalho

Rais - A Relação Anual de Informações Sociais

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

FAPESP - Fundo de Amparo à Pesquisa de São Paulo

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA.....	26
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	26
1.2 A REGIÃO.....	31
1.2.1 A Abordagem Regional e a Regionalização.....	36
1.3 DESDOBRAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO.....	40
1.3.1 Noções Sobre o Desenvolvimento Agrícola e Rural.....	44
1.3.2 A Noção de Desenvolvimento Rural nos Anos 1970.....	52
1.3.3 Desenvolvimento Local e Sustentabilidade: anos 1980 e 1990.....	54
1.4 O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO PARANÁ.....	57
1.4.1 Paraná e as Economias com Bases Extrativistas.....	57
1.4.2 Do Extrativismo para o Café: a Passagem da Economia.....	63
1.4.3 O Desenvolvimento Agrícola e a Diferenciação Social.....	67
1.4.4 As Diferenças Regionais do Paraná nos Anos 1990.....	75
1.4.5 Em Direção à uma Política de Desenvolvimento Rural no Paraná.....	77
1.5 AS POLÍTICAS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL.....	79
1.5.1 O Programa PRORURAL.....	82
1.5.2 O Programa PARANÁ-RURAL.....	85
1.5.3 O Programa PARANÁ 12 MESES.....	93
1.5.3.1 O Programa de Vilas Rurais.....	96
1.5.3.2 Resultados avaliativos do programa Paraná 12 Meses.....	99
1.5.4 Paraná em Busca de Projetos Ambientais Sustentáveis?.....	101
1.5.4.1 Paraná Biodiversidade.....	103
1.5.4.2 Projeto de Inclusão e Desenvolvimento Territorial – ProTerritorio.....	104
1.6 A PLURIATIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO RURAL.....	105
1.6.1 A Pluriatividade e o Desenvolvimento no Contexto Rural: Ênfase no Brasil.....	107

1.6.2	Novas Dinâmicas do Trabalho Rural: Uma Análise na Agricultura Familiar, no Desenvolvimento e a Pluriatividade.....	115
 CAPÍTULO 2 – A MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA: CARACTERIZAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....		
		124
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: LOCALIZAÇÃO, ASPECTOS FÍSICO TERRITORIAIS, SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS.....	124
2.1.1	Município União da Vitória: Um Pouco da História.....	126
2.2	ESTRUTURA FUNDIÁRIA E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA.	129
2.2.1	Algumas Características da Estrutura Fundiária Brasileira.....	129
2.2.2	Situação Fundiária da Microrregião de União da Vitória e o Desenvolvimento?.....	135
 CAPÍTULO 3 - PESQUISAS DE CAMPO SOBRE A PLURIATIVIDADE NA ÁREA DE ESTUDO.....		
		145
3.1	RESULTADO DA SISTEMATIZAÇÃO DO PRIMEIRO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO.....	145
3.2	RESULTADO DA SISTEMATIZAÇÃO DO SEGUNDO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO.....	161
3.2.1	A Pluriatividade na Área de Estudo.....	161
3.2.1.1	Tipologia das famílias pesquisadas.....	161
3.2.1.2	Comportamento da população economicamente ativa.....	163
3.2.1.3	Unidades familiares de produção e suas condições produtivas.....	165
3.2.1.4	As condições sociais das famílias em alguns indicadores.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		172
REFERÊNCIAS.....		180
APÊNDICES		191
ANEXOS.....		203

INTRODUÇÃO

Em tempos hodiernos o que se assentou chamar 'rural' passou por várias modificações. A constituição da população rural adquiriu novas expressões e conseqüentemente, a conceituação de mudança rural passou a ser um mote mais difícil, pois os diversos grupos dessa população conheceram ao mesmo tempo diferentes processos de reestruturação.

Uma das extensões dessa modificação foi a mudança substancial no perfil da ocupação dos residentes no espaço rural, de certa maneira, cedendo as fronteiras existentes entre ocupações agrícolas e não agrícolas tal qual, um aumento na intensidade de conexões entre elas. Some-se ainda o surgimento de novos padrões de produção e concorrência. Este momento que exige uma nova noção de rural desprende-se das particularidades tradicionalmente a ele cooptadas, por exemplo: *o lugar* da cultura agrícola de seus moradores e intensa vinculação da sua economia relacionada a extração da matéria-prima e aos recursos naturais.

Relativo às particularidades que apontam configurações que devem ser consideradas na nova ruralidade, pode-se exemplificar: espaço e distância, alterando a relação econômica, incerteza na denominada 'qualidade inferior de vida' dos residentes do espaço rural e seu arranjo marcado por unidades socioeconômicas e de valores (DELGADO, 1992. p.15).

Segundo Delgado e Cardoso Jr. o Brasil do final do século XX apontou para uma desorganização econômica e social do setor rural brasileiro,

[...]com o fim das políticas agrícolas intervencionistas que vigoraram do pós-guerra até o final dos anos 80, o qual deixou profundamente alteradas as condições de reprodução capitalista na agricultura brasileira. O efeito cumulativo da liberalização comercial e financeira, do fim da intervenção nos mercados de *commodities* e da desvalorização patrimonial do estoque fundiário, culminaram com o rompimento do chamado pacto da modernização conservadora, sem abrir caminhos para um novo surto de crescimento agrícola (para dentro ou para fora) do país. (DELGADO; CARDOSO Jr., 2000, p.19. grifo nosso).

Pensamos que, embora não haja um único conceito de rural amplamente aceito, não podemos mais abordar a nova ruralidade como oposição do urbano, visto que suas funções socioeconômicas aproximam-se e se inter-relacionam cada vez mais. Assim, é mais adequado falarmos em termos de um *continuum rural-urbano* com identidade no volume referente a população e sua densidade povoada.

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de ‘urbano’ e ‘rural’ em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades cultural e social distintas. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais (CARNEIRO, 1998). Para Santos (2000, p. 2), “a visão dualista que opunha o rural ao urbano como realidades distintas e de negação uma a outra, associando o ‘rural’ ao agrícola e ao atrasado e o ‘urbano’ ao industrial e ao moderno foi superada”.

Abramovay (2000) ao analisar a temática, assegura que a partir da década de 1960, verifica-se uma nova maneira de olhar o rural, pela origem da ideia proposta por Pahl (1966, p. 322), a qual se pautava na premissa de que, “qualquer tentativa de ligar padrões particulares de relações sociais a um meio geográfico específico é um exercício particularmente infrutífero”. Seguindo esta linha de raciocínio, Abramovay (2000, p.15) afirma que, “O continuum rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinadas por sua vinculação espacial”.

Rosa e Ferreira (2010) salientam sobre a questão rural-urbano que, esta tem sido utilizado para caracterizar situações em que, tanto formas de vida e de trabalho rurais quanto urbanos estariam integradas. Neste caso, o conceito *continuum*, de rural e de urbano, pode induzir a diferentes concepções, do ponto de vista das diferentes disciplinas, sendo diversificadamente utilizada por áreas distintas do conhecimento. Estas novas demandas permitem assegurar que as relações existentes entre as famílias e as comunidades rurais se alteraram velozmente e não podem ser satisfatoriamente assimiladas.

Dessa forma, o espaço rural pode estar fragilizado perante as funções que lhe são estabelecidas: pois além do seu vínculo direto à produção de matérias-primas e alimentos, também se constitui no local das indústrias de transformação, de prestação de serviços, o local do ócio e do lazer, tal qual às relacionadas ao meio ambiental e sua preservação. Essas modificações estão justamente ligadas ao cerne do desenvolvimento rural, levando-nos ao debate que envolve esta questão, mormente em países subdesenvolvidos nos quais pode tornar-se uma alternativa eficaz para abrandar as consequências negativas presentes no modelo de

desenvolvimento econômico, onde podemos destacar a pobreza e exclusão social no espaço rural.

Nesta tese adotamos uma noção de desenvolvimento rural apoiada nas ideias de Abramovay e Sachs (1996), onde o mesmo constitui-se numa resultante de todo um conjunto de estratégias de ações e de intervenções sobre um meio mutável e diversificado que seja capaz de promover a equidade social, a prudência ecológica e a eficácia econômica. Tais estratégias podem se tornar factíveis mediante a disposição de um conjunto de serviços aos agricultores de uma ciência e de um conjunto de técnicas orientadas para paradigmas de produção intensivos em conhecimento, economia de recursos raros e fortemente criadora de empregos e auto-empregos. Além disso, aparecem como complemento indispensável ao desenvolvimento urbano se condicionando mutuamente. Esta passagem não se realizará sem uma redefinição do papel do Estado que demande ultrapassar a falsa dicotomia Estado/Mercado.

Os motivos que mais comprometeram a economia e o mundo rural como um todo foram provenientes das mudanças advindas na própria agricultura. As modificações, que aconteceram a partir da década de 1950 resultaram em consequências tão profundas que desvincularam a vida rural tradicional. Ainda que outras variáveis avoquem implicações relevantes, pode-se afirmar que as alterações do agrícola aceleraram e solidificaram um 'novo rural', onde destaca-se o caso brasileiro, paranaense e conseqüentemente, da área de estudo.

Entre as várias questões que promoveram essas transformações podemos destacar duas delas: a crescente urbanização do campo e o progresso técnico na agricultura. Tanto uma como a outra condicionaram o desenvolvimento agrícola e conseqüentemente, as mudanças socioeconômicas rurais.

A urbanização brasileira, bem como, a do Paraná provocou a necessidade de elevar a produção física da agricultura, isso se deu mediante o progresso técnico, ao passo que implicou também na elevação da produtividade do trabalho.

A consequência do aumento da produtividade do trabalho agrícola trouxe no seu bojo a mudança de uma forma produtiva baseada em pouca mecanização e com baixa utilização de insumos modernos, para outra de natureza veemente em capital. Assim, diversas políticas agrícolas sustentaram o seu desenvolvimento, com

objetivo tanto de assegurar o provimento dos mercados urbanos, bem como, de tentar nivelar as rendas dos agricultores aos trabalhadores do meio urbano.

Esta maneira de desenvolvimento ocasionou o aparecimento de dois grupos muito distintos de agricultores, o primeiro baseado num modelo empresarial ou profissional capaz de inserir e gerir as novas tecnologias que organizaram os processos de trabalho agrícolas e rurais economizando a força de trabalho. A atividade agrícola para este grupo passa rapidamente de uma forma de vida, a um negócio lucrativo. Uma política agrícola baseada em créditos em termos relativos abundantes, mas a garantia de preço dos produtos propiciou a esse grupo, a melhoria dos seus rendimentos proporcionando um melhor padrão de vida.

A composição do segundo grupo está atrelada àqueles agricultores que não conseguiram seguir na intensidade e velocidade estabelecidas pelo processo de modernização da agricultura. Eles comumente não obtiveram os benefícios das políticas de desenvolvimento agrícola em voga pelo fato de não conseguirem inserir-se na esteira tecnológica agrícola do Paraná, também chamada de: *treadmill* do agro paranaense. Esse grupo é constituído por pequenos produtores familiares, na maioria das vezes com uma produção agrícola voltada a subsistência, não tendo garantias nos preços dos produtos e dispondo de poucos recursos naturais.

Por essas contingências, muitos deles acabaram por: desistir das atividades agrícolas migrando para os meios urbanos; unir-se as diferentes atividades agroindustriais; completar suas rendas agrícolas por intermédio de transferências sociais (aposentadorias e pensões, entre outras), além disso, procurando complemento para suas rendas agrícolas mediante a múltipla ocupação de membros do grupo doméstico, ou seja, utilizando-se do recurso à pluriatividade.

A noção de pluriatividade¹ pode ser entendida como diversificação das atividades interna ou externa às explorações envolvendo um ou mais membros do agregado familiar, a qual permite a construção de um modelo de certo equilíbrio entre o mundo rural e urbano. No Brasil existem estudos que apontaram a existência de combinações de atividades agrícolas com outras atividades, as quais permitem resistência, permanência, reestruturação e reprodução social.

¹Nesse aspecto ver os trabalhos de Schneider (1999), Garcia Jr. (1989) e o estudo pioneiro de Seyferth (1973). Sobre esta noção na literatura internacional consultar principalmente Fuller (1990), mas também Evans e Ilbery (1993).

A pluriatividade não deve ficar na ilegitimidade, a mesma é uma das manifestações de um movimento comum de toda sociedade: o desenvolvimento do que se assentou denominar economia oculta ou informal (MENDRAS, 1986). Ela pode auxiliar na conservação do tecido social mediante a elevação dos níveis de rendimento e do bem-estar da população que vive nos espaços rurais, visto que, na atualidade, o espaço rural não se reduz unicamente ao local e ao núcleo da atividade econômica das pessoas residentes no mesmo.

Dessa forma, permanece a necessidade real de estudar a maneira de articular uma política de desenvolvimento rural que (re)vitalize o tecido social do meio rural e proporcione um grau de atividade com o intuito de manter a população nos seus domicílios rurais com ocupação e de renda nos mesmos níveis que o das cidades. Todavia, ainda dispomos de informações escassas para poder garantir se as diversas formas de combinações de atividades estão em compasso de crescimento e de diversificação. Segundo Rodrigues (1996) o significado de novas funções para o espaço rural, socialmente acolhidas e oferecendo oportunidades de emprego é um mote central nas novas estratégias de desenvolvimento rural.

Entrelaçando as concepções já expostas às questões que envolvem contemporaneamente as novas configurações atreladas à população rural e suas ocupações, o setor agrícola e seu desenvolvimento e as condicionantes deste novo rural, tecemos algumas considerações pertinentes ao desenvolvimento da presente tese.

Apesar do crescimento da produção agrícola ao longo das últimas décadas, em 2014 de acordo com o Banco Mundial, mais de 78% da população mais pobre e carente do mundo vivia em áreas rurais, onde são insuficientes as políticas de melhoria de qualidade de vida da população. Um dos fatores que explicam a pobreza no campo é a desigualdade no acesso a terra e às novas tecnologias: pequenos proprietários de terra poderiam, por exemplo, ter novas técnicas disponíveis assim como políticas de crédito para ampliar sua produção.

Este quadro se observado o Brasil, possui uma relação direta com estrutura fundiária do país, pois esta é marcada por grandes propriedades rurais. Assim, um dos principais reflexos dos contrastes existentes no espaço agrário brasileiro é a concentração da propriedade da terra: cerca de 1% dos proprietários rurais do Brasil detêm 46% das terras brasileiras localizadas no campo. De acordo com IBGE, no

censo agropecuário realizado em 2017, o Brasil contava com 5,1 milhões de proprietários rurais que ocupavam cerca de 351 milhões de hectares (ha), pouco mais de 1/3 do território nacional. Os estabelecimentos agropecuários com menos de 10ha correspondiam a 50,01% do total, mas ocupavam apenas 2,27% da área dos estabelecimentos, enquanto, os estabelecimentos² de 10 a menos de 100ha representavam 39,04% equivalente a 18,16% da área, já os estabelecimentos de 100 a menos de 1000ha eram 8,29% do total, detendo aproximadamente 79,5% do total da área.

No que tange à agricultura familiar, observando os números apresentados pelo Censo (IBGE, 2017), ela representou 77% do total destes estabelecimentos, porém com 23% da área total de cultivo, ocupando 10,1 milhões de pessoas, o que representa 67% dos trabalhadores dos estabelecimentos. Portanto, um total de 3 897 408 estabelecimentos foram classificados como agricultura familiar, ocupando uma área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Dos 81 milhões de hectares, 48% eram destinados a pastagens, enquanto que a área com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupavam 31% das áreas, e finalmente, as lavouras, que detinham 15,5% do total (IBGE, 2019). Embora a agricultura familiar responda por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos, existe uma variabilidade percentual razoável entre os Estados.

Através destes dados, o cenário não difere muito daquele descrito por Wanderley do início deste século, onde a autora descreve que a ocupação do solo, as novas atividades que surgem, os tamanhos das propriedades, o agronegócio e a agricultura familiar, a destruição do meio ambiente e as alternativas sustentáveis revelam fortes contrastes, sobretudo, no espaço rural brasileiro, pois apresentam enorme diversidade e complexidade, com aspectos muito contrastantes. Assim, o meio rural convive com situações de violência ou relações de trabalho de extrema exploração, mas também com modernizações ligadas tanto às atividades econômicas (agronegócio e agricultura familiar tecnicizada), quanto aos aspectos

² [...] toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família). (IBGE, 2019).

sociais, como assentamentos bem sucedidos e experiências de agricultura orgânica (WANDERLEY, 2001).

Devido às dificuldades encontradas pelos pequenos agricultores no acesso às políticas públicas que atendam as suas necessidades, somadas a desvalorização dos produtos agrícolas e falta de infraestrutura, tendem ao êxodo. Em contrapartida, muitos agricultores familiares que resistiram na agricultura passaram a combinar atividades agrícolas com não agrícolas a fim de diversificar as fontes de renda, sendo denominadas de famílias pluriativas (SCHNEIDER 2003).

Esses aspectos tem uma relação com os movimentos migratórios das pessoas no território. Em se tratando especificamente do Estado do Paraná, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou dados no Censo demográfico realizado em 2010 que demonstraram uma população residente num total de 10.439.601 pessoas, 876.143 pessoas a mais do que a população registrada no recenseamento de 2000. Assinala-se, que oficialmente, o último censo populacional do Brasil foi realizado no ano de 2010. Com esse resultado (Anexo A), a população paranaense cresceu a uma taxa geométrica de 0,88% ao ano entre 2000 e 2010, inferior à taxa registrada na década anterior (1991-2000) que foi de 1,40% ao ano. As mesorregiões que mais contribuíram para o crescimento demográfico entre 2000 e 2010 foram as Metropolitana de Curitiba (435.144), Norte Central (208.083) e Oeste (80.807).

A maioria da população do estado se encontrava em cidades – 8.906.442 pessoas -, representando um grau de urbanização de 85,3%. Ainda que essa proporção seja alta, é importante destacar que as áreas rurais do Paraná ainda abrigam 1.533.159 habitantes, um volume considerável de população, em grande parte vinculada às atividades agrícolas desenvolvidas no Estado.

A taxa de crescimento da população urbana entre os anos de 2000 e 2010, 1,35% ao ano, também é inferior à observada nos anos 90, 2,59% ao ano (Anexo B). Por outro lado, as áreas rurais se esvaziaram mais lentamente entre 2000 e 2010, uma vez que o decréscimo populacional neste período se deu a -1,47% ao ano, enquanto na década anterior foi de -2,60% ao ano (Anexo C). No entanto, continuaram se esvaziando, e este processo diz respeito ao modo pelo qual se procedeu a desenvolvimento e a modernização da agricultura no Brasil.

A conexão que baseou a modernização da agricultura implicava uma analogia entre o desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural. Compreendemos hoje que, onde as políticas praticadas seguiram essa ideia, a agricultura modernizou-se, todavia a pobreza e o êxodo rural prosseguiram. Esse fato permite assegurar que os princípios de desenvolvimento rural vão além da esfera agrícola.

Prosseguindo, dentre as mesorregiões paranaenses (Anexo D), as mais urbanizadas são a Metropolitana de Curitiba, a Norte Central – ambas com 91,6% de grau de urbanização – e a Oeste, com 85,6%. Na outra ponta, as mesorregiões que apresentam maior concentração de pessoas residindo no meio rural são a Sudeste e a Centro-Sul, com 58,6% e 67,1%, respectivamente (IBGE, 2010).

O recorte espacial da pesquisa foi definido a partir do exposto anteriormente, qual seja a microrregião de União da Vitória. Esta, encontra-se inserida na Mesorregião Sudeste paranaense e possui elevado contingente de população residente em sua área rural. A microrregião totaliza 117 mil habitantes (IBGE, 2010). É formada pelos municípios de Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória e União da Vitória, que empresta o próprio nome à microrregião, sendo também o mais populoso, com 53 mil habitantes (IBGE, 2010). Segundo o IBGE (2010), a despeito do alto grau de urbanização do Município de União da Vitória (94%), a área de estudo apresenta um dos maiores índices de população residente no meio rural do estado, com 43,01% de habitantes. Esse percentual eleva-se para 49,43%, desconsiderando-se União da Vitória nessa conta.

A população que reside no meio rural desta microrregião compreende na sua grande maioria às famílias que se mantêm de atividades ligadas à agricultura familiar, herdando e reproduzindo através das gerações, costumes, laços e hábitos familiares, mantendo os vínculos sociais. Deste modo, dada às circunstâncias de vida e produção dos habitantes residentes nas áreas rurais, bem como, da estrutura fundiária presente na microrregião, apresenta um dos piores indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDHs) no Estado do Paraná.

Deste modo, entendemos que os agricultores, nas dinâmicas de suas (re)existências, devem se considerados como sujeitos protagonistas e atuantes neste processo, buscando estratégias/alternativas (renda familiar) que permitam sua

sobrevivência/permanência no meio rural, mesmo que este processo seja intermediado por atividades rurais não agrícolas, o pluriativismo neste caso.

Partindo das concepções já expostas, a problemática central da presente tese consiste em estudar se: existe relação existente entre as mudanças ocorridas na dinâmica do trabalho no contexto rural, relativas a ‘modernização agrícola’, e a busca por novas formas de valorização das potencialidades locais, do próprio meio ambiente, da diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas possíveis de serem estabelecidas, com destaque à pluriatividade, e sua capacidade de influência no desenvolvimento e na permanência dos agricultores no meio rural?

Nossa hipótese reside na compreensão do processo atual onde (a nosso ver, de forma excludente) se observa que a técnica e a mecanização constituem-se como objetivos a serem alcançados pelas atividades agrícolas, é essencial estabelecer junto aos agricultores – principalmente, porque a maioria deles não possui o poder socioeconômico para envolver-se nesse processo – possibilidades que os permitam permanecer e (re) existir pela terra e pelo seu trabalho. Considerando tais aspectos, acreditamos que a combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas (pluriatividade) pode se constituir em um elemento importante para os agricultores, seja pela pobreza rural, pela aproximação do rural ao urbano, o acesso às novas tecnologias, ou as novas funções econômicas atribuídas aos pequenos estabelecimentos rurais, estimulando ao mesmo tempo, sua permanência no domicílio rural, e o desenvolvimento rural, neste caso, na microrregião de União da Vitória.

Adicionalmente, observamos a inexistência de estudos dessa natureza na microrregião de União da Vitória, embora algumas políticas públicas (regionalizadas) de desenvolvimento rural manifestarem a importância em proporcionar mecanismos que estimulem o seu crescimento.

A orientação teórico-metodológica da pesquisa perpassa por conceitos essenciais para compreensão deste processo. Nesse sentido, procuramos analisar as relações sociais e simbólico-afetivas (sentimento de pertencimento a determinado grupo social) entre as pessoas e delas para com o ambiente. Ademais, cabe destacar que o tema trata intrinsecamente de relações entre pessoas, e é justamente neste espaço que ocorrem também as relações socioeconômicas relativas ao desenvolvimento em diferentes lugares, sejam estes, próximos ou não.

A metodologia do trabalho foi orientada pela coleta/levantamento, análise, interpretação e compreensão de dados qualitativos e quantitativos, ou seja, a pesquisa quali-quantitativa. A revisão da literatura foi realizada em consultas de obras secundárias pertinentes à temática abordada, os dados estatísticos foram obtidos junto a órgãos oficiais, enquanto os empíricos foram coletados, compilados e tratados na pesquisa de campo realizada durante a elaboração da tese.

Na etapa empírica procuramos identificar e captar o nível de participação em políticas públicas de desenvolvimento rural, a dinâmica dos meios produtivos da terra, a diversidade nas relações social e econômica de ocupação e trabalho na área objeto de estudo.

Fundamentando-se no desenvolvimento dos fatos e nas concepções acima apresentadas entendemos adequado que o processo de condução da investigação busque cumprir com os objetivos traçados e, elucide as indagações adjacentes:

I - A experiência exitosa do processo de desenvolvimento agrícola levou ao desenvolvimento rural no Paraná? II - As atividades agrícolas tradicionais podem responder pela sustentação das condições de ocupação no meio rural? III - As políticas de desenvolvimento agrícola e rural chegam até os agricultores mais carentes? IV – O arquétipo de reestruturação socioeconômica abrange as famílias rurais da área de estudo? V - Existe uma relação entre a concentração fundiária e a pobreza no meio rural na área de estudo? VI - Surge um conjunto social no qual as rendas são estreitamente ligadas às atividades não agrícolas, atribuindo assim novos contornos e significados à noção de família?

Deste modo, o objetivo geral desta tese concentra-se em estudar o perfil de famílias rurais com ênfase às condições socioeconômicas relacionadas ao desenvolvimento rural e a dimensão/influência da pluriatividade na microrregião de União da Vitória.

Como objetivos específicos estabelecemos:

- a) Abordar e analisar, balizado no referencial teórico, o processo de evolução histórica do desenvolvimento agrícola, destacando neste contexto, o Estado do Paraná;
- b) Identificar e sintetizar, a implantação das principais políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural com ênfase no Paraná;

- c) Identificar a possível relação entre a concentração fundiária e a pobreza no meio rural na área de estudo;
- d) Estudar as modificações sociais e econômicas no contexto rural, com destaque ao fenômeno da pluriatividade, mediante dados de duas pesquisas diretas realizadas na microrregião de União da Vitória.

As concepções até o momento empreendidas na parte introdutória encontram-se no interior de três capítulos, somados às considerações finais da tese, dispostas da seguinte forma:

No primeiro capítulo são apresentados os aspectos metodológicos que nortearam a investigação. Também procuramos apresentar através do referencial teórico da pesquisa o processo histórico do desenvolvimento agrícola e rural até o período hodierno, com ênfase no estado do Paraná. Adicionalmente, proporcionamos uma reflexão sobre as dinâmicas de ocupação rurais agrícolas, com destaque ao fenômeno da pluriatividade no contexto rural.

No segundo capítulo, mediante dados oficiais, apresentamos a caracterização geral, bem como, índices de desenvolvimento atinentes à área abarcada pelo estudo, cuja qual trata-se da microrregião de União da Vitória. Empreendemos também, esforço no sentido de analisar a questão fundiária da referida área.

O terceiro capítulo trata-se da pesquisa de campo, onde através de dois questionários tomamos como unidade de análise um conjunto de famílias rurais agrícolas (ligadas à agricultura familiar) vislumbrando apresentar: o perfil socioeconômico das famílias, a caracterização das ocupações rurais agrícolas, mas particularmente as não agrícolas, com destaque à pluriatividade neste contexto. A intencionalidade é a de demonstrar uma parcela do processo da relação entre a mudança de perfil da ocupação rural e a integração do mercado de trabalho, além de proporcionar uma leitura sobre as principais dinâmicas envolvidas neste processo.

Fundamentando-se na análise dos dados percebemos que a unidade familiar efetivamente é um elemento decisivo no entendimento das mudanças ocorridas no meio rural, bem como na elaboração de novas estratégias de desenvolvimento rural. Muito embora as políticas de desenvolvimento apontarem para uma direção de planejamento ao combate da pobreza, atingem somente de

maneira tangencial o público alvo não conseguindo segurar os mecanismos de exclusão e diferenciação social.

Finalmente, nas considerações finais trazemos as repercussões que complementam as exposições anteriores procurando cumprir com os objetivos propostos em relação ao objeto de análise.

CAPÍTULO 1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

Neste capítulo apresentamos os aspectos metodológicos e o referencial teórico da pesquisa. Iniciamos apresentando os aspectos metodológicos norteadores da pesquisa. Após, realizamos as reflexões sobre o paradigma conceitual de região e da abordagem regional. Na sequência nos dedicamos ao estudo do desenvolvimento rural e suas repercussões subjacentes, políticas públicas de desenvolvimento, às novas formas de ocupação que (re)configuraram os espaços rurais paranaenses. Em seguida, procuramos enfatizar o fenômeno da pluriatividade. São por estes meandros que procuramos alcançar os objetivos inicialmente estabelecidos pela pesquisa.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

As ciências no sentido geral são caracterizadas pela utilização de métodos científicos. Todavia, não podemos afirmar que todos os ramos de estudo que utilizam estes métodos podem ser caracterizados ciências. Dessas assertivas, podemos apontar que o emprego de métodos científicos não é exclusividade da ciência, porém não há ciência sem emprego de métodos científicos.

Segundo Lakatos e Marconi (2011) o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que possibilita alcançar o objetivo, ou seja, conhecimentos válidos e verdadeiros com maior segurança e economia, esboçando o caminho a ser seguido permitindo detectar possíveis erros amparando as decisões do cientista. O método e os métodos situam-se em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam.

Neste sentido, a presente investigação apoia-se em uma postura crítica dos argumentos e fatos apresentados durante sua elaboração. Levando-se em consideração que a palavra crítica implica pensar numa grande polêmica em sua interpretação, principalmente quando se trata dessa tendência do pensamento geográfico, é necessário demonstrar o seu significado etimológico. A palavra crítica

tem origem nos pensamento grego, etimologicamente falando *Kritiké*, significa arte de julgar. Para Japiassu (1991), crítica significa “juízo apreciativo, seja do ponto de vista estético [...], seja do ponto de vista lógico [...], seja do ponto de vista intelectual (filosófico ou científico) [...]”. Contudo, na filosofia, quando a palavra crítica incorpora um sentido kantiano, ela possui o ‘sentido de análise’ (JAPIASSU, p. 62).

Portanto, esta é a perspectiva que adotamos na presente tese, a do juízo apreciativo e a de análise do objeto de estudo, através de consultas em fontes primárias e secundárias. Mormente àquelas que procuraram analisar as questões relativas ao desenvolvimento rural e a pluriatividade.

Desta forma, o arcabouço teórico-conceitual apoia-se na perspectiva da abordagem regional, considerando o paradigma conceitual da região – neste caso, a microrregião de União da Vitória/PR - com a intenção de analisar o fenômeno e relacionar o sujeito e o objeto de análise da pesquisa sob o ponto de vista da ciência geográfica.

As discussões propostas pela investigação tem por objetivo estudar o desenvolvimento rural e a pluriatividade no contexto rural da referida microrregião, contudo, vislumbra também, integrar análises e reflexões teóricas no contexto físico-territorial, sociopolítico e cultural que venham contribuir na relação entre sujeito e objeto investigado.

Técnicas quantitativas para dimensionar e reproduzir os fenômenos aparentes e os visíveis da realidade, bem como as técnicas qualitativas, essas utilizadas para desvendar as reais condições de vivência e as concepções dos sujeitos envolvidos no objeto da pesquisa, foram utilizadas como marco nos procedimentos metodológicos desse trabalho (MARTINELLI, 1999).

Para o desenvolvimento da presente investigação foi adotado o método hipotético-dedutivo, por se tratar de uma pesquisa que apresenta um problema, e que para sua verificação será testada uma hipótese básica, visando indicar-se alternativas para minimizá-lo ou deparando-se com outro problema.

Quanto aos métodos de procedimentos, foram utilizados os métodos: estatístico ao serem trabalhados dados quantitativos, histórico ao recorrer-se ao passado, em busca de dados que sustentem a pesquisa, comparativo no momento em que houver a necessidade da comparação dos dados coletados e monográfico por se tratar de um estudo da Microrregião de União da Vitória.

Portanto, para estruturação da pesquisa, foi utilizada a metodologia de Libault (1971). Segundo esse autor a pesquisa geográfica deve se estruturar em quatro níveis: compilatório, correlativo, semântico e normativo, para que passe a ter começo, meio e fim.

Durante o nível compilatório foi realizada a compilação de fontes primárias e secundárias. No nível correlativo foi desenvolvida pesquisa de campo, observação direta intensiva, assistemática, participante e individual, para que os dados possam ser correlacionados com os obtidos através de fontes documentais e bibliográficas. O nível semântico se refere à interpretação dos dados correlacionados, portanto, é nesse nível que todos os dados foram analisados e discutidos. Quanto ao último nível, o normativo, refere-se a uma proposta de modelo, portanto, serão sugeridas propostas/alternativas para se alcançar os objetivos propostos durante o trabalho.

Foram considerados os passos metodológicos a seguir: levantamento bibliográfico; compilação de dados; elaboração de entrevistas; aplicação das entrevistas; análise dos dados coletados através das entrevistas e discussão dos resultados.

Optamos nesta pesquisa, pela metodologia alicerçada no coleta/levantamento, análise, interpretação e compreensão de dados qualitativos e quantitativos, ou seja, a pesquisa quali-quantitativa. Sua operacionalização foi realizada através de procedimentos práticos, ou seja, a coleta, a compilação, a análise, a interpretação/apresentação, e a discussão analítica e qualitativa dos resultados apresentados.

O delimitação espacial da pesquisa abrange a microrregião de União da Vitória, que abrange os municípios de Porto Vitória, Paula Freitas, General Carneiro, Paulo Frontin, Paula Freitas, Cruz Machado e União da Vitória, que empresta seu próprio nome a microrregião. A área territorial da microrregião abrange aproximadamente 5,5 mil km², conta com cerca de 117 mil habitantes e se situa à uma altitude média de 859 m. (IBGE, 2010).

Operacionalmente, a investigação vislumbra estudar o perfil de famílias rurais com ênfase às condições socioeconômicas relacionadas ao desenvolvimento rural, a participação em políticas públicas de desenvolvimento rural, a dimensão da pluriatividade, e a capacidade desta em influenciar na permanência das famílias em seus domicílios rurais. A investigação considera como pluriatividade a combinação

de atividades agrícolas com outras atividades monetárias, dentro ou fora do estabelecimento familiar, unificando os conceitos de diversificação produtiva e agricultura em tempo parcial.

Para seleção dos sujeitos, optamos por duas frentes. A primeira, por reconhecer a grande extensão territorial do recorte espacial, reconhecendo assim, eventuais dificuldades no decorrer da pesquisa, procuramos estabelecer um contato prévio junto às Escolas do Campo nos municípios que atendem essa modalidade de ensino, na área de estudo.

Assim, foram estabelecidos os sujeitos, todos agricultores familiares não residentes no área/perímetro urbano dos municípios da área de estudo. Apenas no município de Porto Vitória as famílias foram selecionadas junto à Secretaria Municipal de Agricultura, pois o município não oferta esta modalidade de Ensino.

Na sequência, foram estabelecidas, distâncias, cronograma dos locais a serem visitados e a forma de abordagem. Para tanto, elaboramos entrevistas semiestruturadas, as quais foram aplicadas através de dois questionários (Apêndices 1 e 2) para um total de 80 famílias distribuídas em estabelecimentos rurais nos municípios da microrregião de União da Vitória.

O número total de entrevistados nos municípios foi dividido levando-se em consideração a distância a ser percorrida. Assim, no município de União da Vitória foram entrevistadas 14 famílias, enquanto, nos outros seis municípios, 11 famílias em cada um deles. As entrevistas foram realizadas durante ano de 2019, entre os meses de fevereiro e dezembro.

No primeiro questionário, discutimos os aspectos inerentes às condições e perspectivas humanas, sociais, e econômicas dos sujeitos.

No segundo, analisamos a tipologia das famílias, participação em políticas públicas de desenvolvimento rural e o estudo da pluriatividade no contexto rural da microrregião de União da Vitória. Assinala-se que os escólios nos questionários-base que originaram esta análise, foram obtidos com autorização prévia das famílias (Anexo G).

A tabulação e discussão das informações estão dispostas no último capítulo deste trabalho. Do total de entrevistados, 8 questionários foram descartados, pois nestes, todos os componentes da família e, por conseguinte de suas rendas eram

oriundas de algum tipo de pensão e/ou aposentaria. Portanto, foram considerados válidos 72 questionários.

O objetivo do pesquisador foi estabelecer um elo junto às famílias em sua unidade produtiva, buscando a percepção de suas atividades e dinâmicas de produção, percebendo e captando os diversos aspectos de sua rotina, tais quais, organizacionais, econômicos, culturais, técnicos, entre outros.

Muito embora o número de agricultores e estabelecimentos visitados reúna em termos gerais de representação somente uma amostra, a disponibilização dessas informações e a discussão dos resultados podem ser importantes para o fortalecimento de iniciativas para que o poder público, as lideranças locais e as organizações sociais reflitam estratégias em prol do desenvolvimento rural da microrregião de União da Vitória, e considerem a eventual influência que a pluriatividade tem neste processo.

O preenchimento dos questionários foi a partir de informações colhidas junto ao sujeito identificado como chefe de estabelecimento. No entanto, assinalamos que todas as pessoas da família participaram, corroborando com as informações coletadas junto ao responsável pela unidade familiar. Assinalamos, que algumas questões aplicadas permitiram a escolha de mais de uma opção como resposta, o que estabeleceu um número superior de famílias em algumas planilhas do questionário.

Destaca-se que foi considerada como família pluriativa na área rural, àquela que exerce no mínimo duas atividades, sendo uma delas a agricultura, compartilhando o mesmo espaço de moradia e/ou trabalho, seja parentes consanguíneos ou por adoção e se identifiquem como uma família.

Com já retratado, a delimitação espacial desta investigação abrange a microrregião de União da Vitória, que até então, não possuía referências secundárias para consultas referentes a estudos que especificamente abordem a pluriatividade e o desenvolvimento rural nesta área. Sendo assim, reiteramos a importância de realizar este estudo na microrregião em tela, pois a mesma caracteriza-se pela forte presença de pessoas residindo em áreas rurais.

1.2 A REGIÃO

Como retratado na introdução desta tese, a recorte espacial da investigação abrange a microrregião de União da Vitória. Neste sentido, encontra-se relacionada ao paradigma conceitual da região. Assim, apresentamos os aspectos teórico-conceituais inerentes ao referido conceito.

A palavra *região*, antes de fazer parte da teoria da Geografia, já era usada para indicar a relação entre determinada área e o poder político/administrativo praticado sobre ela, “nos tempos do Império Romano [região] era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma” (GOMES, 2008, p. 50). Tais concepções foram relevantes em se tratando de estratégias políticas e administrativas no decorrer da história.

Entretanto, a fundamentação paradigmática da região geográfica advém do início do século XX, devido, de certa maneira, da explicação que dava a organização política territorial mundial, que ainda era profundamente compartimentada, onde os Impérios coloniais tinham o poder e a soberania e determinavam os arranjos socioespaciais internos, assim como do território de suas colônias.

Pode-se dizer que até as primeiras décadas do século XX

[...] as regiões foram configurando-se por meio de processos orgânicos, expressos através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à presença desse grupo, sem outra mediação. A diferença entre áreas se devia a essa relação direta com o entorno. Podemos dizer que, então, a solidariedade característica da região ocorria, quase que exclusivamente, em função de arranjos locais. (SANTOS, 1996, p. 197).

No referido período histórico, os estudos sobre as particularidades das regiões demonstraram e robusteceram identidades regionais. Com isso, a povos de regiões avaliadas como ‘mais civilizadas’, estabelecia-se o direito e dever de explorar as outras. Assim, além de obter os benefícios da exploração de terras diversas, o explorador induziria benefícios às regiões onde o homem ainda não sabia como fazê-lo.

Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de região declinou frente às correntes de pensamento geográfico emergentes, que contrariavam a Geografia Tradicional. A partir desta conjuntura, Haesbaert (2005) constata ‘três mortes da região’.

A primeira atrelada aos geógrafos quantitativistas que apontaram o anticientificismo da Geografia Tradicional dada a valorização ao único e o singular (a região) em prejuízo da busca de generalizações e leis. Assim, a região era concebida pelo pesquisador e pelos interesses que o moviam, e não pelo empirismo externo. Foi uma via da região indivíduo para a região sem identidade (HAESBAERT, 2005, p. 11).

A segunda morte está ligada a afirmação que, nos países centrais do capitalismo, haveria uma tendência à homogeneização econômica que aboliria as diferenças regionais. Entretanto se observou que essa homogeneização não caberia em escala mundial, dada desigualdade que origina as diferentes regiões econômicas do planeta nas mais variadas escalas (HAESBAERT, 2005).

No decorrer da década de 1990, surgiram batalhas por redefinição de fronteiras decorrentes de nacionalismos tido como desaparecidos. Estes regionalismos, ligados à luta social deslocaram de certa maneira a discussão do conceito de região.

O alicerce político do conceito de região se fundamenta no controle e gestão de um território e

Se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação. Este argumento parece tanto mais válido quanto vemos que o regionalismo, ou seja, a consciência da diversidade continua a se manifestar por todos os lados. O mais provável é que nesta nova relação espacial entre centros hegemônicos e as áreas sob suas influências tenham surgido novas regiões ou ainda se renovado algumas já antigas. (GOMES, 1996, p. 72).

Estas concepções, podem também entrelaçarem-se às análises economicistas ligadas a conformidade entre regionalização e globalização, levando em conta a escala global e a constituição regional de blocos econômicos como mote de análise do espaço geográfico.

Finalmente, a então denominada por Haesbaert (2005) como sendo a terceira morte da região ocorreu durante os anos de 1990. O autor parte da análise da organização sobre as redes geográficas, determinadas pelo processo hodierno de globalização, o qual interfere regionalmente, na organização territorial. Todavia, na visão do autor, isto não significa o fim da região, mas sim, origina uma dicotomia na sua perspectiva de análise.

Para entender a reconstrução conceitual da região, é necessário avaliar as aparentes modificações na ação do Estado como responsável pela definição e administração dos territórios. Para Santos (2005), o Estado ainda se constitui em um elemento respeitável na produção do espaço geográfico. O autor argumenta que, não é o Estado, mas a soberania nacional que encontra-se abalada. O que se redefine então são as relações entre as parcelas territoriais do espaço nacional e as empresas.

Contrariando o contexto de que a globalização induz à eliminação das diferenças regionais do planeta, tornando os espaços homogêneos tornando ultrapassado o conceito de região, pode-se assegurar que

[...] em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome. (SANTOS, 1996. p. 196).

Assim, dado o caráter histórico polissêmico inerente ao conceito de região, esta não possui uma única definição que abarque todas as suas características. Seus significados sofrem modificações decorrentes de circunstâncias relacionadas ao espaço e tempo.

Compete ao pesquisador ter lucidez naquilo que se propõe a pesquisar e compreensão do conceito de região abordado.

De acordo com Corrêa (2011), a região se refere a uma porção do espaço que possui de atributos físicos, naturais e/ou socioeconômicos semelhantes, não se reportando apenas a uma diferenciação de áreas. Tanto a região como a regionalização na sua abordagem conceitual pretende levar o entendimento e a explicação das modificações locais no âmbito contemporâneo. Para tal, aplicam-se critérios locais diferenciados no apanhado de fatos, seja aos níveis nacional e internacional que permitem o recorte das mais variadas regionalizações.

Para Gomes (2008), a diferenciação de região resulta da conjuntura advinda do debate político, do dinamismo do Estado, do arranjo cultural e do estatuto da multiplicidade espacial. Na visão do autor, o conceito de região corresponde à construção geográfica, que somente adquire sentido e torna-se sustentáculo da pesquisa, após estabelecer internamente uma inter-relação de fatores. Deste modo,

delimitar e classificar o espaço de acordo com os preceitos estabelecidos pelo pesquisador compreende em objeto da análise regional.

Levando-se em consideração tais concepções, tanto Haesbaert (2010), como Gomes (2008) e Corrêa (2011), concordam que a região é construída a partir de uma fonte atrelada à escolha do pesquisador. Esta construção concretiza-se através da compreensão, organização e diferenciação do espaço, mediante as relações e fenômenos propostos abstratamente pelo raciocínio do pesquisador com finalidades específicas, na qual o mesmo espaço pode ser delimitado de várias maneiras. Tais delimitações podem redundar em diversas regiões, designadas por incomensuráveis tipologias espaciais e adaptadas por distintas escolhas. Ainda, para os mesmos autores, considerando os fatores locais, globais e globalizantes, a região é um fato e uma concepção intelectual vivida, entendida e arquitetada de diversas formas, a partir da relação sujeito e objeto.

Entrelaçando tais concepções às de Santos (2008), o autor apresenta a região enquanto subdivisões do espaço e como lugares funcionais onde acontecem fenômenos naturais e humanos. Na visão do autor, com exceção dos lugares, não existe outra maneira de existência do todo social a não ser sob a forma regional. Regionalizar, portanto, seria uma forma de apresentar elementos sociais, econômicos e ambientais, além de se configurar num palco para a implementação de políticas públicas.

Para Friedmann (1960), o arcabouço conceitual de região admite flexibilidade e pode estar ligado a uma ampla variedade de significados. Portanto, para o autor, definir região é algo muito generalizado, dado que a região é uma área definida por certos critérios. Desta maneira, existem regiões distintas, conforme os critérios adotados, logo não é razoável falar em região melhor ou em melhor definição para determinada região. O autor ainda indica, que em decorrência da flexibilização do próprio conceito, que a delimitação espacial/regional modifique-se mediante as novas finalidades e conjunturas de utilização das regiões que serão objeto de estudo.

Na análise de Lopes (2001, p. 29), a delimitação regional necessita criteriosa elaboração, sem limitar-se à dimensão territorial devendo levar em consideração os motivos de contiguidade dos elementos que a constituem. A região, sob este prisma, pode ser vista como um arranjo de elementos inter-relacionados, próximos e distribuídos contiguamente no espaço geográfico.

As colaborações de Palacios (1983), para a abordagem do conceito de região comportam um avanço no conhecimento e na constituição de sua definição. Neste sentido, são dois grupos essenciais fundamentados em formulações convencionais e avançadas.

O primeiro aborda na sua base a abstração do sistema social que é oriunda na formação regional e estabelece leis de natureza universal, desconsiderando a dependência histórica do objeto de estudo. O segundo trata a região tanto como um conceito abstrato quanto uma realidade palpável.

No entanto, de acordo com o autor, as diversas abordagens e concepções advindas da região devem considerar como elemento importante neste processo a presença de um sistema social com determinantes históricos. Nesta linha de raciocínio ocorre um determinado padrão de determinação de um território condicionado ao tipo de relações sociais presentes no interior da comunidade humana.

Corrêa (2011) assinala que a região perpassa por uma constituição e formação a partir de finalidades específicas que, no caso brasileiro, são processadas com celeridade, dado que vivenciamos uma disposição do Estado com várias propostas territoriais e regionais de nacionalismos e regionalismos antagônicos. As modificações na maneira de produção, organização e planejamento das atividades regionais, essencialmente passam por convencionar as relações de todos os setores da economia com a região. Em outras palavras, a região deve ser compreendida como uma matriz na organização e interação social e não como uma mera abstração do espaço.

Fica evidente que ao se trabalhar com o conceito de região deve-se propiciar a entendimento do fenômeno regional num processo histórico/social responsável por diferenças entre áreas, em diferentes escalas.

Ainda é importante compreender-se a regionalização como um recorte de uma totalidade social. Assinala-se, portanto, que não existe uma definição consensual no que se refere ao conceito de região, podendo ser empregada das mais variadas formas, concepções e finalidades. Isto ocorre em virtude da presença das áreas do conhecimento científico que se encontram envolvidas com a abordagem regional.

1.2.1 A Abordagem Regional e Regionalização

Inicialmente, utilizamos as palavras de Corrêa (1987, p. 49), onde o autor relata que a abordagem metodológica centrada na análise regional é advinda do século XVII, portanto, com uma trajetória repleta de conformações.

Já, em um período hodierno, no intuito de evitar ambiguidade no entendimento, o referido autor explica as funções da análise regional que antecederam e as que sucederam os anos 1970. Anteriormente às transformações na produção vinculada à pesquisa geográfica, a análise regional abordava o estudo holístico e constitutivo da região. Posteriormente, a análise regional reapareceu como um conjunto de técnicas de sistematização espacial que evidenciará fenômenos característicos da região ou determinados por outros critérios como a polarização. Corrêa (1987) assegura que a análise regional era e continua sendo análoga à Geografia Regional, tanto anterior, como posteriormente à 'cientifização' das disciplinas. A espacialização regional tem sua relevância prática como ferramenta de governança e, desde a década de 1990 concretizou-se como método científico, político e administrativo, mediante conceitos de desenvolvimento e planejamento regional. A abordagem regional se distingue por sua perspectiva geográfica de aplicação da espacialidade e utilização da territorialidade, para detectar e avaliar as conjunturas espaciais de lugares e regiões.

A ciência regional propõe análises quantitativas das distinções e semelhanças de recortes específicos do espaço geográfico (ROJAS, 2007, p. 81). Em decorrência das relações sociais, os estudos de análises regionais inseriram as atribuições qualitativas das informações nos resultados de suas pesquisas. Este pluralismo, que derivou do avanço da modelagem e das novas técnicas de regionalização, é um progresso no marco teórico-metodológico, que vem evidenciando a disciplina e as novas produções científicas desde o fim do século passado.

Partindo da concepção metodológica de manipulação de dados quantitativos, compete à análise regional combinar com técnicas qualitativas os valores numéricos e aos dados estatísticos, para apoiar as experiências e percepções dos agentes de modificação regional. O efeito da união destes elementos manifesta a singularidade de cada região e do seu entorno.

A área do conhecimento denominada de Análise Regional abrange várias ciências: Geografia, Economia, Ciências Sociais, Administração, e demais que estudam a espacialização de fenômenos sociais ou naturais. Ao evidenciar a existência das relações entre localidades, a dimensão do espaço foi inserida aos estudos econômicos e a geografia, período este em que o estudo científico utilizou-se da análise regional como instrumento para os estudos de natureza espacial da regionalização, localização e decisões das atividades produtivas e de uso do solo em região (ISARD, 1956).

De acordo com Corrêa (1987), o alcance dos estudos de Análise Regional na Geografia está baseado no diálogo entre as atividades socioeconômicas com vieses no conteúdo da região. Procura-se, assim, identificar o centro polarizador de determinada região, para então classificar os centros e suas áreas subjacentes para formar um recorte regional (FRIEDMANN, 1960, p. 34).

Assim, o objeto de estudo da Análise Regional baseia-se na análise de fenômenos em determinado espaço geográfico no que consiste à sua origem, intensidade e localização (FERREIRA, 1989). Deste modo, a região é determinada através da classificação das áreas e o recorte é proposto por agrupamento - de cidades próximas - que apresentem poucas diferenças internamente nos aspectos espaciais o que a distinguirá de outros centros e recortes regionais. O emprego de técnicas de análise regional preconiza as unidades geográficas básicas de observação dos fenômenos que agrupam o número mais elevado de relações específicas.

Deste modo, certas localidades e/ou regiões conseguem interferir na sua condição produtiva e econômica, ampliando sua relevância e participação na economia regional, mediante organizações locais que estimulam seus próprios programas de desenvolvimento. O desenvolvimento na base, ou endógeno, preconiza que o desenvolvimento local ou regional precisa assentar-se às necessidades e condições da população local (FERREIRA, 1989; FRIEDMAN, 1960). Para Ferrera de Lima (2003), a adoção de uma política de ascensão das especialidades produtivas e a diminuição das disparidades regionais no que concerne ao nível de desenvolvimento e o progresso econômico é o escopo da temática desta abordagem.

Entrelaçando estas concepções com as de Haddad (1989), o mote de localização adquire a função de diferenciar setores específicos da produção, cuja localização das atividades se sobressaem entre as regiões, mediante observação de comportamentos de concentração e dispersão espacial, entre um ou mais períodos.

Para Haddad (1989), as medidas de desempenho propostas em estudos de análise regional para ordenar as capacidades produtivas e econômicas setoriais em escala regional trazem à baila o paralelo entre escalas, recortes espaciais e classificações setoriais que possam ser testados em hipóteses. Esta descrição e consequentemente sobreposição de fenômenos na mesma análise, comporta vislumbrar as condições regionais em escala local da divisão espacial.

Nas palavras de Massey (1978, p. 114), a divisão espacial originalmente aparece da descontinuidade e do rompimento das relações. A autora menciona à maneira como as atividades econômicas de uma região comportam-se frente às disparidades geográficas, que impossibilitam ou forçam às condições de acumulação. No mérito da eficácia e economia, a continuidade sempre elege locais em posição central em termos de dimensão, função, equipamento ou disposição geográfica.

Conforme Ferrera de Lima (2006), a função básica da análise regional é perceber os mecanismos do processo de desenvolvimento, ressaltar os estágios evolutivos que a economia regional atravessa ordenar estes períodos de acordo com sua importância e engendrar condições para o desenvolvimento abranger todos os espaços de forma mais equânime. Assim, o desenvolvimento regional é amplamente perceptível em todos os espaços. Adicionalmente, o desenvolvimento encurta positivamente as regiões atrasadas das regiões mais desenvolvidas, em direção da melhoria e da evolução, seja na estrutura social, como econômica.

No ponto de vista de Corrêa (1987), realizar uma análise regional demanda do pesquisador um conhecimento do marco teórico, da sistematização de dados e da manipulação das técnicas de espacialização, dado que inexistente um padrão modelar definido para tal.

Neste sentido, a região possui um caráter dinâmico, engenhoso e flexível no espaço geográfico. A partir destas concepções, através da regionalização podemos analisar a produção, a dinâmica e os fluxos de transformações espaciais ao longo do

tempo. A regionalização, como instrumento de planejamento, precede a constituição das regiões que, por sua vez, antecede o regionalismo.

Na lógica da administração pública, a regionalização é um processo dinâmico e auspicioso e pode ser amplamente favorável se acompanhado da versatilidade de adaptação das regiões para atender tanto os objetivos gerais como os específicos a que se propõem. Nesta linha de pensamento, o Estado norteia administrativamente a elaboração, implementação e coordenação de políticas públicas de desenvolvimento, alinhando-se estrategicamente por setores e levando em consideração as características pertinentes a cada região (FERNANDES, 2006).

Seja qual for o modelo de regionalização, este será proposto no intuito de atingir determinados objetivos, logo, procura-se abranger um determinado recorte espacial em um território que ofereça recursos similares. Neste recorte, a região será constituída mediante as conexões entre atividades produtivas, administrativas e recursos econômicos disponíveis com a finalidade de atingir metas previstas, repercutindo no desenvolvimento econômico e social, e na formação de territorialidades.

Desta forma, o espaço regional preconiza a integração de todos os setores e atividades. Neste aspecto, o Estado é fundamental, estimulando e dando condições à região através de novas ferramentas de inovação, integração espacial e recursos com o viés do desenvolvimento regional.

De acordo com Piffer (2016), Piacenti (2016) e Willers (2016), ações de regionalização vislumbrando o desenvolvimento regional, favorecem a região no que concerne à transformação do espaço regional, tanto com aporte nas suas condições internas, como externas. O aporte interno diz respeito às condições produtivas, ambientais, econômicas, políticas, demográficas, culturais, e as relações sociais da população de determinada região. O externo, também considerado como institucional, refere-se às ações e intervenções dos agentes públicos no que concerne ao planejamento, legislação, investimentos e organização administrativa nas esferas federal e estadual. O Estado será facilitador ou limitante dos fluxos de informação, capital, mercadorias e de pessoas, atuando como agente transformador do espaço. Outro aspecto importante a ser considerado é que a descentralização industrial e a crescente urbanização causaram modificações importantes na dinâmica regional, ampliando as disparidades entre regiões (LE MOS, 2003).

De acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA, 2018), as cidades passaram a ocupar 2,0% da superfície do planeta depois do ano 2010. Do total da população mundial, 55% encontra-se em áreas urbanas, contra 30% verificado no ano 1950. As projeções apontam para 2050, um contingente de 68% da população presente em áreas urbanas. A urbanização não é só um desafio para as grandes regiões/cidades, mas uma preocupação constante para os pequenos centros urbanos, chegando às microrregiões, dado que a população rural tende a diminuir cada vez mais.

Baseado nas concepções já expostas, é que teceremos as reflexões subjacentes, relacionadas à: questão histórico/econômica do Estado do Paraná e suas regiões, tanto em termos de planejamento, como de desenvolvimento regional/rural. Conjuntamente, serão abordadas as políticas públicas regionais desenvolvidas - ao longo deste percurso – as quais tinham como objetivo o estímulo a produção e à permanência dos agricultores em domicílios rurais. Também será analisada a controversa relação entre o denominado desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento rural.

1.3 DESDOBRAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento que é um termo cercado de polissemia e, como tantos outros, sujeito a interpretações contraditórias e objeto de disputas nos campos ideológico, econômico, sociocultural, entre outros. Historicamente, o conceito está ligado aos países desenvolvidos e como política para o desenvolvimento dos países periféricos trazendo a tona o paradoxo entre o moderno e o atrasado (GROSFOGUEL, 2008; MARTINS, 2011). A Constituição do Brasil fala de 'desenvolvimento' em seu preâmbulo, mas não o define em nenhum outro lugar. Sua compreensão depende de elementos explicativos ou, com mais frequência, do sentido que lhe é dado pelo poder que o usa como argumento.

Nesse estudo, não utilizamos a visão na qual o desenvolvimento seja entendido como um binômio formado pelo crescimento econômico e pela modernização tecnológica, o propalado, desenvolvimento econômico. Souza (1997, p.18) comenta que o desenvolvimento “[...] deve designar um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna para seus

membros, mais justa e legítima”. Portanto, o mesmo não deve ser visto somente sob a égide econômica, mas, numa concepção de desenvolvimento socioespacial, onde deve vislumbrar as necessidades para a superação de dificuldades e para conquistar condições que oportunizem uma maior satisfação individual e coletiva nos mais variados aspectos, sejam culturais, político-institucionais ou espaços constituintes das relações sociais (cultura, economia e política), bem como, o espaço natural.

Nesta linha de raciocínio, Sachs (2000) aponta que finalidades clássicas como lei e ordem ou bem-estar social são invocadas, e o desenvolvimento tornou-se alvo, em nome do qual, muitos governos imolam os interesses fundamentais da grande maioria do seu povo. Comenta que as últimas décadas poderiam ser denominadas como era do desenvolvimento, a qual estaria chegando ao final (e afirmando até que seria apropriado ao momento escrever seu obituário). Nesse contexto, segundo o autor, o desenvolvimento tem orientado e guiado as nações emergentes, onde governos e seus cidadãos acreditam que todas as formas de sacrifícios foram, e continuam sendo, justificáveis em prol do desenvolvimento (SACHS, 2000).

Amartya Sen traz a noção de desenvolvimento social, onde os indivíduos seriam dotados de capacidades para gerir seus problemas cotidianos. Segundo o filósofo e economista indiano, os direitos humanos e o desenvolvimento são considerados como expansão dos direitos positivos do ser humano. O autor em sua obra mais conhecida, *Desenvolvimento como liberdade* (2000), encara o desenvolvimento como um processo de eliminação dos fatores que restringem a liberdade dos indivíduos, restrições que reduzem as possibilidades de aproveitar oportunidades de mudar a própria vida (SEN, 2000). Para o autor, os fatores mais frequentes de privação da liberdade individual são a fome, a pobreza, a tirania, a falta de moradia digna, de saneamento, e inacessibilidade dos serviços públicos de educação, saúde e segurança.

A falta de liberdade pode ser causada também por fatores políticos como restrições às liberdades civis e políticas, onde governos autoritários e centralizadores não admitem a participação dos cidadãos nas decisões econômicas, sociais e políticas. Estas ressalvas à liberdade reduzem o potencial das pessoas para lutar por melhorias de vida, também reduzem sua autoestima e autoconfiança,

fazendo com que as mesmas esperem pouco de si próprias e aceitando pouco dos governantes.

Desde meados do século passado que a expressão desenvolvimento ganhou importância nos debates econômicos e políticos. Com o final da II Guerra Mundial, e a vitória dos aliados, originou-se uma situação favorável a suplantarem as crises socioeconômicas e políticas. Órgãos multilaterais são criados para intervir junto aos países para a solução de problemas que levaram às duas grandes guerras do século XX. Assim, foram criadas a Organização das Nações Unidas e suas agências (FAO, UNESCO, OMS, OIT), o Fundo Monetário Internacional para ajudar os países em crise e o Banco Mundial para estabilizar a moeda e fomentar o desenvolvimento.

A Guerra Fria entre as nações dominantes do mundo capitalista e comunista de certa maneira incentivou o debate sobre o desenvolvimento, fosse para parar o avanço de um sistema em detrimento do outro em regiões pobres, ou para mostrar o poder de um sobre o outro, era certo que a busca pelo desenvolvimento das regiões consideradas subdesenvolvidas acabou sendo prioridade de capitalistas e comunistas. Desta maneira, a participação do Estado no desenvolvimento das nações capitalistas se tornou protagonista como nunca antes foi visto, trazendo a tona discussões sobre o desenvolvimento regional, com tentativas de elaboração de políticas para superar as desigualdades regionais entre as nações (VEIGA, 2012).

Passadas algumas décadas, todavia, o debate ao redor do desenvolvimento foi marginalizado, e somente no fim da década de 1990 voltou a ganhar valor na literatura econômica e nas políticas públicas. Balizada em experiências específicas, presentes nos anos 1970, proliferou-se, internacionalmente, a ideia do aparecimento de um novo paradigma de desenvolvimento, relacionado ao fenômeno da 'globalização' e pautado numa nova forma organizacional da economia e da sociedade – flexível e descentralizada (ORTEGA 2007, p. 2).

Para Ortega:

Contrastando com a visão hegemônica liberal, surgiram visões e experiências alternativas de desenvolvimento territorial local. Experiências que, mesmo reconhecendo a força desse processo liberalizante 'global', implementaram respostas específicas e intencionais valorizando as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em seus territórios locais. (ORTEGA, 2007, p. 2).

Veiga (2002) comenta que, no ponto de vista europeu, o desenvolvimento espacial prima por dois objetivos essenciais: o aumento na capacidade competitiva de territórios cuja integração no processo concorrencial é inadequada, e ser fator limitador dos efeitos negativos de uma concorrência fora do controle. Nos dois exemplos, a abordagem espacial procura uma melhor combinação entre competição e cooperação, de forma que o conjunto do território europeu possa atingir um nível ótimo de competitividade, reforçando, ao mesmo tempo, sua coesão econômica e social. Esses objetivos serão atendidos, somente quando os meios forem agrupados em três conjuntos operacionais: a) um sistema policêntrico de cidades, com uma nova relação urbano/rural; b) uma paridade de acesso à infraestrutura e ao conhecimento; c) uma gestão mais prudente das heranças natural e cultural.

Segundo Ortega (2007), a experiência da chamada *Terceira Itália* tornou-se referência paradigmática para a formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento regional em muitos lugares do mundo. A partir dessa, e de outras experiências bem sucedidas, organizações internacionais (com destaque para o Banco Mundial) também passaram a incentivar as estratégias de desenvolvimento regional, recomendando aos Estados nacionais a constituição de arranjos socioprodutivos territoriais como forma de construção de estratégias de desenvolvimento autônomo e endógeno. Assim, as políticas europeias convergiam em cooptar ao desenvolvimento especialmente as regiões com espaços rurais deprimidos e carentes.

Maluf (2000), apud Cunha (2003) menciona o seguinte sobre o assunto: Rejeitar a perspectiva da homogeneização não implica desconhecer que a criação de espaços desiguais e a permanente geração de pobreza têm determinantes principalmente gerais no sentido de que são comuns – como aqueles que derivam da natureza desigual do desenvolvimento capitalista – e que estes fenômenos são uma expressão de injustiça social (p. 77).

Ambientes ressignificados, fortalecidos, novas lógicas reprodutivas, esboçam uma espécie de recomposição do território onde o processo de desenvolvimento do ambiente não deve estar atrelado a um pensamento estruturado na unidimensionalidade, ou seja, “a partir de uma atividade produtiva e/ou de um único modo de entender a atuar no rural”. (BARBOSA e BRANDENBURG, 2018, p.163). Nas palavras dos autores, esse processo deve considerar a:

[...] forma multidimensional (a partir de múltiplas atividades produtivas e/ou de um pluralidade de atuar no rural e de visões acerca dele), fato este que demanda dos diversos atores envolvidos no processo de construção das lógicas econômica, social e ecológica que venham a construir através dos limites e potencialidades existentes no local [...]. (BARBOSA; BRANDENBURG, 2018, p. 163).

1.3.1 Noções Sobre o Desenvolvimento Agrícola e Rural

Segundo Veiga (1997), ao usar a noção de desenvolvimento rural se está supondo que o desenvolvimento não somente é desigual, mas que essa desigualdade, defasagem, ou descompasso, se manifesta de forma acentuada entre os espaços urbano e rural.

Instituiu-se, ao longo de algumas décadas, uma confusão no entendimento das noções de desenvolvimento agrícola e rural, sobretudo em países subdesenvolvidos. Nestes, o desenvolvimento rural restringiu-se ao fomento da agricultura e das atividades agrícolas, ao passo que em outros países a agricultura instituiu-se em apenas uma parte dele, ou seja, mais uma atividade, associada a outras atividades industriais, comerciais, artesanais e de serviços (VEIGA, 2012).

A finalidade, portanto, é demonstrar porque estas noções foram, por tanto tempo, confundidas, assim como ressaltar que a situação da pobreza rural é fruto do fracasso dos arquétipos de desenvolvimento concebidos e aplicados em tese para resolvê-la. Nesse sentido, faz-se uma revisão, das principais correntes teóricas do desenvolvimento inserido em uma perspectiva histórica.

Logo após a Segunda Guerra Mundial emergiram algumas noções importantes de desenvolvimento. Três delas merecem ser destacadas.

A primeira, ligada à macroeconomia keynesiana, se refere ao desenvolvimento como mero crescimento da economia. Essa noção de desenvolvimento está associada a indicadores, como:

- a) a renda *per capita*,
- b) a taxa de crescimento e produto interno bruto (PIB),
- c) produto nacional bruto (PNB)³,

³ A produção é medida com a ajuda do que se chama Produto Nacional Bruto (PNB). O PNB compreende todos os bens e todos os serviços que são produzidos durante um ano num país. Os bens são avaliados em unidade monetária com base no seu valor de mercado. O que não tem valor de mercado não é contado no PNB (o trabalho das empregadas domésticas, os prejuízos à natureza, etc.). O PNB corresponde mais ou menos à renda nacional. (STRAHM, 1991, p. 15).

- d) à modernização dos meios de produção,
- e) aos investimentos de capitais de *know-how*.

Por meio da definição de um dado limite a esses indicadores – econômicos -, é estabelecido o conceito de ‘desenvolvido’ e por eliminação de ‘não desenvolvido’.

As teorias do crescimento desempenharam intensa influência sobre as análises e as políticas de desenvolvimento. O foco na inversão e, por conseguinte, sua carência nos países subdesenvolvidos, constitui-se em um problema basilar desses países, podendo assim explicar o nível de subdesenvolvimento e o atraso no processo de desenvolvimento.

Outrossim, nestas teorias, o Estado adquire papel principal na política econômica por meio do incentivo às inversões privadas e públicas, além da manutenção de elevados níveis de gastos públicos.

Estas teorias ainda procuram abordar a questão do subdesenvolvimento como um processo de aprimoramento de formas tradicionais de atividade do sistema econômico visando se aproximar das formas mais modernas existentes nos países desenvolvidos. Deste modo, dedutivamente, o objetivo do desenvolvimento é o de obter os mesmos moldes de sistema político, econômico e social inerentes aos países desenvolvidos.

Seguindo essa trilha, a segunda corrente teórica se estabelece até certa medida como uma sequência desta concepção, pois leva em consideração a noção de desenvolvimento como fases sucessoras do crescimento econômico. Analisando objetivamente as particularidades das economias subdesenvolvidas colocaram-se em evidência algumas delas. Estas serviram de base para o entendimento do subdesenvolvimento, bem como, serviram de apoio para a estratégia de desenvolvimento.

Assim, permitiram a elaboração de um escopo de teorias parciais do subdesenvolvimento ao lado de alguns empenhos de generalização como as abordagens de Rostow⁴ e Germani, que consideram o desenvolvimento como um conjunto de etapas históricas que geralmente são as mesmas que podem ser observadas na evolução dos países desenvolvidos.

⁴ Segundo Boudon e Bourricaud (1993, p. 136) as teorias de Rostow, denominadas de ‘teorias da decolagem’, apresentadas em ‘As etapas do crescimento’ são abertamente evolucionistas. As etapas do crescimento seriam: 1) a da sociedade tradicional; 2) condições prévias de decolagem; 3) a decolagem; 4) a do caminho até a maturação; e 5) a sociedade do consumo de massas.

Estas teorias importaram um avanço relativo à noção do desenvolvimento como um simples crescimento, pois acrescenta à sua análise propriedades das economias desenvolvidas.

Todavia, as explicações do tipo sucessão de etapas não tiveram efetividade analítica para esclarecer como se dá a passagem de uma etapa à outra e sem capacidade para nortear a elaboração de propostas de políticas de desenvolvimento agrícola.

Durante as décadas de 1950 e 1960 a economia do desenvolvimento sofreu influência da ideia de que os países subdesenvolvidos eram constituídos a partir de economias em que havia um excedente generalizado de mão de obra.

Essa questão relativa à mão de obra excedente parece haver encorajado, de maneira frequente, a negligência sobre o setor agrícola bem como uma tendência a crer, com maior rapidez, que um excedente pode e deve ser retirado da agricultura. Entretanto, não contemplam os complexos requisitos que se deve cumprir se a agricultura tiver que exercer um papel positivo para promover o crescimento global. Presumindo que o volume da agricultura na economia se reduzia, muitos economistas desprezaram a necessidade de inversão no setor agrícola no curto prazo.

Esta falta de preocupação em relação ao papel exercido pela agricultura no desenvolvimento econômico acentuou-se primeiramente, pela elaboração de Hans Singer e Raul Prebisch da *hipótese da redução cíclica* que indicava que existe uma disposição cíclica para as condições de comércio com a intenção de insurgir-se com os países exportadores de produtos primários e importadores de manufaturas. Pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL -, em consonância com as ideias Prebisch, sustentaram dessa forma a ideia que se desse preferência às importações de artigos manufaturados em relação às exportações agrícolas, admitindo assim, que a agricultura importasse em um menor papel no desenvolvimento holístico.

Uma segunda corrente está assentada na propagação das ideias contidas na obra de Albert Hirschman - *The Strategy of Economic Development* (1965). O referido autor inseriu o conceito de *conexões* como um instrumento para pesquisar como durante o caminho de desenvolvimento, a inversão em um tipo de atividade econômica levava a inversão subsequente em outras atividades que geram rendas.

Outro argumento está na ideia de que as inversões do governo precisariam centralizar-se em atividades em que as implicações decorrentes destas conexões fossem mais significativas e assinalava a superioridade irrefutável da manufatura, levando a concluir-se que a inversão na indústria levaria a um mais veloz e elevado crescimento econômico que na agricultura (EICHER; STAATZ, 1991, p. 14).

Os economistas foram instigados a considerar a agricultura como uma força positiva com potencialidade para o desenvolvimento, assim como colaboraram para incentivar o debate a respeito da interdependência do crescimento agrícola e industrial. Decorrente disso houve uma sensível ampliação na aferição empírica das transições intersetoriais no transcorrer do desenvolvimento. No decorrer da década 1960, o trabalho de pesquisa dos economistas neoclássicos persistiu não somente na inter-relação da indústria com a agricultura e a potencialidade que a mesma poderia exercer no desenvolvimento econômico, assim como ressaltou a questão do entendimento do processo de crescimento agrícola por si próprio.

Em terceiro lugar destaca-se a corrente de pensamento inerente a *teoria da reestruturação ou da dependência*. Neste conceito o pressuposto de desenvolvimento é de um processo de transformação social, fazendo referência a um processo deliberado que procura, como objetivo principal, a equidade de oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional como em relação às sociedades que disponham de padrões mais elevados de bem-estar econômico.

A concepção de desenvolvimento poderia ser compreendida como o cerceamento da pobreza absoluta, a satisfação das necessidades básicas, a liberação da dependência e a mudança da distribuição do poder.

Todavia, estas vias sugerem uma estratégia de desenvolvimento análoga ao da corrente ortodoxa, a industrialização. A percepção desta industrialização norteia-se ao interior, ou seja, uma *estratégia de substituição de importações*. Em decorrência disso, era necessária a inversão na produção de bens industriais que substituam os importados e a renúncia à inversão no setor agrícola.

Os esforços de desenvolvimento agrícola da década de 1950 comportavam tanto a transferência de tecnologia agrícola como o arquétipo norte americano de extensão agrícola.

Estes esforços foram fundamentados no que Hayami e Ruttan (1988, p. 59) designaram de *modelo de difusão* do desenvolvimento agrícola. Para os referidos autores o modelo de difusão do desenvolvimento agrícola ofereceu a base intelectual mais relevante para uma grande parcela do trabalho de pesquisa e extensão em utilização nas propriedades rurais e na economia de produção, desde a chegada, na última metade do século dezenove, da economia agrícola, como uma disciplina separada, vinculando ciências agrárias à economia. Adicionalmente, a sociologia rural, sobretudo a dos norte-americanos, perpetrou a difusão de tecnologia e o progresso da difusão calcada em pressupostos de Talcott Parsons (Teoria dos Sistemas Sociais) que indicavam a sociologia rural particularmente como uma disciplina que deveria fundamentar intervenções no meio rural.

De acordo com Jones

Dessa formulação equivocada deriva-se a grande ênfase que os sociólogos rurais norte-americanos dão aos serviços de extensão rural, como instrumento de vulgarização que devem servir aos processos de difusão de tecnologias, mas sobretudo, à formação de novos sistemas de valores, comportamentos e atitudes no meio rural, objetivando sua adequação ao universo moderno e racional – [...] – único, necessário e positivo para o desenvolvimento econômico e social. (JONES, 1999, p. 17).

Um dos maiores expoentes dessa formulação foi Everett Rogers por meio da obra *Diffusion of innovations* (1962). Os padrões desenvolvidos por Rogers buscavam ressaltar a relação entre as taxas de difusão de uma determinada tecnologia conforme as características da personalidade e os graus de instrução dos agricultores. A compreensão do processo de difusão comportou uma maior eficácia do serviço de extensão agrícola e auxiliou na consolidação da confiança dos administradores rurais e dos planejadores de políticas na validade do modelo. A vasta receptividade do modelo da década de 1950, combinado com a observação das diversidades de produtividade agrícola entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, assim como a hipótese de uma destinação ineficaz de recursos entre os agricultores tradicionais os quais eram considerados ‘irracionais’, induziu a um viés muito favorável à extensão rural em relação à escolha da estratégia de desenvolvimento agrícola.

Dessa maneira, esperava-se a transformação dos agricultores tradicionais em agricultores modernos que respondessem mais racionalmente às oportunidades técnicas disponíveis e realocassem os recursos de forma mais eficaz. Conforme o

modelo acima retratado, o desenvolvimento possuía uma relação próxima com a dinâmica do processo de inovação, o qual se concretiza por meio da difusão de conhecimentos que geram alteração de caráter psicológico.

Na mesma trilha do modelo de difusão de inovação, a tentativa do chamado ‘desenvolvimento comunitário’ nos anos de 1950 e final dos anos de 1960 caminhava hipoteticamente pela crença de que os agricultores eram constituídos de pessoas com baixo poder decisório e que careciam de ajuda externa para implantar projetos de desenvolvimento, assim como conjecturava que o mesmo poderia ser alcançado pela transferência de tecnologias agrícolas.

Imediatamente, foram percebidas as dificuldades para resolverem o problema básico de alimentação de muitos países. Foram detectadas falhas nos numerosos programas de extensão agrícola, assim como dos projetos de desenvolvimento comunitário em conseguirem atingir a finalidade de ampliar com rapidez a produção agrícola. Estas questões foram percebidas por meio da avaliação dois problemas basilares: em primeiro lugar, observa-se que em diversos países havia barreiras estruturais relevantes impedindo o desenvolvimento rural, como por exemplo, a concentração da terra, e do poder.

O segundo elemento que pode ser destacado diz respeito a constatação do interesse em inovar dos pequenos agricultores e consumidores dos países subdesenvolvidos, sucumbindo a ideia predominante que os agricultores estão ligados à tradição.

Conforme Röling (1985, p. 274)

Alguns observadores concluíram que deveriam ser as oportunidades e não a resistência das pessoas os obstáculos do progresso, embora o fascínio a respeito da ‘resistência’ persista em torno da promoção geral da mudança e da crença nas oportunidades sem limites (quando desejadas).

Schultz (1964)⁵ explicita que a aparência capital da agricultura tradicional está relacionada à pequena taxa de retorno do investimento nos fatores agrícolas do tipo que os agricultores vêm empregando nas rotinas há muito tempo estabelecidas.

⁵ Esse mote foi reforçado no livro – ressaltado por Hayami e Ruttan (1988) – de Theodore W. Schultz denominado *Transforming Traditional Agriculture* (1964). Na referida obra o autor compreende o desenvolvimento como a mudança de uma agricultura do tipo tradicional para uma agricultura moderna. Além do que, elucida que o setor agrícola em um amplo número de países pobres é relativamente eficiente no uso de fatores de produção à sua disposição.

Nesta perspectiva, a modificação desse tipo de agricultura demanda da substituição dos fatores tradicionais por um conjunto de outros fatores mais favoráveis.

Na finalização de seu livro ressaltará que a variável chave no esclarecimento das diferenças da produção agrícola é o agente humano, ou seja, é a fonte principal do crescimento econômico oriundo da agricultura (SCHULTZ, 1964). Em resumo, assegurava que os agricultores pobres dos países subdesenvolvidos não eram irracionais e fatalistas (como pretendia Rogers) e sim agentes econômicos que apreciavam a relação custo/benefício na adoção de novas técnicas agrícolas. Deste modo, a origem da pobreza dos agricultores no meio rural é concernente à falta de novas tecnologias disponíveis e adequadas aos agricultores dos países subdesenvolvidos, bem como à falta de investimentos em capital humano para poder criá-las, adaptá-las e utilizá-las. Dessa maneira, a investigação de Schultz apontou para um redirecionamento considerável da extensão agrícola no sentido da inversão na pesquisa agrícola e no capital humano.

O surgimento dessas novas pluralidades impactou fortemente tanto a teoria como a prática do desenvolvimento agrícola. Nesta perspectiva, Mellor (1966) denotou que essas tecnologias para grãos e fertilizantes tinham elevada divisibilidade e se ajustavam em uma escala neutra, de tal maneira que os pequenos agricultores poderiam ser adotadas com facilidade.

Salientava desse modo, que uma produção agrícola pautada em variedades de grande rendimento aprovisionaria a oportunidade de dispor de emprego produtivo para a força de trabalho rural que crescia velozmente, ao passo que produzia os bens de consumo indispensáveis ao abastecimento da força de trabalho industrial emergente.

Assim, esperava-se que as variedades de alto rendimento permitiriam alcançar os objetivos de emprego e de produção. Enfim, procurava por certo equilíbrio entre o ‘fundamentalismo industrial’ – que tendia a ignorar o setor agrícola predominante centralizando-se na tarefa de desenvolver o setor não agrícola da economia - e o ‘fundamentalismo agrícola’ - que se pauta unicamente na explosão demográfica, no estado da nutrição humana, e na obrigação de alimentar um número progressivo de pessoas famintas destacando-se nesse processo, a produção e a produtividade agrícola.

Nesta trilha, foi se delineando uma nova estratégia tendo em vista o crescimento do setor agrícola, a denominada revolução verde⁶.

Entretanto, o entusiasmo inicial que ela provocara foi sendo ponderado uma vez que o tempo passava e auferiam-se dados mais concretos sobre seus resultados, isto é, quando confrontada com as várias críticas. Independentemente de existir um pretenso consenso da sua importância na ampliação da produção e da produtividade de diversos produtos, isso não se verificava quando se falava sobre a distribuição dos benefícios que dela se alcançavam.

Desde o começo até meados da década de 1970 diversos autores argumentavam que,

Com frequência as novas variedades beneficiavam principalmente aos abastados e grandes agricultores em áreas ecologicamente favorecidas, enquanto que muitas vezes empobreciam os pequenos agricultores e arrendatários de terras, em especial aqueles das zonas montanhosas, ao provocar os baixos preços dos grãos e o desalojo de terras quando os fazendeiros viram que resultava mais proveitoso que eles semeassem as terras através de meios mecânicos. (EICHER; STAATZ, 1991, p.18).

Fatos como os já expostos, entre outros como o crescimento da pobreza no meio rural e os impactos causados ao meio ambiente, culminariam nas mudanças sobre o enfoque de desenvolvimento a partir da década de 1970.

Destarte, evidencia-se cada vez mais a distinção feita entre o crescimento econômico e desenvolvimento, visto que muitos países mostravam relevantes taxas de crescimento ao passo que se verificavam um aumento considerável dos problemas sociais. As considerações expostas refletiram-se de tal maneira no meio acadêmico levando a uma guinada na teoria conservadora da modernização em direção ao intitulado enfoque do *Estado de Bem Estar* onde a relevância do crescimento econômico não teria a mesma importância que outrora e o foco central estaria voltado para a questão das desigualdades; o suprimento das necessidades básicas e da geração de emprego, causando modificações na dimensão da economia do desenvolvimento, mormente nos seus indicadores e objetivos.

No que se refere às modificações na dimensão, a economia do desenvolvimento transforma-se em uma área multidisciplinar e quanto às finalidades,

⁶ Segundo Hayami e Ruttan (1988, p. 86) o uso da expressão revolução verde, para descrever a tecnologia das novas cultivares de cereais de alta produtividade, representa uma nota interessante na história da difusão internacional de tecnologia. A expressão foi sugerida, em primeiro lugar, pelo administrador da USAID, William Gaud, em 1968. Mais tarde, a expressão tornou-se amplamente usada em artigos da imprensa e na literatura popular.

adiciona a importância relacionada à distribuição de renda e não somente com o avanço do Produto Interno Bruto - PIB. Resumidamente, surgia nos anos de 1970 a tese do crescimento com equidade, mas, sem a habilidade de elaboração de um corpo teórico com uma visão holística, de longo prazo e que fosse acolhido de forma comum.

1.3.2 A Noção de Desenvolvimento Rural nos Anos 1970

A modificação de enfoque da economia do desenvolvimento no começo da década de 1970 fez com que a agricultura tivesse um papel destacado nos programas de desenvolvimento, sendo que uma razão importante dessa modificação foi o aspecto da pobreza e a baixa produtividade da agricultura nos países subdesenvolvidos. Deste modo, no fim da década de 1960 e princípio dos anos 1970, foi realizada uma pesquisa minuciosa da produção e da comercialização, dos mecanismos de decisão dos agricultores, do emprego rural não agrícola, constituindo-se a complexidade dos sistemas agrícolas. O modelo de inovação induzida e o das inter-relações mútuas entre desenvolvimento agrícola e o crescimento e ampliação de outros setores não agrícolas estabeleceram-se em contribuições importantes nos anos de 1970.

Durante as décadas de 1960 e 1970 os economistas se dedicaram esforçadamente em pesquisar cada vez mais - destacam-se os estudos de Hayami e Ruttan (1988)⁷ - os fatores que influenciavam as decisões dos agricultores arroladas à adoção na diversificação de cultivos e novas práticas agrícolas.

⁷ No fim da década de 1960 e princípio dos anos 1970, foi realizada uma pesquisa minuciosa da produção e da comercialização, dos mecanismos de decisão dos agricultores, do emprego rural não agrícola, constituindo-se a complexidade dos sistemas agrícolas. O modelo de inovação induzida de Hayami e Ruttan (1988). O ponto essencial desse modelo é a orientação ou caminho tecnológico no sentido de poupar a utilização de fatores escassos. Direciona-se no sentido de liberar obstáculos à produção agrícola colocados por fatores com uma oferta relativamente inelástica. Três características devem ser destacadas na formulação do modelo: desenvolvimento de tecnologia compatível com as condições ambientais e econômicas; o setor público deve possuir um comportamento inovativo no processo de mudança técnica e, finalmente, a importância do processo histórico de desenvolvimento econômico, o qual refletirá as forças econômicas que estimulam mudanças técnicas e institucionais. Os pontos críticos do modelo situam-se nos casos de distorção de alocação de fatores (p. ex., alta concentração de terra) e também na existência de um sistema efetivo de comunicação de informações (de mercado ou não) entre produtores, instituições públicas de pesquisa, firmas privadas e mercados de fatores e de produtos. O modelo de inovações induzidas de Hayami e Ruttan trouxe um grande aporte ao considerar o progresso técnico como uma variável endógena ao desenvolvimento, diferentemente dos modelos de crescimento dos anos 50 que a consideravam como exógena.

Ao lado disto, a década de 1970 foi marcada pelo debate crítico, entre clássicos e neoclássicos no que diz respeito ao desenvolvimento econômico dos anos 1950 e 1960 e os economistas radicais. Este debate vinculou-se às reações das consequências desastrosas da revolução verde e dos programas norteados pelo crescimento agrícola colocando economistas, políticos de países subdesenvolvidos e as agências internacionais de ajuda a priorizarem os problemas ligados as necessidades básicas, a renda e emprego. Este enfoque estaria voltado para os princípios de uma mudança planejada com enfoque integrador. Desta maneira, origina-se o desenvolvimento rural como arquétipo de desenvolvimento e disciplina acadêmica. Esta modificação de abordagem no desenvolvimento econômico tinha como efeito um papel mais relevante para a agricultura nos programas de desenvolvimento.

O enfoque do Desenvolvimento Rural Integrado (DRI) se apoia em uma relação estreita entre as condições técnicas e econômicas da produção (nível de projetos), a política econômica (planejamento macroeconômica), as estruturas de poder e valores sociológicos e o marco administrativo e institucional (DELGADO, 1994).

Diante disso, o DRI procura a combinação num mesmo projeto de elementos que proporcionem a ampliação da produção agrícola - serviços que apoiem à produção e à modificação agrícola -, e ao mesmo tempo aperfeiçoem os vários serviços sociais basilares.

Os referidos projetos revelaram-se adequados para a ampliação de determinados serviços sociais com maior agilidade que a ampliação das atividades econômicas produtivas, todavia, mostravam complexidade para implementação e gestão, devido aos custos administrativos elevados, ao desconhecimento das possibilidades técnicas locais, bem como às restrições estabelecidas pela estrutura agrária e por instituições locais, o que tornava difícil sua extensão para áreas maiores.

Eicher e Staatz (1991, p. 32), sintetizando o estudo nos anos de 1970, verificaram que os seus efeitos microeconômicos colaboraram para o acúmulo de informações sobre os comportamentos dos agricultores, dos obstáculos para a expansão da produção agrícola e não agrícola da ocupação e da renda, assim como a complexidade e a natureza do processo de desenvolvimento agrícola em condições específicas. Entretanto, ao mesmo tempo, os autores constataram precariedade na atenção dada à investigação de natureza macroeconômica como, por exemplo, na possibilidade que a agricultura poderia desempenhar na modificação estrutural de países subdesenvolvidos, bem como em políticas alimentares.

O auge e o declínio desta estratégia foram na década de 1990. Surge na metade desta mesma década, outra abordagem denominada de *necessidades básicas*, proposta por Paul Streeten e por diversos economistas do Banco Mundial e difundido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta abordagem insistentemente defende que os projetos de desenvolvimento devam priorizar o avanço do nível de bem-estar dos desprovidos economicamente através de projetos visando à melhoria da nutrição, da moradia, da educação, da saúde, e não da ampliação das taxas de crescimento.

Ainda que as intenções destes projetos fossem louváveis no sentido de melhorar a qualidade de vida da população e ao mesmo tempo obter uma taxa de crescimento econômico maior, observou-se que quando as rendas iniciais são consideravelmente baixas é imperativo investir igualmente em atividades produtivas, bem como na estruturação da base econômica com a finalidade de financiar esses investimentos.

Desta forma, no princípio dos anos de 1980 constata-se um ressurgimento da obrigação de se priorizar o crescimento e os demais tipos de atividades de desenvolvimento, admitindo-se a ineficiência ao se pretender obter um padrão de vida aceitável aos pobres do campo quando meramente se provém a distribuição dos bens disponíveis.

Um dos legados mais importantes deixados nos anos de 1960 e 1970 foi o de que o desenvolvimento rural carece de instituições locais robustas e indivíduos capacitados, e da compreensão de que é necessário transcender as abordagens sempre procurando um caráter interdisciplinar para a solução dos problemas.

1.3.3 Desenvolvimento Local e Sustentabilidade: Anos 1980 e 1990

No término da década de 1970 e início da década de 1980 renasce a indagação sobre as concepções teóricas de desenvolvimento da mesma maneira como havia sido concebida desde a Segunda Guerra Mundial.

A proposição de uma *Nova Revolução Verde* adquire um papel preponderante para os governos no financiamento e concretização de infraestrutura rural, da investigação agrária e do fornecimento dos elementos de produção e de educação, em antagonismo à estratégia da primeira *Revolução Verde* que concebia o mercado como mecanismo exclusivo para as mudanças socioeconômicas. Assim, concretizou-se um conjunto de interferências externas, centralizado em agências do

estado que buscavam introduzir novos padrões para a produção agrícola, novos elos entre as explorações agrícolas, mercado e agências de mercado, bem como, de inovações tecnológicas - mudança dos saberes, conhecimentos e técnicas tradicionais em voga -, novas formas de socialização, treinamento técnico e econômico e novos modelos de papéis e identidades para os agricultores e por extensão, para suas esposas.

Estes programas de influência externa pautavam-se em abordagens do tipo *top down* nas quais as comunidades rurais não eram verdadeiramente protagonistas. Desta forma, o meio rural continuou manifestando suas diferenças no nível de desenvolvimento, sua sociedade com pouca ou nenhuma articulação, em decorrência do êxodo agrícola e rural, entretanto também mostrando uma considerável diversificação da situação social e econômica.

As possibilidades de desenvolvimento do meio rural se vinculavam e condicionavam intrinsecamente ao ingresso de fatores externos. As modificações que tinham por objetivo a melhora nas condições de vida alicerçaram-se no desenvolvimento de infraestruturas físicas e aportes de financiamento de uma parcela de empresas que estavam presentes nesse espaço. Muitas destas melhoras estruturais eram ajustadas exclusivamente com projetos de grande escala, deixando de lado um grupo considerável de moradores das áreas rurais que não conseguiam incorporá-las. Nesta conjuntura, o desenvolvimento agrícola era análogo ao desenvolvimento rural.

Com a presença de intensas mudanças na economia mundial, sobretudo na década de 1980, e com a manifestação dos tempos de crise, evidencia-se a importância de privilegiar-se o plano local em detrimento do nacional. Nesta perspectiva, o local se encaixou de alguma maneira, ao processo de desenvolvimento tornando-o tanto um conceito como uma prática global, conferindo-se como uma prática eficiente ou uma reação a esta crise. Consequentemente, uma série de soluções locais manifesta os processos de negociação e o desenvolvimento local passa progressivamente a estabelecer-se como um processo de construção social.

Por vezes mencionado como abordagem *bottom-up*, ou seja, de baixo para cima ou participativa, os enfoques básicos do desenvolvimento rural local eram três. Primeiro, a atividade de desenvolvimento inserido em uma estrutura rural antes do

que setorial (agricultura). Em segundo lugar, a atividade econômica é reformulada no sentido de potencializar a permanência de benefícios no interior do território, mas também para valorizar e explorar os recursos físicos e humanos do local. E finalmente, o desenvolvimento é considerado conforme o contexto por dar ênfase às necessidades, capacidades e às óticas da população local (RAY, 1997, p. 345).

O modelo de desenvolvimento adquire uma dimensão ética por focar o princípio e o processo de participação local no planejamento e na implantação de medidas e enfatiza discursos de cunho ambiental, cultural e de comunidade na intervenção do desenvolvimento rural. O mote do meio ambiente passa a ocupar uma parcela da retórica política, embora tenha passado, na década antecedente, por popularização em detrimento do movimento ambiental.

Somente a partir dos anos 1980 que categoricamente começou a utilizar-se o conceito de sustentabilidade e a questão ambiental aos poucos foi se incorporando aos programas de desenvolvimento em geral. Desta maneira, surge um clima adequado para internar-se a questão ambiental nos estudos socioeconômicos e de planejamento do desenvolvimento como um todo.

Segundo Wilkinson,

O princípio da sustentabilidade envolve conceitos alternativos de tempo e de espaço produtivo, cuja internalização como custo tem implicações radicais para a organização da atividade produtiva. A literatura sobre esta questão é ampla e crescentemente operacional a medida que define medidas regulatórias que podem levar tanto à internalização dos custos da atividade produtiva quanto à definição de novas noções de formas aceitáveis de atividade econômica. [...] A internalização dos custos sociais totais em relação a sistemas de produção específicos é tanto mais polêmica quanto difícil de aprender em termos da sua operacionalização. Numa abordagem neoclássica, em princípio a proposição é inaceitável uma vez que sempre haveria uma tendência ao equilíbrio e à reabsorção de pessoas e recursos dentro do sistema econômico. (WILKINSON, 1997, p. 7).

Resumidamente, esta revisão dos delineamentos econômicos do desenvolvimento rural comporta assegurar que este se originou da necessidade de equacionar uma das dificuldades mais graves geradas pelo desenvolvimento agrícola, qual seja o aumento da pobreza rural.

Na década de 1980 esse mote é atualizado, decorrente do aumento nas disparidades do nível de desenvolvimento entre as regiões urbana e rural, mormente nos países desenvolvidos, entretanto, a sua representatividade, seu alcance e transcendência são significativamente maiores, justamente nestes países.

Contudo, vislumbra-se a carência de uma teoria de longo prazo que permita amparar as estratégias propostas e gestadas nos anos posteriores. O crescimento da produção/agrícola não garante as condições necessárias para promover o desenvolvimento rural puramente porque à vida rural não pode-se atribuir mais fundamentos unicamente produtivo nem muito menos agrícola.

1.4 O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO PARANÁ

1.4.1 O Paraná e as Economias com Bases Extrativistas

Tanto o processo de ocupação como aquele relativo ao desenvolvimento econômico paranaense ocorreram mediante ciclos que não foram contínuos, sendo que cada um deles aproveitava muito pouco do precedente. A atividade econômica que conduziu esse processo não foi capaz de proporcionar para sua sucessora uma continuidade, tão pouco um espaço para criação de ocupação e renda.

Portanto, são ciclos diferentes, sem relação direta e fragmentados entre si, quando falamos da formação histórica e econômica do Paraná.

A ocupação e exploração econômica da área que forma atualmente o Estado paranaense teve início no século XVI, essencialmente mediante três frentes, provenientes de diferentes direções, quais sejam: a de procedência portuguesa, que formou o núcleo de Paranaguá; após veio aquela que foi organizada pelos espanhóis, que entrou pela região oeste; e por fim a das bandeiras, expedição exploradora que partiu de São Vicente e de São Paulo (MAGALHÃES FILHO, 1996).

Nesse período inicial a exploração feita pelos espanhóis foi mais acelerada e intensa. Por ocasião dos constantes conflitos com os indígenas e a falta de interesse da Espanha pela região essa frente de exploração ofereceu o problema da pacificação dos índios aos jesuítas que criaram em pouco tempo treze reduções nas terras entre os rios Paraná e Tibagi. Para Magalhães Filho (1996, p. 132) [...] “foi a primeira experiência de um sistema de agricultura comunal, baseada na propriedade coletiva da terra e da produção” [...].

Entretanto, o experimento teve caráter restrito no espaço e no tempo, devido ao encontro com a outra frente de expansão exploradora, que tinha como objetivo apanhar índios pacificados e catequizados das *reduções* para negociá-los como

escravos, mesmo não desenvolvendo atividade econômica significativa no que diz respeito à permanente ocupação territorial. Como os indígenas não se submetiam facilmente ao trabalho considerou-se esse tipo de mão de obra de segunda classe. Destarte, pode-se dizer que a captura e o comércio dos índios organizou-se como sendo a primeira atividade econômica assente dos grupos de população não voltados à indústria açucareira (FURTADO, 1998; PRADO JR., 1998). A exploração do ouro enquanto atividade econômica até chegou a ter alguma importância. A Baía de Paranaguá, e leitos de rios – ouro de aluvião - como, por exemplo, no Nhundiaquara, foram locais de exploração. Como ápice desse ciclo, temos a formação dos arraiais, nutridos pela pequena agricultura. Isso ocorreu no início do século XVII.

Padis menciona que,

Mesmo a busca do ouro, nada mais foi do que uma consequência do comportamento econômico da Europa. Embora ela tenha sido no Paraná a causa primeira de sua ocupação, determinando o aparecimento de alguns núcleos urbanos, a dimensão das descobertas e o valor das extrações não atingiram importância significativa. (PADIS, 1981, p. 40).

Com o esgotamento do ouro – que aconteceu em algumas décadas – a ocupação continuou fundamentada na agricultura de subsistência, sobretudo no trigo, com amplas propriedades isoladas em pequenas vilas. Ainda que tenha ocorrido a decadência da mineração, essa agricultura permaneceu e deu sustentação a ocupação das antigas áreas mineradoras. Em seguida, o descobrimento de ouro nas regiões de Caetés e no Vale do Rio das Velhas em Minas Gerais, nos últimos anos do século XVII, a área que corresponde ao Estado do Paraná atualmente, bem como, toda a região Sul, obteve respeitável desenvolvimento. Ainda que não se eliminassem as atividades de mineração e de cultivo de alimentos, assim como, a exploração da erva-mate, foi a criação e a comercialização de gado a atividade econômica que mais se destacou nesse momento de seu desenvolvimento.

De acordo com Magalhães Filho,

A pecuária passou a ser uma atividade produtiva predominante, enquanto as pessoas com recursos os aplicavam na compra de animais, no sul, para revendê-los em Sorocaba. Surgiu assim a figura do tropeiro, que era intermediário entre o criador do sul e o comprador da feira. Desenvolveram-se as atividades vinculadas do tropeirismo, desde as pousadas até a produção de alimentos, alguns dos quais exportados junto com as tropas. (MAGALHÃES FILHO, 1996, p. 135).

Desse modo, ao mesmo que no Estado do Rio Grande do Sul se desenvolviam atividades de criação de gado, que atravessava o 'caminho do sul' desde Guaíba à Sorocaba, os campos de Curitiba se tornavam área de extrato do gado que, provindo do sul, instalava-se nesse local, para depois ser comercializado.

Desta maneira, a ocupação do território paranaense estendeu-se incentivando a formação junto às rotas e aos melhores pastos, de invernadas, ranchos e pousadas que deram origem a lugarejos e povoados que após algum tempo seriam destacadas cidades, entre as quais, pode-se citar Ponta Grossa, Palmeira, Castro, Lapa, Piraí e Jaguariaíva.

Todavia, foram ligadas à características particulares que se deu a ocupação dessa região. As posses iniciais na área dos Campos Gerais a partir das primeiras décadas do século XVIII foram feitas pelos ricos e poderosos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá, não como uma forma de ocupação definitiva (trazendo família, escravos, padres, agregados, etc.) e sim como um negócio rentável a ser explorado.

Dessa forma, para se obter uma propriedade na região dos Campos Gerais era comum o interessado destinar um preposto, junto com escravos para tomar posse da terra por meio da liberação de algumas cabeças de gado. Passados alguns anos, defendia a posse da terra requerendo a concessão da sesmaria. As propriedades detinham área entre 4 a 8 mil alqueires, ou seja, eram áreas de grandes extensões que se estendiam de 9.680 a 19.360 hectares.

Para Wachowicz,

No início, a população e a produção dessas fazendas ligava-se apenas a São Paulo, ainda que alguns de seus proprietários fossem residentes em Paranaguá. [...] Essa dependência inicial dos Campos Gerais de São Paulo, ocorreu na região central e norte dos mesmos. Na parte sul, isto é, nos campos da Lapa e Palmeira, tal fato não ocorreu. (WACHOWICZ, 1995, p. 76).

De qualquer modo, assim como a população, a produção da maior parte dessas sesmarias estava subordinada a São Paulo e, por intermédio deste, aos centros consumidores, originando protestos consecutivos, contra a situação de isolamento econômico. Além do que, pode-se observar a discrepância entre a riqueza dos latifundiários com a pobreza da população em geral.

Assim, praticamente toda a área dos Campos Gerais era ocupada por extensas propriedades de pecuária extensiva. Entretanto, verificavam-se também na região os chamados sítios que eram pequenos estabelecimentos agrícolas, ou pequenas propriedades ocupadas e exploradas por posseiros. Algumas destas propriedades se localizavam nas faixas de matas vizinhas aos campos, outras nos arredores de povoados ou mesmo nas margens das estradas das tropas e no interior das fazendas.

Nessas pequenas propriedades era desenvolvida uma agricultura rudimentar com a criação de poucos animais (vacas, cavalos, muares e pequenos animais), também era feito o cultivo de milho e feijão encaminhado para o abastecimento da população envolvida com a pecuária, bem como à população litorânea que era a mais importante consumidora.

Todavia, uma parcela de moradores, não tinha acesso às terras mais férteis, bem como, produzia para o autoconsumo, pois não lograva êxito na vazão da produção de suas lavouras. Deste modo, uma parte desses moradores, que residiam nas terras com menor aptidão ao cultivo, não plantava nem mesmo para o consumo próprio, obtendo seu meio de subsistência pela condução de erva-mate até Paranaguá.

A economia do estado do Paraná continuou em crescimento no transcurso do apogeu do período de exploração aurífera. Contudo, com a decadência da economia do ouro nos últimos vinte e cinco anos do século XVIII, o mercado limitou-se e o tropeirismo entrou em retrocesso. A segunda etapa de expansão do tropeirismo alcança seu auge em meados do século XIX, com a prosperidade proporcionada pela expansão cafeeira, mas com novas feições. A concorrência estabelecida pela utilização de estradas de ferro, assim como o período de retrocesso econômico que foi acompanhado pelo esgotamento do ouro de Minas Gerais, acabam por liquidar o ciclo de tropeirismo.

Mormente, a economia do Paraná fica estagnada novamente e a agricultura de subsistência passa a ser outra vez a atividade principal, mas agora se expandindo em termos geográficos para Região Oeste do Estado (Palmas e Guarapuava) em direção do Terceiro Planalto. Foi predominante nesta ocupação a pecuária extensiva integrada aos baixos níveis de produtividade.

Paulatinamente, uma nova atividade econômica começa a se destacar: o extrativismo e o preparo da erva-mate, especialmente com mais intensidade após 1722, quando foi permitido o comércio com os mercados platinos - Buenos Aires e Montevideu - e Chile, uma vez que o produto já era largamente consumido desde o começo da ocupação do Estado do Paraná.

Anteriormente a este período de exportação, a extração de erva-mate já era realizada como uma atividade de modo complementar à agricultura de subsistência pelos colonos que fixaram-se nos sertões e por retirantes que não possuíam nem mesmo instrumentos ou capital que permitissem a sua permanência nas vilas e povoados criados, restou somente a busca de áreas que lhes assegurassem qualquer forma de cultivo de subsistência. Além destes, colonos oriundos do processo de imigração europeia estavam presentes também em núcleos disseminados e colônias isoladas destinadas às atividades agrícolas.

Consistiu nesses núcleos e colônias a maior contribuição para o povoamento do Estado do Paraná. Dirigiram-se ao Paraná especialmente famílias de imigrantes de origem alemã, polonesa e italiana estabelecendo-se nele a partir da metade e final do século 19.

Dessa forma, podemos dizer que a extração de erva-mate já era efetiva no interior da floresta por essa população, desde aquela época beneficiando um modelo de ocupação extensiva e rarefeita. A concessão de terras devolutas pelo Governo do Paraná às companhias particulares - inglesas e argentinas -, essas, exploradoras da erva mate nativa e da madeira regional de forma predatória também influenciou neste processo de ocupação.

Em resumo, quando analisarmos mesmo que brevemente o ciclo da erva-mate no Estado do Paraná pode-se emitir algumas conclusões, quais sejam que foi uma atividade complementar à agricultura de subsistência, e sua produção era encaminhada aos núcleos populacionais de regiões próximas; a extração da erva-mate, à medida que conquista novos mercados, e que torna-se uma atividade rentável – principalmente, devido à Guerra do Paraguai – é alvo de domínio por parte das companhias estrangeiras, as quais aproveitam-se da mão de obra farta desses pequenos agricultores assalariando os mesmos.

Desse modo, essa atividade se fazia necessária sob o aspecto do costume de consumo, desde os povos indígenas até a população em geral, sem que pudesse

se constituir num setor próspero da economia que pudesse ser altamente rentável e atrair um setor 'empresarial', ela foi exercida por pequenos agricultores.

Tendo em vista que esta atividade ganha um impulso do mercado externo tornando-se muito atrativa e lucrativa, os empresários tomam o comando da atividade e os pequenos agricultores deixam de exercê-la de forma autônoma, sendo subordinados às empresas.

De modo paralelo a esta atividade, no fim do século dezenove a madeira no Estado do Paraná passa pela exploração comercial em decorrência dos estímulos internos (crescimento econômico brasileiro, fundamentalmente atrelado à expansão do cultivo cafeeiro) e externos (início das exportações para outros países do mundo).

Assim, da mesma forma que a extração da erva-mate, também a exploração das gigantescas florestas de araucária dos planaltos paranaenses tinha como finalidade, desde o princípio da ocupação, atender a produção de artigos de madeira necessários ao consumo local. A atividade de exploração de transformação e transformação da madeira até meados do século dezenove teve um caráter de consumo restrito ao mercado local não conseguindo atingir suas perspectivas promissoras de desenvolvimento.

Com as novas possibilidades de crescimento e de se tornar um ramo de atividade rentável, a economia baseada na madeira chamou a atenção de capitais externos (estrangeiros), mormente os de origem norte-americano e o inglês, estes intimamente ligados ao setor ferroviário. Contudo, a economia madeireira não foi totalmente concentrada no capital externo, conservando-se um setor madeireiro local, industrial e exportador respeitável (MAGALHÃES FILHO, 1996).

No período relativo entre as duas guerras mundiais no século vinte a economia do Paraná solidifica-se, alicerçada nas duas atividades extrativas supramencionadas: a erva-mate e a madeira. Na segunda década do século passado a economia ervateira estagna-se a partir daí, a economia madeireira fortaleceu-se e iniciou uma nova fase de expansão estabelecendo-se como principal atividade interna e também de exportação, isto até a década de 1940 (IPARDES, 1976, p. 30). Assim, conforme uma das economias extrativas se desarticulava, a outra se reforçava, resultando numa certa compensação em termos de ocupação e de renda na substituição gradativa da erva-mate pela exploração madeireira no Estado do Paraná.

Todavia, de acordo com Carmo⁸,

A extração da madeira sempre foi uma atividade de economias externas do sistema condutor da economia paranaense, pois é óbvio que a indústria da construção para a habitação e outros serviços era necessária. Porém, o surgimento como indústria extrativa de peso na economia estadual passa a se caracterizar no momento em que começa a atender a demanda externa. (CARMO, 1981, p. 45).

Nesse período ainda pode-se verificar que os núcleos de imigrantes de origem europeia desenvolveram uma agricultura de subsistência com pequenos excedentes comerciáveis. Estes diversificaram a produção agrícola, fomentaram a produção de suínos, de leite e de laticínios. Todavia, a composição geral da economia paranaense modificou-se pouco, permanecendo intensamente dependente das atividades primárias exportadoras (MAGALHÃES FILHO, 1996).

Esse quadro apresentar-se-á de forma mais veemente na emergência e consolidação da cultura cafeeira. Desse modo, ainda que seja em pequena dimensão, vai surgindo outro produto que começa a ser introduzido nos mercados platino e oriental, sucedendo, sobretudo à erva-mate, a cultura do café.

Apesar de, a erva-mate ter se constituído como atividade mais importante com um comportamento bastante preeminente, a partir de 1914 começa a perder importância em decorrência da participação crescente de outros produtos na economia local: o café especialmente e, secundariamente a economia madeireira.

Antes de se referir a expansão da atividade cafeeira cabe destacar os fatores que determinaram a quebra do empreendimento madeireiro. Para Padis (1981), estão ligados, primeiramente aos problemas no transporte, estradas como estados precários de conservação, aumentando custo do frete; e em segundo lugar, a baixa qualidade no produto industrializado, decorrente da falta de cuidados técnicos, notadamente aqueles relacionados à seleção e ao período correto para o corte das árvores, o que ocasionava rápida deterioração do produto.

1.4.2 Do Extrativismo para o Café: A Passagem da Economia

A outra grande atividade que colaborou para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná foi a do café. Dentre todos os ciclos

⁸ Carmo também destaca que a madeira desempenha um importante papel na economia estadual, apesar do franco declínio (1981, p. 47).

econômicos que aconteceram no Paraná, o cafeeiro foi aquele que deixou marcas mais intensas na economia agrícola estadual.

Proveniente de terras paulistas, o cultivo do café ligeiramente se desenvolveu na segunda metade do 19 e chegou a região nordeste do estado, porém, rapidamente expandiu-se para região norte, primeiramente nas terras ocupadas e delimitadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Em seguida alcançou as margens do rio Paraná, visto que esta região possui terras férteis e favoráveis ao desenvolvimento da cultura, a despeito do perigo constituinte pelo clima, em particular o evento de geadas.

Todavia, de acordo com Magalhães Filho (1996, p. 47), a região do Norte Velho, desde o princípio, esteve ligada à economia paulista, cuja qual parecia ser um prolongamento. Até o fim da Segunda Guerra Mundial a cafeicultura paranaense não tinha um desenvolvimento pleno, em parte pela ação constrangedora que sofria dos estados produtores, especialmente, o Estado de São Paulo. Em decorrência disso, o Paraná não se apresentava como um grande produtor de café.

A constituição de um ramal ferroviário - que ligava Jaguariaíva a Jacarezinho – foi uma tentativa inicial do Paraná na tentativa de estimular que a sua produção fosse exportada pelo Porto de Paranaguá, sendo que era toda escoada pelo Porto de Santos. Esta tentativa foi frustrada, sendo que, tal frustração nas palavras de Wachowicz (1995, p. 261) ocorreu por diversos aspectos, entre os quais, destacam-se, a falta no norte do estado de firmas do Estado do Paraná que adquirissem e beneficiassem produtos agrícolas; em segundo lugar, os vínculos pessoais de amizade que conectavam os proprietários das empresas instaladas na região junto aos comerciantes e empresas exportadoras do Estado de São Paulo; e finalmente, as tarifas ferroviárias mais baratas nas vias férreas paulistas. Desse modo, uma grande parcela da produção, bem como da riqueza ficaria em São Paulo.

Mesmo com medidas de estímulo por parte do governo do Paraná, no sentido de escoar a produção do café pelo porto de Paranaguá, como a diminuição das taxas de exportação e a criação de empresas particulares para concorrer nas regiões produtoras, com as paulistas, o Estado paulista prosseguiu com o a apropriação dos excedentes gerados pela atividade, fazendo com que as medidas do governo paranaense surtiram pouco efeito. Apesar disso, em menos de uma década, a expansão cafeeira do Paraná aumentou de forma extraordinária.

Os números demonstram este processo: a área plantada com café que antes era de 130 mil hectares em 1945, aumenta para 567 mil hectares em 1955 e, para uma área de mais de um milhão de hectares em 1958. A produção salta de 1,1 milhão de sacas na safra de 1946-1947 para 20,7 milhões na safra 1959-1960, superando o Estado de São Paulo que era até então o maior produtor nacional (MAGALHÃES FILHO, 1994, p. 8).

O admirável progresso da economia cafeeira se sobrepõe à história da ocupação da região norte paranaense. A colonização empreendida por companhias japonesas e uma inglesa integradas à ação do governo estadual estabeleceram um forte impulso resultando na divisão da terra em pequenas propriedades e consequentemente, sua ocupação por uma influência gigantesca de imigrantes e emigrantes. Manifestamente, essa forma de ocupação engendrou a economia agrícola da região.

Segundo Padis (1981) as áreas de extensões reduzidas ao serem cultivadas, não precisavam de um volume grande de capital e contavam com a mão de obra familiar para realizar o cultivo, na maioria dos casos. A dimensão dos lotes variava entre cinco e quinze alqueires, e em aproximadamente quarenta anos, onde existia uma área despovoada, somente com a presença mata densa, representando 36% do território, transforma-se em região que, representava 34% da população do estado, difundida em 172 cidades, algumas de porte considerável. Isso ocorre em 1960 (PADIS, 1981).

A população que se abrigou nesta região era oriunda de várias partes do Brasil: Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, da região Nordeste, bem como, de origem estrangeira: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, poloneses, ucranianos, japoneses, etc., trazendo consigo vários padrões culturais à região.

Com a ampliação da área cultivada de café e de outras lavouras a ela integradas, nas décadas 1940 e 1950, o efeito mais imediato foi, além de um acelerado crescimento populacional, a inserção de um setor comercial ligado às atividades secundárias e terciárias de transporte, beneficiamento e comercialização que a própria produção exigia.

A este processo se agregou a conjuntura internacional favorável – a crise do algodão em 1932 -, bem como, à presença de uma rede de transportes, e a localização próxima dos núcleos ‘proto-urbanos’ embrionários cooperaram

decisivamente para tornar mais fácil a comercialização dos produtos, proporcionando condições muito favoráveis aos colonos recém instalados e ao rápido crescimento da região.

Contudo, não será através da economia cafeeira que se dará a consolidação econômica da região, e sim, com recursos provindos do seu cultivo e alocados em outras atividades, em outros termos, as economias externas resultantes dela, ou seja, a rede bancária, corretagem, representação (PADIS, 1981).

Por conseguinte, o Estado do Paraná no final da década de 1930, passa por um processo que transformou totalmente suas bases econômicas, originando implicações exacerbadas em seus aspectos demográficos, na distribuição territorial da população e da riqueza, na força de trabalho, etc.

A partir deste momento de entusiasmo, nos anos 1950 da início a um período cético, em decorrência de intensas quedas de produção, da renda e das receitas estaduais em função das questões adversas de climas (episódios de geadas nos anos de 1953 e 1955), assim como, a ampliação da demanda de serviços públicos nas regiões ocupadas de modo recente.

Além dos problemas de comunicação entre as regiões norte e sul do estado - e o consequente empenho da parte do governo estadual no sentido de suplantá-las, aumentando, assim, as possibilidades de escoamento da produção -, nos anos vindouros, alguns novos elementos colaborarão para colocar a economia do café em crise e introduzir uma fase de decadência.

Entre esses elementos Wachowicz (1995, p. 262) destaca os seguintes: a) a ocorrência de geadas em 1963, 1964, 1966 e 1969; b) a política de erradicação de cafeeiros, com o objetivo de enfraquecer a produção nacional; c) o desenvolvimento inicial de um novo produto de grande aceitação internacional, a soja; d) o temor de ocorrência de novas geadas que prejudicassem a produção cafeeira, o que, realmente ocorreu alguns anos depois.

Considerando a importância da cultura do café no cenário econômico do estado e os efeitos de grande proporção causados pelas geadas, inicialmente houve a diminuição na produção física com graves implicações sobre a renda dos agricultores paranaenses.

Desse modo, os produtores de café não estavam mais dispostos a se arriscarem às perdas decorrentes desse fenômeno climático e decidiram,

inicialmente, de forma paulatina, mas em seguida de forma acelerada, dar prioridade ao cultivo de outros produtos, quais sejam a soja, o trigo, assim como a exploração pecuária. Um fato determinante neste processo e que costuma ser pouco enfatizado nas análises do período foi a geada negra⁹ de 1975, que causou a erradicação de amplas áreas de café e a consequente dispensa de força de trabalho ocupada que iniciou a migração para os centros urbanos do estado ou ainda a outras unidades da federação. Esse aspecto adquire importância na formação de um novo padrão de transformações na estrutura e nas relações de produção originando a segunda grande transformação ocorrida na base econômica do Estado.

1.4.3 O Desenvolvimento Agrícola e a Diferenciação Social

Com o incremento da política de desarraigamento dos cafezais tomada entre 1965 e 1967, o estado do Paraná entra na década de setenta apresentando uma ampliação rápida do cultivo de diferentes tipos de produções.

Dentre outros aspectos, o depauperamento do ciclo do café permitiu a implantação, no início da década de 1970, do programa denominado de 'corredores da exportação', com a finalidade explícita de promover a produção de algumas *commodities*, entre as quais, a soja e a carne, assim como, o crescimento da produtividade por meio da intensificação da utilização de insumos industriais e da mecanização agrícola.

Estas medidas perpetraram em uma política econômica, de maneira mais ampla, na conjuntura do Estado brasileiro, originadas a partir de 1967, e que privilegiam um tipo de agricultura de caráter empresarial.

Nessa perspectiva, políticas de crédito e de auxílios foram criadas, com o objetivo de aumentar as possibilidades de investimentos maciços dos produtores rurais na compra de máquinas e de insumos. Permitindo assim, a vinculação dos objetivos de ampliação de mercados para os produtos de procedência industrial e,

⁹Essa geada foi considerada negra primeiro porque foi de ventos frios, mas também, também, pelas suas graves consequências: acelerou drasticamente o êxodo rural. Na noite de 17 de julho de 1975, as plantações de café do norte do Paraná foram dizimadas em questão de horas. Uma severa geada se abateu sobre a região naquela madrugada, e os termômetros chegaram marcar -10°C na relva. Na época, saíam aproximadamente 10,2 milhões de sacas de 60 kg dos cafezais do Estado, que era responsável por cerca de metade da produção do Brasil, o maior produtor do mundo até hoje. (Folha de São Paulo, Caderno AGROFOLHA, p. F2, 31/10/2000).

simultaneamente, o aumento da produção de matérias primas para as indústrias alimentares emergentes num país em processo de urbanização.

Com isso, foi possível efetivar uma bem sucedida estratégia de modernização agrícola na região Sul e, particularmente, no Paraná onde existiu uma reunião de vários elementos que estimularam esse processo.

Estes elementos consistiram em: a) presença de um respeitável setor empresarial rural com relativa capacidade aquisitiva e, de certa maneira, preocupado com a elevação da produtividade e da receita das explorações agropecuárias, mediante a diminuição dos custos de produção; b) em uma política de incentivos oficiais combinados com os poderosos interesses das indústrias de insumos, máquinas e equipamentos, assim como as condições adequadas de solo e clima.

Assim, a economia do Paraná sofreu uma série de alterações consideráveis a partir dos primeiros anos da década de 1970 e que se prolongarão e serão reforçadas nas décadas que seguiram, especialmente na década de 1980.

Desse modo, houve uma forte expansão produtiva nos anos 1970, dependente não mais unicamente pela preocupação com a incorporação de terras ao processo produtivo, mas, além disso, através de absorção de inovações técnicas e diversificação na pauta de produtos.

Neste período, o grande impulso da ampliação foi o acréscimo nas áreas com as lavouras de soja e trigo e com pastagens plantadas no estado todo.

Esta alteração na relação de produtos, com a mudança de culturas de tipo 'colonial' por culturas 'nobres', tecnicamente 'modernas', deriva de um processo complicado, ocorrido a nível nacional, no relacionamento entre indústria e agropecuária. Este elemento foi decisivo no crescimento significativo do número de máquinas agrícolas e insumos modernos, oriundos da atividade industrial que começavam a modificar qualitativamente o perfil social e econômico do Paraná.

Segundo o IPARDES (1987) e as análises de Fleischfresser (1988), no decorrer da década de 1970 pode-se verificar aumento no uso da força de trabalho mecânica e equilíbrio relativo no uso da força de trabalho animal. Entre os anos 1970 e 1975 aconteceu uma acelerada incorporação da mecanização, mormente, entre os produtores proprietários, mas também entre os não proprietários, contudo, de forma acanhada, permitindo um acréscimo da área trabalhada com estas máquinas. Por conseguinte, o fenômeno de expansão produtiva e inclusão de

tratores resultaram em um novo ajustamento da dimensão dos estabelecimentos: isso aconteceu tanto através da compra direta das terras, como pela recuperação das terras dos estabelecimentos que estavam em regime de parceria e arrendamento.

Quando analisado o aumento relativo de aquisição de tratores entre os estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, os dados mostraram uma ligeira, mas desigual inclusão desses equipamentos pelos produtores rurais nos estabelecimentos.

A redução do espaço médio trabalhado pelos tratores entre os segmentos de menor representatividade nas extensões físicas não está apenas relacionado à inclusão de novos tratores, mas também se refere a uma diminuição na área trabalhada demonstrando o processo de expropriação ocorrida por este grupo e sua diferenciação social.

Essa modificação tecnológica bem longe de ser homogênea demonstrou ritmos distintos em suas microrregiões, apesar disso com uma tendência à difusão regional. De acordo o IPARDES (1987, p. 129), esta diferença regional explicasse levando-se em consideração alguns aspectos: primeiramente, falta de uma política tecnológica para o setor agrícola que se importasse com a variedade de circunstâncias agroecológicas e os diferentes tipos de produtores rurais; secundariamente, que a adoção das inovações tecnológicas foi de interesse de um grupo limitado de produtores (grandes e médios) que puderam majorar a escala e a produtividade, sem que fosse necessário ocorrer um aumento dos custos unitários dos produtos, em decorrência tanto dos ganhos de escala, bem como do crédito com subsídio para compra de insumos químicos originalmente industriais.

Do mesmo modo, podem ser destacados os aspectos atinentes à época e à forma de ocupação do estado, que instituíram diferenças regionais antecedentes ao período de modificações tecnológicas.

Todavia, para a produção familiar, em sua maior parcela, as técnicas incentivadas não eram apropriadas em decorrência da escassa disponibilidade de terras e de capital, que se estabeleciam em entraves sérios para ganhos de escala, além dos obstáculos para acesso ao crédito.

Levando em consideração os indicativos de mecanização e a utilização de insumos químicos como representativos do processo de modernização tecnológica

da agricultura no estado, podemos concluir que as inovações foram – com ressalva à região do Paraná Antigo, onde o ritmo foi menos marcante - assimilado pelos produtores. De maneira geral, as modificações no alicerce técnico de produção da agricultura paranaense transformaram intensamente a organização social rural e levaram à consequências sociais relevantes.

Neste processo, um dos aspectos de destaque foram as transformações ocorridas na estrutura fundiária. Para Graziano da Silva,

[...] dois grandes movimentos sucessivos e contrários: a multiplicação de pequenos produtores com formas precárias de acesso à terra (parceiros, arrendatários e posseiros) na década de 60 e sua rápida redução na primeira metade da década de 70. O resultado final, permeado por um crescente número de violentos conflitos, se traduziu na crescente concentração da terra e, conseqüentemente, da renda gerada no setor agrícola paranaense. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 112).

Os pequenos proprietários não foram atingidos de forma tão intensa por este processo se relacionados com formas precárias de acesso a terra, porém no resultado final, igualmente se reduziram no que se refere aos estabelecimentos e de área explorada. Outro aspecto deste processo relaciona-se as modificações no desenvolvimento das ocupações agrícolas, assim como das relações de trabalho no campo.

Desse modo, para um grande número de famílias o meio rural do Paraná deixou de ser local de morada. Portanto, onde se observava um local de destino das famílias até a década de 1970, a partir daí e nos anos seguintes torna-se em uma região que expulsa os trabalhadores rurais. Uma grande parcela deles dirigiu-se às cidades, porém, sujeitos à atividades assalariadas temporárias da agricultura. O acontecimento mais marcante foi que o volume de diminuição da população rural foi muito elevado se relacionado ao pessoal ocupado no setor agrícola (IPARDES, 1987, p. 143).

Os fatores que contribuíram para que êxodo rural fosse acentuado estão relacionados às formas de política de crédito com subsídios que promoveram a valorização das terras e a área de fronteira agrícola 'fechada'. Estes contribuíram com o surgimento de trabalhadores transitórios ou boia-fria (RAGGIO, 1985).

Ademais, os diagnósticos dos dados censitários naquele período (anos setenta) mostraram uma elevação na categoria dos empregados permanentes e temporários, mulheres e menores de treze anos, confirmando, no que se refere aos

permanentes, que a solidificação e a ampliação dos estabelecimentos acima de cinquenta hectares estabeleceram uma especialização da produção ao processo de trabalho agrícola, bem como uma gerência em formas capitalistas hodiernas.

Quanto aos pequenos produtores, a parcela que obteve êxito na incorporação das inovações tecnológicas à fez diminuindo as necessidades de trabalho familiar, em outras palavras, acabou elevando a produtividade do trabalho. Enquanto aqueles que não obtiveram acesso a essas demandas anteriormente mencionadas, quando houve a possibilidade e as oportunidades no mercado de trabalho rural, desenvolveram atividades paralelas à produção decorrente, notadamente, à necessidade de compra de insumos e de alimentos.

Nessa perspectiva, Fleischfresser (1988) afirma que esse fato ocorreu devido a um ou mais membros da família passarem a ser assalariados. Assim, observa-se a presença da pluriatividade nas mais diversas categorias de produtores rurais, mas percebemos que a mesma teve uma maior significação na categoria dos produtores familiares de autoconsumo e semi-assalariados.

Outro aspecto que impulsionou esse processo, diz respeito às organizações de amparo aos agricultores, que se constituíram desde a década de 1960, as cooperativas agrícolas. Estas, vinculadas às modificações na comercialização agrícola que tornam-se irreversíveis no processo de modernização da agricultura no Paraná na década de 1970. As cooperativas ganharam destaque no que diz respeito ao armazenamento e comercialização de produtos agrícolas, bem como a sua participação de forma efetiva no comércio de insumos, tanto nos de origem tradicional como os modernos.

Inicialmente, o desenvolvimento das mesmas foi possibilitado pela ênfase que o Paraná atribuiu a esse setor na modernização agrícola, entre outros aspectos de ordem legal os quais as permitiram, sobretudo maior flexibilidade de atuação como empresas comerciais, mas essencialmente no acesso prioritário a créditos oficiais fortemente subsidiados com objetivo de aumentar a sua capacidade instalada e variação de atividades.

Contudo, no fim dos anos 1970 a contração destes créditos provocou a dependência cada vez maior da sua capacidade de capitalização própria, originando incongruências nas relações cooperativas, onde a participação dos produtores foi levada a um progressivo esvaziamento. Mesmo assim, o desenvolvimento do

cooperativismo no Estado foi bastante respeitável, notadamente com a expansão significativa do quadro de associados.

Sinteticamente, o setor cooperativo paranaense, mesmo que permeado por contrassensos, notadamente mostrou seu dinamismo nos anos 1970, surgindo como um dos meios de modernização da agricultura ao estimular maneiras de organização capitalistas de produção, no que diz respeito a industrialização, rentabilidade e preços dos produtos agrícolas. O aspecto final deste processo de mudança está fortemente ligado aos antecessores, e concerne à migração e à urbanização. Estas transformações demográficas adquiriram matizes regionalmente diferenciadas. A esse respeito é importante mencionar o conjunto geral das configurações socioespaciais particulares do Estado paranaense, uma vez que recentemente a esfera territorial ganha relevância ao admitir o estabelecimento das dinâmicas particulares do desenvolvimento rural. Em síntese, é possível dividir o Paraná em três grandes regiões, vinculadas a dois aspectos: época e forma de ocupação (RAGGIO, 1985).

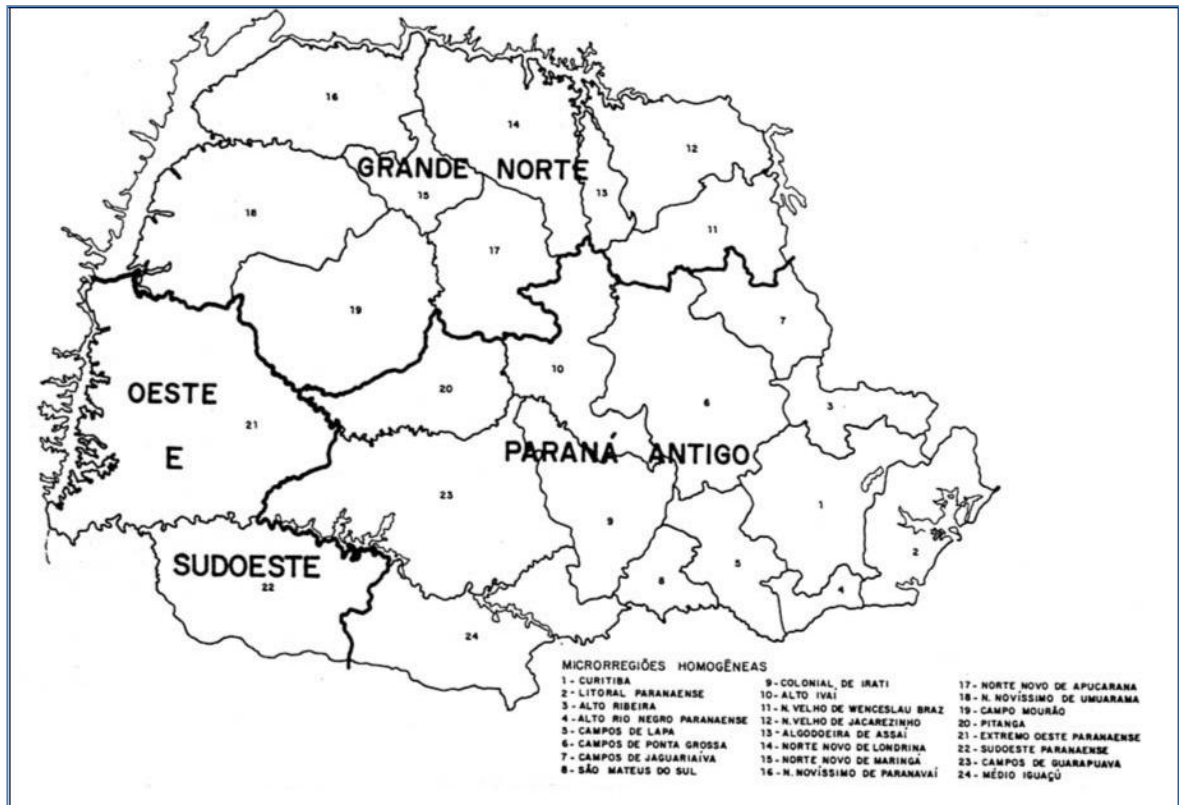
- A região do Paraná Antigo cujas áreas abrangiam as regiões leste e centro-sul, onde a ocupação data de meados do século XVI e cujas atividades basilares, como já destacadas, foram, a captura e comércio do indígena, a exploração do ouro, o tropeirismo e as atividades extrativas da madeira e da erva-mate;

- A região do Norte Paranaense onde a principal atividade econômica deu-se através da economia cafeeira de São Paulo e onde a ocupação teve a marca das companhias estrangeiras;

- A terceira região avultada é aquela denominada de Extremo Oeste e Sudoeste, onde a colonização inicialmente deu-se sob um caráter precário e de pouca densidade, principalmente por intermédio da exploração madeireira entre as décadas de trinta e quarenta (Figura 1).

Em síntese, o Estado paranaense, quanto às épocas e formas de ocupação, demonstrou muitas singularidades e heterogeneidades. Regionalmente, o reflexo disso, de certa forma, ocasiona impactos distintos durante o processo de mudança na base técnica da agricultura. O Paraná, nos anos de 1970 passou por um decenso populacional considerável, na ordem de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas.

Figura 1 - Subdivisão do Estado do Paraná, nas três grandes regiões que marcaram a sua ocupação



Fonte: Adaptado de Fleischfresser (1988).

Aproximadamente 1,2 milhão desse contingente populacional destinou-se para os estados de Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais e até mesmo, para outro país, no caso, o Paraguai, onde a terra era mais barata. Para mais de metade desses migrantes, que trabalhavam como parceiros, colonos ou arrendatários e acabaram perdendo seu teto e lavoura, enfim, ficaram sem nada, o destino foi São Paulo em busca de um novo tipo de trabalho. Uma quantidade de população idêntica, ou seja, 1,2 milhão de pessoas saiu das áreas rurais e ficou isolada no próprio estado, provocando inchaço nas cidades, pois se tratavam de subempregados ou desempregados (RAGGIO, 1987).

Desse modo, quando consideramos o aspecto da migração líquida em relação à população rural, o estado exibiu o maior índice migratório, fornecendo um parâmetro da perda servindo como referência das grandes transformações ocorridas no rural paranaense (IPARDES, 1987, p. 150).

Analisado isso, também se pode verificar que a ocupação das pessoas na agricultura diminuiu para somente 170 mil pessoas sem observarmos uma lógica regional tão manifesta para esse fato, podendo-se então assegurar que as regiões

leste e a de Curitiba demonstraram a elevação do pessoal ocupado como traço marcante. Já na mesorregião Norte, verificou-se o contrário prevalecendo a diminuição, enquanto na mesorregião Oeste ocorreu um mescla de microrregiões com aumento e redução do contingente de pessoas ocupadas (GERMER, 1987).

Resumidamente, no transcorrer da década de 1970 o rural do Paraná, em particular o agro, passou por um claro processo de modificação em sua base técnica, vigorosamente impulsionado por políticas públicas, que por sua vez tornaram mais graves o estendal de problemas já existentes, aumentando ainda mais as desigualdades sociais, agravando os índices de pobreza e de exclusão social.

No que concerne à década de 1980, o Paraná demonstrou duas grandes tendências: na primeira metade da década, em comparação com o país, o estado acompanhou o crescimento ou permaneceu em pior situação, já na segunda metade seu desempenho melhorou sob o aspecto da agropecuária e das atividades agroindustriais integradas. Esse fato deve-se fundamentalmente ao desempenho favorável da agropecuária, assim como de outros ramos industriais, alimento e química, por exemplo, apesar da recessão dos primeiros anos dessa década e da crise profunda que atingiu a indústria da construção civil (ROLIM, 1995).

Todavia, merece destaque uma convergência geral de declínio da participação do Paraná no PIB agropecuário do país. Para Rolim (1995, p. 63) “Contrariando opiniões correntes sobre a importância do setor agropecuário para o desempenho do PIB paranaense, o setor, por si só, não consegue determinar sua dinâmica”.

A despeito de que pudéssemos verificar a continuidade no processo de consolidação do modelo agrícola instituído na década de 1970, baseado em complexos agroindustriais, assim como no retorno afirmativo dos segmentos de produtores rurais capitalizados e/ou integrados às agroindústrias em relação às demandas do mercado, com avanço da padronização da produção e consequentemente, aumento da produtividade, o fato é que no decorrer da década de 1980, o Estado do Paraná, na maioria de seus produtos, perdeu posição em relação a produção do país (ROLIM, 1995).

Embora isso acontecesse, a produção primária seguiu em seu processo de modificação qualitativa, comportando um acréscimo da produtividade da terra e do

trabalho. Combinadas com essas melhorias induzidas somam-se os programas públicos financiados através de empréstimos externos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), objetivando o manejo, mas também a conservação dos solos nas microbacias, bem como o programa de eletrificação das áreas rurais, o qual abrangeu cerca de metade do número de estabelecimentos rurais, acarretando no avanço considerável, no constante à agroindústria, como também nas atividades primárias e ela conexas em setores como os lácteos, carnes de suínos e aves, a indústria do couro, a fiação de algodão, a produção de uvas e maçãs, industrialização da mandioca, dentre outros (MAGALHÃES FILHO, 1993).

As implicações desse processo resultaram em piora nas condições de vida dos trabalhadores da agricultura, seja dos pequenos proprietários ou dos assalariados, bem como culminaram em importantes alterações nas relações produtivas no campo (LAURENTI, 1998). O estado, igualmente continuou a 'expulsar' população e com permanência do processo de concentração fundiária, agora assumindo novas aparências.

Resumidamente, as consequências destas transformações, o processo de exclusão e de concentração renda e da terra, aliado a disparidade na elevação das regiões rurais do Paraná no que concerne à produtividade do trabalho e cultivo da terra, repercutiram diretamente sobre a estrutura social do rural penalizando certos os grupos sociais, tais quais os pequenos proprietários, os trabalhadores assalariados, etc., que não detinham o mesmo poder de barganha dos grandes proprietários. Para Del Grossi (1989) analisando verificou que a modernização da agricultura do estado do Paraná foi seguida pela elevação na desigualdade de distribuição de renda.

1.4.4 As Diferenças Regionais do Paraná nos Anos 1990

Mediante uma nova leitura da evolução da economia e das atividades econômicas do Paraná dos anos de 1990, foi apresentada uma proposição para operacionalizar o enfoque multissetorial das mesmas (LAURENTI, 1998). Ela consistiu no agronegócio e nas chamadas outras atividades, neste caso, considerados como agregados contábeis. Laurenti se atentou para uma nova

configuração do agronegócio e que sua expressão máxima foi definida pela perda relativa da hegemonia da produção agrícola na constituição do PIB do estado.

Dois elementos foram decisivos neste processo: a lassidão do processo de ampliação da produção agrícola através do acréscimo da área cultivada, e pelo surto de agro industrialização incentivado pelo intenso movimento cooperativista de agricultores paranaenses (LAURENTI, 1998).

De 1987 a 1996 ocorreu um declínio no caráter essencialmente agrícola que o Paraná possuía em relação à sua economia. Embora tenha ocorrido essa redução, destaca-se que a importância do agregado do agronegócio foi sustentando um lugar destacado na economia do estado durante os anos de 1990.

Este processo foi assinalado igualmente pela disparidade na distribuição de renda, visto que uma pequena parcela dos municípios do estado se encontravam na camada de maior renda *per capita* e porque em 75% do total de municípios do estado a agregação do agronegócio prevalece em relação aos de outras atividades.

Particularmente relacionado ao agregado do agronegócio, pode-se verificar que as atividades econômicas que adicionam valor ao produto agrícola encontravam-se concentradas em poucos municípios. Estes municípios estavam distribuídos ao longo dos principais eixos ferroviários e rodoviários paranaenses. Assim, o desenvolvimento do agregado do agronegócio, mediante atividades não agrícolas, acontece com maior amplitude nos municípios que antes se distinguiram dos demais por localizarem-se próximos ou por conterem porção da infraestrutura rodoviária e ferroviária estabelecidas no estado (LAURENTI, 1998).

O autor finaliza comentando que, em termos espaciais, a economia do estado se distingue regionalmente e, que entre as regiões com menor desenvolvimento econômico, a localizada no centro do estado destaca-se por agrupar municípios predominantemente de população rural. Isto acarreta consequências relevantes no que se refere às propostas de políticas públicas, especialmente, aquelas direcionadas às atuações na esfera do desenvolvimento rural. Algumas delas deveriam visar uma determinada tolerância do lugar central que o setor agrícola ocupa em suas ações. Este espectro de deslocamento desse lugar centralizado do agrícola acontece da obrigação de incorporar a juízo de que o rural, no mundo hodierno, adquire novas funções, particularmente, as relacionadas com a

moradia, lazer e turismo, de modificações agroindustriais e de prestação de serviços assistenciais à produção.

1.4.5 Em Direção à uma Política de Desenvolvimento Rural no Paraná

O final da década de 1980 até meados da década de 1990 ficou assinalado por transformações marcantes na estrutura de produção do Estado do Paraná, entre as quais, a redução da importância da agropecuária na composição do PIB.

Estas mudanças estão atreladas aos processos de perda do dinamismo do setor agropecuário, aliado a ampliação do quadro de empobrecimento da população rural - ocasionado pela contração da renda agrícola devido a descapitalização crescente dos agricultores -, assim como os fluxos migratórios que levaram até mesmo à expulsão da população rural em duas décadas sucessivas e às peculiaridades da nova agroindústria (URBAN, 1990)¹⁰.

Estas circunstâncias manifestaram a existência de um novo perfil do meio rural no estado, bem como destaca a presença de uma crise de forte magnitude na qual ele está mergulhado. Desse modo, ocorre um forte indicativo do processo de ampliação do empobrecimento da população rural do Paraná, posicionando o estado dentre os que demonstram uma das piores situações se comparado com os demais da federação.

Entre os anos de 1970, 1980 e os anos iniciais da década de 1990 o desenvolvimento agrícola foi concebido como unívoco de desenvolvimento rural. Isso levou o desenvolvimento a ser aferido considerando as evoluções das produções, atividades e rendimentos conforme a maneira clássica de difusão de inovações, assim como eficácia dos sistemas produtivos.

A modernização agrícola intensificou estes processos com a ampliação da produtividade do trabalho e da terra e, conseqüentemente, o aumento do uso de insumos químicos e biológicos e da mecanização agrícola.

¹⁰ Neste artigo a autora explica que o novo perfil organizacional vem sendo determinado por vários fatores, entre eles: a) percepção que os grupos empresariais têm do potencial que representa o setor e, diante disso, a reorientação do excedente de capital de outros ramos industriais e mesmo do agrobeneficiamento para etapas mais avançadas da industrialização; b) novas características que a comercialização dos produtos desse setor adquire, proporcionando alterações radicais no peso da estrutura industrial em relação às etapas seguintes (venda, distribuição e determinação de mercado. (URBAN, 1990).

Como consequência ocorreu uma diminuição das áreas de exploração, às quais respondiam eficientemente aos custos de intensificação e uma marginalização das áreas menos favorecidas ou de localização menos acessível.

Em meados dos anos 1990, tornou-se manifesta a perda de importância relacionada à consideração do rural como análogo ao agrícola, o acirramento das disparidades sociais, a concentração da terra, da produção e da renda.

Por um lado, observa-se uma diminuição de explorações modernas e capitalizadas beneficiadas em termos edafoclimáticos, muito menos familiares e de modo crescente empresariais.

De outro lado, multiplicam-se as estruturas precárias em termos de ocupação e renda, assim como, de unidades pluriativas quando o entorno socioeconômico favorecia, fazendo o complemento de rendimentos ou de sua inteira substituição, com o rural sendo muito mais um local de vida do que de produção agrícola propriamente dita. Esse quadro levou um número considerável de famílias a perderem o caráter da vida no rural, baseado em um fundamento diretamente produtivo.

Nessa esteira, despontam-se como fundamentais a procura pela valorização estratégica da diversificação de atividades e de movimentação de recursos entre as mesmas, do mesmo modo que, a importância determinante de agentes e promotores que possam suplantar a tradição agrária da população residente ativa e em outros meios ocupar os espaços que ficaram decorrentes do êxodo e da emigração.

Em outros termos, pode ser significativamente importante avançar na noção de desenvolvimento para além do setor meramente agrícola e proporcionar condições de vida e perspectivas mais esperanças aos grupos sociais desfavorecidos por esse processo, os pobres do campo. Destarte, o desenvolvimento rural emerge nesse momento até certo ponto como uma opção social por alguns motivos indiretamente produtivos e não será concretizado pela dinâmica econômica específica do mercado.

Na sequência abordaremos as principais políticas de desenvolvimento agrícola e rural elaboradas e implementadas no Estado do Paraná, destacando suas características e alguns resultados obtidos, assim como os novos desafios a serem enfrentados pelas políticas de desenvolvimento.

1.5 AS POLÍTICAS ESTADUAIS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL

Convidamos a uma reflexão sobre os principais programas de desenvolvimento agrícola e rural no estado do Paraná, com destaque para as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, buscando conceitos predominantes, concepções e noções, assim como uma análise sobre questões relativas à distribuição de renda, disparidades sociais e suas repercussões da participação da população nesse processo.

No fim da década de 1970 e princípio dos anos 1980 verifica-se uma reviravolta na perspectiva do desenvolvimento paranaense. No início dos anos 1970 ficou manifesta a segunda ampla mudança na base econômica referenciada no segmento anterior dessa tese. Este denominado novo Paraná adquire particularidades mais urbanas que rurais, intensamente industrializado e, fonte de emigrantes para as novas fronteiras agrícolas deixando de ser área de atração para os migrantes de outras regiões.

As consequências do processo de modernização da agricultura, atrelado a quase total desarraigamento da cultura do café no Paraná depois da geada de 1975 apressaram a formação de um grande contingente de pessoas sem perspectivas de ocupação imediata.

Com a crise do ciclo expansivo da economia no fim da década de 1970, alguns segmentos sociais que estavam sofrendo com as implicações deste processo iniciam a organização de movimentos com a finalidade de restaurar o espaço de trabalho. Estes movimentos que aconteceram no meio rural do Paraná no fim dos anos de 1970 aumentaram no princípio e meados da década de 1980 e podem ser analisados por duas frentes: uma ligada aqueles cujas reivindicações adotavam caráter eminentemente trabalhista, e outra atrelada aos que pressionavam pelo acesso a terra.

Diversos setores do governo paranaense, especialmente após o ano 1983, apresentaram como resposta a estes processos, o retorno da agricultura tradicional procurando diminuir o ritmo do êxodo agrícola e rural. A principal proposta do Governo para viabilizar a continuação dos agricultores que conquistaram o acesso a terra e minimizar a saída forçada do campo, se materializa no retorno da agricultura tradicional (RAGGIO, 1985).

Vale lembrar que esta proposta que tinha por finalidade conter a desocupação rural através de adoção de formas de produção que necessitassem trabalho ao invés de capital contou com a ajuda das organizações associativas e sindicais dos agricultores.

Na visão de Raggio (1987, p. 12), esta proposição não era a ideal, pois, segundo a autora, “a reprodução de segmentos sociais que tenham como objetivo somente a reprodução das condições de vida deverá ser assegurada em outras bases”. Entre estas bases o estado deveria se fazer presente assegurando ou complementando as condições de sobrevivências deste segmento social (RAGGIO, 1987). Contudo, ao sugerir uma política rural a estes segmentos limita-se a aplicação da Consolidação das Leis e do Trabalho do Estatuto da Terra, moles que certamente tem a sua importância, porém somente eles não permitem mais equacionar de forma adequada a questão agrária da década de 1990. Permanece a tendência agrícola como análoga ao pressuposto de desenvolvimento rural no Estado do Paraná.

De acordo com Magalhães (1994, p. 15), “os efeitos negativos do estilo de desenvolvimento que se impusera desde o início dos anos 70 haviam mudado a agenda política da maioria da sociedade paranaense”. A concepção e a aplicação das políticas tornam-se resposta a estas forças. Deste modo, evidencia-se novamente a resolução dos problemas originados pelos frustrados modelos de desenvolvimento econômico concebidos e aplicados especialmente nos anos de 1960 e 1970.

As desigualdades socioeconômicas de desenvolvimento observadas nas décadas de 1980 e 1990 foram agravadas, principalmente nos espaços rurais. Entre as dificuldades, a maior delas foi referente à pobreza rural, a qual colocou em destaque e atualidade o tema do desenvolvimento rural no Estado do Paraná.

Antes de realizarmos a reflexão sobre alguns programas importantes que foram implantados e geridos nas décadas finais do século passado, é mister expor que as ideias sobre o desenvolvimento rural já se faziam presentes na vida política e social paranaense. Em um rápido exame bibliográfico empreendido pode-se observar que os discursos dos governantes já demonstravam essa preocupação; todavia, com uma forte tendência agrícola. Um artigo publicado pela primeira vez no princípio dos anos de 1970 e novamente publicado no ano de 1996 de autoria do

então governador do Estado do Paraná pode corroborar com o exposto. Nessa publicação, é realizada uma breve, análise reflexiva a respeito da questão da energia elétrica e a questão do desenvolvimento¹¹.

O programa comprometia um custo relativamente alto, os proprietários rurais participariam no custeio das extensões às suas propriedades com investimentos em rede interna e na compra de aparelhos e equipamentos que possibilitasse a obtenção de energia elétrica.

Delinea-se, além disso, que será profundamente útil à própria pujança dos investimentos em eletrificação rural a ampliação da coordenação das atividades do governo federal e estadual, na formulação e execução da política de desenvolvimento rural do estado.

Não obstante, esta inquietação restringe-se aos meios de,

[...] assegurar a proporção mais elevada possível de uso da energia elétrica para a modernização dos processos produtivos da agropecuária, a fim de que ela não se limite à iluminação e outras formas de melhoria do nível de conforto das populações. (PARIGOT DE SOUZA, p. 84).

Importa chamar atenção, a reflexão sobre a forma como as políticas públicas incentivaram a ampliação das atividades não agrícolas, bem como colocam limitações se as mesmas não estiverem rigorosamente vinculadas às atividades agrícolas.¹²

Possivelmente, estas limitações podem ser atribuídas às perspectivas urbano e agrícola com que as políticas são praticadas tanto a nível nacional como no Estado paranaense. Isso decorre de não se apoiar políticas não agrícolas para o desenvolvimento rural culminando-se ao extremo de se proferir o retorno às atividades tradicionais quando se verifica a impossibilidade da criação de emprego, geração e melhor distribuição de renda a partir da agricultura moderna.

¹¹ Com o apoio e aprovação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) o estado conseguiu propor um programa estadual de eletrificação rural. A energia elétrica seria instrumento de melhoria das condições de vida e incentivo à elevação dos padrões de produtividade das atividades agropecuárias (PARIGOT DE SOUZA, 1996, p. 84). Cabe destacar, que o programa de eletrificação rural no Paraná começou em 1967. O projeto piloto da Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) foi implantado no município de Campo Mourão, no Noroeste do Estado. (...) A partir de 1976, com a criação do Departamento de Eletrificação Rural da Eletrobrás, passaram a ser executados programas de financiamento, ampliando o número de ligações elétricas. No início dos anos 90, através de programas com recursos próprios ou com o apoio do Banco Mundial, a Copel alcançou um índice de atendimento rural de 50%. (Jornal O Estado do Paraná, 14/04/2000, p. 8, Economia).

¹² Com relação a esse aspecto ver Graziano da Silva (1999), especialmente capítulo 5 (p.126).

Partindo destas constatações, será realizada uma abordagem dos programas (especiais) implantados pelo governo estadual no meio rural durante os anos de 1980 e de 1990 no Paraná. Neste sentido, far-se-á uma reflexão sobre três¹³ programas: O programa PRORURAL, o programa PARANÁ-RURAL e o programa PARANÁ 12 MESES, com destaque ao subcomponente de combate à pobreza - Vilas Rurais.

1.5.1 O Programa PRORURAL

No princípio da década de 1980 é lançado um programa denominado de PRORURAL, o qual designadamente visava o desenvolvimento rural destinado ao atendimento de pequenos agricultores. Foi concebido como um programa de intervenção governamental do Estado com ênfase nos modelos já conhecidos de Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI's).

Pode-se assegurar que a estratégia de desenvolvimento dos PDRI's e, particularmente aquele implementado na conjuntura do rural paranaense, arranja-se no enfoque desenvolvido pelo Banco Mundial. São propostas que se disseminaram no começo da década de 1970 nos países Latino Americanos, na Ásia e África, tendo diferentes orientações, em consonância com as realidades econômicas e sociais distintas e aos anseios políticos dos governantes.

Em países como o Brasil, este modelo de política foi colocada em prática em alguns espaços da Região Nordeste. Eles possuem muita semelhança entre si, seja pelo momento de sua origem, ou pelo conteúdo de suas proposições.

Partindo destas concepções, é importante ressaltar que no final de ano de 1973, o então presidente do Banco Mundial, McNamara definiu as linhas fundamentais do Segundo Plano Quinquenal do Banco, as quais deveriam ser orientadas fundamentalmente para a pobreza rural. Ele propôs que o Banco, em suas indicações econômicas aos governos, apresentasse particular atenção às políticas setoriais e financeiras que mais afetassem a pobreza rural. Para Röling

¹³ Evidentemente que existem outros programas importantes. Mas, estes programas não possuem resultados ou análises previamente sistematizados e apenas serão comentados brevemente no decorrer deste capítulo.

(1985) o pobre não só foi descoberto, mas tornou-se moda e uma causa para o levantamento de fundos.

Assim, o Banco Mundial firmou contatos com o Governo Brasileiro com o objetivo de ampliar o volume de seus empréstimos designados a projetos que visassem beneficiar as parcelas da população de baixa renda.

De acordo com Wilkinson (1986) a maioria da literatura do Banco Mundial tem como característica o pragmatismo, ficando evidente que o foco central da política do Banco não é a pobreza rural em si, mas o incentivo à modernização do setor de produção de alimentos, alicerçado essencialmente, mas não exclusivamente, na pequena produção.

O Banco Mundial visava garantir segurança para o setor produtivo, a partir de regras que favorecessem o capital. Apontava em seus relatórios a finalidade de evitar prejuízos aos mercados, a partir de financiamentos, para acomodar as questões agrícolas e rurais, sem interferir na questão fundiária e no ajuste econômico.

É possível assegurar que houve uma redescoberta da importância dos pequenos agricultores autônomos como fornecedores de matérias-primas e como potenciais consumidores de insumos agroindustriais. Essa é a significação que deve ser atribuída aos projetos de desenvolvimento rural integrado. Eles assentam-se em conjecturas de que é preciso, para o próprio desenvolvimento capitalista do país, o crescimento do mercado interno por meio de incentivo à camada de pequenos produtores rurais para que façam parte dos processos de modernização da agricultura. O ponto fundamental incide na necessidade de acréscimo da produção e da produtividade com base no uso cada vez maior de insumo originalmente industrial. Isso tudo se concretiza por intermédio dos mecanismos de pesquisa e extensão rural governamentais, assim como por um sistema oficial de crédito rural subsidiado.

De acordo com Muzilli e Shiki (1987, p. 231) o PRORURAL constituiu, muito rapidamente, o reconhecimento da seletividade da política de modernização agrícola, com destaque para três aspectos: O primeiro se refere a discriminação de regiões carentes de recursos naturais baseados na tecnologia caracterizada pela motomecanização e de solos insuficientemente férteis do Centro-Sul; O segundo diz

repeito a discriminação e marginalização de um segmento de agricultores, aqueles sem-terra ou com pouca terra, gerando o êxodo rural e o inchaço das cidades; Já o terceiro, aponta para a discriminação dos produtos basilares de alimentação e consumo da população, como o feijão, e o arroz, provocando uma alarmante crise de produção e de abastecimento alimentar e privilegiando a produção de soja, matéria-prima com forte demanda no mercado internacional.

Foi sob esse ponto de vista que no princípio dos anos de 1980 o governo do paranaense criou o programa denominado PRORURAL onde as premissas estão sintetizadas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Princípios do programa PRORURAL.

Ano de criação	1981
Fontes de investimentos	BID (40%), Governo Federal (14,2%) e Governo Estadual (41%)
Número estimado de famílias beneficiadas	50.000 pequenos produtores rurais
Área de abrangência	61 municípios na Região Leste do estado, 33% da área total do mesmo, ou 65, 020 km ²
Objetivos pretendidos	Solucionar a questão da pobreza rural e aumentar os índices de produção e produtividade dos alimentos básicos
Investimentos aplicados	Aproximadamente US\$ 200,00 milhões

Fonte: IPARDES (1992), Raggio (1987).

Nota: Organizado pelo autor.

Algo que merece destaque na metodologia de pesquisa utilizada no PRORURAL é a adoção da abordagem sistêmica. Para o Instituto de Pesquisa Agrônômica do Paraná (IAPAR), o desafio do PRORURAL foi orientar a pesquisa para um público com limites de capital e de terra. Todavia, identificaram-se limitações consideráveis nessa abordagem, dentre as quais podia-se observar: um nível de participação da população rural que pode ser estimado pequeno; uma baixa articulação entre a pesquisa e a extensão; e consideração precária no que se refere ao ambiente externo à exploração agrícola, incluindo o setor não agrícola (IAPAR, 1997, p. 7).

Não obstante, não se pode ignorar que este enfoque comportou novas perspectivas de pesquisa e extensão ao reconhecer a capacidade de inovação dos agricultores. Os dados contidos no relatório de Avaliação de Impacto Regional (IPARDES, 1992) assinalaram que foram priorizados investimentos destinados às instituições de incentivo à produção agropecuária. O instrumento fundamental de aplicação do programa foi a política de crédito.

Para conseguir acesso ao crédito, os produtores rurais necessitariam atender a diversos requisitos, entre os quais, o de administrar diretamente suas unidades produtivas e das mesmas retirar a maior parcela de sua renda. Isto permitiu privilegiar as famílias rurais com condições de pagamento, mas também aquelas que não desempenhassem atividades externas de exploração agrícola.

Do mesmo modo, o relatório de avaliação demonstra que tanto as ações de caráter produtivo como aquelas de apoio à comercialização não abrangeram o público alvo do programa, os produtores rurais mais carentes. O programa também mostrou limitações evidentes à tentativa de reversão do quadro de carestia social, embora tenha contribuído para o avanço geral dos níveis de educação e de saúde. Um resumo conclusivo dos resultados do programa foi apresentado por Raggio ressaltando habilmente que o programa comportou-se muito mais como

instrumento de integração da categoria dos pequenos e médios agricultores ao movimento geral da economia e da sociedade [...] realizando, de modo secundário e limitado, sua proposta social. [...] Na prática significou uma exclusão de uma massa considerável de produtores mais pobres que necessitavam de crédito para transformar sua condição de produção e, por outro, favoreceu os agricultores mais abastados, aos quais se destina a maior parte dos recursos de crédito e de tecnologia, por serem considerados os únicos capazes de realizar uma produção com rentabilidade. (RAGGIO, 1987, p. 6).

Somado a isso, tanto a autora como o próprio relatório de avaliação do programa afirmam que o programa colaborou para que esse grande volume de agricultores obtivesse acesso a alguns serviços fundamentais, tais como: os serviços de saúde, de saneamento, de educação, bem como de ampliação da infraestrutura de apoio à produção, como por exemplo, as estradas. Levando em consideração os aspectos supracitados pode-se constatar que o programa, de certa forma cooperou para uma política de *urbanização do rural*, embora não ser esse, o seu objetivo principal. A urbanização do rural, percebida como uma universalização dos serviços apresentava-se como uma medida essencial na proposição de políticas de desenvolvimento, contudo, foi bastante desconsiderada pelos gestores.

1.5.2 O Programa PARANÁ-RURAL

O cenário no qual surge esse novo programa é de uma crise política no governo paranaense a partir de 1985 e que se exacerbou com a ascensão do novo

governo estadual no ano de 1987. Époça esta em que o governo estadual passa a fazer uma forte pressão sobre as organizações de pesquisa e, notadamente, sobre a de extensão, sob o argumento de que essas organizações estariam desviando-se de suas missões - de geração e difusão de tecnologia – orientando-se pelo caminho da organização social e política dos agricultores mais carentes. É neste panorama sinteticamente retratado que surge o segundo programa de desenvolvimento rural balizando-se em uma nova perspectiva de modernização.

Imprescindível mencionar que a nova definição dos parâmetros da estratégia de política pública de desenvolvimento tem estreita relação com a noção mais generalizada de desenvolvimento que se destacou na segunda metade da década de 1980. Neste processo, a questão ambiental tem legitimidade afirmada na noção de desenvolvimento culminando com a criação, em 1987, pelo Banco Mundial, de um Setor Ambiental em seu interior, que permitiu a preparação de projetos e consequentemente a dotação de recursos, por intermédio de empréstimos a diversos países subdesenvolvidos. Pode-se assegurar que este novo modo de desenvolvimento se balizava também num aspecto neoclássico. Conforme Azevedo da Silva

A noção de externalidade aplicada aos custos ambientais sugere que a degradação ecológica é resultado de uma imperfeição do mercado por onde a alocação de recursos se afasta de uma situação ótima. Corrigidas as imperfeições, as forças de mercado, então, teriam um poder regulador, induzindo os agentes privados a eliminarem as externalidades. (AZEVEDO DA SILVA, 1995, p. 131).

Em resumo, o pensamento chave contido na concepção do programa assinalava que o desenvolvimento rural pode ser alcançado através de um aproveitamento coerente dos recursos naturais, entre os quais o manejo e a conservação dos solos. Deste modo, acaba constituindo-se fundamentalmente em uma aposta de caráter técnico para o desenvolvimento rural do Paraná, quando aponta a incorporação da natureza na racionalidade do desenvolvimento como um todo. Mostra-se, por conseguinte, frágil na sua origem – a perspectiva estritamente técnica – de conjectura de transformações no campo. Na experiência paranaense pode-se alegar, que os antecedentes da ideia desse programa foram trazidos de um outro programa alcunhado de PMISA – Programa de Manejo Integrado de Solos e Água.

O PMISA não despontou como um instrumento eficaz para promover modificações expressivas nos sistemas de produção e os resultados confirmaram que não existiu uma diversificação significativa das estratégias técnicas adotadas (AZEVEDO DA SILVA, 1995, p. 82). O PARANÁ-RURAL então defini-se praticamente como uma nova roupagem da proposta de intercessão do PMISA. Assim, posteriormente a um prolongado processo de negociação entre o governo do Estado do Paraná, primeiramente com o BIRD e o BID o governo consolidou um contrato de empréstimo com o BIRD em 1989. Do mesmo modo que o programa anterior visava colaborar na redução das desigualdades sociais e regionais, mediante a conservação dos solos e do meio ambiente, ampliação da produção e da produtividade de produtos de provimento interno e a promoção de novas atividades de produção que pudessem melhorar a renda do produtor (RAGGIO, 1987, p. 5). De um modo um tanto quanto distinto do programa anterior, o PARANÁ-RURAL, não vislumbrava uma região específica, pelo contrário, seu objetivo era abranger produtores de todas as regiões paranaenses (Quadro 2).

Quadro 2 - Resumo do programa PARANÁ RURAL.

Ano de criação	1989
Fontes dos investimentos	Banco Mundial (42%) e Governo Estadual (58%)
Número estimado de produtores rurais previsto	Médios e grandes produtores, com fonte de renda exclusiva da agricultura
Número de produtores rurais beneficiados	Aproximadamente 210.000 produtores rurais
Número estimado de microbacias previstas	2.100 microbacias hidrográficas
Número estimado de microbacias atendidas	2.433 microbacias hidrográficas
Área de abrangência	Oito mesorregiões do Estado do Paraná, num total de 7,1 milhões de hectares.
Objetivos pretendidos	através principalmente da conservação dos solos e do meio ambiente, aumento da produção e da produtividade agrícola e a renda do produtor rural.
Obras de apoio e fomento da produção agropecuária	42 terminais ferroviários e rodoviários de carga e descarga de calcário e 6.550 empreendimentos comunitários (máquinas, abastecedores, elevadores de água), 980.000 quilos de sementes de adubo verde e 83,3 milhões de mudas de árvores nativas e exóticas
Técnicos envolvidos	1.600 técnicos da EMATER, cooperativas, prefeituras, etc,
Investimentos aplicados	Aproximadamente US\$ 149.134 mil

Fonte: IPARDES, 1993.

Nota: Organizado pelo autor.

De certo modo, a metodologia¹⁴ adotada pelo PARANÁ-RURAL estabelece uma inovação, pois abrevia uma mudança essencial nas premissas do desenvolvimento ao deixar de lado uma abordagem de caráter setorial – agrícola - indo em direção à outra que, em essência é mais rural.

Em termos gerais é possível dizer que essa metodologia comporta avaliar a realidade de um modo mais complexo do que a abordagem setorial permitindo que os atores sejam entendidos de maneira sistêmica no espaço social. Entretanto, há que se ressaltar o seguinte,

Os critérios expostos para a organização territorial, especialmente na divisão pelas três grandes regiões, sugerem um certo determinismo geográfico, onde se afere um papel dominante da natureza sobre a conformação espacial da sociedade. (AZEVEDO DA SILVA, 1995, p. 101).

No ano de 1993, o IPARDES apresenta um documento de avaliação do Programa denominado de Avaliação da estratégia global do PARANÁ-RURAL no qual manifesta-se os principais aspectos do desenvolvimento do Programa no Paraná. Do referido documento assinalamos, sucintamente, alguns pontos que avaliamos relevantes para implicação da discussão realizada.

Primeiramente o relatório de pesquisa assinala que o “quadro obtido através da pesquisa com os produtores não é generalizável para o conjunto de produtores e microbacias que são atendidos atualmente pelo programa” (IPARDES, 1993 p. 97) e que a seleção dos produtores não foi ocasional, privilegiando-se entre os pequenos produtores, aqueles estabelecidos em estratos de áreas maiores, entre 20 e 50 hectares, pois representava um contingente de produtores significativo no quadro fundiário acolhido pelo programa.

Outrossim, cerca de 25% dos questionários tiveram que ser feitos novamente, seja pelo fato da não localização dos produtores, pela recusa dos mesmos em responderem os formulários de pesquisa, ou até mesmo por terem vendido ou subdividido suas propriedades (IPARDES, 1993, p. 66).

¹⁴ A metodologia tratava as regiões em três grandes grupos, os quais foram denominadas de: Alta, Média e Baixa Prioridades. Resumidamente, a região da Alta Prioridade reúne solos de elevado potencial agrícola requerendo cuidados quanto à conservação e corresponde às áreas mais produtivas e rentáveis do Paraná. Na de Média Prioridade predominam solos mais arenosos e muito mais suscetíveis a processos erosivos. E, finalmente, na região definida como de Baixa Prioridade nota-se a forte presença de relevo acidentado sendo que em termos econômicos o setor primário é pouco relevante contribuindo com apenas 11,5% do valor bruto da produção comercializada (IPARDES, 1993).

Um aspecto metodológico que não é claro na pesquisa de campo é que foi realizada por intermédio da EMATER, o que, de certa maneira, pode ter gerado um viés nas informações coletadas.

A matriz que foi adotada partiu de uma análise fatorial. A referida análise permitiu constatar em que estrato de área e em que prioridade estavam os produtores com mais elevado índice de adesão ao programa. Notadamente a adoção das práticas pelos produtores rurais deu-se, em muito, devido ao alto grau de adoção constatado entre os produtores da Alta Prioridade, sobretudo no segmento médio (IPARDES, 1993, p. 98).

Na Média Prioridade, os produtores estabelecidos nos estratos de área de 20 a menos de 50 hectares e de 50 a menos de 100 hectares correspondem àqueles com maior volume na adoção de práticas. Os principais favorecidos pelas ações do programa foram os produtores que pertenciam à Alta Prioridade dos estratos médios (IPARDES, 1993, p. 87-88).

Contudo, o relatório também assinala que o nível de participação dos produtores está muito aquém do desejável, principalmente nas regiões consideradas como de Média e Baixa Prioridade pelo programa. Mesmo assim, o relatório destaca que os resultados alcançados junto aos produtores rurais comportam assegurar que, “em alguma medida, vem se avançando no sentido de se alterar a forma como os produtores trabalham a terra” (IPARDES, 1993, p. 97).

Em relação às comissões que foram instituídas, estas não se revelaram em instrumentos eficazes de gerenciamento do programa e o critério de área máxima seguido pelo programa na região de Baixa Prioridade suprimiu um considerável contingente de produtores, estabelecido no estrato de 50 a 100 hectares que, apesar de dispor de um estoque de terras maior, quando confrontado a produtores de outras prioridades, não dispunha de terras com as mesmas condições de aptidão agrícola, distinguindo-se, por conseguinte da categoria de pequeno e médio produtor das demais prioridades (IPARDES, 1993, p. 102).

Levando em consideração essas concepções, Azevedo da Silva (1995, p. 115-116) assinala o seguinte, “o estabelecimento de um conceito único de pequeno produtor desloca indiretamente os recursos para a região de alta prioridade, onde os agricultores, em geral, são mais capitalizados”. Adicionalmente, os beneficiários

individuais do programa necessitam possuir fonte de renda proveniente somente da agricultura. O autor destaca ainda que,

quando incorpora-se a questão da posse da terra, verifica-se que os critérios não só são inadequados por sua generalidade, como insuficientes porque simplificam a realidade socioeconômica dos agricultores. O programa não dispõe de nenhum critério para tratar diferencialmente os que não são proprietários. (AZEVEDO DA SILVA, 1995, p. 115-116).

Azevedo da Silva (1995) atestou em resultados alcançados em seu estudo de caso realizado no município de Santana do Itararé – PR, que a percepção dos agricultores no que se refere ao programa é de que ele não se estabeleceu como um mecanismo eficiente de transformação e de inclusão no espaço econômico, isto é, não o avaliaram como uma política de desenvolvimento social, mas principalmente como uma intervenção na base técnica.

Para o autor, o ponto comum existente entre os produtores que mais acederam às práticas indicadas pelo programa era o fato deles serem em tese culturalmente mais esclarecidos¹⁵, e, em detrimento de estarem em um nível econômico melhor. Este resultado vislumbrado pelo autor – em entrevista obtida junto aos extensionistas responsáveis pela implementação do programa - encontra-se inteiramente consistente com a teoria de *difusão de inovações*¹⁶.

Políticas direcionadas aos produtores familiares podem trazer resultados importantes sob a ótica social e produtiva. Contribuem por exemplo, para amenizar o processo de diferenciação social, relativo a evolução do sistema econômico e ao processo de incorporação diferenciada de inovações técnicas (FLEISCHFRESSER, 1999).

¹⁵ Culturalmente mais esclarecidos [...] são aqueles que compreendem a importância do manejo conservacionista e que se conscientizam de que o seu futuro está condicionado ao uso adequado dos recursos naturais (AZEVEDO DA SILVA, 1995, p. 189).

¹⁶ A esse propósito Røling (1985, p. 276) destaca que: A tradição de pesquisa em difusão de inovações tem tido um grande impacto na prática de extensão. A este respeito, pode-se considerar um exemplo bastante eficiente de ciência da extensão na prática atual, entretanto, uma grande parte desse impacto pode ser explicado pelo fato da pesquisa da difusão revelar o que os extensionistas têm feito durante todo o tempo: *visitas aos agricultores progressistas (isto é, aqueles com mais escolaridade, mais expostos aos meios de comunicação de massa, maior liderança de opinião, maior acesso a recursos, etc.)*. Além do mais, informa aos extensionistas que o que eles estão fazendo é exatamente o que deveriam fazer: afinal de contas, as novas ideias dos agricultores progressistas propagam-se aos outros. Isto foi, portanto, considerado perfeitamente legítimo para os extensionistas, limitar suas atividades a uma pequena categoria de agricultores progressistas: os outros poderão eventualmente, ser atingidos indiretamente por processos de difusão autônomos. 'A difusão trabalha enquanto você dorme', como a corrosão.

No intuito de explicar a razão pela qual as regiões mais dinâmicas demonstraram melhor desenvolvimento do programa assinala que elas

dispõem do que vem sendo considerado como *capital social*¹⁷, e que o mesmo foi reconhecido e, estrategicamente, congregado a participar do Programa, em prol da criação de um entorno favorável à incorporação de práticas mais produtivas e menos danosas ao meio ambiente. (FLEISCHFRESSER, 1999, p.198).

A explicação para o sucesso do programa está no argumento de que o mesmo foi alcançado mediante um reforço mútuo das estratégias dos atores sob parcerias locais, mais particularmente por meio de uma parceria advinda da iniciativa dos poderes públicos – locais ou não – que preencheram uma lacuna de iniciativa privada rara ou enfraquecida (KOLOSZY, 1997).

Todavia, a abordagem em rede ainda que reconhecida, muitas noções equivocadas pairam sob seu mecanismo. O impacto dessa abordagem sobre os sistemas socioeconômicos faz jus a pesquisas mais amplas. A abordagem em rede aparentemente constituiu-se mais em um método do que uma teoria. Desta forma, para além de um conceito, a abordagem em rede e o desenvolvimento rural local são processos de aprendizagens organizacionais, *práxis coletivas*¹⁸.

A ideia de rede difunde-se na tentativa de escapar de certos constrangimentos, apresentando como uma reação ao estreitamento das análises, espectros mais determinados da sociedade, do tipo marxista, por exemplo. Coloca-se então como uma proposta que dispõe o Estado como núcleo e grande re-equilibrador.

Faz-se necessário lembrar, no entanto, que as políticas públicas não são unicamente resultado da ação do Estado, mas reportam-se ao conjunto dos atores sociais envolvidos no processo.

A abordagem em rede também constitui-se numa tentativa de adotar a teoria do desenvolvimento além dos enfoques 'endógenos/exógenos' e explorar uma

¹⁷ O termo capital social faz referência às normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e na sociedade em conjunto. Naquelas formulações do paradigma do capital social (e do neoinstitucionalismo econômico em que estas em parte se baseiam) que se concentram em suas manifestações coletivas, se coloca que as relações estáveis de confiança e de cooperação podem reduzir os custos de transação, produzir bens públicos e facilitar a constituição de atores sociais ou inclusive de sociedades civis saudáveis (DURSTON, 1999, p. 5).

¹⁸ Ver os artigos de Brunet (1997, p. 2) e Kolosy (1997, p. 7).

espécie de terceira via, reconhecendo o mundo real da “interação entre as forças locais e externas no controle do processo de desenvolvimento” (RAY, 1997).

Partindo dos pressupostos mencionados pensamos que a argumentação utilizada por ela para elucidar o suposto sucesso do programa foi bastante frágil, pois não deixou de forma clara a quem e como o programa favoreceu. Adicionalmente, ignora tanto os conflitos institucionais como aqueles existentes entre os atores sociais envolvidos na elaboração e implementação.

Resumidamente, o diagnóstico deste Programa mostra que a concepção de desenvolvimento rural nele presente é vasta, mas a forma de implementação acaba por restringi-lo a uma melhor utilização dos recursos naturais.

Apesar de superar numericamente as metas previstas, no que se refere ao número de produtores envolvidos e de microbacias hidrográficas atendidas, de atender aproximadamente 50% das áreas do estado aptas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e um conjunto de obras de apoio à produção agropecuária, o programa com recursos de caráter sobejamente técnico vinculou-se à graves limitações na busca por alternativas visando a promoção do bem-estar econômico e social, mormente dos segmentos sociais que encontravam-se em um processo de ampliação da exclusão social no meio rural paranaense.

Neste grupo estavam os pequenos proprietários que já não viviam exclusivamente da renda oriunda da agricultura, os arrendatários, os parceiros e meeiros, e outros segmentos subalternos, que não eram beneficiados sem uma atuação efetiva do Estado garantindo formas e mecanismos de regulação que transbordassem a questão de subsídios.

Assim sendo, os programas desenvolvidos durante a década de 1980 apresentaram abordagens que diferenciadas aparentemente, mas que no seu bojo apontaram para resultados semelhantes no que concerne à redução do processo de diferenciação social no meio rural do Estado do Paraná.

A primeira delas balizou-se nos moldes clássicos dos PDRIs e exacerbou as diferenças sociais, embora promovesse indiretamente uma acanhada política de urbanização da região rural alvo.

O segundo programa, ainda que tenha ultrapassado as metas estabelecidas, não atinge as famílias mais empobrecidas do meio rural do estado, e acaba por se tornar um amplo programa de fomento da agropecuária, seguindo o modelo clássico

de difusão de inovações, porém contendo um forte e particular apelo ambiental, que permitiu internalizar os custos da exploração dos recursos naturais de acordo com as propostas das instituições estaduais e os organismos financiadores internacionais.

A seguir será abordado um programa oriundo nos anos 1990 no Paraná denominado PARANÁ 12 MESES. Decorrente da amplitude do referido programa, nos concentramos na análise referente ao desenvolvimento da área social e ao seu subcomponente – Vilas Rurais – que preconizava o combate à pobreza no meio rural.

Todavia, antes de trazer à baila as novas políticas que surgiram na década de 1990, que conduziam a pensar em uma nova geração de política rural, cabe assinalar que existiam outros programas¹⁹ desenvolvidos concomitantemente ao destacado anteriormente.

1.5.3 O Programa PARANÁ 12 MESES

A partir de certo preceito e da experiência advinda de outros projetos o Governo do Estado do Paraná captou, pela terceira vez, empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para a efetivação do programa chamado Paraná 12 Meses²⁰.

A meta do programa consistia em diminuir a situação de pobreza do meio rural e aprimorar o manejo e a conservação dos solos. O projeto foi concebido após uma análise da situação do meio rural do Paraná com meta de contemplar não somente apoio financeiro para ações isoladas, mas alcançar o desenvolvimento rural. No quadro subjacente apresenta-se uma síntese do programa.

¹⁹ Programa de Revitalização da Cafeicultura, o de Produção Animal, e de Fomento à Fruticultura o de Sericicultura e de Abastecimento Alimentar. No entanto, um deles merece uma especial menção: O programa denominado Panela Cheia. Consistia no fornecimento de crédito rural com o pagamento calculado na base de equivalência em produto. Apesar de sua importância, Lourenço (1995, p. 27) reclamou da inexistência ou a não disponibilidade de um levantamento criterioso dos resultados do programa que envolveu um volume de recursos da ordem de R\$ 180 milhões.

²⁰ O programa tem este nome pois o mesmo tem como objetivo maior contribuir para que a renda provinda da agropecuária familiar rural, que é sazonal, ou seja, está restrita a determinadas épocas do ano, tenha um incremento e que seja possível obtê-la durante todos os meses do ano. A preparação deste público (capacitação e profissionalização) atinge não apenas atividades agropecuárias como também atividades de prestação de serviços ao meio urbano, para acompanhar uma tendência mundial. (PARANÁ, 1997).

Quadro 3 – Caracterização do programa PARANÁ 12 MESES e subcomponente Vilas Rurais.

Ano de criação do programa	1995-96
Fontes de Investimentos	Banco Mundial – BIRD (50,5%) e Governo Estadual (40,5%)
Número estimado de famílias a serem beneficiadas	60.000 famílias de trabalhadores rurais volantes no seu subprograma de Vilas Rurais no período de 1995-1998
Área de abrangência – Vilas Rurais	Todo território paranaense mas em especial, as Regiões do Norte Novo, Norte Pioneiro e Noroeste do estado
Objetivos gerais pretendidos pelo Programa PARANÁ – 12 MESES	Aliviar a situação de pobreza do meio rural numa ação sustentável, apoiada na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção do meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural. Alcançar o desenvolvimento rural e não apenas o apoio financeiro de ações isoladas
Investimento total do programa Paraná 12 Meses	Aproximadamente US\$ 353,5 milhões
Investimentos a serem aplicados no subprograma	Cerca de US\$ 216 milhões (61% do total)

Fonte: PARANÁ, 1995, 1996 e 1997.

Nota: Organizado pelo autor.

No sentido de contemplar o objetivo do programa alguns elementos norteadores podem ser destacados:

a) **Participação**, balizando-se em um diálogo constante, assegurando uma relação horizontal, onde o favorecido é o ator principal do seu próprio desenvolvimento e não componente passivo de ações de ordem assistencialistas e/ou paternalistas;

b) **Descentralização**, partindo da orientação onde as propostas dos beneficiários fossem estabelecidas e implementadas a partir da realidade local (microbacias, comunidades, grupos) e de baixo para cima (*bottom-up*);

c) **Sustentabilidade**, no qual os investimentos necessitarão ser sustentáveis sob os prismas: ambiental, econômico, financeiro e social;

d) **Parceria**, a qual é abarcada mediante o planejamento da ação integrada em apoio ao desenvolvimento com embasamento na interdisciplinaridade e complementaridade das instituições, a interdependência política e administrativa vislumbrando a ampliação da abrangência com qualidade;

e) **Mecanismos de execução simples**, procurando o uso de instrumentos simples, funcionais e acessíveis aos beneficiários, executores e administradores, adequados com o caráter do projeto.

O Projeto Paraná 12 Meses estrutura-se em quatro componentes²¹ e dois subcomponentes, com ações específicas para cada um:

A - Desenvolvimento da Área Produtiva, a.1 Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, a.1.1 Atividades: fases 1 e 2;

B - Desenvolvimento da Área Social, b.1 Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural, b.1.1 Atividade Vilas Rurais b.1.2 Atividade Comunidades Rurais Pobres;

C - Fortalecimento Institucional;

D - Desenvolvimento Tecnológico.

O programa tinha como objetivo geral, o desenvolvimento de ações que permitissem abrandar a situação de pobreza²² rural no estado de modo sustentável, amparado na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na salvaguarda ao meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural (PARANÁ, 1997, p. 14).

Resumidamente, vislumbrava atender o os pequenos produtores rurais desfavorecidos economicamente em determinadas áreas consideradas prioritárias, mediante o desenvolvimento de diversas ações (habitação, saúde, geração de ocupação e de renda, organização comunitária e cidadania, recuperação dos solos via manejo adequado dos mesmos, etc.).

Igualmente, visava atender os trabalhadores rurais por meio da implementação do programa de construção de moradias nas 'Vilas Rurais' objetivando a avanço imediato das condições de vida dessas famílias. Pelo nível de abrangência, e pelo fato dele ter se tornado um dos principais instrumentos de consecução da política no meio rural paranaense, o qual consumia aproximadamente 61% dos investimentos previstos apresentamos a seguir o cenário do denominado Programa de Vilas Rurais.

²¹ Para mais informações, consultar o Manual Operativo do Projeto Paraná 12 Meses, (PARANÁ, 1996, p. 60).

²² Pobreza refere-se a 'pessoas, famílias ou grupos de pessoas cujos recursos (material, cultural e social) são tão limitados que termina por excluí-las de um estilo de vida mínimo aceitável' (SCHUCKSMITH; CHAPMAN, 1998, p. 228).

1.5.3.1 O programa de Vilas Rurais

De forma geral serão abordados os alicerces que fundamentaram a elaboração, mas especialmente o tipo de assentamento intermediário do programa de 'vilas rurais'²³. Faz-se mister mencionar que originalmente esse programa fundamenta-se amplamente nas ideias precursoras de Ignácio Rangel.

O referido autor ao discutir a natureza do desenvolvimento do capitalismo no campo, destacou a questão da superprodução e superpopulação. Rangel empenha-se em reconstituir a ocupação da família em tempo integral, ou seja, com a questão do trabalho²⁴.

A versão inicial do projeto de vilas rurais remete à experiência da implantação da chamada comunidade rurbarana que foi empreendida na localidade denominada de Campo de Santana (localidade de Tatuquara), região sul de Curitiba, no ano de 1979. A concepção básica apresentada pelo projeto indicava que os moradores poderiam trabalhar em fazendas vizinhas, porém desenvolveriam culturas de subsistência em seus lotes, e comercializariam o excedente.

A renda alcançada no empreendimento daria condições de, compensar os investimentos realizados em um curto prazo, visando assim, tornar-se autofinanciável. O governo adquiriria as terras pagando os preços legítimos, repassando-as às famílias (FREYRE, 1982, p. 128). Inicialmente no projeto, foram atendidas 60 famílias dedicando-se a o cultivo de hortifrutigranjeiros loteadas em terrenos de 5 mil metros quadrados, chamado pelo então prefeito de Curitiba Jaime Lerner por Reforma Agrária Viável.

Contudo, as informações sobre a avaliação positiva ou negativa sobre essa experiência embrionária são escassas. A atividade Vilas Rurais, esteve orientada por três grandes linhas de atuação: a) Infraestrutura social familiar - moradia; b)

²³ Conforme as Normas Operacionais do Programa (1995, p. 2) uma vila rural é uma área geográfica destinada a trabalhadores rurais volantes e seus familiares, com objetivo de garantir a melhoria da qualidade de vida. *As vilas rurais constituem pólos de trabalho e produção agrícola e não-agrícola*, com infra-estrutura de habitação, energia elétrica, abastecimento de água e os correspondentes serviços de educação, saúde, assistência e extensão rural, assistência social, intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, geração de emprego e renda, asseguradas as condições para organização comunitária e para o trabalho.

²⁴ Para uma melhor apreciação destas ideias ver Rangel (1962). Segundo o professor José Graziano da Silva as mesmas foram apresentadas em um seminário realizado na cidade de Curitiba no início da década de 80.

Desenvolvimento Comunitário - galpões comunitários; c) Geração de renda - capacitação/profissionalização.

Em termos operacionais, o que se pretendeu foi medir o que o Projeto Paraná 12 Meses realizou e/ou proporcionou às famílias assentadas nas Vilas Rurais e o que isso significou em termos de impacto socioeconômico.

A inquietação crescente com a geração de ocupações e de renda, assim como de novas formas de desenvolvimento coloca novamente a obrigação de conhecimento de conjunturas chamadas de intermediárias, da mesma forma que a intervenção mediante novas concepções de políticas públicas, em especial aquelas denominadas de políticas não-agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Apenas algumas dessas políticas levaram em consideração a questão da influência mútua entre o rural e o urbano, considerando num só escopo os processos de industrialização e urbanização, e o desenvolvimento agrícola e rural. Gilberto Freyre (1957, 1982), chamou de 'rurbanização', balizando-se na noção de rurbano²⁵. Esta concepção e/ou política, constituída no final da década de 1950, enxerga de forma antecipada alguns dos graves problemas presentes na sociedade contemporânea. Se naquele período esta ideia aparentava conservadora, pois contestava à proposta de reformas estruturais como a de reforma agrária, neste momento era colocada como uma alternativa ao agravamento das questões sociais e econômicas, especialmente a intensa crise agrícola que estabelece transformações profundas na maneira de produzir e de viver no espaço rural, principalmente com a ampliação das 'articulações entre o rural e o urbano'²⁶.

As Vilas Rurais enquadram-se como situações intermediárias. Nesse sentido, faremos um esforço com o intuito de contribuir no entendimento desta proposição. Assim, assinalamos que as políticas de desenvolvimento rural ressaltam

²⁵ Segundo o Dicionário de Ciências Sociais (1987, p. 1090) [...] no espaço rurbano os ingredientes do ruralismo e da urbanização estão muito misturados, gerando claramente situações de ambiguidade sociocultural [...] o rurbano pode ser considerado como uma totalidade de vida, muito mais do que um simples e pitoresco ponto de enlace entre o rural e urbano [...]. O rurbano é, portanto, o espaço social e econômico criado pelo ponto de encontro entre a cidade e o campo, segundo o tipo de elementos estruturais predominantes na relação concreta entre elementos e termos.

²⁶ Gilberto Freyre (1982) defende a ideia que a solução para determinados problemas complexos pedem abordagens interdisciplinares e argumenta que a construção de obras de infraestrutura como estradas de rodagem, de ferro, portos, aeroportos, linhas de canalização e de tráfego – se constituem em obras de Engenharia Física com efeitos psicossocioculturais capazes de beneficiar tais correlações, especialmente concorrerem para uma mais saudável articulação entre as atividades urbanas e rurais, conseqüentemente rurbanizantes nos seus efeitos gerais. Freyre define rurbanização enquanto processo de desenvolvimento econômico e social que conjuga valores de vida rurais e urbanos, isto é, uma situação mista, dinâmica e profundamente combinante.

quase sempre duas finalidades, o combate à pobreza e a melhoria do bem-estar rural. O programa de Vilas Rurais não foge a esse princípio.

É importante realizar primeiramente uma distinção de natureza conceitual, entre pobreza e exclusão social. Schucksmith e Chapman (1998, p. 229) afirmam que isso importa uma mudança tripla de ponto de vista:

I) a modificação de foco em renda ou despesas para a da desvantagem multidimensional;

II) a modificação de uma conta estática de estados de desvantagens para uma análise dinâmica do processo;

III) a modificação de foco do indivíduo ou do grupo doméstico para adotar a importância do contexto local. Deste modo, explanam que pobreza e privação denotam o resultado, [...] e empobrecimento e exclusão social referem-se a processos dinâmicos. Assim, a atenção deveria ser acentuada no que tange ao significado e adoção de quatro sistemas²⁷.

Entretanto, a diferenciação conceitual entre pobreza e exclusão social não é clara, porque paradigmas que sustentam as duas noções são muito diferentes: ao passo que a noção de pobreza alicerça-se em temas de distribuição, a exclusão social concentra-se no tema relacional, ligado à inadequação na participação social, ineficiência na integração social.

Exclusão é um conceito mais abrangente que a pobreza. Neste sentido, o conceito de exclusão social pode não estar pautado em pobreza. Destarte a essa ideia, famílias pobres podem estar atreladas à diversas formas de exclusão, deste modo, o noção da pobreza rural pode ser considerado como ponto de partida. Essas assertivas conduzem a buscar a articulação das referidas noções, de pobreza e de exclusão social junto ao planejamento e implementação de políticas de desenvolvimento rural.

²⁷ A integração cívica significa ser um igual, cidadão habilitado em um sistema democrático, com um sentido de aproximação para os elaboradores e centros de força política. Integração econômica significa ter uma ocupação, possuir uma função econômica valorizada e estando capaz de construir seu caminho. Integração social significa ser capaz de ter acesso a serviços sociais fornecidos pelo estado, sem estigma. Integração interpessoal significa possuir família e amigos, vizinhos e redes sociais para fornecer cuidado e companheirismo e suporte moral quando necessário. Os autores reconhecem a importância de um quinto sistema, adicional ou complementar, o qual deve ser introduzido: a questão do acesso à moradia (SCHUCKSMITH; CHAPMAN, 1998).

1.5.3.2 Resultados avaliativos do programa Paraná 12 Meses

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) realizou uma avaliação institucional do Programa 'Paraná 12 Meses', onde fazem parte do seu relatório final, oito anos do 'Projeto', período que compreende entre os anos de 1998 a 2006. No período entre os anos de 1998 a 2002 foram aplicados R\$ 278.643.190,51 em projetos. A parte chamada de 'Combate à Pobreza' foi a que recebeu maior aporte de recursos nos primeiros quatro anos, com 69,99% do total, ou pouco mais de R\$ 195 milhões. Já o componente 'Manejo e Conservação de Solos' aferiu 26,68% dos valores, que significam R\$ 74,3 milhões no período (IPARDES, 2006).

Tabela 1: Investimentos do Paraná 12 Meses de 1998 a 2002.

COMPONENTE	VALORES EM R\$	PERCENTUAL
Combate à pobreza	195.024.239,66	69,99%
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – Fase 1	47.753.072,29	17,13%
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – Fase 2	26.630.784,05	9,55%
Capacitação de executores de benefícios	1.212.509,74	0,43%
Pesquisa, Estudos e Avaliações	5.023.040,77	1,8%
Sistema de Informações (Deral)	830.614,71	0,29%
Assessoramento do Projeto	95.638,78	0,03%
TOTAL	278.643.190,51	100%

Fonte: Avaliação Institucional do Projeto Paraná 12 Meses – Ipardes - 2006

Nota: Organizado pelo autor.

De acordo o Ipardes (2006), os recursos do Projeto Paraná 12 Meses ficaram concentrados na grande Região Norte e no Noroeste do Estado. Conforme a avaliação do instituto, esse fato está ligado “ao dinamismo do agronegócio nessas regiões e com os atributos do capital social e sua consequente capacidade de carrear recursos financeiros e técnicos” (IPARDES, 2006, p. 61).

No decorrer do projeto, até o ano de 2006, 122.424 produtores foram beneficiados (PARANÁ, 2019). No Paraná existiam 369.875 estabelecimentos rurais em 1998 (IBGE, 1998), destes, 321.380 eram familiares, o que corresponde a 86,9% do total. Residiam nessas áreas, de acordo com levantamento, 480.900 famílias, onde 40% delas viviam com uma renda menor que meio salário mínimo; 31% alcançavam até um salário mínimo e 28% ganhavam mais de um salário mínimo

(IPARDES, 2006). Observa-se, assim, que se cada produtor atendido importar uma família atendida, somente 25% do total de famílias foram de alguma forma favorecidas. Adicionalmente, vários investimentos, como readequação de estradas, foram indiretos, isto é, fazem parte da totalização, mas sem ser diretamente relacionado ao produtor.

Tabela 2: Projetos desenvolvidos e produtores beneficiados.

Projetos realizados	Produtores beneficiados
Projetos elaborados	14.192
Reforma de moradias e saneamento básico	23.310
Fomento agrícola e atividades de geração de renda	30.192
Melhoria da fertilidade do solo	40.546
Aquisição de equipamentos agrícolas	15.975
Sistema de Informações (Deral)	830.614,71
Atividades de controle da erosão e da poluição	49.268
Adequação dos sistemas de produção para maior agregação de renda	27.643
Moradias construídas para famílias de trabalhadores rurais - Vilas Rurais	15.609
Fomento agrícola e atividades de geração de renda	16.041

Fonte: Paraná. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (2019).
Organizado pelo autor.

O relatório do Ipardes (2006) avalia que existe uma distância entre a elaboração das políticas públicas e a aptidão das instituições em concretizar as ações e trabalhos inicialmente pensados. Isto resulta na dificuldade para implementação de programas ou projetos. Como exemplos o relatório assinala, a sobrecarga constatada na reduzida equipe técnica da Emater, assim como, questiona o programa de Vilas Rurais, não pelo viés do problema fundiário, mas por se tratar de áreas diminutas, isto é, com um foco neoliberal.

Conforme o relatório

[...] será que as Vilas Rurais são a solução para os trabalhadores semterra? Será que a habilitação para o trabalho, não ligado diretamente à produção agropecuária, não é a ação mais adequada ao contexto atual do mercado de trabalho? (IPARDES, 2006, p. 92).

Finalmente, o relatório do Ipardes (2006) avalia que os recursos do Projeto Paraná 12 Meses abrangeram os produtores e trabalhadores rurais mais carentes

como era a previsão. Isso foi decorrente de um esforço de regularização deste público. Some-se a isto, na avaliação do Instituto, os resultados indiretos da habilitação das famílias também seriam visíveis, relacionados à organização de segmentos e fortalecimento do capital social, bem como a ajuda financeira para a construção, reforma de casas e saneamento básico foram relevantes na melhoria das condições de saúde das famílias rurais mais carentes, sobretudo porque houve atuação, pelo componente social, nas regiões com maiores problemas sociais.

Os pesquisadores do Ipardes (2006) assinalam que o caminho viável para o emprego das políticas públicas é através da participação da iniciativa privada no desenvolvimento social. Na avaliação do Instituto os setores dinâmicos atraíam investimentos, contudo os benefícios disso não chegavam à maior parcela das pessoas, mormente àquelas mais carentes, desprovidas de capacitação para participar da expansão econômica.

Assim, o Estado, a sociedade e o setor empresarial necessitariam, de acordo com o documento, atuar uniformemente para alcançar as mudanças necessárias.

1.5.4 Paraná em Busca de Projetos Ambientais Sustentáveis?

Realizada esta avaliação, temos o Paraná já perpetrando em pleno século XXI. Assim, de maneira contemporânea investindo novamente em um planejamento voltado às políticas 'sustentáveis' de desenvolvimento destinadas ao meio rural. Poucas são as referências secundárias encontradas, então, em linhas gerais captamos informações oficiais de sites do Estado em relação ao recente temário.

Assim, nos referimos às propostas/programas mais recentes de desenvolvimento (rural) no Estado, mencionando a retomada da extensão do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial: Renda e Cidadania no Campo - PRÓ-RURAL. Este, além de atender alguns moldes já citados nesta investigação, se trata de uma ação do governo do Paraná executada nas áreas mais pobres do Estado, as quais apresentam dificuldades e desafios socioeconômicos semelhantes.

O Programa contempla uma ação maior, envolvendo outras secretarias de Estado, definida no Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, este, novamente com financiamento do Banco Mundial.

Vale ressaltar, que na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado são atendidas associações de agricultores familiares formalmente estabelecidas no mínimo há um ano, constituídas com no mínimo de 70% de agricultores familiares e que possuam sede ou área nos Territórios e municípios do Pró-Rural.

A Secretaria conta com o auxílio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) para atuar na organização e capacitação dos agricultores e sobretudo, na questão da regularização fundiária das propriedades.

O programa vislumbra ampliar a competitividade dos agricultores familiares nos oito territórios que envolvem a região central do Paraná e o Vale do Ribeira, de forma sustentável em nível ambiental, social e econômico. São os territórios Caminhos do Tibagi, Cantuquiriguaçu, Centro-Sul, Norte Pioneiro, Paraná Centro, Vale do Iguaçu, Vale do Ivaí e Vale do Ribeira, onde se concentram as maiores desigualdades regionais. Estas áreas são caracterizadas por baixa renda e pior acesso às políticas e serviços públicos.

Neste sentido, em um período recente o estado do Paraná aparentemente tem se norteado sob uma perspectiva de programas que contemplem 'negócios sustentáveis' no meio rural, especialmente direcionados à agricultura familiar.

Segundo em informações dispostas em sítios oficiais do Estado, especialmente, o da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (Sepl), a questão ambiental vem sendo tratada de maneira responsável e inovadora pelo Paraná que busca a compreensão de que qualquer política pública deve ser seguida de soluções técnicas consistentes capazes de assegurar a sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.

Destaca-se, de acordo com a referida Secretaria de Estado o processo de interlocução estabelecido entre o setor agrícola e ambiental no projeto Paraná-Biodiversidade. Ainda neste cenário Governo paranaense ressalta a importância do projeto denominado Proterritórios, a ser apoiado pelo Banco Mundial.

1.5.4.1 Paraná Biodiversidade

O projeto vislumbra a recuperação e manutenção de condições ambientais em três corredores ecológicos (Caiuá-Ilha Grande, Araucária, Iguaçu-Paraná), que foram selecionados por se tratarem de remanescentes de ecossistemas originais, numa área total de dois milhões de hectares. Os valores destinados chegam a US\$ 20 milhões, dos quais US\$ 8 milhões de doação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

Os executores do projeto foram, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP)²⁸.

A respeito do referido projeto a Agência Oficial de notícias do estado do Paraná divulgou a seguinte informação

Foi amplamente discutido e realizado o planejamento de 296 microbacias hidrográficas, assistindo diretamente 14.237 produtores rurais. Este trabalho resultou em um total de 3.223 quilômetros de margens de rios protegidas com cercas e plantio de mudas e 2.800 planejamentos participativos de propriedades privadas. Além disso, foram implantados 69 módulos agroecológicos (negócios comunitários de baixo impacto ambiental), cada um desenvolvido por grupos de 10 a 20 produtores. Também foram realizados trabalhos de educação ambiental com a participação de 100 mil pessoas entre agricultores e suas famílias, técnicos da iniciativa oficial e privada, promotores do Ministério Público do Meio Ambiente e professores e alunos de 452 escolas públicas. (PARANÁ, 2019. www.aenoticias.pr.gov.br).

Nos referidos encontros, abordaram-se temas relacionados à conservação da biodiversidade, sobretudo o manejo de fauna e conservação e uso dos recursos naturais e tecnologias sustentáveis, visando diminuir os impactos ambientais de sistemas de produção agrícolas sobre a biodiversidade.

A agência oficial de notícias ainda destaca neste contexto a parceria estabelecida junto a 41 Organizações não-governamentais (ONGs) que, contando

²⁸ O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou, no dia 18 de dezembro de 2019, a Lei nº 20.070/19, que autoriza a incorporação do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG) e do Instituto das Águas do Paraná (Águas Paraná) pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) - agora denominado Instituto Água e Terra (IAT). O IAT tem como missão proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental paranaense, buscando melhor qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com a participação da sociedade. Disponível em: <http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>. Acesso em 27 jul. 2021.

com auxílio financeiro do projeto, realizaram ações relevantes na área de educação ambiental.

1.5.4.2 Projeto de Inclusão e Desenvolvimento Territorial – ProTerritorio

A Coordenação de Desenvolvimento Governamental (SEPL/CDG) – em conjunto com a UGP – Unidade de Gestão do Projeto da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) do estado Paraná são as responsáveis pelo desenvolvimento do projeto que vislumbra o atendimento a 127 municípios paranaenses pertencentes à região do Centro Expandido (área que abrange os municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano).

As ações do referido projeto estão ligadas à promoção da inclusão social e econômica das populações rurais pobres. No que diz respeito aos impactos ambientais, os mesmos se revestem de um intenso processo de monitoramento ambiental. Este inicia-se pelo saneamento ambiental das propriedades rurais, se estendendo às microbacias tendo como objetivo o ordenamento do uso, manejo e conservação dos recursos naturais.

As estratégias previstas para tal concentram-se no envolvimento dos agricultores e suas famílias em processos de educação ambiental e no alinhamento das relações entre o setor produtivo e ambiental. Ao todo, pretende-se o envolvimento de 50.000 produtores e suas famílias. Disponível em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br>. e <http://www.fetecpr.org.br/parana-busca-projetos-ambientais-sustentaveis/>. Acesso em 27 jul. 2021.

O contexto histórico conceitual empreendido sobre o desenvolvimento, políticas públicas de desenvolvimento (rural), as dinâmicas populacionais de ocupação, esvaziamento, concentração de renda e de terras e as modificações ocorridas no ‘mundo do trabalho’ rural já retratadas, servem de palco e de fio condutor para as reflexões subjacentes sobre tais processos, agora relacionados com destaque ao fenômeno da pluriatividade e seus vieses mais recentes, sendo abordada subsequentemente mediante um estudo específico realizado no recorte espacial abarcado pela investigação, ou seja, a microrregião da União da Vitória/PR.

1.6 A PLURIATIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO RURAL

O conceito de pluriatividade manifesta-se na França na década de 80 do século passado devido à crise da superprodução da década de 70 redirecionando a política agrícola.

Este fenômeno surge como uma estratégia para estimular unidades agrícolas inviáveis – que não detinham capacidade de produção com viabilidade econômica - para que protegessem a natureza como atração turística deixando as atividades agrícolas em segundo plano. Isso levou os agricultores a desempenharem outras atividades não agrícolas como o artesanato, o turismo, etc., ao lado das atividades ligadas tradicionais.

As atividades rurais não agrícolas nas áreas rurais não receberam a devida atenção nas últimas décadas, especialmente na formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento, tanto no meio urbano como no rural, pois ficaram centradas quase que inteiramente em aspectos econômicos do desenvolvimento agrícola, na posse de terra e em aspectos institucionais ou infraestruturais (ANDERSON; LEISERSON, 1980).

Todavia, essa temática exerce, ou deveria conduzir um papel preponderante no planejamento destas estratégias, fundamentalmente dirigida aos grupos mais pobres da população rural, os quais estão sujeitos e na maioria dos casos dependentes dessas atividades como meios de ocupação e de renda, colaborando de forma determinante para a melhora das condições de vida nas áreas rurais.

O tema crítico circundando o significado econômico das atividades rurais não-agrícolas não é, entretanto, simplesmente se elas são relativamente eficientes no seu presente no uso de capital e de trabalho, mas qual papel deveriam desempenhar nas estratégias de desenvolvimento enfatizando o alívio da pobreza e crescimento da ocupação. (ANDERSON; LEISERSON (1980, p. 239).

Apesar destas dificuldades, as atividades rurais não agrícolas não receberam a atenção devida no bojo acadêmico, mas também dos planejadores e gestores de políticas de desenvolvimento rural durante estes anos que se sucederam. Dessa maneira, destacamos sinteticamente alguns estudos sobre o assunto.

Assim, a temática concernente às ocupações não agrícolas²⁹ no meio rural e sua definição junto às políticas de desenvolvimento não admitem, geralmente, generalizações muito simplificadas, pois estão amarradas fortemente às estruturas econômicas onde estão arraigadas.

Hazell e Haggblade (1993) ressaltam a importância das atividades não agrícolas nas economias rurais em torno dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Empresas não agrícolas representavam (na década 1970) somente 14% do emprego a tempo integral no continente africano, enquanto na Ásia e América Latina representavam cerca de 26% e 28% respectivamente. Quando são incluídas as vilas rurais a participação do emprego não agrícola cresce de forma extraordinária, saltando para 19% na África, 36% na Ásia e 47% na América Latina.

O volume e a natureza da atividade rural não agrícola variam de forma vultosa entre os continentes, os países e até no interior destes. Contudo, a presença das atividades ligadas ao comércio e aos serviços se sobressai de forma contundente nesta análise.

O estudo precursor de Klein (1992) em 18 países latino-americanos alertava que o emprego rural não agrícola elevava-se a uma taxa de 3,4% a.a. na década de 1970. O autor atribui esse crescimento aos moldes de desenvolvimento, características geográficas, distribuição da população e fatores culturais dos países. Destacava também a importância dos aspectos de estrutura agrária local, a ampliação das comunicações e o alcance dos serviços públicos, bem como o emprego em setores públicos de serviços. O emprego rural não agrícola torna-se um reflexo do processo de desenvolvimento dos países.

Em outro estudo realizado por Weller (1997), analisando o Istmo centro-americano - com dados do fim da década de 1980 e o princípio dos anos 1990 - assinala que o emprego rural não agrícola alcançava uma dimensão cada vez maior comparado ao emprego rural. O autor assegura que o emprego rural não agrícola

²⁹ A utilização da expressão 'ocupações rurais não-agrícolas' ao invés de 'empregos rurais não agrícolas' encontra-se amparada nas conclusões de Barros e Mendes (1983, p. 78). Esses autores argumentam que: A complexidade do problema do trabalho na agricultura portuguesa [...], tem por origem [...] não só a circunstância de se tratar de atividade repartida por distintas formas de produção, mas também o fato do trabalhador agrícola se achar com frequência dividido por ocupações ou situações sociais diferenciadas. Como decorrência direta deste último aspecto, o trabalho agrícola nem sempre assume a natureza de profissão, antes coincidindo muitas vezes com o que se pode designar por ocupação.

não é homogêneo e que passa a existir diferentes tipos de emprego decorrentes de várias dinâmicas.

Ambas as análises dos autores mostram enfaticamente os processos de modernização da agricultura como elementos instituidores e dominantes em seu arranjo e propriedades. Torna-se evidente a importância das (novas) dinâmicas de produção e de trabalho pelas quais a agricultura hodierna passou com ênfase à denominada pluriatividade, mormente, com entrelaçamentos que conduziram ou não ao desenvolvimento, neste caso, destacando-se o contexto rural brasileiro.

1.6.1 A Pluriatividade e o Desenvolvimento no Contexto Rural: Ênfase no Brasil.

A pluriatividade confere às atividades agrícolas e outras não agrícolas, ou seja, a combinação de atividades agrícolas com outras atividades remuneratórias, associando conceitos de variação produtiva e agricultura em tempo não integral. A presença de atividades diferenciadas, múltiplas, estrategicamente ligadas a áreas produtivas e sociais adotadas principalmente na agricultura familiar caracteriza a pluriatividade nos estabelecimentos no meio rural (CARNEIRO, 1999).

Assim, acreditamos que são representativas as atividades agrícolas e não agrícolas remuneradas sejam elas, desenvolvidas no interior da propriedade rural ou fora dela. Existe certa articulação entre o mercado do trabalho, a produção advinda de atividades agrícolas e a combinação com atividades não agrícolas resultando em uma divisão social do trabalho da família como estratégia de reprodução social (SCNHNEIDER, 2003).

Desde o início da década de 1960 a agricultura brasileira passou por um intenso processo de mudança nas atividades ligadas à agricultura relacionadas à modernização e industrialização. Novas técnicas no processo de cultivo, máquinas modernas (implicando na diminuição da mão de obra necessária para assegurar o nível de produtividade) e o desenvolvimento de biotecnologias (CAMPANHOLA; SILVA, 2004). Este processo de modernização industrial demandou uma nova organização na divisão do trabalho rural incrementando os índices das ocupações rurais não agrícolas em detrimento da diminuição das atividades ligadas diretamente à agricultura.

Historicamente, ocorreu uma transição dos complexos rurais para os agroindustriais, as atividades agrícolas integraram-se à indústria, modificando as relações do trabalho. A agricultura ‘industrializa-se’, os produtos naturais e/ou semimanufaturados são transformados em mercadorias. Na medida em que houve a internalização do capitalismo no campo, as relações de trabalho e a divisão do campo-cidade foram modificadas e os mercados foram sendo criados (SILVA, 1997).

Fatores como tecnologias novas, as estruturas regionais e seu nível de desenvolvimento, a própria capacitação dos agricultores, a magnitude do cultivo são relevantes na análise das atividades no meio urbano, mediante a instigante relação do meio rural e o urbano (CAMPANHOLA; SILVA, 2004; WANDERLEY, 2001).

Nesta dinâmica, setores como o comércio e serviços muitas vezes são os destinos dos agricultores/trabalhadores pluriativos da área rural. Não é raro, encontrar famílias pluriativas onde os pais desempenham papéis ligados às atividades intrinsecamente agrícolas, enquanto seus filhos enfrentam jornadas de trabalho em algum turno do dia em atividades não agrícolas para composição da renda familiar. “O agricultor em tempo parcial ocupa-se em outras tarefas visando à obtenção de rendas complementares, seja por meio do trabalho na agricultura ou de outras atividades. Isto é, ele se torna um indivíduo pluriativo”. (CAMPANHOLA; SILVA, 2004, p. 72-73).

Esta nova articulação e organização de trabalho familiar no meio rural pode ser compreendida estrategicamente como formas de reprodução social e econômica contemporânea.

Embora a agricultura guarde um lugar de destaque no espaço rural, é errôneo imaginar que ela própria não tenha sido modificada ao longo dessa trajetória. Em vários países, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural é condicionada e determinada pelas outras atividades ali praticadas e é percebida como um dos agentes das relações que se estabelecem entre a sociedade e o espaço. Talvez o exemplo emblemático entre outros, dessa mudança na ‘forma de ser’ do rural seja a emergência e a expansão das ‘unidades familiares pluriativas’, pois é cada vez mais frequente que uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural se dediquem as atividades não agrícolas, dentro ou fora das propriedades. A pluriatividade refere-se à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas a agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. (SCHNEIDER, 2003, p. 23).

Apesar da inserção e do domínio do capital sobre as formas de produção, as unidades familiares tem revelado uma capacidade de adaptação e estratégias endógenas para garantir sua reprodução social e econômica, como por exemplo, com o trabalho não assalariado. A procura por uma atividade remunerada não agrícola constitui-se muitas vezes em um complemento para renda da família, e não a dependência daquela renda. As razões para isto variam desde propriedades que não são adequadas para certos tipos de cultivos, até a falta de recursos tecnológicos (CAMPANHOLA; SILVA, 2004; WANDERLEY, 2001).

Apesar da inserção e do domínio do capital sobre as formas de produção, as unidades familiares tem revelado uma capacidade de adaptação e estratégias endógenas para garantir sua reprodução social e econômica, como por exemplo, com o trabalho não assalariado. A procura por uma atividade remunerada não agrícola constitui-se muitas vezes em um complemento para renda da família, e não a dependência daquela renda. As razões para isto variam desde propriedades que não são adequadas para certos tipos de cultivos, até a falta de recursos tecnológicos (CAMPANHOLA; SILVA, 2004; WANDERLEY, 2001).

A pluriatividade não é, portanto, algo que espontaneamente ou 'naturalmente' prospera, isenta de concepções políticas, de conflitos de classe, de projetos norteadores da construção de algum tipo de sociedade e de nação. É pelo motivos descritos acima, e por tantos outros apoios governamentais, que a pluriatividade progride na UE. No Sul do Brasil, como não existe tal apoio, a pluriatividade não cresce nem está cumprindo a contento o papel de ser o sustentáculo da agricultura familiar, evitando o aprofundamento do processo de proletarização dos pequenos produtores familiares. (NASCIMENTO, 2007, p. 464).

Em termos de desenvolvimento rural as políticas agrícolas dos países deveriam ter como premissa a preocupação com todos os atores do processo, mesmo os produtores tradicionais mais pobres (VEIGA, 2012).

A União Europeia, para exemplificar, em contraste com o Brasil, teve esta preocupação, sobretudo com o fenômeno social do pluriativismo no meio rural, procurando manter sua estrutura agrária. As políticas agrícolas privilegiam aos grandes produtores, tanto no Brasil como na UE, mas nesta última, o conteúdo social destinado aos pequenos produtores beneficiou o crescimento do pluriativismo entre eles. No Brasil, ao contrário ocorre a exclusão dos pequenos produtores desprovidos de capital (NASCIMENTO, 2007).

No Brasil, a discussão das ocupações rurais não agrícolas iniciou-se no princípio da década de 1990 por Graziano da Silva (1996)³⁰ quando chamou atenção para o seguinte fato, ao passo que nas décadas 1960 e 1970 um significativo número de trabalhadores rurais saía do campo dirigindo-se à periferia das cidades, na década de 1980 esse contingente além de reduzir-se substancialmente, aparentemente estava ocorrendo uma espécie de urbanização do campo brasileiro com a ampliação das ocupações rurais não agrícolas.

Em 1997, Graziano expõe que o espaço rural já não caracteriza-se somente como agrícola, existindo uma série de atividades não agrícolas, ligadas ao comércio, a indústria e a prestação de serviços, que ganham uma relevância cada vez maior na dinâmica da população no espaço rural brasileiro. Este espaço rural passou a ganhar outros tipos de ocupações e novas funções, surgindo com isso um novo inter-relacionamento entre os espaços rural e o urbano que permitiu uma vinculação de mercados de trabalho rural para atividades agrícolas e não agrícolas. Resumidamente, a população rural com alternativas limitadas de ocupação agrícola foi à procura de novas chances nas pequenas lacunas de ocupações informais não agrícolas.

No Paraná esse quadro não foi diferente, atividades de prestação de serviços e comércio se destacaram no meio rural do Estado (DEL GROSSI, 1999).

Del Grossi e Graziano da Silva (1998, p. 19) indicam algumas dinâmicas desse processo para o caso brasileiro, destacando quatro no total. Três delas são intrinsecamente *imobiliárias* sem relação agrícola alguma, a outra se encontra intimamente ligada às denominadas novas atividades agrícolas. De forma sintética, são as seguintes:

1. Demanda da população rural não agrícola de alta renda por áreas de lazer e segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio), bem como de serviços a ela relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos, etc.);
2. Procura da população urbana de baixa renda por terrenos, para a autoconstrução de suas moradias rurais em áreas situadas nas cercanias das cidades, mas que já possuem uma infraestrutura mínima de transportes e de serviços públicos, como água, e energia elétrica;

³⁰ O texto original é de 1993 e foi publicado na *Revista São Paulo em Perspectiva* (7) 3, jul./set. e depois republicado como capítulo no livro de 1996.

3. Busca por terras não agrícolas pelas indústrias e empresas de prestação de serviços que procuram o meio rural como uma opção para escapar das celeumas presentes nos grandes centros urbanos como, por exemplo, condições de tráfego, poluição, etc.;

4. As novas atividades agrícolas resultantes, em grande parcela, da procura do rural como áreas de preservação ambiental e lazer por parte da população dos centros urbanos, onde se destacam os pesque-pague, as fazendas de caça, a criação de pequenos animais, a produção de mudas ornamentais, entre outras.

Ao passo que as três dinâmicas denominadas de imobiliárias tem características muito particulares, gerando tipos muito diversificados de ocupações rurais não agrícolas tipicamente urbanas, impulsionadas pelo crescimento das cidades da região, em outras palavras, setores urbanos que se encontram nas imediações, o desenvolvimento das novas atividades agrícolas é estabelecido fundamentalmente pelo aumento de serviços de caráter artesanal, todavia demandando de alta tecnologia e especialização, valendo tanto para produtos diferenciados de procedência animal como vegetal.

Erroneamente, muita vezes a agricultura é considerada como uma simples atividade econômica que se pauta na produção de alimentos e matérias-primas decorrentes do cultivo de plantas e da criação de animais.

Historicamente, no Brasil, a agricultura se desenvolveu com base na monocultura e no latifúndio. Prova disso são as diversas atividades desenvolvidas, em especial o cultivo da cana-de-açúcar, do café, e a partir do século XX, da soja, da laranja, etc.

A ocupação do território nacional deu-se a partir do litoral com a exploração do Pau Brasil ocorrendo no Nordeste, e em seguida com a monocultura da cana-de-açúcar utilizando mão de obra escrava. No Sudeste brasileiro, iniciou-se com o cultivo do café, no estado do Rio de Janeiro, se estendendo às terras férteis do estado vizinho, São Paulo. No século XX, atingiu o norte do estado do Paraná. O Ciclo do Ouro também promoveu a integração da região Sul e da região Sudeste do Brasil devido ao tropeirismo, fazendo do estado do Rio Grande do Sul o maior fornecedor de carne e de muas para o Sudeste brasileiro. A pecuária extensiva e agricultura familiar de imigrantes foram a base de povoamento na região Sul (PRADO JUNIOR, 2000).

Para compreender o cenário atual é necessário analisarmos o processo alusivo à ocupação do território e os fluxos migratórios que ocorreram na Região Sul do país, os quais resultaram em uma forte influência na formação socioeconômica do Paraná e conseqüentemente da área de estudo da pesquisa. Neste sentido, ressaltamos que foi no início do século XVIII que iniciou-se a ocupação do território paranaense a partir do litoral, no princípio pela mineração. Posteriormente alcançou os Campos Gerais com o desenvolvimento da pecuária. No século XIX, além de se integrar ao ciclo do ouro sendo passagem das tropas que vinham do Rio Grande do Sul em direção às Minas Gerais, cujo processo deu origem a várias cidades paranaenses tais como Castro, Lapa, Palmeira, Piraí, Ponta Grossa, Tibaji, Jaguariaíva e Guarapuava, teve início no Paraná num contexto nacional de substituição da mão de obra escrava por trabalhadores livres, de ocupação do território, e branqueamento da população, a exemplo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com a imigração europeia (NADALIN, 2001).

Ressaltamos que predominava a ideia das elites paranaenses daquela época, que estrategicamente, mediante a imigração europeia com o fundamento que a qualidade do trabalho desses sujeitos era superior ao escravo enquanto produtores tinham a finalidade da inovação técnica e industrial. Visto por este prisma, a ‘apuração’ da raça aparenta significar o nacional a trabalhar (NADALIN, 2001, p. 75).

Entre 1853 a 1879 foram criados 26 núcleos coloniais com aproximadamente 11.805 imigrantes de diferentes origens (alemães, italianos, poloneses, suíços, franceses, ingleses) próximo da capital, Curitiba, no litoral do estado e Campos Gerais, originando assim, uma forma de organização voltada à produção de gêneros alimentícios para o mercado interno e para subsistência, a agricultura familiar.

A política de imigração no Paraná teve duas frentes: uma que foi a pública e esgotada em 1875; a subsequente foi organizada por sociedades privadas, destacando-se as companhias que construíram as ferrovias, as quais fizeram uma forte campanha para atrair contingentes estrangeiros estabelecidos em outras áreas da Região Sul, processo esse denominado de ‘remigração’.

Em torno de 116.000 imigrantes, oriundos da Itália, Alemanha, Polônia, Ucrânia e Holanda, fixaram-se no Paraná entre os anos de 1885 a 1934 (NADALIN,

2001, p. 78). A colonização e o povoamento do Sudoeste e do Oeste do Paraná se intensificaram a partir de 1920. Áreas formadas por florestas e desconsideradas pelos fazendeiros foram ocupadas por descendentes dos imigrantes (NADALIN, 2001, p. 80).

Essas regiões caracterizavam-se por uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade colonial, tendo assim uma acentuada presença da agricultura familiar. Em meados do século passado, o Norte e Oeste (Maringá e Cascavel) paranaense presenciaram uma experiência interessante de colonização, desenvolvida de forma planejada pela Companhia de Terras, de origem inglesa. Esse modelo procurava articular os colonos em lotes de terra bem distribuídos, com atenção à infraestrutura socioeconômica, viabilizando a fixação daquelas populações. As terras de Guarapuava, Região Central do estado paranaense representavam as grandes propriedades pecuaristas. Foi concluído assim o processo de ocupação do território do estado na década de 1950.

A partir desse período teve início um novo processo, a chamada modernização conservadora do campo, denominada assim, porque não rompeu com concentração fundiária. Em tese esse processo também foi responsável pelo espólio de milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural e a carestia.

A primeira atingida pela modernização foi a Região Norte paranaense, cuja qual tinha sua economia baseada na monocultura cafeeira, com a estrutura baseada em pequenas e médias propriedades, e com intensivo uso de mão de obra. Devido à superação da oferta em relação à demanda do produto no mercado no princípio da década de 1960, pela crescente participação do café africano no mercado mundial, e o incentivo às culturas temporárias como a da soja e do trigo, o mercado do café mergulhou numa profunda crise.

De acordo com os dados do IBGE, as implicações da modernização, entre os anos de 1970 e 1985 são concretos. A área destinada à cafeicultura diminuiu em aproximadamente 59%, enquanto as áreas de pastagens cresceram em torno de 32%, e das lavouras temporárias em 59%. Houve diminuição do emprego no campo e acentuado aumento do êxodo rural. Aumentou o trabalho temporário, surgiram os 'sem terra' e a concentração fundiária elevou-se, causando o desaparecimento de

66.257 estabelecimentos agrícolas de 0 a 10 ha e 28.689 com área entre 10 e 100 ha.

Ressalta-se também que até o início dos anos 1970 a dinâmica populacional do estado do Paraná apresentava uma base rural, superando consideravelmente o contingente urbano.

Esse fato é decorrente do processo histórico de formação econômica do estado, ligado aos ciclos econômicos da mineração, tropeirismo, erva-mate, madeira e café. Essa situação vai se invertendo no decorrer da década citada anteriormente, levando a superação da população urbana sobre a rural. Conforme o IBGE, em 1960, a população rural atingia 69,09%, enquanto a urbana era de 30,91%. Na década 80, a população rural caiu para 41,07% e a urbana passou para 58,93%. Este cenário se agravou ainda mais em 1991, onde a população urbana atingiu 73,35% e a rural regrediu para 26,65%. A população urbana do Paraná chegou a 81,4% no ano 2000, enquanto a rural caiu para 18,6%, anotando que o êxodo rural era muito forte no cenário estadual.

Atribui-se como principal fator dessa inversão ao processo de modernização da agricultura. Sendo assim, aborda-se, a controversa entre agricultura familiar - e os agricultores familiares -, e o referido processo, culminando-se em novas dinâmicas de trabalho no meio rural, com destaque à pluriatividade.

De acordo com Wanderley (2009), ocorreu um agravamento na condição dos pequenos agricultores no Brasil em decorrência da modernização, e expansão do sistema capitalista na agricultura. Na visão da autora, esse processo ocorreu de forma seletiva e excludente.

Os debates em torno da agricultura familiar aumentaram durante a década de 1990, devido a fatores como o modelo organizacional social, político e econômico, a problemática concentração fundiária existente e a variabilidade de condições oferecidas pelas regiões brasileiras.

Acerca desse debate da sociedade moderna é que agricultura familiar ganhou fôlego tornando-se um palco importante para discutir a relevância destas unidades produtivas no âmbito da agricultura e da própria sociedade. Com isso, a questão fundiária, e de renda são preconizadoras nesse processo, no sentido de estabelecer a compreensão sobre suas potencialidades, suas resistências e sua reprodução.

1.6.2 Novas Dinâmicas do Trabalho Rural: Uma Análise na Agricultura Familiar, no Desenvolvimento e a Pluriatividade

Na perspectiva das novas dinâmicas do trabalho rural é que a agricultura familiar ganhou destaque nos debates acerca do desenvolvimento. Modelos são propostos a partir dessas discussões visando a melhoria nas condições de vida dos pequenos agricultores. Todavia, observamos que em muitos casos o agricultor torna-se objeto desse processo, em detrimento de modelos que vislumbram unicamente a agricultura familiar atrelada ao desenvolvimento, ao invés de preconizarem a vida digna do agricultor no campo.

Para Berezanski (2008) a agricultura familiar tem uma responsabilidade maior do que aquela que lhe foi atribuída equivocadamente outrora, a de simples atividade de subsistência, pois a sua produção é dirigida para os mercados interno e externo, sendo um sistema comprovadamente eficiente, respondendo, segundo o autor, por aproximadamente 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional em uma área que corresponde a um terço do total da área produtiva.

Nas palavras de Wanderley, no caso do Brasil:

O agricultor familiar, mesmo que moderno, inserido ao mercado guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças. (WANDERLEY, 2009, p. 52).

É conveniente elucidarmos a proposição anteriormente realizada por Wanderley. Assim agrupamos alguns aspectos que auxiliam na compreensão do estilo de vida 'camponês' e sua importância na engrenagem das unidades familiares produtivas na contemporaneidade, antes de prosseguirmos na identificação das raízes da agricultura familiar no Brasil sem relacioná-las ou confundi-las com o campesinato.

Nesse sentido resgatamos em Cardoso (1987) algumas propriedades basilares do conceito clássico de camponês, quais sejam: acesso estável a terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum de usufruto; trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; autossubsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; certo grau de autonomia na gestão das atividades

agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

Assim, a realização do trabalho concomitante à posse dos meios de produção pela família, seja dirigida à sua subsistência ou a produção para o mercado vão caracterizar a produção camponesa (CHAYANOV, 1974). De acordo com o autor, em um contraponto com a empresa capitalista, que visa o lucro por meio do trabalho assalariado, na produção de base familiar preconiza-se satisfazer a reprodução e as necessidades da família. Portanto, o interesse precípua dessa atividade relativa à sua expansão, em detrimento do acréscimo na quantidade de trabalho é uma decisão tomada com vistas ao bem estar familiar. Isso a difere do sistema baseado no capital, pois precede o interesse da maior obtenção de lucros, unicamente.

Retomando o debate sobre a agricultura familiar propriamente dita, Prado Junior (2000), comenta que essa forma de organização é de suma importância para o país, pois carrega origens das formas de produção que consistiam na produção para o mercado interno e para subvencionar a subsistência dos agricultores familiares produtores, conferindo aos mesmos uma estrutura agrária diferenciada em comparação à agricultura praticada em grandes lavouras e em larga escala. Esta última está baseada em uma mão de obra coletiva, assalariada e em larga escala.

Ressaltamos que na definição do papel da agricultura que utilizamos no início desse segmento não assumimos uma postura malthusiana, no que diz respeito à importância essencial perante outros setores, e até mesmo ao implacável conflito entre o crescimento populacional e a carestia. Embora estejamos presenciando um amplo crescimento e desenvolvimento industrial e o adensamento da malha urbana no mundo de hoje, a agricultura é de fundamental importância nesse processo.

Para Diniz (1986), os modelos tradicionais vêm sendo periodicamente modificados em detrimento do desenvolvimento científico e tecnológico. No entanto ela permanece responsável pela alimentação humana.

Muitos países já se encontram em estágio adiantado de desenvolvimento urbano e sobre tudo industrial, mas a grande maioria é ainda essencialmente agrícola, e é para esta atividade que se dirigem os olhos do grande contingente humano que busca condições de subsistência. (DINIZ, 1986, p. 20).

Dessa forma, o conhecimento científico no bojo da agricultura dever ser considerado, pois, retomando as reflexões, a tendência, pelo menos do ponto de vista teórico é que a relevância da agricultura familiar ganhe maior destaque ainda, pois, em razão das populações que já dependem desse tipo de produção sofrerem com a carestia de alimento, imaginemos a produção agrícola estagnada enquanto esta população continuasse crescendo? Possivelmente, país algum suportaria, e estaria instalado o caos.

Para Wanderley (2009), a consequência do crescimento populacional e consequentemente do aumento na demanda por alimentos, e os novos modelos de organização oriunda da concentração urbana e da industrialização forçaram modificações nas estruturas agrárias. Com efeito, a agricultura familiar oportunamente adota seu próprio abastecimento. De certa maneira, as famílias produtoras assumem o custo de sua sobrevivência, liberando outras forças sociais de sua sustentação (GUANZIROLI, 2001).

Seguindo estas perspectivas, seja em áreas tradicionais ou nas fronteiras, a agricultura familiar é realizada no interior ou no exterior dos grandes estabelecimentos, ou seja, com agricultores sem terra ou com pequenos proprietários criam ambientes comunitários e dão vida às terras rurais. Através das relações com a vizinhança e das características familiares produzem uma força local ajustada à grandeza e aos diversos aspectos que compreendem a sua comunidade. Em contraponto, os grandes estabelecimentos apontam para um esvaziamento de sua população do campo. Consideramos então que o agricultor familiar deve ser um sujeito (social) protagonista, e não um mero coadjuvante desse processo.

Pode-se observar que a agricultura familiar é um conceito polissêmico na linguagem acadêmica. O referido ganhou destaque no Brasil, na década de 90 do século passado, como um marco referente a um conjunto de medidas que se esboçavam desde o princípio do período da redemocratização. Estava direcionada para o que denominavam de pequena produção mercantil ou pequena produção familiar. Dessa maneira, marca a importância de uma categoria social de trabalhadores rurais na esfera das políticas públicas.

Assim, buscou-se na definição do INCRA/FAO, admitindo-se que, apesar de não contemplar todo dinamismo cultural e político presentes na agricultura familiar

da área abarcada por esta pesquisa, possui basicamente as particularidades que a constitui e a demarca.

A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

Diversas políticas públicas em prol do desenvolvimento rural foram apresentadas no decorrer desta tese. Destacamos que as mesmas deveriam ser conduzidas aos agricultores familiares, apesar de não ter sido este o cenário vislumbrado.

Assim, Veiga (2012) explana que, em termos de desenvolvimento rural as políticas agrícolas dos países deveriam ter como premissa a preocupação com todos os atores do processo, mesmo os produtores tradicionais mais pobres.

Em se tratando do Estado brasileiro, numa conjuntura inserida na complexidade da relação entre os próprios trabalhadores rurais, entidades e segmentos de representação e os grandes proprietários de terras, em 1996, foi lançada especificamente aos agricultores familiares uma política pública de acesso a crédito, denominada de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. O objetivo do referido programa era de manter o agricultor por meio do trabalho agrícola, no seu território, e tornar competitivos e viáveis, além de modernos, seus estabelecimentos agrícolas.

O referido Programa foi contextualizado com forte influência do convênio FAO/INCRA. Apresentava como objetivos, o aumento da capacidade de produção, o aumento da renda e o fortalecimento na geração de empregos. Primava pela descentralização política através da criação de Conselhos Nacional (CNDR), Estadual (CEDR) e Municipal (CMDR) de Desenvolvimento Rural, sendo atribuído ao último o responsabilidade pela formulação dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR). Embora o PRONAF tenha se constituído como uma política pública que se fundamenta no aspecto de produção de uma parcela dos agricultores familiares, outras pesquisas se detiveram às transformações sucedidas no meio rural para requerer políticas peculiares – oferecendo assim, *status*, à

categoria da pluriatividade – para compreender especificamente essas transformações.

No ano de 1999 foi lançado pelo Governo Brasileiro um documento denominado ‘agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural’. O referido documento preconizava alguns elementos ligados a multifuncionalidade como na agricultura francesa, quais sejam preservar o meio ambiente, assim como as tradições culturais, conter o êxodo rural, garantir a segurança alimentar e gerar empregos. A agricultura familiar estaria assentada num planejamento descentralizado de desenvolvimento integrado com políticas públicas que promovessem uma padronização mais equitativa de distribuição de renda (ALENTEJANO, 2000). Embora houvesse tentativas, podemos perceber que o exemplo europeu não foi seguido no Brasil, onde a política não assegurou sustentabilidade socioambiental, tornou-se seletiva, pouco clara e voltada às exportações. O ideário de tecnificação-ideológica facilitou a concentração de terras, privilegiou proprietários patronais na produção para exportações, intensificou o uso de novas tecnologias, máquinas, sementes geneticamente modificadas e insumos agrícolas, resultando na contaminação de águas, solos e nos alimentos produzidos. Elevaram-se os custos de produção, a dificuldade de acesso ao crédito rural, falta de emprego e exclusão. O que, provavelmente, conduziu os agricultores familiares ao êxodo rural.

Para Alentejano

Ao abordar a perspectiva de promoção de reestruturações mais radicais do modelo agrário brasileiro, esta visão aproxima-se das formulações neoliberais que preconizam apenas a adoção de medidas compensatórias no enfrentamento das desigualdades sociais e da miséria. A principal proposição destes autores é que os programas de combate à pobreza rural devem incorporar esta dimensão urbana do espaço rural e incluir, nas perspectivas de ação no campo, o incentivo à geração de atividades de caráter não agrícola intensiva em mão de obra, como é o caso dos serviços. (ALENTEJANO, 2000, p. 101).

Destacamos neste contexto que a pluriatividade deve ser conduzida como um amplo processo de transformação de territórios, não se prendendo apenas a um mero fenômeno de estrutura conjuntural. Deve ser sincrônico à dinamização da economia e um marco na reestruturação pelo qual passa o modo de produção baseada no capital. O processo que direciona uma nova configuração no

dinamismo das atividades rurais e, por conseguinte dos agricultores familiares, tem como horizonte possível o pluriativismo como uma de suas estratégias.

Enquanto fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária dos países desenvolvidos e em alguns países emergentes, como no caso do Brasil, podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrentes de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias. (SCHNEIDER, 2003, p. 91, 92).

Schneider apresenta cinco motivos que levaram ao aumento das atividades não agrícolas nos países desenvolvidos: a diminuição nas rendas agrícolas, o dinamismo do mercado de trabalho, as políticas públicas, as novas tecnologias, e a percepção da pluriatividade como particularidade estrutural da agricultura familiar. Na América Latina, as atividades rurais não agrícolas estão ligadas, na maior parte das vezes, ao crescimento agrícola, a integração e/ou compatibilização de políticas agrícolas a outras formas de geração de emprego no meio rural por meio da descentralização das indústrias (VEIGA, 2012). No Brasil, nos últimos trinta anos, sobejamente, na região Sul-Sudeste ocorreu um desenvolvimento econômico sem antecedentes na história. Novas tecnologias introduzidas, insumos utilizados em larga escala, biogenética alterando e introduzindo alto rendimento na produtividade e novas variações de plantas, diversidade na produção, contribuiu para o crescimento da pluriatividade. A introdução em outros setores, de atividades não agrícolas, evidenciou-se como alternativa aos agricultores familiares que não conseguiram acompanhar a modernização e tecnificação da agricultura (SCHNEIDER, 2003). Vejamos o que nos coloca a FAO/DAS5 (1998):

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda nas áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessária uma definição espacial. Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais, mais especificamente, aquelas nas quais as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o do restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele. (apud ABRAMOVAY, 2009, p. 26).

As unidades rurais são fortemente ligadas às atividades orientadas para o consumo, tais como lazer, residência, preservação do meio ambiente etc.

Conforme aponta Graziano da Silva

No mundo rural dos países desenvolvidos esse novo paradigma 'pós-industrial' tem um ator social já consolidado: o *part-time farmer* que podemos traduzir por agricultores em tempo parcial. A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora do seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, o *part-time* não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 47).

O meio rural e as atividades não agrícolas (moradia, turismo, lazer e outros) estão ligadas a expansão das indústrias, agroindústrias e a própria urbanização do meio rural brasileiro. Essas atividades podem ser vistas estrategicamente para manter a população rural mais pobre no seu meio e aumentar seu nível de rendimento.

Para Schneider (2003), uma família pluriativa na área rural é considerada assim, quando exerce no mínimo duas atividades, sendo uma delas a agricultura, compartilhando o mesmo espaço de moradia e/ou trabalho, sejam parentes consanguíneos ou por adoção e se identifiquem como uma família. Plantar, manejar, fazer colheita, limpar, preparar, organizar, beneficiar a terra e produzir alimentos, matérias-primas e fibras fazem parte do conjunto de procedimentos, tarefas e operações de caráter laboral e produtivo. Esta complexidade e diversificação complica a tarefa de definir onde inicia e onde termina as atividades agrícolas, pois muitas vezes são feitas fora do estabelecimento ou por terceiros. (SCHNEIDER, 2003).

A variabilidade da pluriatividade dependerá das particularidades da situação ou do território em que estiver inserida. Portanto, tem a ver com o estágio das competências e o poder de agência dos indivíduos. Assim, seja uma parte dos membros de uma família, uma família toda ou somente uma pessoa, estaremos falando em pluriatividade (ABRAMOVAY, 2009, p. 53).

Esse fato nos conduz a pensar sobre como a ruralidade não deve ser pensada em torno de sua capacidade econômica setorial.

Em outras palavras,

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor – e não somente de suas atividades econômicas setoriais – que se procuram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas. A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural. Esta definição não é útil apenas para as áreas mais desenvolvidas do país, ela pode revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e, sobretudo, mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades. (ABRAMOVAY, 2009, p. 53).

Wanderley (2001) apresenta a hipótese que parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade são oriundas nas famílias agrícolas. A pluriatividade então, não pode ser considerada como um processo de abandono da agricultura e do meio rural. A pluriatividade expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições a permitem, no sentido de garantir a permanência e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar no meio em que está inserido, o rural. Estas famílias, sejam pluriativas ou não, possuem uma cultura, cuja reprodução é necessária para que haja uma dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural. Da mesma forma, o ‘lugar’ da família, ou seja, o patrimônio fundiário familiar constitui-se num elemento de referência e de atração, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes.

Para Wanderley o estudo do lugar dos agricultores não pode deixar de tratar de questões tais como: I) o caráter polivalente e pluriativo do potencial de trabalho das famílias dos agricultores; II) os valores e as práticas familiares de valorização (ou tentativas de valorização, mesmo nas condições mais adversas) do patrimônio familiar; III) os valores e as práticas familiares de valorização da educação como meio de ascensão pessoal e de aperfeiçoamento profissional; IV) os valores e as práticas sociais que reforçam o sentimento de pertencimento a um lugar e de identidade territorial; V) os esforços já realizados no sentido da integração com a cidade e o mundo urbano e de implantação de formas associativas diversas no meio rural; VI) a presença no meio rural, em função precisamente dos agricultores familiares, de uma grande quantidade de quadros técnicos, vinculados, sobretudo a

instituições governamentais e de militantes de organizações não governamentais (WANDERLEY, 2001. p. 37).

Resumidamente, a relação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento vai depender do próprio contexto histórico, das estruturas, socioespacial e cultural do capitalismo em determinado espaço, pois entre as principais características da agricultura familiar estão a sua distinção, a heterogeneidade, as questões culturais e simbólicas das formas familiares e sua relação com o ambiente e o espaço onde se inserem (SCHNEIDER, 2003).

Em relação às novas dinâmicas de trabalho do mundo rural, alguns pensamentos apontavam para o horizonte que a única forma de aumentar o nível de renda mantendo a população no meio rural era através da criação de empregos não agrícolas. Este ponto de vista consagra no Brasil um campo designado de ‘novo mundo rural’, o qual estabelecia uma nova percepção no próprio conceito de rural, agora ligado ao crescimento de atividades não agrícolas e pluriativas, extrapolando a exclusividade agrícola (GRAZIANO DA SILVA, apud TEIXEIRA, 2000).

Finalmente, mesmo que ao longo da história as políticas agrícolas no Brasil não tenham sido bem sucedidas, é inegável que a pluriatividade enquanto um fenômeno social, em detrimento da falta de recursos tecnológicos, oscilações do mercado, baixo preço nos produtos, se faz presente, mesmo que de forma heterogênea em todas as regiões do país.

A estimativa da pluriatividade, realizada por Del Grossi e Graziano da Silva (1998) com base na PNAD³¹ de 1995 constatou que o fenômeno abrangia aproximadamente de 1,8 milhão (24%) dos 7,5 milhões de domicílios rurais no país; e 2 milhões dos 3,4 milhões de domicílios urbanos que tinham pelo menos um de seus membros ocupados em atividades agrícolas, sejam elas a ocupação principal ou secundária. No último Censo realizado pelo IBGE (2017), estima-se que dos 5,1 milhões de domicílios rurais, em 30% deles, pelo menos um de seus membros ocupados, estavam trabalhando com atividades agrícolas, aliadas à atividades de caráter não agrícola, sejam elas a ocupação principal ou secundária.

³¹ As PNADs são realizadas desde 1967. Elas se constituem na mais abrangente fonte de informações sobre a realidade socioeconômica brasileira. É um poderoso instrumento tanto para acompanhar as condições de vida da população como, para planejar o desenvolvimento nacional. Esta pesquisa só não se realiza nos anos do Censo Demográfico, quando passa por um amplo processo de revisão. (ver o Web Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

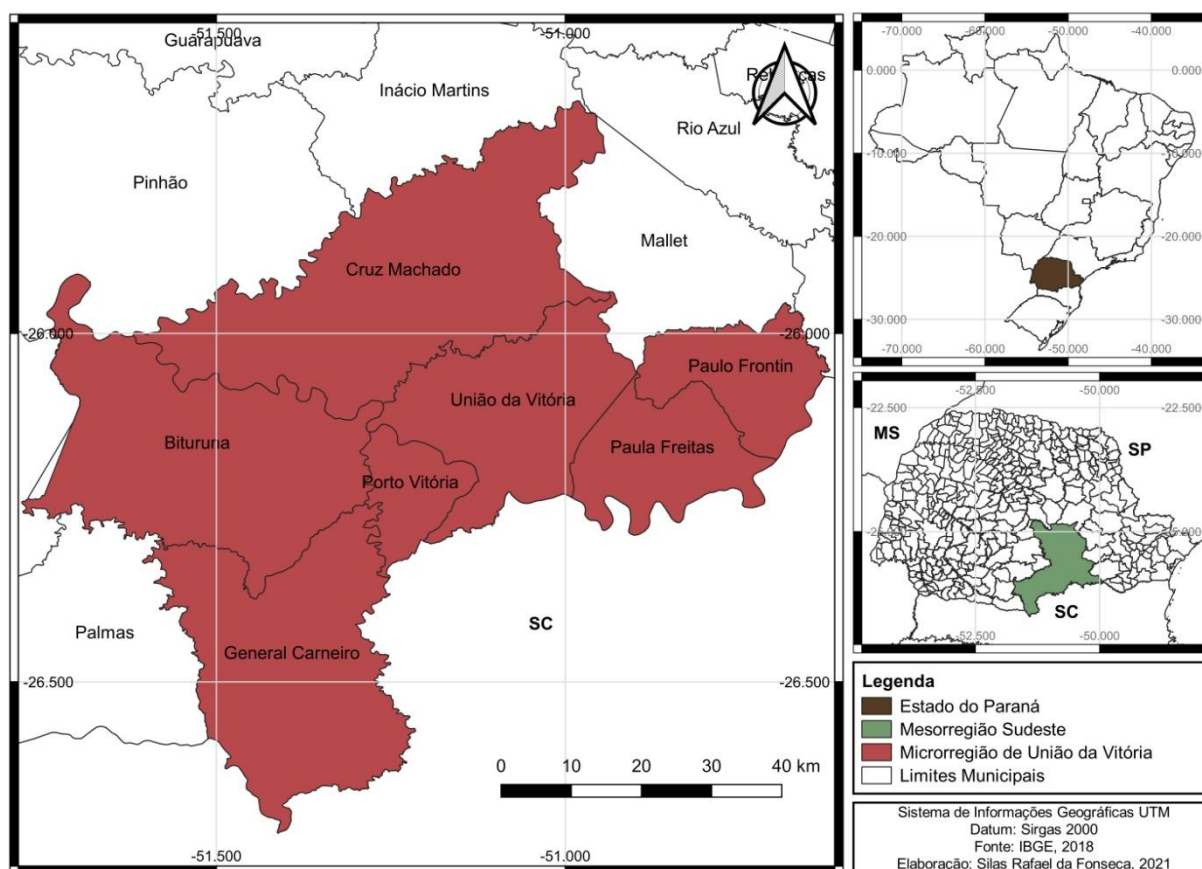
CAPÍTULO 2 – A MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA: CARACTERIZAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Neste capítulo apresentamos a área de estudo e os dados socioeconômicos no que tange ao nível de desenvolvimento e situação fundiária pertinentes a mesma.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: LOCALIZAÇÃO, ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS, SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

A Microrregião de União da Vitória (Figura 2) está inserida na Mesorregião Sudeste paranaense sendo formada pelos municípios de Porto Vitória, Paula Freitas, General Carneiro, Paulo Frontin, Paula Freitas, Cruz Machado e União da Vitória, que empresta seu próprio nome à microrregião. Compreende uma área territorial de aproximadamente 5,5 mil km², com cerca de 117 mil habitantes. A altitude média é de 859m. (IBGE, 2010).

Figura 2 – Microrregião de União da Vitória.



Fonte: IBGE, 2018.

Nota: Elaborado por Silas Fonseca e adaptado pelo autor, 2021.

No que se refere as características climatológicas, a microrregião tem como classificação, o Clima Subtropical Mesotérmico Úmido (Cfb – de acordo com a classificação de Vladimir Köppen). A temperatura média anual gira em torno dos 23°C não existindo uma estação seca.

Quanto ao relevo, no estado do Paraná, podem ser delineadas com base em sua configuração topográfica, cinco grandes paisagens naturais: o Litoral, a Serra do Mar, o Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba, o Segundo Planalto ou Planalto de Ponta Grossa e o Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava (MAACK, 2002). A microrregião de União da Vitória abrange partes do segundo e terceiro planaltos.

A cobertura vegetal da microrregião, na qual inserem-se os municípios da área de estudo, caracteriza-se em sua maioria pela Floresta Ombrófila Mista, ou seja, Mata de Araucária. Somam-se a esta, as espécies arbóreas: imbuia, cedro rosa, erva-mate, caúna, canela guaicá, bracatinga. Concomitante à vegetação nativa e muitas vezes concorrendo de forma desleal encontram-se intensa atividade agrícola, áreas de pastagens e arcas de reflorestamentos, principalmente de ‘pinus’ e eucaliptos (MELLO, 2012).

Neste sentido, assinalamos que no setor primário as áreas para cultura agrícola tem como principais produtos o milho, feijão, fumo, mandioca, soja e erva-mate. Leis ambientais mais severas sobre a extração vegetal e pela própria extinção de algumas espécies outrora utilizadas como matéria-prima enfraqueceram o setor industrial baseado na transformação da madeira (MELLO, 2012).

No que diz respeito à economia do setor terciário, União da Vitória se constituiu ao longo do tempo como município polarizador, não somente dos municípios que abrangem a área de estudo, bem como de outros pequenos municípios das imediações regionais, para os quais representa um ponto de referência em um grande conjunto de demandas do comércio e de serviços, com destaque para a atividade do comércio varejista de artigos do vestuário, de móveis e eletrodomésticos como principal segmento urbano não industrial (MELLO, 2012).

Com efeito, para uma melhor compreensão das atividades e valores adicionados por setor na economia dos municípios abarcados pelo estudo, dispomos complementarmente (Anexo E) os valores adicionados pela participação setorial (econômica) destacando os municípios em na microrregião em tela.

A seguir, pelas características diferenciadas de União da Vitória em relação aos demais municípios abarcados pela área de estudo (Tabela 3), apresentaremos algumas considerações importantes para compreensão deste processo.

Tabela 3: Caracterização Geral da Área de Estudo.

Município	Área (Km ²) (ITCG, 2019)	Altitude (m) (IBGE, 2019)	População (hab.) (IBGE, 2010)	Urbana (hab.) (IBGE, 2010)	Rural (hab.) (IBGE, 2010)	Grau de Urb.% (IBGE, 2010)	Densidade Dem. (hab./km ²)
Biuruna	1.231,883	987	15.880	9.899	5.981	62,34	12,86
Cruz Machado	1.447,013	940	18.040	6.057	11.983	33,58	12,21
General Carneiro	1.072,214	983	13.669	9.569	4.100	70,01	12,74
Paula Freitas	425,546	748	5.434	2.748	2.686	50,57	12,76
Paulo Frontin	370,186	778	6.913	2.173	4.740	31,43	18,67
Porto Vitória	210,448	750	4.020	2.235	1.785	55,60	19,10
União da Vitória	717,228	830	52.735	49.983	2.752	94,78	73,52

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Nota: Além de caracterizar a área de estudo, esta tabela foi elaborada também, visando relacionar estes indicadores com os obtidos no segmento que trata da pesquisa de campo.

2.1.1 Município União da Vitória: Um Pouco da História

Como pode-se observar na Tabela 3, União da Vitória apresenta uma situação paradoxal no que tange ao grau de urbanização se comparado aos demais municípios da microrregião. Isto pode estar ligado a formação histórico-geográfica pela qual passou o município.

O município surge no caminho das tropas que cruzavam o sul do País no século XIX. Em 1842, os tropeiros descobrem a passagem do rio Iguaçu, onde o gado poderia atravessar sem passar pelos campos de Guarapuava. A descoberta do *Vau* – lugar onde a pedra aflora - do Iguaçu, encurta o caminho entre Palmas e Palmeira antes de chegar à Sorocaba, cidade do interior paulista onde o gado era negociado (SILVA, 2006).

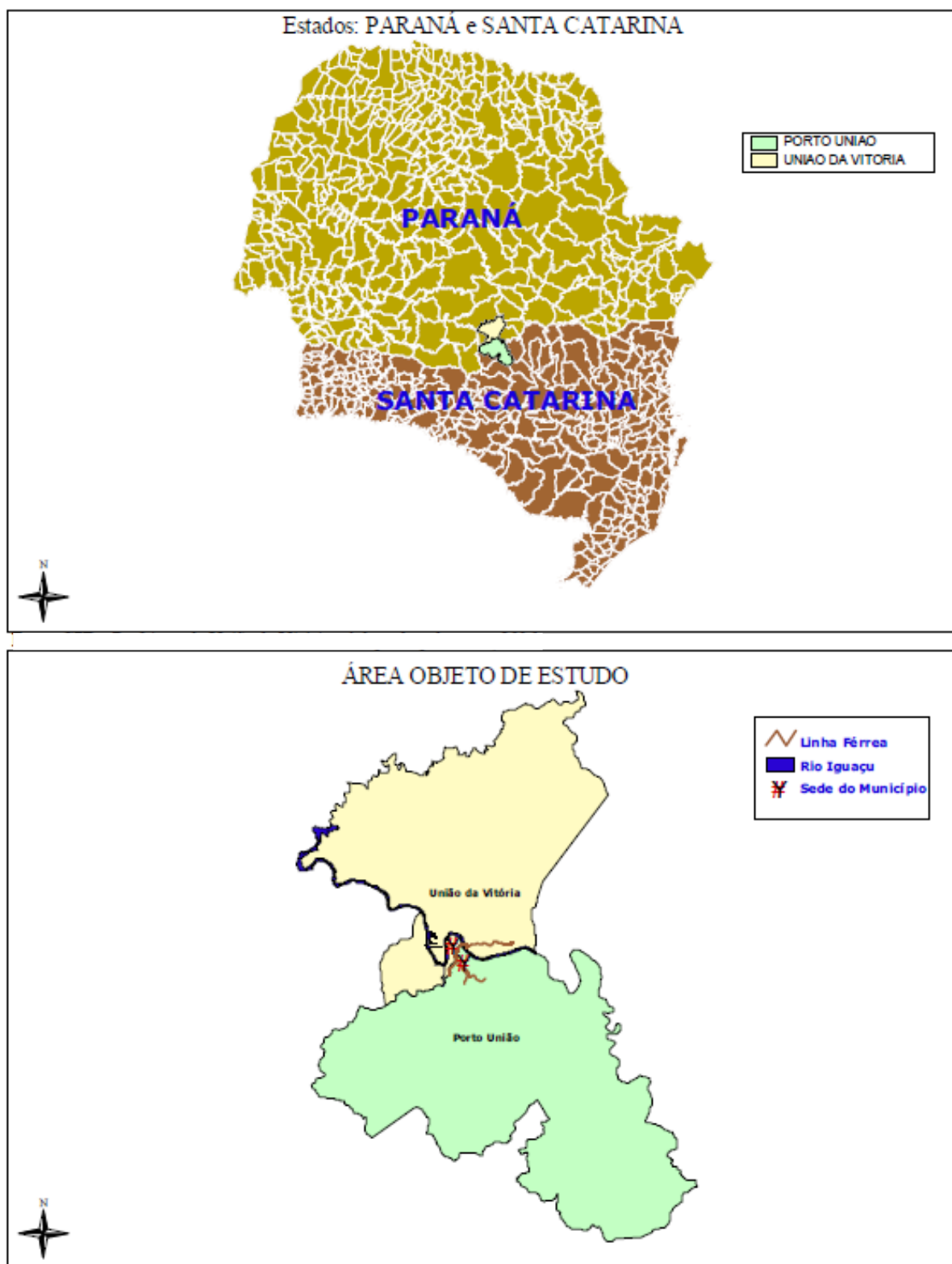
À margens do rio nascia Porto União da Vitória, mais tarde transformada em União da Vitória com a Guerra do Contestado (1912 – 1916). União da Vitória foi ponto de abastecimento e organização das tropas federais nessa Guerra, além de abrigar redutos de resistência cabocla em que ocorreram os mais sangrentos combates (SILVA, 2006). No ano de 1916, os Estados firmaram um acordo de limites, no qual o Paraná cedia parte do território de União da Vitória para o Estado de Santa Catarina que criou em 1917, o município de Porto União.

O município de União da Vitória – localizado na mesorregião Sudeste do estado do Paraná, microrregião de União da Vitória - tem grande importância no contexto regional estando integrada aos principais eixos econômicos da região e do País (Sul, Sudeste e MERCOSUL) através do entroncamento rodoviário formado pelas BRs 153, 476 e 280, esta última, passando por Porto União/SC. Assim, União da Vitória pode ser considerada como uma cidade polo regional (MELLO, 2012).

Outro aspecto relevante é o fato que dos mais de 700 km² de área total do município, a população residente no perímetro urbano está disposta em uma área que abrange apenas 85km². Isto atribui à cidade um caráter eminentemente urbano, o que fundamentalmente a diferencia dos demais municípios da área de estudo, sobretudo em relação às atividades essencialmente econômicas vinculadas à produção (MELLO, 2012).

A área urbana do município de União de União da Vitória/PR ao sul se encaixa nos meandros do rio Iguaçu, importante rio do Paraná, e forma um aglomerado urbano contíguo com a área urbana do município de Porto União/SC. As cidades são separadas apenas pelas linhas da via férrea, as quais servem de limite geográfico entre os Estados do Paraná e Santa Catarina (Figura 3) nesta porção do território. Os dois municípios encontram-se totalmente inseridos na bacia hidrográfica do rio Iguaçu, no seu médio curso. Este rio além de ser importante no contexto físico-ambiental, cultural e econômico das duas cidades, também é um marco natural para a divisa dos estados acima citados (MELLO, 2012, p. 343). Separadas por trilhos e pelas águas do Iguaçu (Figura 3), as cidades compartilham a instigante história de sua formação. Duas cidades, duas igrejas matrizes, duas prefeituras e uma riqueza em comum.

Figura 3 – Divisa dos Estados do Paraná e Santa Catarina e limite entre os municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC.



Fonte: MELLO, 2006.

Nota: Adaptado pelo autor. 2021

Tanto a natureza presenteou União da Vitória, e por conseguinte a microrregião abarcada pelo município com dezenas de cachoeiras formadas pelos principais afluentes do rio Iguaçu, como o homem coloriu o lugar de povos e culturas diversificadas como a dos ucranianos, italianos, alemães, poloneses, sírio-libaneses, russos e índios. Essa união gerou um repleta riqueza no que se refere às tradições, folclore e a cultura (MELLO, 2012). Este último parágrafo insere-se no contexto da microrregião e sua riqueza cultural. Muitas das tradições e costumes do lugar, notadamente nas áreas rurais, inclusive festas e comemorações, se originam da preservação da identidade e cultura dos seus colonizadores. Em que pese, historicamente ter passado por problemas que ainda persistem em relação à adequação às dinâmicas recentes impostas pela modernização agrícola e pelas transformações do trabalho no mundo rural, muitas destas heranças estiveram e ainda estão ligadas às atividades agrícolas no meio rural, e a permanência desta população em domicílios rurais, (re)existindo pelo trabalho e pela terra. Neste último destaque, muitos recorreram às atividades de natureza não agrícola, seja no estabelecimento rural ou fora dele, no intuito de aumentar a renda e consequentemente manterem-se em seus estabelecimentos.

Entretanto, a população desta região encontra-se entre as mais carentes do Estado do Paraná. Isto pode estar vinculado ao pensamento do desenvolvimento (rural) vinculado ao aumento de produtividade das culturas, ou seja, a ideia do desenvolvimento agrícola. Adicionalmente, o desenvolvimento rural, com suas bases retratadas neste trabalho está ligado à estrutura fundiária para sua efetiva concretização. Assim, a pobreza rural também está ligada à disposição da estrutura fundiária presente na microrregião. Segundo o IBGE, em 2011 cerca de 16 milhões de pessoas, o equivalente a 15,7% da população brasileira, encontrava-se ocupadas com atividades agrícolas, trabalhando na agricultura patronal.

2.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA.

2.2.1 Algumas Características da Estrutura Fundiária Brasileira

A estrutura fundiária refere-se à organização das propriedades rurais quanto ao número, ao tamanho e à distribuição pelo país.

Então, a estrutura fundiária está ligada à forma como as propriedades rurais estão distribuídas, segundo suas dimensões. Um dos principais reflexos dos contrastes existentes no espaço agrário brasileiro é a concentração da propriedade da terra: cerca de 1% dos proprietários rurais do Brasil detêm 46% das terras brasileiras localizadas no campo. De acordo com IBGE (2019), no censo agropecuário realizado em 2017, o Brasil contava com 5,1 milhões de proprietários rurais que ocupavam cerca de 351 milhões de hectares (ha), pouco mais de 1/3 do território nacional. Os estabelecimentos agropecuários com menos de 10ha correspondiam a 50,01% do total, mas ocupavam apenas 2,27% da área dos estabelecimentos, enquanto, os estabelecimentos de 10 a menos de 100ha representavam 39,04% equivalente a 18,16% da área, já os estabelecimentos de 100 a menos de 1000ha eram 8,29% do total, detendo aproximadamente 79,5% do total da área.

Desse modo, uma das principais características da estrutura fundiária brasileira é o predomínio de grandes propriedades, que pertencem a uma pequena parcela de população. As origens dessa distribuição desigual de terras no país remontam ao seu passado colonial. As capitânicas hereditárias, que inseriram o Brasil no sistema colonial mercantilista, foram os primeiros latifúndios brasileiros: a colônia foi dividida em quinze grandes lotes entre doze mandatários. A expansão da lavoura açucareira no litoral manteve o latifúndio como uma de suas características, baseada na monocultura, na escravidão da mão de obra africana e com o sistema de produção voltado para exportação. Portanto, a ocupação das terras brasileiras aponta acentuada concentração de terras (PRADO JUNIOR, 2000).

Estes problemas provocados pela excessiva concentração de terras estão relacionados às formas como se desenrolou o processo de acessibilidade à propriedade rural durante toda ocupação do território brasileiro, como veremos a seguir.

Nas capitânicas hereditárias, o donatário não era o proprietário das terras, apenas podia usufruir dos bens que dela podiam ser extraídos. Não podiam vendê-las mais tinham o direito, concedido pela Coroa, de doar grandes extensões, denominadas sesmarias. Na teoria, a doação das sesmarias deveria ser feita em caráter vitalício e não poderia ser transmitida a herdeiros. Porém, na prática, não foi o que aconteceu. Os donatários concediam as sesmarias com direitos sucessórios,

isto é, os descendentes poderiam herdar as terras que englobavam as sesmarias. Isso acontecia porque a Coroa precisava de colonos para povoar as novas terras (PRADO JUNIOR, 2000).

Assim, até 1822, enquanto a propriedade da terra ainda era concedida pela Coroa por meio de doação de sesmarias, ficou garantido o predomínio das grandes propriedades, introduzido com o sistema de capitania hereditária.

A partir de 1822, Dom Pedro I determinou o fim do sistema de doação e permitiu o regime de posse, isto é, era dona da terra quem a ocupasse. Esse regime perdurou até 1850, quando passou a vigorar a Lei de Terras que tornava ilegal a posse e instituía a compra e venda de terras, concentrando novamente a estrutura fundiária no Brasil, uma vez que somente podia adquirir terras quem tivesse dinheiro. A partir de 1850 foi regularizado o acesso a terra no Brasil e mais tarde, sucederam várias tentativas de efetuar uma reforma agrária.

Foi a Lei de Terras, promulgada em 18 de agosto de 1850, que praticamente instituiu a propriedade privada da terra no Brasil. Ao determinar que as terras públicas ou devolutas só pudessem ser adquiridas por meio de compra, essa lei limitou o acesso à posse de terras a quem tivesse recursos para satisfazer essa condição.

Com essa lei, imigrantes europeus recém-chegados, negros libertos e pessoas sem recursos não tiveram acesso às terras livres, que foram compradas por abastados proprietários rurais. Dessa forma, estes garantiram seus privilégios, tendo um grande contingente de trabalhadores vindos dessas populações menos favorecidas (PRADO JUNIOR, 2000).

Ao longo do tempo, essa desigual distribuição de terras acabou gerando conflitos cada vez mais violentos e generalizados entre proprietários e não proprietários. As décadas de 1950 e 1960 marcaram o surgimento de organização que lutavam pelos direitos dos trabalhadores rurais. Entre elas, podemos citar as Ligas Camponesas e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Preocupados com o descontentamento social no campo, membros do regime militar (1964-1985), elaboraram um conjunto de leis para tentar controlar os trabalhadores rurais e acalmar os proprietários de terras. Essa tentativa deu-se por meio de um projeto de reforma agrária para promover uma distribuição mais

igualitária da terra, que resultou no Estatuto da Terra, cujos pontos principais veremos a seguir.

Estatuto da Terra Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964. Os objetivos finais dessa lei eram a execução da reforma agrária e a promoção da política agrícola.

Os principais pontos do Estatuto da Terra consistiam em classificar os estabelecimentos rurais por sua 'função social'.

1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;*
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;*
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;*
- d) observa as disposições legais que regulem as justas relações de trabalho entre os que a possuem e os que a cultivam.*

Foram considerados os seguintes tipos de estabelecimentos rurais:

I. Imóvel rural. Área que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, seja pela iniciativa privada ou pública.

II. Propriedade familiar. O imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família a que lhe garanta trabalho, subsistência, com área máxima estabelecida por região.

III. Minifúndio. O imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar.

IV. Latifúndio:

a) Por dimensão. Propriedades com área superior a seiscentas vezes, o módulo rural fixado para a região onde se localiza.

b) Por exploração. Propriedades que tenham área menor do que o estabelecido, mas que esteja sendo mantida inexplorada ou deficientemente explorada, para fins especulativos, não podendo ser considerada uma empresa agrária.

V. Empresa rural. É o imóvel rural explorado econômica e racionalmente por pessoa física, jurídica, pública e privada. Entre as atividades realizadas no estabelecimento estão as áreas de cultura, reflorestamento, matas pastagens e benfeitorias, possui de 1 a 600 módulos rurais de área.

VI. Módulo rural. É o modelo ou padrão que deve corresponder à propriedade familiar.

A área do modulo rural vai depender das características ecológicas e econômicas de onde está localizado. É claro que as dimensões do modulo rural em áreas de pecuária extensiva vão ser bem maiores do que em áreas de policultura comercial.

Utilizando o critério de módulo rural, a Constituição de 1988 estabeleceu novas especificações para a classificação e desapropriação de terras para efeito de Reforma Agrária ainda fundamentados na 'função social da terra'.

Art.184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

[...]

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II – a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamentos especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos e sua função social.

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidas em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

[...]

Em 1993, durante o governo do presidente Itamar Franco, a Lei nº 8629 reafirmou que a terra tem de cumprir uma função social. Foram definidos novos

conceitos referentes às dimensões e classificação dos imóveis rurais com base no conceito de módulo fiscal.

Segundo o INCRA, entende-se por módulo fiscal a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada região, considerando os seguintes fatores:

- tipo de exploração predominante no município;
- renda obtida com a exploração predominante;
- outras explorações existentes no município que embora não sejam predominantes, são significativas em função da renda e da área utilizada.
- conceito de propriedade familiar.

O tamanho do módulo fiscal varia de região para região por depender de alguns fatores, como as características do clima de cada área ou região.

Ainda, segundo a Lei nº 8629, definiu-se a classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho, como segue:

- Minifúndio: O imóvel rural de área inferior a um módulo fiscal.
- Pequena propriedade: O imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais.
- Média propriedade: O imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais.
- Grande propriedade: O imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais.

Em que pese estas considerações, no Brasil, a concentração de terras é elevada. O indicador que pode expressar melhor esta situação é o índice de Gini (criado pelo matemático italiano Conrado Gini), utilizado para avaliar desigualdades sociais. O cálculo do índice de concentração de terra considera as faixas de tamanho da propriedade, com sua participação da área total. Segundo os Censos Agropecuários do IBGE (1986, 1996 e 2006), o índice de Gini geral do Brasil para concentração de terras tem aumentado significativamente, passando de 0,856 (1986) para 0,872 (2006).

O cenário apresentado sobre a distribuição de terras (questão fundiária) conduz o país a um grave quadro socioeconômico. Isso pode ser verificado através da análise dos Censos Agropecuários do IBGE anteriormente mencionados, onde pode-se, em síntese, apontar alguns aspectos decorrentes deste processo, entre os quais:

- Poucas propriedades rurais com mil hectares ou mais concentram mais de 50% da área total do país. Geralmente, uma grande concentração fundiária pode gerar terras ociosas e improdutivas, porque seus donos aguardam melhores preços para arrendá-las ou vendê-las (concentradas na região Norte e Centro-Oeste);
- Diversas propriedades rurais são muito pequenas, inviabilizando, muitas vezes, o plantio de algum produto. As despesas com semente podem ser maiores que o montante obtido com colheita;
- Êxodo rural como consequência da mecanização em algumas grandes propriedades rurais no Centro-Sul e entre os pequenos proprietários, porque produzem pouco, ficando endividados e sem capital para investir.
- Aumento do número de desempregados e subempregados que migram para as periferias das cidades, muitas vezes ocupando áreas de mananciais ou áreas de risco;
- O aumento dos conflitos sociais no campo.

Pode-se observar que o Brasil possui uma espécie de ‘ranço’ histórico no processo de distribuição de terras desde o advento de sua colonização, e esse processo nos cerca até os dias hodiernos, multifacetado num sistema com jurisprudência no capital internacional e análogo as situações mais primitivas de centralização e concentração de muitas Terras nas mãos de poucos donos. O Cerne do problema é que muitos daqueles que poderiam fazer algo para reverter esta situação, acabam, por interesses meramente políticos aproveitando-se da mesma. Isto ocorre desde a esfera nacional exposta acima até a escala regional e microrregional, como veremos.

2.2.2 Situação Fundiária da Microrregião de União da Vitória e o Desenvolvimento?

Com o propósito de alcançar os objetivos propostos na tese, procura-se identificar e apresentar indicadores socioeconômicos e a situação fundiária da microrregião de União da Vitória com referências em sítios do IBGE, IPARDES, INCRA e outros órgãos oficiais. Ressaltamos que os dados subjacentes foram coletados, compilados, tabulados e interpretados pelo autor, durante o desenvolvimento do trabalho no período que compreendeu até o ano de 2018. Motivo pelo qual, os dados tratados compreendem uma análise até o referido

período, mormente em termos da divulgação dos mesmos através dos órgãos competentes, oficiais e responsáveis pela coleta.

Na Tabela 4 são apresentados dados referentes aos indicadores paranaense, brasileiro, e da microrregião, relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Se for realizada a média do IDHM entre os municípios pertencentes à microrregião de União da Vitória chegaremos ao número de 0,690. Destaca-se negativamente, que a média entre os índices municipais, além de ser inferior ao do estado, também fica abaixo do índice nacional. Observa-se também, que o índice relativo a renda é o pior entre todos, evidenciando a situação da pobreza regional. De modo complementar à tabela 4, dispomos no Anexo F, uma síntese da evolução destes indicadores, referente ao período histórico respectivamente de 1991, 2001 e 2010.

Tabela 4: Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) - Brasil, Paraná e municípios da Microrregião de União da Vitória.

Informações	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Paraná	0,749	0,757	0,83	0,668
Bituruna	0,667	0,645	0,829	0,556
Cruz Machado	0,664	0,635	0,845	0,545
General Carneiro	0,652	0,638	0,816	0,532
Paula Freitas	0,717	0,699	0,847	0,622
Paulo Frontin	0,708	0,688	0,806	0,639
Porto Vitória	0,685	0,674	0,796	0,600
União da Vitória	0,740	0,713	0,837	0,680

Fonte: Atlas Brasil, 2016.

Apresentamos a seguir, dados que demonstram a alta concentração de renda nos municípios da microrregião. Analisando a Tabela 5, a média entre os municípios, relativa aos 20% mais pobres foi de 3,64%, enquanto o percentual dos 20% mais ricos chegou a 54,44%, demonstrando assim, que a concentração de renda na média geral dos municípios ficou próxima do nível estadual, e um pouco abaixo da registrada no país.

Destacamos que no município de Porto Vitória foi registrado o índice de menor concentração de renda, enquanto o município de União da vitória e o município de Paula Freitas foram responsáveis pelos maior percentuais entre os registros.

Tabela 5: Percentual da renda apropriado pelos 20% mais pobres e mais ricos- Brasil, Paraná e municípios da Microrregião de União da Vitória.

Informações	Percentual da renda apropriado pelos 20% mais pobres	Percentual da renda apropriado pelos 20% mais ricos
Brasil	2,41	63,40
Paraná	3,77	58,57
Bituruna	3,50	53,01
Cruz Machado	2,26	56,52
General Carneiro	4,42	52,85
Paula Freitas	2,79	61,46
Paulo Frontin	3,38	55,10
Porto Vitória	4,84	48,89
União da Vitória	4,30	53,30

Fonte: Atlas Brasil, 2016.

A Tabela 6 apresenta dados relativos à ‘taxa de pobreza’³² do Estado do Paraná, comparados à área abordada pela pesquisa. Com exceção do município de União da Vitória, onde o índice comparativo é próximo ao do Estado, todos os demais municípios possuem um número porcentual elevado de população pobre, liderando negativamente este quadro, os municípios de Cruz Machado, Bituruna e General Carneiro.

Tabela 6: Taxa de pobreza (%), Paraná e municípios da Microrregião União da Vitória – 2010.

Informações	Taxa de Pobreza (%)
Paraná	6,46
Bituruna	21,04
Cruz Machado	29,04
General Carneiro	20,00
Paula Freitas	17,5
Paulo Frontin	14,24
Porto Vitória	11,48
União da Vitória	9,46

Fonte: IPARDES, 2016.

Os dados a seguir (Tabela 7) demonstram essa realidade e nos ajudam a compreender melhor como se compõem o produto interno bruto do ‘agronegócio’. A palavra ‘agronegócio’ acabou por esconder uma *pseudo* produtividade no campo agrícola brasileiro.

Neste sentido, nem se quer há uma distinção entre a agricultura proveniente do capital e a agricultura familiar quando se trata dos índices de produtividade, ou

³² Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), feita com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), do IBGE. A pobreza é medida pela linha de US\$ 5,5 PPC.

seja, a produção latifundiária e da agricultura familiar são somadas a outras atividades do setor industrial, insumos e de serviços.

Como podemos observar, no ano de 2015, o PIB agropecuário correspondeu a somente 6,40% do total, isso levando em consideração a agricultura e pecuária juntas. O restante, serviços, insumos e transportes, correspondem a conta que o agronegócio contabiliza associado às atividades da agricultura e pecuária.

Destacamos aqui que quando o assunto é a produção, são somados os números da agricultura relativa ao agronegócio e agricultura familiar. O mesmo não ocorre quando se trata da concessão de crédito rural, onde os dois grupos são considerados heterogêneos.

[...] se por um lado, o agronegócio é entendido como grande propriedade rural produtiva, por outro, é responsável pela pobreza, miséria, degradação ambiental, violências, dentre outras mazelas e barbáries. Diferentemente do latifúndio do passado que 'excluía' pela não-produção, agora o agronegócio 'exclui' pela produção! (FABRINI, 2008, p. 36).

Destacamos que a afirmação de Fabrini coloca justamente a situação paradoxal pela qual passa o rural, onde ocupar e produzir na terra não significa proporcionar o desenvolvimento rural às populações que ali residem, muito menos assegurar suas permanências em seus domicílios rurais. Assim ficam alijadas neste processo em detrimento de razões que levam somente a pensar na quantidade da produção, ou seja, destinam-se meramente ao desenvolvimento agrícola.

Tabela 7: Produto Interno Bruto do agronegócio brasileiro (PIB) em relação ao PIB Total do Brasil – 2015.

Agronegócio	2015
A) Insumos	2,56%
B) Agropecuária	6,40%
C) Indústria	5,90%
D) Serviços	6,61%
Total (A+B+C+D)	21,46%

Fonte: Cepea/USP e CNA, 2015.

Na Tabela 8 são apresentados os indicadores referentes à renda *per capita* média das rendas domiciliares das pessoas residentes em determinado espaço geográfico. Segundo o IBGE (2010) é considerado neste caso, como renda

domiciliar *per capita* a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores.

O salário mínimo vigente no último ano para o qual a série foi calculada torna-se a referência. O valor de referência, salário mínimo de 2017, era de R\$ 937,00.

Pode-se perceber analisando os dados que a renda per capita média obtida por 4 dos 7 municípios da microrregião encontrava-se abaixo da salário mínimo vigente.

A pior situação é a do município de Cruz Machado, coincidentemente um dos municípios que possui um dos maiores contingentes de pessoas residindo no meio rural (66,42%, IBGE, 2010), entre os municípios da área de estudo. Adicionalmente, se compararmos a média geral entre os municípios analisados podemos perceber que, também estava abaixo do salário mínimo.

**Tabela 8: Renda média domiciliar per capita
Microrregião de União da Vitória - PR – 2017.**

Município	Renda (R\$)
Bituruna	778,34
Cruz Machado	740,86
General Carneiro	750,23
Paula Freitas	1012,59
Paulo Frontin	984,44
Porto Vitória	900,15
União da Vitória	1115,66
Média geral	897,46

Fonte: IBGE, 2017.

A Tabela 9 apresenta uma comparação entre as pessoas ocupadas em atividades agropecuárias em relação ao total da população economicamente ativa ocupada em cada município abrangente pela pesquisa. Fica evidente, com exceção do município de União da Vitória, que há forte importância das atividades agropecuárias.

No tocante a força de trabalho regional, desconsiderando o Município de União da Vitória, temos 51,2% das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, isto é, mais de metade do total geral. Este número demonstra novamente importância do meio rural e, mormente de estudos que estejam voltados para a

captação de como ocorre a dinâmica do trabalho neste meio, visando assim apontar um direcionamento ao planejamento para estas localidades, sobretudo pensando em um desenvolvimento que realmente destine-se às populações residentes e mais carentes no interior dos municípios da área abarcada pelo estudo.

Tabela 9: População ocupada segundo atividade econômica (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura) em relação ao total geral de ocupações. Microrregião de União da Vitória – PR – 2010.

Município	Atividades agropecuárias (total do nº de pessoas)	Demais atividades econômicas + Atividades agropecuárias (total do nº de pessoas)	Pessoas ocupadas em atividades agropecuárias (%)
Bituruna	3037	7510	40,43
Cruz Machado	6752	10385	65,01
General Carneiro	1803	5169	34,88
Paula Freitas	1026	2268	45,23
Paulo Frontin	2421	3754	64,49
Porto Vitória	896	2037	43,98
União da Vitória	2490	24070	10,34
Total	18425	55193	33,38

Fonte: IBGE.

Nota: (1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar 2.0). Atividades Agropecuárias (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca).

A Tabela 10 demonstra, em que pese os dados expostos na tabela anterior (tabela 8) quanto às ocupações, que não significa que são empregados dos estabelecimentos.

Portanto, podemos aferir que os empregados correspondem a apenas 5,03% do total de pessoas economicamente ativas ocupadas com atividades agropecuárias na microrregião, indicando, uma forte presença de terras próprias, com a presença da agricultura familiar e do agricultor familiar.

Esses dados não significam que essas pessoas possuam ou não melhor condição de vida ou situação de bem estar social que as residentes no meio urbano, mas sim, demonstram a tendência em permanecer e a persistência com os elos que as unem a terra, mesmo com a presença da concentração de terras presente na estrutura fundiária desse território.

Tabela 10: Relação estabelecimentos e empregos em relação às atividades econômicas – Agropecuária (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca) Microrregião de União da Vitória - PR – 2018.

Município	Estabelecimentos	Empregos	Total
Bituruna	82	339	3484
Cruz Machado	29	81	1611
General Carneiro	74	255	1902
Paula Freitas	39	130	926
Paulo Frontin	8	17	712
Porto Vitória	25	46	588
União da Vitória	85	292	13816
Total	342	1160	23039

Fonte: ME/TRABALHO.

Nota: (1) Número de estabelecimentos e empregos (Rais) segundo as atividades econômicas – 2018.

Quando analisamos os números, eles apontam para uma disparidade na questão da estrutura fundiária, sobretudo, àquela relacionada à concentração de terras. Este problema parece estar ligado à uma situação histórica verificada na microrregião, a qual tem na sua base econômica a indústria extrativista e de transformação da madeira, sobretudo na produção de esquadrias e portas. Muitas vezes esta se torna uma pseudo justificativa para a geração de empregos e, então para a concentração de terras, o que aparentemente traduz-se disfarçadamente necessário para que ocorra um processo no desenvolvimento regional.

A Tabela 11 permite observar isso, pois os imóveis com menos de 10 hectares representam 28,92% do total de imóveis com declaração, todavia, representam somente 4,29% da área, enquanto, os que possuem mais de 1000 hectares são 0,42% do total imóveis, mas, dispõem de 23,69% de terras que são declaradas na microrregião. Esses dados significam que apenas 61 imóveis detêm praticamente um quarto de todas as terras.

Em relação aos módulos fiscais da Microrregião, excetuando o município de União da Vitória, onde o módulo fiscal é de 20 hectares, os demais municípios utilizam 24 hectares para fazer essa classificação. Dessa forma, boa parte dos imóveis entre 0 e 50 hectares entram como minifúndio nesta ordem de classificação, acarretando que, essa área é menor que a considerada necessária para a sustentação da família.

A média de imóveis com menos de 10 hectares (5,9%), e entre 10 e 50 hectares (22,5%), sendo então consideradas como terras sem viabilidade econômica (minifúndios). Outro fator que deve ser considerado nessa discussão é questão das superdeclarações de terras na microrregião.

Tabela 11: Estrutura fundiária Microrregião de União da Vitória - PR – 2014.

Classe de área (há)	Número de Imóveis	% de imóveis	Área (ha)	% de área	Área média
0 a menos de 10	4230	28,92	24920,0	4,29	5,9
10 a menos de 50	8767	59,94	197070,1	33,92	22,5
50 a menos de 100	975	6,67	65662,2	11,30	67,3
100 a menos de 250	317	2,17	43290,6	7,45	136,6
250 a menos de 1000	276	1,89	112368,5	19,34	407,1
Mais de 1000	61	0,42	137620,6	23,69	2256,1
Total	14626	100	580931,9	100	39,7

Fonte: INCRA, 2014.

Analisando os dados apresentados na Tabela 12, verificam-se superdeclarações nos municípios de Bituruna e General Carneiro. A dificuldade em atribuir dados confiáveis somente da área considerada agricultável, pois corpos hídricos, unidades de conservação e área urbana são contabilizados podem ser causas deste processo.

A maioria desses ‘proprietários’ faz uso desse artifício ilicitamente, por meio da retirada de madeira nativa, ou mesmo forjando garantias em operações, abrindo possibilidades para enriquecer através do espólio real e virtual da terra. (PAULINO, 2015).

Nas escalas regional e local o processo não se diferencia. Um dos motivos do interesse neste processo de declarações de áreas maiores do que realmente são as propriedades culmina na possibilidade dos proprietários destas pseudo fatias de terras, possuírem o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), usufruindo-as como garantia de financiamentos, ou mesmo para se apossarem de áreas públicas, com objetivo de venda ou exploração.

Apesar de o setor madeireiro ser apontado ao longo da história, regionalmente falando, como grande gerador de renda e riqueza, isso não expressa o desenvolvimento socioespacial da população local. Basta lembrarmos os índices de probeza apresentados nas tabelas antecedentes, se comparados com os

demonstrados a seguir (tabela 12), relativos à área ocupada pela silvicultura.

Tabela 12: Porcentagem de área declarada se comparada à área do município na Microrregião de União da Vitória – 2014.

Município	Área Total Declarada em hectares	Área municipal total em hectares	Porcentagem de área declarada se comparada a área do município
Bituruna	135.412,7	121.883,3	111,1
Cruz Machado	147.269,1	147.737,2	99,7
General Carneiro	115.027,1	107.201,3	107,3
Paula Freitas	40.977,0	42.901,3	95,5
Paulo Frontin	36.321,0	36.728,4	98,9
Porto Vitória	18.196,4	21.314,2	85,4
União da Vitória	69.604,1	71.356,5	97,5
Total	562.807,4	549.122,20	102,5

Fonte: INCRA, 2014 e IPARDES, 2016.

Analisando a Tabela 13, a configuração geográfica da área de estudo sofre grande influência da silvicultura. União da Vitória, General Carneiro e Porto Vitória, por exemplo, possuem uma área plantada de aproximadamente 30% do total da sua área declarada. O município de Bituruna também se destaca com 27%.

As informações retratadas nos conduzem a pensar em um espiral negativo envolvendo a pobreza, o tipo de cultivo e concentração de terras, estabelecendo assim um referencial (mesmo que com este elo negativo) sobre o desenvolvimento da região, e a relação entre a produção e o desenvolvimento rural.

Tabela 13: Percentual de área plantada de Silvicultura (2017) se comparado à área declarada (INCRA 2014).

Município	Área Total Declarada (ha)	Área plantada Silvicultura (ha)	%
Bituruna	135.412,7	36.861	27,2
Cruz Machado	147.269,1	24.494	16,6
General Carneiro	115.027,1	34.171	29,7
Paula Freitas	40.977,0	2.573	6,2
Paulo Frontin	36.321,0	1.015	2,8
Porto Vitória	18.196,4	5.647	31,5
União da Vitória	69.604,1	20.252	29,1
Total	562.807,4	125.013	22,2

Fonte: IBGE, 2017 e INCRA, 2014.

Portanto, através dos dados demonstra-se uma ligação entre concentração de terras e pobreza da população, sobretudo na área rural abarcada nesse estudo. Estas ideias emergem o destaque que o próprio termo agronegócio ganhou no bojo

do estudo acadêmico em detrimento do esquecimento da palavra latifúndio, seja ele, produtivo, ou não.

A terra deve cumprir na forma da lei uma função social como já explanado durante esse trabalho. O que nos parece, é que mesmo um latifúndio sendo produtivo não o faz. Como coloca Marés

A constituição define como requisitos para que a uma propriedade rural (leia-se terra) cumpra a função social: 1) aproveitamento racional do solo; 2) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; 3) observação das disposições que regulam as relações de trabalho; 4) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores. (MARÉS, 2003, p.116).

A propriedade rural que não cumprir estas determinações constitucionais e ao mesmo tempo a sua função social é passível de desapropriação. Neste sentido, acreditamos que mesmo gerando renda a partir de sua produção, o latifúndio não cumpre com a função da terra. Sabemos que as pressões políticas muitas vezes não deixam os legisladores utilizarem esse mecanismo para cumprir a função social da terra, em detrimento de interesses políticos e econômicos, seja nos âmbitos, federal, estadual, regional ou local.

CAPÍTULO 3 - PESQUISAS DE CAMPO SOBRE A PLURIATIVIDADE NA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo apresentamos duas pesquisas de campo realizadas durante a elaboração da tese, mediante a aplicação de dois questionários (Apêndices A e B), com objetivo de analisar o perfil das famílias com ênfase às condições humanas e socioeconômicas, e apresentar a dinâmica dos meios produtivos, do uso da terra, a diversidade nas relações de ocupação e trabalho (pluriatividade) no contexto rural da área de estudo

Na primeira, apresentamos e discutimos os aspectos inerentes às condições e perspectivas humanas, sociais, e econômicas dos sujeitos. Em seguida, analisamos a tipologia das famílias e um estudo da pluriatividade no contexto rural da microrregião de União da Vitória. Os procedimentos metodológicos que conduziram esta etapa estão dispostos no capítulo que abordou os aspectos metodológicos da pesquisa.

Assinalamos que os escólios nos questionários-base que originaram esta análise, foram obtidos com autorização prévia das famílias (Anexo G).

O metodologia utilizada para realizar a pesquisa foi descrita no subitem 2.1 desta investigação, ou seja, nos Procedimentos Metodológicos da Pesquisa.

3.1 RESULTADO DA SISTEMATIZAÇÃO DO PRIMEIRO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

A tabulação e discussão dos dados subjacentes é resultado do estudo realizado com os agricultores da microrregião de União da Vitória.

O objetivo estabelecido foi a integração do pesquisador junto às famílias e a percepção de suas atividades e dinâmicas de produção, vivendo e percebendo e captando os diversos aspectos de sua rotina, sejam eles, organizacionais, econômicos, culturais, técnicos, etc.

O preenchimento do questionário deu-se a partir de informações colhidas junto ao sujeito identificado como chefe de estabelecimento, porém, assinalamos que todas as pessoas da família participaram dessa ação. Destacamos que as entrevistas foram aplicadas *in loco*. Ressaltamos também que determinadas questões aplicadas permitiram a escolha de **mais de uma opção** como resposta, o

que estabeleceu um **número superior** na totalização de respostas em algumas planilhas do questionário.

Iniciamos a nossa discussão com algumas informações que não são oriundas do questionário, portanto, não estão tabuladas, pois não fizeram parte das perguntas do mesmo. Entretanto, consideramos pertinentes as suas anotações, as quais foram captadas a partir de diálogos realizados no decorrer das visitas às famílias.

Em relação à distribuição por gênero referente à responsabilidade pela propriedade, cerca de um quinto do total de entrevistados tem na figura feminina essa alcunha. Ainda que, majoritariamente, o homem esteja à frente dos empreendimentos, não podemos desprezar a importante participação da mulher nesse processo.

Destaca-se também que a faixa etária dos(as) responsáveis pelos estabelecimentos, encontra-se entre 42 a 57 anos, o que denota em certa medida uma preocupação, em que pese opiniões divergentes, já não estão em uma faixa etária de plenitude física para as atividades desempenhadas.

As informações subjacentes referem-se a compilação, tabulação e análise dos dados referentes à aplicação do questionário.

Em se tratando do perfil das famílias, na origem familiar dos entrevistados imperou com mais de 72% do total àquela onde os mesmos são filhos de agricultores, demonstrando assim um forte enraizamento com o meio rural e a tradição de herdar/manter os estabelecimentos e a dinâmica de trabalho no campo (Tabela 14).

Tabela 14: Origem das pessoas.

Informações	Unidades Familiares	%
Filho de agricultor	52	72,22
Não é filho de agricultor	20	27,78
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Em relação ao estado civil, predominam os casados com aproximadamente 57%. Contudo não podemos desprezar os que se declararam solteiros, sendo 37,5% total. O restante não definiu sua situação civil atual (Tabela 15).

Tabela 15: Qual o estado civil dos entrevistados.

Informações	Unidades Familiares	%
Casado	41	56,94
Solteiro	27	37,50
Viuvo	-	-
Separado	-	-
Outros	4	5,56
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Nas tabelas subsequentes (Tabelas 16 a 24) estão presentes algumas características dos estabelecimentos e das famílias.

A Tabela 16 indica que das 72 famílias entrevistadas, em 44% delas as decisões são tomadas em conjunto, 33% responderam que depende da atividade particular que cada indivíduo desempenha, cerca de 17% não tem um critério definido, e em apenas 4 famílias, que representam 5% a decisão é do chefe do estabelecimento. Essas informações são em termos subjetivas e declaratórias por parte das famílias, portanto devem ser consideradas de forma cautelosa. Além do mais, devemos considerar com ponderação o fato de nenhum dos entrevistados indicarem como definido pelos filhos, pois uma grande parcela destes quando passa a gerir a renda familiar é devido a assumir o papel de chefe do estabelecimento.

Tabela 16: Organização com a gestão da renda familiar.

Critérios utilizados	Unidades Familiares	%
Não possui critério definido	12	16,67
Depende da atividade que cada um exerce	24	33,33
É definido pelos filhos	-	-
Decisão em conjunto	32	44,44
Decisão do chefe do estabelecimento	4	5,56
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

No que diz respeito às atividades remuneradas (Tabela 17), destacamos àquela exercida na propriedade e fora da mesma, pois percebemos que quase um terço do total dos entrevistados indicou esta opção, revelando que a pluriatividade não pode ser menosprezada, merecendo ser considerada na demanda de estudos e ações que visem o desenvolvimento rural.

Do total de 72 entrevistados, 21% responderam que algum membro da família exerce atividade remunerada somente fora do estabelecimento, 32% responderam que nenhum membro da família se enquadra nas opções apresentadas, e finalmente 15% possuem algum tipo de ocupação remunerada dentro do estabelecimento rural.

Tabela 17: Alguém membro da família possui atividade remunerada.

Informações	Unidades Familiares	%
Sim, dentro do estabelecimento rural	11	15,27
Sim, fora do estabelecimento rural	15	20,85
Sim, na propriedade e fora dela	23	31,94
Não	23	31,94
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Quanto aos filhos em idade escolar, 56 entrevistados do total responderam essa pergunta, sendo que 36 deles, correspondente a 64% do total, apontaram que os filhos ajudam nos trabalhos do estabelecimento, enquanto 36% não auxiliam nas atividades (Tabela 18).

Tabela 18: Filhos (se tiver) em idade ativa envolvidos nas atividades do estabelecimento.

Informações	Unidades Familiares	%
Sim	36	64,29
Não	20	35,71
Total	56	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Em relação a renda familiar, salientamos que a renda (líquida) familiar (Tabela 19) e a parte desta que tem origem na agricultura (Tabela 20) foram consideradas como uma forma de sobras monetárias mensais (lucro). Portanto, devemos considerar como variável, as despesas do mês em relação aos ganhos no mesmo período. Esses dados devem ser analisados com ponderação, pois os dividendos mensais dependem muito do período do ano relacionado à safra, bem como a fatores de ordem climática.

As informações contidas nas referidas Tabelas (19-20) se comparadas às informações já apresentadas no decorrer da pesquisa, denotam novamente, a presença da pobreza no meio rural da área de estudo.

Destacamos que a renda familiar será retratada novamente na Tabela 49, porém, será considerado o rendimento total, ou seja o chamado rendimento bruto do quadro familiar.

Tabela 19: Renda familiar aproximada. (renda líquida).

Informações	Unidades Familiares	%
Até meio salário mínimo	3	4,17
Até 1 salário mínimo	50	69,44
Até 2 salários mínimos	15	20,83
Até 3 salários mínimos	4	5,56
Mais de 3 salários mínimos	-	-
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Nota: Salário mínimo nacional vigente em 2019: R\$ 998,00.

Tabela 20: Parcela da renda familiar oriunda da agricultura. (renda líquida).

Informações	Unidades Familiares	%
100%	8	11,11
Até 75%	13	18,06
Até 50%	22	30,55
Menos de 50%	29	40,28
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A Tabela 21 traz informações sobre como foi adquirido o estabelecimento. Esta pergunta permitia a escolha de mais de uma resposta, o que poderia demandar de um número maior que a soma dos entrevistados. Todavia, todos os entrevistados que responderam, optaram por uma opção de resposta.

A maior parcela das respostas, com 58% dos entrevistados, o que corresponde a 42 do total de 72 famílias abordadas responderam que foi por meio de terras da família, o que nos conduz a pensar que as propriedades ainda não passaram por processo de partilha. Aproximadamente 35% dos entrevistados acessaram por meio de herança familiar, e 7% com recursos próprios. Desta forma, podemos perceber que as demais opções não foram citadas nas respostas obtidas junto aos entrevistados.

O enunciado nos permite destacar o papel da família no acesso e continuidade da atividade no meio rural, pois mais de 93% dos entrevistados revelaram esse elo contínuo com a terra através das gerações, seja por cedência, empréstimo ou herança familiar.

Tabela 21: Se proprietário, como foi o acesso a terra.

Forma de aquisição	Unidades Familiares	%
Posseiro	-	-
Parceria/arredamento	-	-
Terra de assentamento	-	-
Herança familiar	25	34,72
Terras da família	42	58,33
Crédito fundiário	-	-
Recurso próprio	5	6,95
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

A Tabela 22 indica que 64 famílias, representando mais de dois terços do total, declararam que o estrato de área manteve-se perene. Além disso, 8 famílias disseram que aumentou a área de sua propriedade desde a aquisição. Por outro lado, ninguém declarou ter diminuído o tamanho da propriedade.

Essa constatação remete-nos a pensar que, embora o tamanho das propriedades seja reduzido, a tendência é de manutenção ou aumento das mesmas ao longo do tempo, geridas pelo mesmo núcleo familiar, o que indica um importante sinal em relação às perspectivas futuras (devemos considerar que este cenário está relacionado às oportunidades) da permanência dos agricultores nos domicílios rurais.

Tabela 22: Evolução do estrato de área desde a aquisição.

Estrato de área	Unidades Familiares	%
Aumentou	8	11,11
Manteve-se	64	88,89
Diminuiu	-	-
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

No que concerne a continuidade da família no estabelecimento, os resultados da Tabela 23 indicam uma forte tendência de reprodução social da agricultura familiar mediante ao processo de sucesso familiar observado. Sendo que, 38 do total de 72 famílias entrevistadas, afirmaram já possuírem um sucessor, e outras 19 relataram que apesar de não estar definido ainda, existe a possibilidade da continuação do empreendimento familiar por algum herdeiro.

Apenas 15 entrevistados responderam que não possuem ninguém para gerenciar o estabelecimento familiar no caso do chefe interromper suas atividades.

Tabela 23: Para continuidade do estabelecimento, possui sucessor.

Informações	Unidades Familiares	%
Sim	38	52,78
Não	15	20,83
Não definido	19	26,39
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Apesar de se admitir respostas em mais de uma alternativa na próxima questão (Tabela 24), o arrendamento de terras de terceiros não foi citado. Em relação ao arrendamento de terras para terceiros e parcerias, juntos somaram 11%. Notadamente o índice de 89%, totalizando 64 famílias do total de entrevistados não recorre a qualquer uma dessas práticas.

Tabela 24: Processo de uso da terra.

Informações	Unidades Familiares	%
Tem parceria com terceiros	5	6,95
Arrenda terra para parceiros	3	4,16
Arrenda terra de parceiros	-	-
Nenhuma das opções	64	88,90
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Nas discussões que seguem (Tabelas 25 a 28) serão abordadas questões relativas ao autoabastecimento e estratégias de produção, e comercialização agropecuária. Conforme pode ser observado na Tabela 25, obtivemos 100 respostas, em detrimento da possibilidade de assinalar até três opções de escolha. Os dados obtidos são no mínimo preocupantes, pois quase 65% do total das respostas apontaram para comercialização na própria propriedade ou por meio de um atravessador. Isso denota a inexistência de um planejamento que priorize o agricultor, que na maioria das vezes fica a mercê dos atravessadores de produtos entre o campo produtivo, a indústria, as cooperativas, e o comércio propriamente dito. Em muitos casos esse detalhe acaba por desonerar o preço de venda da produção comercializada pelos agricultores familiares, prejudicando-os socioeconomicamente.

Comercialização direta no comércio local e venda para indústrias representaram um total de 25% do total das respostas. As cooperativas compram 10% da fatia total produzida, segundo os entrevistados. As demais opções não foram citadas. Os entrevistados declararam terem elo com a silvicultura neste processo.

Tabela 25: Qual a forma de venda da produção.

Forma de comercialização	Total de respostas	%
Comércio local	12	12,50
Na própria propriedade	58	58,33
Para atravessador	7	6,95
Feira	-	-
Venda para indústria	12	12,50
Programa de aquisição de alimentos	-	-
Programa de alimentação escolar	-	-
Para cooperativa	11	9,72
Total	100	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Nota: Cada família podia escolher até três alternativas de respostas.

Em relação à participação em alguma das modalidades das organizações coletivas elencadas (Tabela 26), podemos observar que, com exceção daqueles que assinalaram estarem filiados a sindicatos, que representam 30% do total dos entrevistados, os índices representativos das demais opções são incipientes, sendo que as organizações comunitárias, as cooperativas de produtores, os conselhos municipais, e agente político não foram relatados. Esse cenário denota que 55% das famílias não tem envolvimento algum com essas esferas coletivas, o que merece atenção em relação às perspectivas de políticas de desenvolvimento rural.

Tabela 26: Componente familiar participante de organização coletiva.

Tipo de organização socioeconômica	Unidades Familiares	%
Organizações comunitárias	-	-
Sindicato	22	30,55
Cooperativa de crédito	5	6,95
Cooperativa de produtores	-	-
Associação	5	6,95
Conselhos municipais	-	-
Agente político	-	-
Nenhuma das opções	40	55,55
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Os dados presentes na Tabela 27 denotam que nenhum dos 72 estabelecimentos rurais possui qualquer tipo de certificação, o que demonstra um distanciamento completo da produção local em relação às diferentes naturezas de certificação de produto de qualidade superior.

Tabela 27: Certificação em seus produtos.

Possui certificação	Unidades Familiares	%
Sim. (qual?)	-	-
Não	72	100,00
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Em relação às estratégias de autoabastecimento alimentar das famílias, podemos aferir a influência da produção para a autossustentação nas unidades agrícolas (Tabela 28). Neste sentido, mais de um terço das famílias relataram que produzem entre 50% e 70% ou mais de 70% do total consumido. Seguindo, 20 famílias apontaram que entre 20% e 50% do autoconsumo é produzido na própria propriedade, e 27 produzem menos de 20% daquilo que consomem. Estes índices demonstram a significância que tem a produção em relação ao autoabastecimento na maioria das unidades agrícolas.

Tabela 28: Alimentos produzidos para a autossustentação.

Autoconsumo	Unidades Familiares	%
Menos de 20%	27	37,50
Entre 20% e 50%	20	27,78
Entre 50% e 70%	17	23,61
Mais de 70%	8	11,11
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Nas Tabelas 29, 30 e 31 são abordados e discutidos alguns aspectos relativos ao acesso às políticas públicas de desenvolvimento, de incentivo ou crédito rural. Para tanto, as Tabelas 29 e 30 apesar de serem complementares, tornaram-se ambíguas. Isso porque, em que pese 89% do total das famílias responderem que não tiveram acesso a nenhum tipo de política pública disposta na Tabela 28, as respostas da tabela seguinte (Tabela 30) não coincidem com esse fato, pois 42 famílias relatam receber valores do Programa Nacional denominado de Bolsa Família. Esta ambiguidade pode estar atrelada ao fato que as famílias entrevistadas não consideram os valores financeiros recebidos provenientes desta política

suficientes para investimentos na propriedade, e sim, como complemento de renda para subsistência pessoal. Do total de entrevistados, 11% das famílias declararam em alguma oportunidade, já terem acessado o PRONAF. Todavia, consideramos os números dessa questão, como uma realidade adversa enfrentada pelos agricultores perante as políticas que deveriam alcançá-los, incentivando-os à permanência em suas terras e promovendo o desenvolvimento rural.

Tabela 29: Acesso à política pública pelos agricultores.

Informações	Unidades Familiares	%
Sim	8	11,11
Não	64	88,89
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Tabela 30: Tipo de política pública acessada.

Informações	Unidades Familiares	%
Pronaf	8	11,11
Programa de aquisição de alimentos	-	-
Programa de alimentação escolar	-	-
Seguro agrícola	-	-
Crédito fundiário	-	-
Política territorial	-	-
Bolsa família	42	58,33
Total	50	69,44

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Em relação à finalidade do crédito obtido nos últimos 5 anos, apesar de totalizarem somente 11%, ou seja, 8 de um total 72 unidades familiares entrevistadas, todos os estabelecimentos contemplados optaram por investir na infraestrutura da propriedade, denotando a intenção de permanência no estabelecimento rural. (Tabela 31).

Tabela 31: Se obteve crédito rural nos últimos cinco anos, qual o objetivo.

Finalidade do crédito	Unidades Familiares	%
Investimento na infraestrutura	8	11,11
Comercialização	-	-
Custeio	-	-
Outros	-	-
Total	8	11,11

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Relações sociais, profissionais, ambientais e perspectivas futuras das famílias e, por conseguinte dos estabelecimentos rurais serão analisadas nas tabelas subsequentes (Tabelas 32 a 41).

A Tabela 32 confere que 78% das famílias não tem o hábito de conversar com outras pessoas sobre as atividades na propriedade. Esse número é bastante significativo, pois representa 56 do total de 72 entrevistados. Em relação aos diálogos mais presentes quando ocorrem, foram citadas, conversas referentes à própria comunidade rural e pertinentes ao futuro socioeconômico das atividades agrícolas em percentuais idênticos (11%) para cada uma delas. As demais opções não foram relatadas pelas famílias.

Os apontamentos dessa questão se comparados aos da Tabela 33 também apresentam certa ambiguidade, pois nesta, 60 famílias (84%) relatam que possuem um bom relacionamento junto aos agricultores (vizinhos) da localidade. Sabidamente, entre os agricultores, especialmente os familiares, a troca mútua de informações é algo comum.

Normalmente, compartilham conhecimentos tradicionais aliados a técnicas praticadas pelos vizinhos em suas atividades agrícolas. Percebemos então uma dualidade comparativa nas respostas dessas perguntas, pois, apesar da visível sociabilidade presente na região, estranhamente, relatam que não dialogam sobre os assuntos mencionados na tabela 32.

Tabela 32: A família conversa com outras pessoas sobre o que faz no estabelecimento.

Formas de diálogo	Unidades Familiares	%
Conversa sobre assuntos de legislação ambiental	-	-
Conversa sobre o futuro das atividades agrícolas e aspectos técnicos e econômicos da atividade	8	11,11
Conversa sobre a comunidade rural	8	11,11
Não tem o hábito de conversar com outras pessoas sobre esse assunto	56	77,78
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Tabela 33: Relacionamento entre agricultores na localidade que reside.

Informações	Unidades Familiares	%
Bom	60	83,33
Regular	8	11,11
Ruim	4	5,56
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Para 76% das famílias entrevistadas a mera produção de animais e vegetais se estabelece como a principal função da agropecuária, enquanto que para 24% as atividades tem um caráter integrador, socioambiental (de preservação ou conservação da fauna silvestre, parcela da flora nativa, etc.) aliado a sua função primária, a produção de matéria-prima (Tabela 34). Esta situação demonstra que a percepção dos agricultores, possivelmente pela irrelevante participação coletiva em organizações locais (Tabela 26), considere que a atividade exercida é meramente econômica.

Tabela 34: Para a família, qual a função da agropecuária.

Informações	Unidades Familiares	%
Produção de animais e vegetais apenas	55	76,39
Produção e integração com outras funções (sociais e ambientais)	17	23,61
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Questionados sobre a responsabilidade ambiental, os entrevistados ficaram divididos nas respostas. Do total de 72 famílias, 30 sentem-se diretamente responsáveis por problemas ambientais (degradação de fauna e flora nativas, poluição ou contaminação hídrica, etc.).

A opinião das demais entrevistadas ficou igualmente dividida, com 21 famílias relatando que não tem responsabilidade alguma, e outras 21 são indiretamente responsáveis (Tabela 35).

Tabela 35: Responsabilidade sobre a questão ambiental.

O que a família se considera	Unidades Familiares	%
Não responsável por problemas ambientais	21	29,17
Indiretamente responsável	21	29,17
Diretamente ligado aos problemas ambientais	30	41,16
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Na tabela 36 que continua abordando as questões ambientais, podemos observar que 30 famílias detêm o registro ou possuem projeto de averbação da Reserva legal ou Área de Proteção Permanente, e outras 12 estão em andamento. Esse montante representa 58% das propriedades. Todavia, ressaltamos que são necessárias ações para que este percentual aumente e atinja o máximo de famílias.

Tabela 36: Estabelecimento/propriedade rural possui registro ou projeto de averbação de Reserva Legal (RL) ou Área de Proteção Permanente (APP).

Informações	Unidades Familiares	%
Não	30	41,67
Sim	30	41,67
Em andamento	12	16,66
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

No que diz respeito à qualidade de vida no meio rural, 34% das famílias entrevistadas disseram que as condições melhoraram; para 30% mantiveram-se as mesmas, e somente 10% responderam que viver no campo piorou (Tabela 37). As respostas obtidas na Tabela 38 corroboram com esse cenário, pois, 89%, representando 64 famílias das 72 entrevistadas, afirmaram que pretendem permanecer no meio rural.

Estes dados são relevantes, pois de certa forma revelam que as perspectivas futuras dos agricultores, relativas ao contexto atual e ao estilo de vida, são em tese positivas. Esses elementos sinalizam à concepção de políticas que amparem a manutenção da população e, por conseguinte fortaleçam o desenvolvimento rural da microrregião de União da Vitória.

Tabela 37: Nos últimos anos qual sua opinião sobre a vida no meio rural.

Informações	Unidades Familiares	%
Melhorou	34	47,22
Manteve-se a mesma	30	41,67
Piorou	8	11,11
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Tabela 38: Quanto a satisfação no meio rural, deseja permanecer nesse local.

Informações	Unidades Familiares	%
Sim	64	88,89
Não	8	11,11
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

As opiniões sobre a forma como são atendidos os interesses dos agricultores na área de pesquisa, foram predominantemente afirmativas em relatar que eles não são considerados de forma correta e justa (Tabela 39). Essa

constatação alcançou o índice de 72% do total das famílias, enquanto, que 28% consideram que seus interesses estão salvaguardados perante a sociedade.

Tabela 39: Como são defendidos os interesses dos agricultores na sociedade.

Informações	Unidades Familiares	%
Mal defendidos	52	72,22
Bem defendidos	20	27,78
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Com a intenção de saber sobre a participação social dos agricultores nos debates políticos acerca dos problemas locais, a maioria afirmou que as comunidades, nem coletiva ou isoladamente foram procuradas, ou mesmo consultadas sobre interesses coletivos ou mesmo particulares, nos últimos certames eletivos municipais. Esse percentual chegou a 94%, ou seja, 68 famílias entrevistadas respondeu que não foram convidadas a participar de qualquer discussão sobre o meio rural em questão (Tabela 40). Levando-se em consideração o elevado percentual de residentes no meio rural da maioria dos municípios abarcados pela pesquisa este dado chama muito a atenção, de maneira negativa logicamente.

Tabela 40: Na sua localidade, os agricultores foram convidados para debaterem os problemas locais no período de eleições.

Informações	Unidades Familiares	%
Sim	4	5,56
Não	68	94,44
Total	72	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Consultados sobre perspectivas futuras relacionadas às alterações no estabelecimento e/ou mudanças ou diversificação de atividades na propriedade, os agricultores poderiam escolher até três alternativas (Tabela 41). Dessa forma foram colhidas 82 respostas, as quais demonstram que 46% do total tem a intenção de modernizar a sua unidade agrícola, aparecem depois, em ordem decrescente aqueles que pretendem diversificar sua produção (19,51%), aumentar a área produzida (14,63%), combinar atividades agrícolas e não agrícolas para exploração econômica da propriedade (9,76%). As opções de implementar a produtividade

orgânica na propriedade e ingressar em uma associação foram citadas 4 vezes cada uma delas, representando individualmente 4,88% do total das respostas.

Tabela 41: Quanto à mudança no estabelecimento agrícola ou diversificar/mudar de atividade.

Objetivo dos agricultores	Total de respostas	%
Aumento da área a ser explorada. (agricultura e rebanho)	12	14,63
Diversificar produção	16	19,51
Produtos orgânicos	4	4,88
Combinar atividades agrícolas e não agrícolas para exploração econômica da propriedade	8	9,76
Entrar em uma associação	4	4,88
Diminuir a área produzida	-	-
Se modernizar	38	46,34
Vender a propriedade	-	-
Priorizar a diversificação com atividades não-agrícolas	-	-
Total	82	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Finalmente, empreendemos algumas considerações gerais sobre os dados da amostragem. Assinalamos, que apesar desse instrumento não ter a intenção de captar a pluriatividade existente entre as famílias entrevistadas (já que essa tarefa compreende ao próximo questionário) podemos aferir que em certa medida as atividades remuneradas não agrícolas foram citadas pelos entrevistados.

Porém, em hipótese alguma devemos confundir estes dados com uma suposta perda de importância ou representatividade da agricultura familiar junto aos agricultores, pois pode-se se vislumbrar a satisfação em estar no meio rural, o desejo de se manter e até mesmo aumentar sua área de produção, a vontade de modernizar sua propriedade e principalmente, a intencionalidade de não vender a propriedade. Todo o exposto se expressa através da opinião das famílias em suas respostas.

Em relação às questões ambientais, apesar de existir preocupação significativa da parte dos agricultores familiares, certificada pela parcela de responsabilidade ambiental que demanda sobre eles relacionada à atividade agrícola, é preocupante que a maioria afirme que a agricultura se resume à atividade que serve para produzir alimentos e animais. Aqui paira a velha dicotomia entre o desenvolvimento agrícola tradicional, e o almejado desenvolvimento rural. O primeiro relacionado às respostas retro mencionadas, e o segundo, relativo às questões

sociais e agrárias que envolvem as atividades no contexto rural. Verificou-se também que a maioria dos estabelecimentos tem certificação ou projeto em andamento, relacionado ao enquadramento de seu estrato de área como RL ou APP.

Outros relatos que seguem e também nos chamaram atenção. A participação incipiente dos sujeitos em organizações coletivas é preocupante, pois este envolvimento é essencial quando o horizonte é o desenvolvimento rural. Outro aspecto é a forma de comercialização dos produtos estar centrada na propriedade ou mesmo em atravessadores. Esse fato aparentemente também está ligado à baixa adesão às organizações, associações, etc. coletivas como retratado. Esse processo pode levar a especulação no preço de venda da produção, acarretando em um menor ganho financeiro com a venda dos produtos cultivados, dificultando o elevação da renda dos domicílios rurais.

Em relação às políticas públicas, com exceção a do Bolsa Família, que injeta um montante de recurso financeiro bastante limitado, tivemos somente a presença do PRONAF como política pública de incentivo acessada, segundo as famílias.

Esta constatação deve ao menos provocar uma reflexão por parte dos planejadores e gestores de Programas relacionados ao desenvolvimento rural, principalmente dos agentes políticos locais, que, segundo os entrevistados não depreendem a devida atenção com problemas existentes no meio rural em questão.

Os relatos afirmaram que os agentes políticos se quer reúnem ou mesmo chamam os sujeitos das comunidades rurais, nem mesmo durante os períodos eleitorais para dialogarem sobre as necessidades e as nuances no contexto rural local.

Em um contexto geral, os aspectos revelam que o rural da Microrregião de União da Vitória não pode ser vislumbrado com um local de atraso, más como um elemento essencial para o fortalecimento do desenvolvimento em todo o território e um palco para se estudar o processo atrelado às dinâmicas de transformações ocorridas no espaço rural, especialmente àquelas ligadas as novas configurações das ocupações e funções desempenhadas pelos agricultores no intuito de permanecerem em seus domicílios rurais, aumentarem suas rendas, equilibrarem suas vida socioeconômica, no caso em tela, destacamos o fenômeno da pluriatividade.

3.2 RESULTADO DA SISTEMATIZAÇÃO DO SEGUNDO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

3.2.1 A Pluriatividade na Área de Estudo

Nesta investigação objetiva-se apresentar o perfil das famílias com destaque às condições socioeconômica e de vivência, identificar as dinâmicas de produção e de trabalho, e o estudo da pluriatividade neste processo³³.

As famílias entrevistadas são de agricultores familiares, que desempenham atividades agrícolas ou não-agrícolas dentro ou fora de seu estabelecimento. Salientamos que todas as famílias residem em áreas rurais afastadas dos núcleos urbanos municipais.

Considerando como variável a ocupação dos membros familiares como forma de caracterizá-la, em certa medida, também nos deparamos com pequenas inconsistências verificadas. Assinalamos a questão da renda total dos estabelecimentos, pois na sistematização dos dados verificamos que não foi aferido o desconto dos custos de produção das receitas agrícolas, o que pode ter superestimado as rendas das atividades agrícolas em relação aos índices de pluriatividade.

3.2.1.1 Tipologia das famílias pesquisadas

Qualquer análise tipológica com a temática da pluriatividade deve primar pela análise dos fatores relacionados à sua heterogeneidade. Mormente, a organização desta diversidade torna-se o objetivo principal na construção de tipologias, tanto por meio de pesquisas secundárias como pesquisas diretas, sendo estas últimas o alicerce da presente investigação.

Partindo da definição previamente estabelecida nessa investigação sobre o conceito de pluriatividade, buscamos por meio da tabulação dos dados estatísticos e informações coletadas na pesquisa direta, construir uma tipologia que unisse, com o princípio na ocupação dos membros familiares, os diversos tipos de famílias.

³³ Metodologia de abordagem encontra-se na Seção: Procedimentos Metodológicos da Pesquisa.

Foi adotado no registro de dados sobre o pessoal ocupado o seguinte critério: laços de parentesco com o produtor – cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo ou de sexo diferente, filho(a) do produtor e do cônjuge, filho(a) somente do produtor, filho(a) somente do cônjuge, genro ou nora, pai, mãe, padrasto, madrastra, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmão ou irmã, avô(ó), outros parentes (tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), ou menor sob guarda ou tutela), e enteado(a) do produtor. Nesta conjuntura, foram considerados também, os agregados que, embora não possuam laços de parentesco com o núcleo familiar, são considerados por seus membros como integrantes da família.

Iniciando a análise das respostas obtidas através da aplicação do questionário, observamos que a Tabela 42 demonstra a distribuição das famílias por tipo de ocupação. A divisão de **empregador** envolve os casos em que uma das pessoas afirmou possuir empregados. O questionário se limitou a perguntar o número de empregados contratados, não se atendo a serem temporários ou permanentes. Nenhum dos entrevistados declarou ter mais de 2 empregados.

Foram consideradas por **conta-própria**, as unidades familiares, onde independente do posicionamento da ocupação dos membros da família, ao menos um se declarou dessa forma.

Finalizamos com os **não-ocupados** como sendo àquelas famílias onde nenhum membro se declarou economicamente ocupado.

Esta tipologia foi arquitetada na esfera do Projeto Rurbano³⁴. Dessa forma, podemos dividir em três categorias baseadas na posição da ocupação familiar: empregadores, conta-própria e não-ocupados, devido ao próprio procedimento de amostra selecionado a partir das famílias que eram proprietárias.

Em se tratando das atividades executadas, a classificação das famílias ficou da seguinte maneira: as ocupadas unicamente com atividades agrícolas foram classificadas como **famílias agrícolas**; as que declararam possuir pelo menos um membro da família com ocupação principal ou não em atividades não-agrícolas aparecem como **famílias pluriativas**; e aquelas em que todos os membros da

³⁴ Que é um projeto temático de pesquisa chamado de 'Caracterização do Novo Rural Brasileiro', que tinha por objetivo analisar as mudanças no emprego rural em 11 Unidades da Federação, tendo financiamento do Fundo de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) sob a coordenação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). (DEL GROSSI, M.E. e GRAZIANO DA SILVA, J. 1998).

família se enquadraram como ocupados em atividades não-agrícolas foram classificadas **famílias não-agrícolas**.

Em relação aos tipos de famílias apresentados verifica-se uma participação maior das famílias agrícolas em relação às pluriativas (58% e 37% respectivamente), enquanto que as declaradas famílias não-agrícolas representaram um percentual bem menor (7%). O remanescente diz respeito às famílias aposentadas.

Notadamente, observamos que entre as famílias entrevistadas a pluriatividade aparece exclusivamente na categoria classificada como conta-própria. (Tabela 42).

Tabela 42: Segundo o tipo de ocupação com está distribuído a família. Microrregião de UVA. 2020.

Tipos de famílias	Quantidade	Porcentagem (%)
Empregadoras com até 2 empregados	2	2,5
Agrícolas	2	100
Pluriativas	0	0
Não-agrícolas	0	0
Conta-própria	70	87,50
Agrícolas	39	55,72
Pluriativas	26	37,14
Não-agrícolas	5	7,14
Não-ocupadas	8	10
Aposentadas	8	100
Total	80	100

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2.1.2 Comportamento da população economicamente ativa

Tendo como referência os diferentes tipos de família, a Tabela 43 apresenta a categoria de ocupação dos membros familiares. Analisando a referida tabela, observamos que aproximadamente 68% das pessoas fazem parte das economicamente ativas. O restante se enquadra entre as não-ativas (economicamente), sendo que as crianças com até 12 anos perfazem 11,5%, e os aposentados representam 20,5% do total.

Com relação aos membros economicamente ativos (acima de 12 anos e não aposentados), notamos que há um predomínio da categoria dos conta-própria, com a maioria em ocupações agrícolas, respondendo por 55% do total das famílias

ativas. Já as famílias pluriativas representam 37% e as não-agrícolas 6,5% respectivamente.

Na perspectiva dos membros não ativos, percebemos que encontra-se em andamento o processo de envelhecimento da população residente no meio rural, pois somados os números chegamos a 60,5% do total em relação às pessoas menores de 10 anos de idade.

Quanto à distribuição por ocupação os números ficaram em percentuais similares aos das famílias ativas.

Tabela 43: Membros da família por ocupação. Microrregião de UVA. 2020.

Tipos de famílias	Ativas	Não-ativas			Total
		1	2	3	
Empregadoras com até 2 empregados	4	0	1	1	5
Agrícolas	4	0	1	1	5
Pluriativas	0	0	0	0	0
Não-agrícolas	0	0	0	0	0
Conta-própria	229	39	60	99	328
Agrícolas	128	18	30	48	176
Pluriativas	86	15	20	45	121
Não-agrícolas	15	6	10	16	31
Não-ocupadas	0	0	8	8	8
Aposentadas	0	0	8	8	8
Total	233	39	69	108	341

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: 1= pessoas com até 10 anos; 2= pessoas aposentadas; 3= (1+2).

Na Tabela 44 apresentamos os ramos de atividade nos quais encontram-se economicamente ocupadas as pessoas dos diversos tipos familiares. Devido ao baixo número representativo do contingente dessa amostra procedemos um ordenamento agrupando os ramos de atividades.

No âmbito geral, percebemos que integral ou parcialmente a maior parcela das pessoas residentes no meio rural da área pesquisada ainda está ligada às atividades agrícolas, representando 72% do total.

Em relação aos tipos de famílias, observamos na referida tabela, que não obstante o predomínio das atividades agrícolas, entre as famílias pluriativas há um equilíbrio na distribuição das pessoas por ramos de atividade, algo que não ocorre entre as famílias não agrícolas, que registrou a totalidade dos entrevistados no rol de atividades não relacionadas no questionário.

Tabela 44: Quanto ao ramo de atividade, como estão distribuídas as famílias. Microrregião de UVA. 2020³⁵.

Tipos de famílias	Ramos de atividade				Total
	1	2	3	4	
Empregadoras com até 2 empregados	4	0	0	0	4
Agrícolas	4	0	0	0	4
Pluriativas	0	0	0	0	0
Não-agrícolas	0	0	0	0	0
Conta-própria	169	16	13	31	229
Agrícolas	128	0	0	0	128
Pluriativas	41	16	13	16	86
Não-agrícolas	0	0	0	15	15
Não-ocupadas	0	0	8	8	8
Aposentadas	0	0	8	8	8
Total	173	16	13	31	233

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: 1= Agrícola;

2= Industrial (indústrias de transformação e outras atividades industriais);

3= Serviços (Prestação de serviços; comércio; administração pública; comunicação; transporte; auxiliar de serviços);

4= Atividades com atribuições não elencadas.

3.2.1.3 Unidades familiares de produção e suas condições produtivas

Na Tabela 45 apresentamos os dados relativos ao estrato de área das unidades familiares. Primeiramente é *mister* assinalarmos que 41 entrevistados possuem estrato de área de até 10 hectares e 29 estavam entre 10 e 20 hectares, representando 100% do total.

Em se tratando das famílias, a concentração está na faixa até 20 hectares. Todavia notamos que entre as famílias pluriativas existe uma diferença considerável em comparação com as famílias essencialmente agrícolas nas dimensões do estrato de área de 10 a 20 hectares. Do total das famílias pluriativas cerca de 70% delas tem estratos de área entre 10 e 20 hectares. Já nas famílias exclusivamente agrícolas esse percentual cai para 39% do total. Isso confere que a maioria das famílias pluriativas está localizada em estabelecimentos agropecuários com áreas dimensionalmente maiores em relação às agrícolas. Possivelmente esse comportamento pode estar ligado ao próprio procedimento metodológico de coleta dos dados que levou em consideração o estabelecimento como uma unidade de análise na pesquisa de campo.

³⁵ Foi permitido a escolha de mais de uma opção na resposta desta pergunta, como já descrito na metodologia. Isto explica o número total superior ao número de entrevistados.

Também podemos relacionar este fato ao próprio processo histórico de ocupação da região, onde, em sua colonização inicial as áreas foram repartidas de forma uniforme em colônias e negociadas aos imigrantes.

Provavelmente, os agricultores que diversificaram as fontes de sua renda, também investiram na expansão das áreas melhorando assim as condições dos próprios estabelecimentos agropecuários em busca de melhoria de renda, mas também da busca à permanência em seus domicílios rurais.

Tabela 45: Tipos das famílias em estratos de área. Microrregião de UVA. 2020.

Tipos de famílias	Estratos de área			Total
	1	2	3	
Empregadoras com até 2 empregados	1	1	0	2
Agrícolas	1	1	0	2
Pluriativas	0	0	0	0
Não-agrícolas	0	0	0	0
Conta-própria	41	29	0	70
Agrícolas	28	11	0	39
Pluriativas	8	18	0	26
Não-agrícolas	5	0	0	5

FONTE: Elaborado pelo autor.

Nota: 1= até 10ha;

2= de 10ha a menos de 20ha;

3= mais de 20ha.

As principais atividades dos estabelecimentos conforme os tipos familiares são apresentados na Tabela 46.

De maneira geral, observamos que as atividades predominantes entre as famílias estão distribuídas entre os itens 2, 3 e 4 da tabela. Todavia, frisamos que grande parte dos cereais produzidos na própria propriedade são destinados para o autoconsumo e alimentação de animais.

Em relação à comparação entre os tipos de famílias, percebemos que as pluriativas dedicam-se mais ao gado de corte, enquanto que as agrícolas ao gado leiteiro. A piscicultura também aparece com destaque neste quadro. Essas características nos conduzem a pensar em uma diversificação das atividades nas unidades produtivas.

Em contrapartida, observamos também que se avolumam os não declarado, citados por 15 famílias. Dentre as atividades mencionadas por estas, destacaram-se a silvicultura com predominância do cultivo da erva-mate e a fumicultura não orgânica.

Tabela 46: Principal atividade do estabelecimento. Microrregião de UVA. 2020.

Tipos de famílias	Atividades				
	1	2	3	4	5
Empregadoras com até 2 empregados	0	0	0	0	2
Agrícolas	0	0	0	0	2
Pluriativas	0	0	0	0	0
Não-agrícolas	0	0	0	0	0
Conta-própria	6	15	21	15	13
Agrícolas	2	15	14	6	0
Pluriativas	4	0	7	9	6
Não-agrícolas	0	0	0	0	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas: 1= Bovinocultura de leite; 2= Bovinocultura de leite + Agricultura +Piscicultura;

3= Horticultura + Cereais; 4= Bovinocultura de Corte+ Suinocultura +Agricultura+ Piscicultura; 5= Não declarado.

3.2.1.4 As condições sociais das famílias em alguns indicadores

Na Tabela 47 apresentamos a forma como estão distribuídas as famílias em relação à aposentadoria. Em aspectos gerais podemos perceber que cerca de 38% do total de famílias ocupadas em atividades agrícolas, pluriativas e não-agrícolas recebem algum tipo de aposentadoria.

Esse percentual se analisado do ponto de vista específico das famílias, onde pelo menos um membro recebe auxílio financeiro (aposentadoria) está representado da seguinte maneira: entre as famílias com atividades somente agrícolas 62,5%, nas pluriativas 30%, e nas não-agrícolas 100%, com ao menos uma pessoa da família recebendo em espécie esse tipo de auxílio financeiro.

Este tipo de auxílio financeiro a uma parcela representativa das famílias pesquisadas assume forte relevância na composição final do rendimento mensal das unidades familiares.

Também podemos dizer que este incremento monetário externo, contribui para dinamização das atividades no interior dos estabelecimentos, bem como, promove a estimulação dentro das próprias comunidades para desenvolverem outras atividades, em detrimento do aumento no poder de compra dos sujeitos ali estabelecidos.

Tabela 47: Conforme aposentadoria, como estão distribuídas as famílias. Microrregião de UVA. 2020.

Tipos de famílias	Com aposentadoria	Sem aposentadoria	Total
Empregadoras com até 2 empregados	1	1	2
Agrícolas	1	1	2
Pluriativas	0	0	0
Não-agrícolas	0	0	0
Conta-própria	26	44	70
Agrícolas	15	24	39
Pluriativas	6	20	26
Não-agrícolas	5	0	5
Não-ocupadas	8	0	8
Aposentadas	8	0	8
Total	35	45	80

Fonte: Elaborado pelo autor.

Alguns indicadores relativos à infraestrutura estão dispostos na Tabela 48. De forma geral, verificamos que todas as residências possuem energia elétrica. Apenas 1 família declarou não possuir telefone.

No entanto, a maioria das famílias declarou que o sinal oferecido pelas operadoras em geral é inconstante, inconsistente e de difícil acesso para reclamações.

Em certa medida isso se explica pela distância em que os moradores residem das antenas transmissoras de sinal de celular e pelas dificuldades de acesso que a assistência técnica encontra para chegar até as localidades.

A principal fonte de fornecimento de água é a fonte com 62,5% do total, seguida do poço com 36%. Relacionado a estrutura de construção das casas, predominaram as de alvenaria com 46,25% e mista com 45% do total das unidades familiares, respectivamente.

Do ponto de vista das famílias, algo que chamou atenção foi que entre as famílias pluriativas, empregadoras e as aposentadas nenhuma reside em domicílios totalmente construídos de madeira. Isso pode representar uma melhora nas condições do campo, pois a maioria das casas que originalmente eram de madeira hoje são mistas e foram reformadas ou restauradas com a cozinha e o banheiro passando a ser de alvenaria. Muitas dessas residências originalmente tinham uma arquitetura tradicional.

No caso dos descendentes de poloneses e ucranianos algumas tinham a cozinha separada da própria residência e, os banheiros eram conhecidos como *patentes*.

Tabela 48: Condições de infraestrutura das famílias. Microrregião de UVA. 2020.

Tipos de famílias	Fone		Água			Construção		
	Sim	Não	A	B	C	1	2	3
Empregadoras com até 2 empregados	2	0	1	1	0	0	0	2
Agrícolas	2	0	1	1	0	0	0	2
Pluriativas	0	0	0	0	0	0	0	0
Não-agrícolas	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta-própria	69	1	25	44	1	7	37	26
Agrícolas	39	0	9	30	0	5	18	16
Pluriativas	25	1	14	12	0	0	19	7
Não-agrícolas	5	0	2	2	1	2	0	3
Não-ocupadas	8	0	3	5	0	0	0	8
Aposentadas	8	0	3	5	0	0	0	8
Total	79	1	29	50	1	7	37	36

Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas: Todas possuem energia elétrica.

Água: A= poço; B= fonte; C= encanada;

Construção: 1= madeira; 2= alvenaria; 3= mista

Na Tabela 49 apresentamos as médias do número de componentes, da renda mensal bruta, e da renda *per capita* para os diferentes tipos de famílias. Analisando de maneira geral, observamos que a renda bruta relativa, dos conta própria é ligeiramente inferior a dos empregadores, e a dos não ocupados. Se levarmos em consideração o número de pessoas da família, a média dos não ocupados irá aumentar em relação às demais.

Em relação à categoria ocupacional dos conta própria, destacamos a maior participação nas rendas médias das atividades pluriativas e não agrícolas em relação às exclusivamente agrícolas.

Esses dados apontam para a influência que estas atividades passaram a ter no meio rural. Destacamos também que as famílias da categoria não ocupados possuem poucas pessoas, sendo formadas no geral, pelo casal e mais uma pessoas na casa, já com idades avançadas.

No tocante a renda *per capita* das famílias podemos fazer alguns apontamentos. Em primeiro lugar assinalamos que a renda *per capita* das empregadoras com até 2 empregados que desempenham atividades somente

agrícolas é 18,6% maior que as conta própria que desenvolvem atividades exclusivamente agrícolas, mesmo com mais componentes na família na média geral.

Seguindo, observamos que na média as famílias não ocupadas possuem respectivamente, uma renda *per capita* 29,5% e 42,8% mais elevada que as supracitadas. Se consideradas especificamente os tipos de famílias classificadas por conta própria, as agrícolas tem uma defasagem de 9% e 19%, respectivamente, em relação às pluriativas e as não agrícolas, na renda *per capita*.

Por este corolário, parece-nos que as atividades não agrícolas combinadas com as agrícolas e as exclusivamente não agrícolas ganharam corpo no meio rural e se constituíram eficazmente como forma de diversificação na composição da renda, aumentando o rendimento familiar em geral.

Tabela 49: O comportamento da renda familiar. Microrregião de UVA. 2020.

Tipos de famílias	Média de componentes na família	Média da renda bruta familiar mensal (R\$)	Renda <i>per capita</i> média mensal
Empregadoras com até 2 empregados			
Agrícolas	5	3.350,00	670,00
Conta-própria			
Agrícolas	4	2.180,00	545,00
Pluriativas	4	2.390,00	597,00
Não-agrícolas	4	2.725,00	681,25
Não-ocupadas			
Aposentadas	3	2.860,00	953,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: muitas famílias não registraram a renda mensal pois dependem da safra que é variável, devido a este fato, a renda foi calculada pela média dos entrevistados que declararam renda familiar e a quantidade de membros na família.

Os subsídios desta amostragem apresentam aspectos relevantes relativos ao âmbito da pluriatividade na microrregião de união da Vitória, sobre quais sintetizamos as considerações subjacentes.

Podemos observar o forte elo desde o princípio da colonização descrito nas características de formação e ocupação histórica dos municípios pertencentes à microrregião com o sistema de trabalho rural baseado em pequenas unidades de produção geridas pelo trabalho familiar.

Historicamente podemos perceber que desde a origem os imigrantes tinham o hábito de desempenhar trabalhos complementares para propiciar uma renda extra,

a fim de adquirir produtos não cultivados nas suas unidades agrícolas. Esses trabalhos complementares se intensificam e ganham novas adjacências com a pujante industrialização ocorrida no início do século XX, o que possibilitou o envolvimento em atividades propiciadas por esse avanço, mesmo morando nas áreas rurais e tendo ainda quase que todo o autoabastecimento alimentar proveniente do cultivo de suas terras.

Portanto, o comportamento dos agricultores familiares envolvendo atividades correlatas ou complementares às agrícolas não é de hoje. Porém, as circunstâncias atuais são muito diferentes de outrora, devido principalmente ao processo de modernização e mecanização que ocorreu na agricultura, sobretudo, nos últimos 50 anos.

Nessa conjuntura, as atividades não-agrícolas aliadas às atividades agrícolas ganham destaque, emergindo a pluriatividade na microrregião de União da Vitória como elemento importante no contexto do desenvolvimento rural e, conseqüentemente, para permanência dos agricultores familiares no domicílio rural.

Basta vermos que 32,5%, ou seja, um terço do total dos entrevistados declarou-se como família pluriativa. Esse índice não deve ser avaliado, nem como abandono das atividades tradicionais do campo, muito menos como aspiração dos agricultores em sair do meio rural, e sim, pode ser considerado como uma forma de fortalecer o rendimento familiar com uma renda extra, a fim de melhorar as condições socioeconômicas dos membros familiares, da família, e do próprio estabelecimento rural.

Em termos gerais, as características demonstradas na pesquisa, indicam que a presença da pluriatividade no contexto rural da Microrregião de União da Vitória está mais atrelada aos aspectos socioeconômicos da unidade de produção que a estrutura interna das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecemos as considerações e conclusões com o propósito de cumprir os objetivos preestabelecidos na Tese. Para tanto, procuramos traçar um caminho que conduz o leitor, de maneira não exaustiva, à compreensão dos fenômenos analisados durante a elaboração e confecção do trabalho.

Iniciamos nossas considerações falando sobre a dinâmica migratória da população. A denominada explosão demográfica ocorrida desde meados do século XX, trouxe consigo várias consequências, entre as quais, a origem de uma problemática que está presente em todos os lugares do mundo atualmente, que é o de como fornecer a tanta gente um lugar digno de moradia, saúde, educação, trabalho, etc., enfim, como dar a população o mínimo admissível para que vivam dignamente?

Quando as pessoas sentem-se excluídas desse processo – por motivos de ordem, principalmente econômica – automaticamente buscam outro norte para sua vida. Essa é a tendência dos deslocamentos nos espaços, as denominadas migrações, independentemente das suas origens e destinos.

No Brasil, historicamente os fluxos migratórios são regidos em virtude da criação de áreas de repulsão e outras de atração populacional. No estado do Paraná, por exemplo, a relevância na distribuição espacial interna caminha nesses últimos anos para a formação de extensas áreas de esvaziamento em oposição a poucos pontos de elevada concentração populacional.

Portanto, dinâmica migratória da população paranaense, que a nosso ver está intimamente ligada ao processo de mudanças no trabalho tem responsabilidade evidente no constante ao fenômeno do êxodo rural ocorrido no interior do estado.

A dinâmica migratória da população do Paraná está ligada ao seu direcionamento e direção, e a partir disso que se identificam processos importantes decorrentes desse fenômeno.

Tais processos se conformam a partir do esgotamento das oportunidades no mercado de trabalho consequentemente ocasionando um movimento de trocas intensas no interior do Paraná com forte predominância dos fluxos em direção ao urbano, tendo como vetor predominante a aglomeração metropolitana.

Assim, no estado do Paraná os resultados da migração, na dimensão da população, vêm enfraquecendo acentuadamente nos últimos anos. Todavia,

aumenta sua relevância pelos efeitos na distribuição espacial interna, que caminha para a formação de extensas áreas de esvaziamento em contraponto a poucos pontos de elevada concentração (KLEINKE; DESCHAMPS; MOURA, 1999, p. 27-50).

Os dados que apresentamos durante o trabalho confirmam essa situação, pois a microrregião de União da Vitória vem perdendo, em partes, a característica de possuir um maior contingente populacional na área rural em relação à urbana.

Outro aspecto relevante a observar-se é que, o crescimento demográfico da população encontra-se em estagnação. O município de Porto Vitória, talvez seja o maior exemplo desse problema. Entre os anos de 1991 a 2000 teve uma pequena retração populacional, diminuindo seu contingente em 2 habitantes no cômputo geral, na comparação dos censos populacionais realizados pelo IBGE no período.

Este não é um caso isolado no Estado do Paraná. Essa dinâmica migratória interna é recente e tende a deslocar primeiramente o homem do rural ao urbano, ocasionando a desterritorialização do primeiro, gerando assim, o inchaço do centro. No contexto rural, esse fenômeno é decorrente da busca por novas oportunidades no mercado de trabalho, e acaba impulsionando um grande fluxo de pessoas deslocando-as a polos regionais e para áreas metropolitanas, principalmente.

Esse quadro pode acabar (apesar da população participante dessa pesquisa procurar preservar ou conservar a maioria dos seus vínculos e raízes culturais com sua terra) forçosamente incentivando as gerações que os sucedem a buscarem por um suposto 'lugar melhor', com melhores oportunidades no campo profissional, para se estabelecerem.

Assinalamos que esse cenário pode levar as pessoas a um sentimento implícito de rejeição ao lugar onde residem - apesar de observarem nele, alguns pontos positivos – conduzindo até mesmo, que elas pensem neste ambiente como algo repulsivo. Municípios menores perdem sua população para grandes centros principalmente pela falta de oportunidade de trabalho, e tendem a entrar num processo de estagnação econômica, podendo ocorrer também a escassez da mão de obra local e até mesmo, tornarem-se lugares sujeitos à rejeição dos próprios habitantes, que involuntariamente abandonam suas raízes culturais e os seus vínculos sociais.

Assim temos, de um lado, um número reduzido de municípios convivendo com problemas das grandes concentrações, nas quais as desigualdades sociais e econômicas tendem a exacerbarem-se, agravadas por dificuldades de gestão de espaços. De outro, a grande maioria dos municípios que foi estruturante na distribuição espacial paranaense, mas que atualmente, com menor participação dinâmica econômica do estado, tem menores oportunidades de atração e principalmente de sustentação de sua população, sobretudo naquelas onde as populações rurais ainda são expressivas, como é o caso em tela.

Como sugestões para amenizar o problema apresentado, são necessárias ações que incentivem os segmentos dinâmicos da economia local (com destaque para o meio rural), explorando as potencialidades, levantando e aproveitando-se as vocações, e o desenvolvimento das aptidões locais e regionais em diferentes escalas, envolvendo nesse processo todos os atores locais, poder público, privado e a população local em geral.

O campo se sobressai nesse processo, mesmo que os municípios apresentem algum potencial em seguimentos dos setores secundário e terciário, pois tem a capacidade de viabilizar a geração de emprego em dimensões compatíveis com a expansão da população economicamente ativa.

Partido destas assertivas, consideramos que se não for despertado em todos os sujeitos desse processo, um senso crítico, e se não forem planejadas ações - políticas de incentivo ao desenvolvimento (rural) - esse quadro tende a permanecer ou até mesmo agravar-se, em decorrência das características do desenvolvimento – econômico - vislumbrado desde a escala global, chegando até o local, que em termos produtivos tem se revelado eficiente, mas socialmente tem se mostrado incapaz de resgatar da pobreza a maioria da população, sobretudo a população rural, e tampouco inseri-la dignamente num quadro social e econômico merecido, justo e adequado.

Consideramos que o termo desenvolvimento e suas diversas reflexões dissolvem-se em detrimento da evidente impossibilidade de impor um modelo cultural padronizado para o mundo, obstáculos estruturais impossibilitam a materialização mundial dessas metas, por mais que o desenvolvimento se apresente como sendo o ideal a ser seguido.

Fracassado como aparelhamento de melhoria social, o desenvolvimento considerado sob o prisma do crescimento econômico consolida-se como meio de controle, dominando os meios de produção e suas técnicas, difundido em um discurso obscuro, atrelando erroneamente progresso e melhoria ao desenvolvimento. Isto acaba por restringir, dentro de uma reprodução da ordem social capitalista, os efeitos positivos para uma minoria.

Posto isto, concordamos que o desenvolvimento deve ser pensado enquanto projeto de transformação social, construído social e territorialmente interagindo entre os atores sociais ali envolvidos (SOUZA,1995).

Acreditamos que é possível estabelecer um diálogo entre o desenvolvimento rural e os conceitos empreendidos no presente trabalho. A partir da perspectiva da abordagem proposta pela pesquisa é possível estabelecer-se uma rede para o desenvolvimento rural inserida na multidimensionalidade escalar, levando-se em consideração a realidade e permanência das comunidades rurais no meio em que residem e trabalham.

Essas constatações nos levam ao cenário pelo qual não podemos pensar que os reflexos das relações socioeconômicas do contexto rural, não repercutem nas cidades. Seria algo incompatível com a realidade. Assim, compreender a questão rural, decorre de vários aspectos ligados a própria reprodução social e costumes de sobrevivência, a dinâmica de produtividade e a forma como a terra está distribuída, bem com, das modificações do seu ambiente e nas transformações do seu território.

Através dos dados e informações apresentados no decorrer da pesquisa também demonstramos o provável impacto da concentração de terras relacionado à pobreza da população na área rural abarcada pelo estudo.

Nessa esteira, assinalamos através dos dados do IBGE, que no ano de 2019, o Brasil registrou um rendimento domiciliar per capita de R\$ 1.438,67. Este Órgão Federal de pesquisa considera como renda per capita, a divisão da renda familiar pela quantidade de pessoas no mesmo núcleo familiar, ou seja, aquelas que vivem juntas na mesma residência, sendo somados os salários e outras fontes de renda de todas as pessoas para se obter esse valor final.

Se compararmos esse dado aos valores colhidos nas amostras da presente tese, verificamos um descompasso entre o rendimento médio dos brasileiros e o

rendimento das famílias que participaram dessa pesquisa. Ressaltamos, que os dados divulgados pelo IBGE não consideram os gastos mensais das pessoas, o que denota em termos comparativos que o meio rural abordado, devido às condições de moradia própria e de subsistência alimentar, apresenta um rendimento que melhor atende as necessidades e os gastos mensais das pessoas residentes nesse território.

Tecemos também algumas considerações pertinentes à relação existente entre as famílias pesquisadas e a natureza. Apesar de verificar *in loco*, que a maioria dos agricultores familiares tem uma relação parcimoniosa com o meio ambiente, acumulando conhecimentos virtuosos com o manejo da terra e da água, são conscientes da parcela que recai sobre eles, relativa a responsabilidade das práticas de atividades agrícolas e a degradação ambiental decorrente das mesmas.

Fato curioso constatado pelo pesquisador, e que chamou atenção foi a grande quantidade de famílias relatando que a única finalidade da agricultura é a produção de matérias-primas e alimentos.

Precisamos avaliar essa informação com ponderação, e pensarmos as questões que a agricultura trás no seu bojo, pois é por meio desta atividade que a maioria das pessoas do planeta se alimenta, todos os dias. Todavia, devemos considerar a vocação que o território 'rural' tem de construir, preservar e reproduzir as identidades, as culturas, os tipos de moradia, a relação parcimoniosa com a natureza etc., revelando a multidimensionalidade e multifuncionalidade desse espaço.

Portanto, no meio rural em questão, devemos considerar as potencialidades endógenas existentes no território quando se tem por objetivo o desenvolvimento rural. Assim, destacamos que o rural não deve ser pensado como análogo ao agrícola, também devemos considerar suas concepções multisetoriais que definem a dimensão da pluriatividade, bem como, as funcionalidades ecológica, social e ambiental que esse espaço exerce.

Logo, o rural e o urbano não devem ser vistos completamente isolados, pois entre esses espaços se estabelecem as relações comerciais. Os municípios que delimitam espacialmente a presente pesquisa não são atendidos/envolvidos com políticas (públicas) regionais/locais voltadas ao desenvolvimento rural, visto que observa-se uma transformação corrente na dinâmica rural dos mesmos.

As crises que se interpõem, de forma quase permanente, abrem espaço para novas ideias e fornecem novos parâmetros para pensar a questão do desenvolvimento rural, porque são as crises que acrescentam qualidade a esse processo.

O incentivo ao acesso e/ou a participação em políticas (mesmo que fosse àquelas descritas durante a tese) de desenvolvimento rural que agreguem atores-chave como sindicatos, organizações coletivas, associações empresarias, agentes políticos, cooperativas, instituições financeiras levando em consideração as realidades locais, bem como políticas descentralizadas que possam transmitir recursos, sobretudo para agricultura familiar pode amenizar as pressões socioeconômicas que levam muitas vezes o agricultor a pensar na mudança de ramo de atividade ou até mesmo no abandono do meio rural, em busca de melhores condições de vida na cidade.

Dessa forma, o desenvolvimento rural deve ser pensado conjuntamente, sem um setor específico, o que demanda concluir que no dinamismo do trabalho rural deve ser considerada a inter-relação ou combinação da prática de atividades ligadas à agricultura com as atividades não agrícolas, ou seja, a pluriatividade.

No que concerne a tal fenômeno, ou seja, à pluriatividade, a temática é polêmica e ganhou relevância no bojo acadêmico quando concentrou suas atenções na família, e não na unidade produtiva. As análises então passaram a centrar-se nas atividades e nos rendimentos dos componentes das famílias, dentro ou fora do estabelecimento, denominadas não agrícolas.

Como vimos na abordagem teórico-metodológica e na pesquisa de campo, o comportamento do trabalho dos componentes familiares é a melhor forma de caracterizar a dimensão da pluriatividade existente em determinado território. Com a inclusão de novas atividades, abre-se um leque de novas possibilidades e alternativas às famílias no meio rural, com outras formas de ocupações, mas também como estratégia de reprodução social. Nesse sentido, devemos considerar a família, como unidade mais importante, quando analisamos a pluriatividade.

Ressaltamos que as comunidades rurais provenientes da agricultura familiar pertencentes à área de estudo foram o palco que nos conduziram às conclusões abstraídas na presente tese.

A baixa densidade demográfica da população, o esvaziamento populacional, as incertezas com o futuro, a sucessiva perda de sustentação financeira, advindas apenas das atividades agrícolas, a perceptível dependência de rendas oriundas de pensões e aposentadorias, aparentemente, conduzem os agricultores para um processo gradativo de transformação de sua matriz.

Portanto, ao passo que poderíamos considerar às áreas rurais onde residem as famílias abordadas pela pesquisa como deprimidas social e economicamente, identificamos um potencial de desenvolvimento rural, se consideramos um médio e um longo prazo.

Constatamos que as economias dos municípios quando giram em torno de um setor específico representado fundamentalmente pelo segmento da madeira (retratada no item que abordou a concentração fundiária da microrregião) são reconhecidamente muito vulneráveis. Isto porque, nas economias desse tipo - de base especializada - as relações intersetoriais guardam estreitas dependências e as dificuldades ou crises que venham a afetar essa atividade repercutem na economia como um todo.

Finalmente, observamos que a interação entre os processos de mudança nas famílias relacionados às explorações agrícolas, nas comunidades rurais e aquele das forças mais amplas, que unidos, formam uma determinada configuração histórica da evolução das estruturas socioeconômicas locais podem desembocar em um processo, de combinação de atividades e de rendas agrícolas e não agrícolas, de abandono paulatino da atividade e da exploração agrícola, e em algumas vezes, também da localidade rural. Políticas públicas e os programas de incentivos direcionados ao desenvolvimento rural podem estimular certas atividades econômicas que demandem mão de obra não necessariamente relacionadas ao 'agrícola'.

Assim, as características do entorno social rural desempenham um papel fundamental nas formas de reprodução social e econômica das famílias materializando um tipo de desenvolvimento e de integração particular.

Levando-se em consideração o arcabouço conceitual, a caracterização regional da área de estudo e a pesquisa de campo, foi possível através da observação e do estudo das modificações produtivas em andamento no contexto rural da área de estudo, com ênfase àquelas relacionadas às funções

socioeconômicas das unidades familiares, identificar como o fenômeno da pluriatividade vem gradativamente se constituindo uma estratégia e/ou alternativa às famílias para que permaneçam em seu território de origem (re)existindo em função da Terra. Portanto, a pluriatividade pode ser considerada como uma estratégia de sobrevivência e manutenção das unidades familiares mais carentes no domicílio rural na microrregião de União da Vitória.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**. n.702. IPEA, jan. 2000.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ABRAMOVAY, R.; SACHS, I. '**Nouvelles configurations villes-campagnes**'. Document préparé en vue de la seconde Conférence des nations Unies sur les établissements humains (Habitat II – Istanbul). 1996.
- ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.
- ANDERSON, D.; LEISERSON, M. W. (Rural nonfarm employment in Developing countries. **Economic Delopment and Cultural Change**. v.28, n.2, 1980.
- AZEVEDO DA SILVA, C. **Questionando o Paraná Rural: uma análise do modelo ambiental para a agricultura**. 1995. 207p. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: **base de dados**. Disponível em: <www.undp.org.br>. Acesso em: 16 abr. 2018
- ATLAS Nacional do Brasil**. Milton Santos. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- BARBOSA, L. C. B. G.; BRANDENBURG A. A emergência de um rural ecológico na perspectiva do desenvolvimento socioambiental. **Mundo rural e Ruralidades**. Curitiba: UFPR, p.163-191, 2018.
- BARROS, A. de; MENDES, F. R. Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa. **Análise Social**, n.75, p.57-78, 1983.
- BEREZANSKI, I. **Agricultura Familiar: Ameaças e oportunidades**. Fonte: SEBRAE/SC. 2008.< <http://www.sebrae-sc.com.br/newart/default.asp?materia=16289>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BRUNET, B. **Le développement local: un concept mais aussi une pratique**. (<http://www.globenet.org/horizon-local/perso/ledevlocal.html>). Acesso em: 10 abr. 2021.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. v. 5. Brasília, DF: Embrapa, 2004.
- CARDOSO, C. F. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARMO, J. H. O Paraná: sua ocupação e o desenvolver de suas atividades econômicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: BADEP, n.76, p.33-59, 1981.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, p.95-118, 1998.

CARNEIRO, Maria J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: Costa, L. F. C.; Moreira, R. J.; Bruno, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, v.1, 1999.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 11, out. 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135/131>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CORRÊA, R. L. Algumas considerações sobre análise regional. **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol.50, n.4, p.47-52, 1987.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CUNHA, L. A. G. **Paraná: desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná tradicional**. 2003, 136f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DEL GROSSI, M. E. **Distribuição de renda e pobreza na agropecuária paranaense: 1970-1980**. 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba – São Paulo.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.11, p.26-52, 1998.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995**. 1999. Tese (Doutorado) Universidade de Campinas, Campinas.

DELGADO, F. C. Transformaciones del mundo rural y políticas agrarias. **Revista de Estudios Agro-Sociales**. n.162, Octubre – Diciembre, 1992.

DELGADO, F. C. Planteamientos económicos del desarrollo rural: perspectiva histórica. **Revista de Estudios Agro-Sociales**. n. 169, julio-septiembre, p.11-51, 1994.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. **A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000.

DESA. World Urbanization Prospects 2018. **Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas** – DESA, Brussels, 2018. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/>. Acesso em: 12 ago. 2018.

DESCHAMPS, M. V. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFPR, Curitiba.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e MEC – **Fundação de Assistência ao Estudante**. 2. ed. 1987.

DIEESE. **Notas sobre o salário mínimo e imposto de renda**. S. I., 2006. (Nota técnica, 17).

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Política Públicas**, Brasília: IPEA, n.23, p. 7-70, jun. 2001.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Editora Difel, 1986.

DURSTON, J. **Construyendo capital social comunitario: una experiencia de empoderamiento rural en Guatemala**. Santiago do Chile: CEPAL, 1999.

Economic Development in Canada, Montreal and Kingston: McGill-Queen's University Press for the School of Policy Studies, Queen's University, 2002.

EICHER, C. K., STAATZ, J. M. **Desarrollo Agrícola en el Tercer Mundo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

EVANS, N. J.; ILBERY, B. W. The pluriactivity, part-time farming, and farm diversification debate. **Environment and Planning**. v.25, p.945-959, 1993.

FABRINI, J. Agronegócio e latifúndio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Pegada**, v.1, p.17-32, 2008.

FERNANDES, B. M. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaços e territórios como categorias essenciais. In: MOLINA, M.C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p.27-39, 2006.

FERREIRA, C. M. C. Espaço, regiões e economia regional. In: HADDAD, P.R. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/Etene, p.45-65, 1989.

FERRERA DE LIMA, J. A concepção do espaço econômico polarizado. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande. Vol.4, nº7, p.7-14, set. 2003. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/viewFile/536/577>. Acesso em: 15 dez. 2018.

FERRERA DE LIMA, J. **Méthode d'analyse régionale**: Indicateurs de localisation, de structuration et de changement spatial. Collection notes et rapports de recherche. Saguenay - Québec: GRIR, 2006.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da Agricultura: Contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria Chain, CONCITEC e IPARDES, 1998.

FLEISCHFRESSER, V. **Café: Regiões perdem influência na formação de preços**. São Paulo, 31/10/2000. AGROFOLHA, p.F2, 2000.

FREYRE, G. Sugestões para uma nova política no Brasil: A rurba. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol. XXVII, 65, 1957.

FREYRE, G. **Rurbanização: Que é?** Recife: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

FRIEDMANN, J. R. P. **Introdução ao planejamento regional** - com referência especial à região amazônica. Rio de Janeiro: FGV, 1960. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12013/51_000040805.pdf. Acesso em: 18 mai. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Café: Regiões perdem influência na formação de preços**. São Paulo, 31/10/2000. AGROFOLHA, p.F2, 2000.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**. Nº 6 (4), p.361-373, 1990.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GARCIA Jr.; AFRÂNIO R. **O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

GERMER, C. Anotações sobre os resultados preliminares do Censo Agropecuário 1985. **Análise Conjuntural**. Curitiba: IPARDES. v.9, n. 12, p.1-7, 1987.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, P. C. D. C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.49-76, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte. v.7, n.1, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro. Curitiba: **Seminário Internacional Campo-Cidade**. 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP, IE. Coleção Pesquisas, 1, 1999.

GROSFOGUEL, R. Developmentalism, modernity and dependency theory in Latin America. *In*: MARANÃ, Mabel; DUSSEL, Enrique.; JÁUREGUI, Carlos. (Eds.) **Coloniality at large. Latin America and the postcolonial debate**. Durham: Duke University Press, 2008.

GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e reforma agraria no século XXI**. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2001.

HADDAD, P. R. Medidas de localização e de especialização. *In*: HADDAD, P. R., *ET al.* **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB-ETENE, p.225-247, 1989.

HAESBAERT, R. Morte e Vida da Região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. *In*: SPOSITO, E. (Org.). **Produção do Espaço e Redefinições Regionais**: a construção de uma temática. Presidente Prudente: UNESP, FCT, GASPER, 2005.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, São Paulo, n. 3, p. 02-24, jan/jun 2010. Disponível em: http://www.Geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/2013/1s/flg_385/haesbaert_2.pdf. Acesso em: 25 fev. 2018.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento agrícola: teorias e experiências internacionais**. EMBRAPA: Brasília, 1988.

HAZELL, P.; HAGGBLADE, S. Farm-Nonfarm growth linkages and the welfare of the Poor. In: LIPTON, M.; VAN DER GAAG, J. **Including the Poor**. Washington: The World Bank. p. 190-204, 1993.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. Yale University Press, 1965.

IAPAR. **Enfoque sistêmico em PeD: a experiência metodológica do IAPAR**. Londrina. Circular n. 97. 1997.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. **Documentação do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Censo agropecuário: resultados definitivos**. Rio de Janeiro, v.8, p.1-115, 2019.

IPARDES. **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná**. Curitiba, CODESUL, IPARDES, 1976.

IPARDES. Os impactos sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: Martine, G. e Garcia, R. C., **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

IPARDES. **Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRO-RURAL: avaliação do impacto regional – 2ª fase**. Curitiba, 1992.

IPARDES. **Avaliação da estratégia global do Paraná-Rural: Subprograma de Manejo e Conservação do Solo em Microbacias Hidrográficas**. Curitiba, 1993..

IPARDES. **Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural. Subprograma Vilas Rurais**. Curitiba, 1995.

IPARDES. **Avaliação de impacto socioeconômico da atividade vilas rurais – 1ª etapa**. Curitiba, 2000. 2v. Projeto Paraná 12 Meses. Componente Desenvolvimento da Área Social. Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural. Atividade Vilas Rurais.

IPARDES. **Comunidades rurais pobres: avaliação de impacto socioeconômico – 1ª etapa**. Curitiba, 2002. 245 p. Projeto Paraná 12 Meses. Componente Desenvolvimento da Área Social. Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural. Atividade: Comunidades Rurais Pobres.

IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo**. Curitiba, 2004.

IPARDES. **Desenvolvimento local e estratégias familiares em vilas rurais selecionadas**: resultado da pesquisa de campo: relatório final. Curitiba, 2005.

IPARDES. **Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade comunidades rurais pobres**. Curitiba : IPARDES, 2006.

IPARDES. **Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade vilas rurais**. Curitiba : IPARDES, 2006.

IPARDES. **Avaliação do impacto socioeconômico do Subcomponente de Manejo e Conservação dos Recursos Naturais do Projeto Paraná 12 Meses**. Curitiba, 2006.

IPARDES. **Os vários Paranás**: estudos socioeconômicos-institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional. Curitiba, 2006.

IPARDES. **Avaliação institucional do Projeto Paraná 12 Meses**. Curitiba, IPARDES, 2006.

IPARDES. **Relação dos municípios segundo as Regiões Geográficas do Paraná – 2012**. IparDES: Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

IPARDES. **Os vários Paranás**: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015. Curitiba: IparDES, 2017. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/varios_paranas_relatorio_2017.pdf. Acesso em: 21 mai. 2018.

ISARD, W. **Methods of regional analysis**: an introduction to regional science. 2. ed. Cambridge: The M.I.T. Press, 1962. Disponível em: <https://archive.org/details/methodsofregiona00isar>. Acesso em: 25 jan. 2017.

JAPIASSU, H. **Vocabulário de filosofia**. Curso de Filosofia. Jorge Zahar. Rio de Janeiro: 1991.

JONES, A. S. *'Approach'* Geral em Sociologia Rural: Duas Tendências Clássicas. **Economia Rural**: Viçosa. v.2, n.10, abr./jun. 1999.

KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Seminario La Sociedad Rural Latinoamericana hacia el siglo XXI. PREALC/OIT. Santiago – Chile, 1992.

KLEINKE, M. de L. U; DESCHAMPS, M.; MOURA, R. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.95, p.27-50, jan./abr.1999.

KOLOSZY, K. **Le développement local: réflexion pour une définition théorique Du concept**. <http://www.globenet.org/horizon-local/perso/defloc.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAURENTI, A. C. A evolução recente da economia paranaense com base no agronegócio como um agregado contábil. **Anais do XXXVI Congresso da SOBER**. Poços de Caldas – MG. SOBER: Brasília. v.1, p.465-477, 1998.

LEMOS, M. B. *et al.* A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33(4), p.665-700, out-dez 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/download/35803/38519>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LIBAULT, A. **Os Quatro Níveis da Pesquisa Geográfica**. Métodos em Questão, São Paulo, IGEO/USP, n.1, p.1-14, 1971.

LOPES, A. S. **Desenvolvimento regional**. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LOURENÇO, G. M. A previsão de queda do emprego no campo. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES. v.11-12, n.17, p.1-48, 1995.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MALUF, R. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento. **Estudos: sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n.15, p.53-85, out., 2000.

MAGALHÃES FILHO, F. O novo perfil econômico do Paraná. **Revista Indicadores Econômicos FEE**: Porto Alegre. v. 21, n. 3, p. 95-102, 1993.

MAGALHÃES FILHO, F. O Paraná em revista. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, n. 82, p.5-16, 1994.

MAGALHÃES FILHO, F. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES. n.87, jan./abril. p.131-148, 1996.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINS, C. E. Dependência, neoliberalismo e novos padrões de desenvolvimento na América Latina. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Cap.7 Rio de Janeiro: Bomtempo, 2011.

MASSEY, D. Regionalism: some current issues. **Capital e Class**: Limerick, v. 2, n. 3, p. 106-125, october, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030981687800600105>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MELLO, L. A. **Turismo de base local como alternativa ao desenvolvimento: bases para os municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC**. 2003. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR.

MELLO, L. A. Turismo de base local como alternativa ao desenvolvimento: bases para os municípios de União da Vitória/PR e Porto União/SC. In: FÖETSCH, Alcimara. A. (Org.) **Geografidades e Cotidiano: Contribuições ao Saber Regional**. União da Vitória: Kaygangue Ltda, p.327-384, 2012.

MELLOR, J. W. **The Economics of Agricultural Development**. Ithaca, New York: Cornell University Press. First edition, 1966.

MENDRAS, H. **La fin des paysans** (postface, Vingt ans après). Paris: Babel, 1986.

MUZILLI, O.; SHIKI, S. Organização da pesquisa agropecuária voltada à visão integrada em sistemas de produção. In: Martine, G.; Garcia, R. C., **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

NADALIN, S. O. Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações. Curitiba: SEED, 2001 (Coleção História do Paraná; textos introdutórios). **PROJETO TERRA SOLIDÁRIA**. População e agricultura familiar na região Sul. Florianópolis: CUT- DESER, 2001.

NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade e política pública: o caso do Sul do Brasil. **Revista de Economia Política**, v.27, n.3, p.452-471, jul./set de 2007.

O ESTADO DO PARANÁ. **Elettricidade para todo o Estado do Paraná**. Economia, p. 8. 14 abr. de 2000.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.45, n.2, p.275-300, abr./jun. de 2007.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: SECE, 1981.

PAHL, R. E. The rural-urban continuum. **Sociologia Ruralis**, v.6, n.3.4, p.229-329, 1966.

PALACIOS, J. J. El concepto de región: la dimensión espacial de los procesos sociales. **Revista Interamericana de Planificación**: Ciudad do Mexico. vol.XVII, n.66, p.56-68, México, junio, 1983.

PARANÁ. **Normas Operacionais do Programa Vila Rural**. Curitiba - PR. 1995.

PARANÁ. **Projeto Paraná 12 Meses: Síntese**. Curitiba: SEPL. 1997.

PARANÁ. Governo do Estado. **Projeto Paraná 12 Meses: manual operativo**. Curitiba, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Estudo sobre a regionalização administrativa do Estado do Paraná**. Curitiba: SEPL, 1997.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Projeto Paraná 12 Meses: informações ao público**: relatórios/demonstrativos, Curitiba, 2006

PARIGOT DE SOUZA, P. V. A energia elétrica e o desenvolvimento do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, n.87, jan./ abr., p.65-87, 1996.

PAULINO, E. T. O descumprimento da função social da terra e a invisibilização do latifúndio como estratégia de classe: o Caso de Mato Grosso. In: ALMEIDA, Rosemeire A. de. SILVA, Tania P. da. (org). **Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual-combinado e contraditório em Mato Grosso**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.

PERROUX, F. Economic Space: Theory and Applications. **The Quarterly Journal of Economics**: Oxford, v.6, n.01, p.89-104, 1950. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1881960>. Acesso em: 15 mar. 2018.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. *In*: SCHWARTZMAN J. (org). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, p.145-156, 1977.

PIACENTI, C. A. O desenvolvimento endógeno das regiões. *In*: Piacenti, C.A.; Ferrera de Lima, J.; Eberhardt, P.H.C.; (orgs). **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, p.122-141, 2016.

PIFFER, M. A dinâmica da base econômica regional. *In*: Piacenti, C.A.; Ferrera de Lima, J.; Eberhardt, P.H.C.; (orgs). **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, p.108-120, 2016.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JUNIOR., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 43.ed. 1998.

PREBISCH, R. **The economic development of latin america and its principal problems**, *United Nation* , 1950.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2000**. Recuperado de <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2000.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

RAGGIO, N. Z. **Norte Novo do Paraná: transformações no campo e a questão do acesso à terra**. Dissertação (Mestrado), Campinas: UNICAMP, 1985.

RAGGIO, N. Z. Programas especiais para o campo paranaense. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.9, n.5, p.2-6, 1987.

RANGEL, I. **A Questão Agrária Brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

RAY, C. Towards a Theory of the dialectic of Local Rural Development within the European Union. **Sociologia Ruralis**. v 37, n. 3, p. 345-362, 1997.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ROLIM, C. F. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES. n.86, set./dez., p.49-99, 1995.

ROJAS, M. A. M. **Teorías y conceptos de economía regional**: y estudios de caso. Puerto Vallarta, Universidad de Guadalajara, 2007.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. *In*: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org) **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, p.187-204, 2010.

SACHS, W. Meio Ambiente *In*: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Vozes, 2000.

SANTOS, M. do S. dos. A produção social do espaço: do campo à cidade, da cidade ao campo. In: Revista de Humanidades. v.1 - n.1 - ago./set. de 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/35/26>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço habitado**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.30, n.3, p.511-531, jul./set. 2010.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1964.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: Um estudo de desenvolvimento econômico**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1973.

SHUCKSMITH, M.; CHAPMAN, P. Rural Development and social exclusion. **Sociologia Ruralis**. v.38, n.2, p.225-242, 1998.

SINGER, H. The distribution of gains between investing and borrowing countries, **American Economic Review**, p.473–485, 1950.

SILVA, C. da. **Apontamentos Históricos de União da Vitória**. 1768 – 1933. Curitiba: Sesquicentenário, 2006.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná. E. et. al. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. J. L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec. p.17-22, 1997.

STRAHM, R.H. **Subdesenvolvimento: por que somos tão pobres?** Petrópolis, RJ: Vozes. 2 ed., 1992.

TEIXEIRA, V. A evolução das ocupações não agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos 80 e 90. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José G. da (Ed.). **O novo mundo rural**. São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, v.3, 2000.

URBAN, M. L. Os novos rumos da agroindústria. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.2, n.12. p.1-3, 1990.

VEIGA, J. E. da. Perspectivas nacionais do desenvolvimento rural. In: SHIKI, Shigeo.; SILVA, José G.; ORTEGA, Antonio. C. **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: UFU/CNPq/FAPEMIG, p.101-118, 1997.

VEIGA, José E. da. A face territorial do desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, v.3, n.5, p.5-19, set. 2002.

VEIGA, José E. da. **Desenvolvimento Agrícola. Uma Visão Histórica**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina. 7.ed. 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural**. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. **O agricultor familiar no Brasil: Um ator social da construção do futuro**. Rio de Janeiro: Editora AS-PTA, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. UFRGS Editora, 2009.

WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el Istmo Centro-americano. **Revista de la Cepal**, 62, p.75-90, 1997.

WILKINSON, J. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo Salvador: HUCITEC e CEPA-BA, 1986.

WILLERS, E. M. Estratégia de desenvolvimento econômico: do regional ao local. In: Piacenti, C.A.; Ferrera de Lima, J.; Eberhardt, P.H.C.; (orgs). **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, p.142-165, 2016.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (1) APLICADO AOS
AGRICULTORES FAMILIARES**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

Pesquisa de Campo de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutor em Geografia de LUIS ANTONIO MELLO.
Profº Orient. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

Esclarecimento: A presente entrevista é parte integrante da Tese de Doutorado do doutorando Luís Antonio Mello e as informações obtidas por meio desta entrevista somente poderão ser utilizadas para este propósito.

TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO RURAL E PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA.

Nome completo do entrevistado:.....

- 1) **Qual é sua origem?**
() filho de agricultor. () não é filho de agricultor.
- 2) **Qual é o Estado civil?**
() casado. () solteiro. () viúvo. () separado. () outros.
- 3) **De que forma é organizado o planejamento/gestão da renda da família?**
() não possui critério definido.
() depende da atividade que cada um exerce.
() é definido pelos filhos.
() a decisão é em conjunto.
() decisão do chefe do estabelecimento.
- 4) **Algum membro da família possui atividade remunerada?**
() sim, dentro do estabelecimento rural.
() sim, fora do estabelecimento rural.
() sim, na propriedade e fora da propriedade.
() não.
- 5) **Os filhos (se tem, e em idade ativa), estão envolvidos nas atividades do estabelecimento?**
() sim. () não.
- 6) **Aproximadamente, a renda familiar é de: (Salário Mínimo Nacional referência em 2019: R\$ 998,00).**
() Até meio salário mínimo.
() Até 1 salário mínimo.
() Até 2 salários mínimos.
() Até 3 salários mínimos.
() Mais de 3 salários mínimos.
- 7) **Qual o percentual desta renda tem origem na agricultura?**
() 100%
() até 75%
() até 50%
() menos de 50%

8) Se for proprietário do estabelecimento agrícola, como foi adquirido?

- ☐) posseiro.
- ☐) parceria/arredamento.
- ☐) terra de assentamento.
- ☐) herança familiar.
- ☐) terras da família.
- ☐) crédito fundiário.
- ☐) comprador com recurso próprio.

9) Com relação ao tamanho do estrato de área desde a aquisição. O mesmo:

- ☐) aumentou. ☐) manteve. ☐) diminuiu.

10) Existe um sucessor para continuar com o estabelecimento?

- ☐) sim. ☐) não. ☐) não definido.

11) Quanto ao uso da terra, entre as opções abaixo, se enquadra em alguma delas?

- ☐) tem parceria com terceiros.
- ☐) arrenda terra para terceiros.
- ☐) arrenda terra de terceiros.
- ☐) nenhuma das opções acima.

12) De que forma são realizadas as vendas da produção?

- ☐) comércio local.
- ☐) na própria propriedade.
- ☐) para atravessador.
- ☐) feira.
- ☐) venda para indústria.
- ☐) PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).
- ☐) PNAE (Programa de Alimentação Escolar).
- ☐) para Cooperativa. Qual?.....

13) Algum componente familiar faz parte de organizações (socioeconômicas) coletivas?

- ☐) Organizações comunitárias
- ☐) Sindicato.
- ☐) Cooperativa de crédito.
- ☐) Cooperativa de produtores.
- ☐) Associação.
- ☐) Conselhos municipais.
- ☐) Agente político.
- ☐) Outros. Qual?.....

14) Possui alguma certificação em seus produtos?

- ☐) sim. Qual?.....
- ☐) não.

15) Não levando em consideração os produtos comercializados, os produtos consumidos pela família e que são produzidos na propriedade perfazem?

- ☐) menos de 20%.
- ☐) entre 20 e 50%.
- ☐) entre 50% e 70%.
- ☐) mais de 70%.

16) Já foi contemplado por alguma política pública?

- ☐) sim.
- ☐) não.

17) Qual dessas políticas públicas foi acessada?

- ☐ Pronaf.
- ☐ Programa de aquisição de alimentos (PAA).
- ☐ Programa de alimentação escolas (PNAE).
- ☐ Seguro agrícola.
- ☐ Crédito fundiário.
- ☐ Política territorial.
- ☐ Bolsa família.

18) Se obteve crédito rural nos últimos cinco anos, qual foi a finalidade?

- ☐ investimento na infraestrutura.
- ☐ comercialização.
- ☐ custeio.
- ☐ outros. Qual?.....

19) A família conversa com outras pessoas sobre o que faz no seu estabelecimento?

- ☐ conversa sobre assuntos de legislação ambiental.
- ☐ conversa sobre o futuro das atividades agrícolas e aspectos técnicos e econômicos da atividade.
- ☐ conversa sobre a comunidade rural.
- ☐ não tem hábito de conversar com outras pessoas sobre esse assunto.

20) Na localidade onde a família está localizada, como é o relacionamento entre os agricultores?

- ☐ bom.
- ☐ regular.
- ☐ ruim.

21) Para a família, qual é a função da agropecuária:

- ☐ produção de animais e vegetais apenas.
- ☐ produção e integração como outras funções (sociais, ambientais, etc.)

22) Em se tratando da questão ambiental, como a família considera sua parcela de responsabilidade:

- ☐ não responsável por problemas ambientais.
- ☐ indiretamente responsável por problemas ambientais.
- ☐ diretamente ligado aos problemas ambientais.

23) O estabelecimento/propriedade rural tem algum registro ou projeto de averbação de Reserva Legal (RL) ou Área Proteção Permanente (APP).

- ☐ não.
- ☐ sim.
- ☐ em andamento.

24) Nos últimos anos, qual é a opinião em relação à vida no meio rural.

- ☐ melhorou.
- ☐ manteve a mesma.
- ☐ piorou.

25) Quanto a satisfação no meio rural, existe o desejo de se manter neste local?

- ☐ sim.
- ☐ não.

26) Na sua opinião como são defendidos os interesses dos agricultores na sociedade?

- ☐ mal defendidos.
- ☐ bem defendidos.

27) Na sua localidade, os agricultores foram convidados para debaterem os problemas locais por autoridades políticas no período de eleições?

- ☐ sim.
- ☐ não.

28) Quanto a algum tipo de mudança no estabelecimento agrícola ou no desejo de mudar de atividades, pretende-se: *Pode assinalar mais de uma opção nas respostas:

- ☐ aumento da área a ser explorada. (agricultura e rebanho)
- ☐ diversificar produção.
- ☐ produtos orgânicos.
- ☐ combinar atividades agrícolas e não-agrícolas para exploração econômica da propriedade
- ☐ entrar em uma associação.
- ☐ diminuir a área produzida.
- ☐ se modernizar.
- ☐ vender a propriedade.
- ☐ priorizar a diversificação com atividades não-agrícolas

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!!

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO (2) APLICADO AOS
AGRICULTORES FAMILIARES**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

Pesquisa de Campo de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutor em Geografia de LUIS ANTONIO MELLO.
Profº Orient. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

Esclarecimento: A presente entrevista é parte integrante da Tese de Doutorado do doutorando Luís Antonio Mello e as informações obtidas por meio desta entrevista somente poderão ser utilizadas para este propósito.

TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO RURAL E PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA.

Obs.: Para responder o questionário os entrevistados devem considerar onde aparece termo famílias ou pessoas **PLURIATIVA(S)** como sendo aquelas que exercem atividades que combinam “atividades agrícolas e atividades não-agrícolas”

1) Segundo o tipo de ocupação como está distribuída a família? Assinale com um X uma opção abaixo:

<i>Tipos de Famílias</i>	<i>Opções</i>
Empregadoras com até 2 empregados	
Atividades Agrícolas	()
Pluriativas	()
Atividades Não-agrícolas	()
Conta-Própria	
Agrícolas	()
Pluriativas	()
Não-agrícolas	()
Não-ocupadas	
Aposentadas	()

2) Qual a quantidade de membros da família por ocupação? Escreva a quantidade de membros pertencentes aos grupos de ocupações abaixo:

<i>Tipos de Famílias</i>	<i>Ativas</i>	<i>Não-ativas (Aposentadas e menores de 10 anos)</i>
Empregadoras com até 2 empregados		
Atividades Agrícolas	()	()
Pluriativas	()	()
Atividades Não-agrícolas	()	()
Conta-Própria		
Agrícolas	()	()
Pluriativas	()	()
Não-agrícolas	()	()
Não-Ocupadas		
Aposentadas	()	()

3) Quanto ao ramo de atividades como estão distribuídas as pessoas ativas (quantidade de membros) da família? (coloque a quantidade nos parêntesis)

<i>Tipos de Famílias</i>	<i>Ramos de Atividade</i>			
	1	2	3	4
Empregadoras com até 2 empregados				
Atividades Agrícolas	()	()	()	()
Pluriativas	()	()	()	()
Atividades Não-agrícolas	()	()	()	()
Conta-Própria				
Agrícolas	()	()	()	()
Pluriativas	()	()	()	()
Não-agrícolas	()	()	()	()

Legenda:

1= Agrícola

2 = Industrial (Ind. transformação +Outras Ativ. Industriais)

3 = Serviços (Comércio+ prestação de serviços+ Adm. pública+Transp./Comunicação+Serv. Aux. Ativ. econômicas)

4 = Outras atividades. Qual?.....

4) **Qual a tamanho (ha) do estrato de área de sua família?**

<i>Tipos de Famílias</i>	<i>Estrato de área</i>		
	1	2	3
Empregadoras com até 2 empregados			
Atividades Agrícolas	()	()	()
Pluriativas	()	()	()
Atividades Não-agrícolas	()	()	()
Conta-Própria			
Agrícolas	()	()	()
Pluriativas	()	()	()
Não-agrícolas	()	()	()
Não-Ocupadas			
Aposentadas	()	()	()

Legenda:

1= até 10ha;

2= De 10 a 20ha;

3= + de 20ha.

5) **Qual a principal atividade do seu estabelecimento?**

<i>Tipos de Famílias</i>	<i>Ramos de Atividade</i>				
	1	2	3	4	5
Empregadoras com até 2 empregados					
Atividades Agrícolas	()	()	()	()	()
Pluriativas	()	()	()	()	()
Atividades Não-agrícolas	()	()	()	()	()
Conta-Própria					
Agrícolas	()	()	()	()	()
Pluriativas	()	()	()	()	()
Não-agrícolas	()	()	()	()	()
Não-Ocupadas					
Aposentadas	()	()	()	()	()

Legenda:

1 =Bovinocultura de leite;

2 =Bovinocultura de leite + Agricultura +Piscicultura;

3 = Horticultura + Cereais;

4 =Bovinocultura de Corte+ Suinocultura +Agricultura+ Piscicultura;

5 =Não declarado.

6) De acordo com a aposentadoria, como estão distribuídas as famílias por ocupações?

<i>Tipos de Famílias</i>	<i>Estrato de área</i>	
	<i>1</i> Com aposent.	<i>2</i> Sem aposent.
Empregadoras com até 2 empregados		
Atividades Agrícolas	()	()
Pluriativas	()	()
Atividades Não-agrícolas	()	()
Conta-Própria		
Agrícolas	()	()
Pluriativas	()	()
Não-agrícolas	()	()

7) O estabelecimento possui energia elétrica e telefone (fixo ou celular)?

<i>Tipos de Famílias</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Empregadoras com até 2 empregados		
Atividades Agrícolas	()	()
Pluriativas	()	()
Atividades Não-agrícolas	()	()
Conta-Própria		
Agrícolas	()	()
Pluriativas	()	()
Não-agrícolas	()	()
Não-Ocupadas		
Aposentadas	()	()

8) Qual a fonte de água da propriedade?

<i>Tipos de Famílias</i>	<i>Poço</i>	<i>Fonte</i>	<i>Encanada</i>
Empregadoras com até 2 empregados			
Atividades Agrícolas	()	()	()
Pluriativas	()	()	()
Atividades Não-agrícolas	()	()	()
Conta-Própria			
Agrícolas	()	()	()
Pluriativas	()	()	()
Não-agrícolas	()	()	()
Não-Ocupadas			
Aposentadas	()	()	()

9) Qual o tipo de construção da residência da família?

<i>Tipos de Famílias</i>	<i>Madeira</i>	<i>Alvenaria</i>	<i>Mista</i>
Empregadoras com até 2 empregados			
Atividades Agrícolas	()	()	()
Pluriativas	()	()	()
Atividades Não-agrícolas	()	()	()
Conta-Própria			
Agrícolas	()	()	()
Pluriativas	()	()	()
Não-agrícolas	()	()	()
Não-Ocupadas			
Aposentadas	()	()	()

10) Qual a renda familiar (mensal) e quantas pessoas residem na casa?

Renda Mensal:

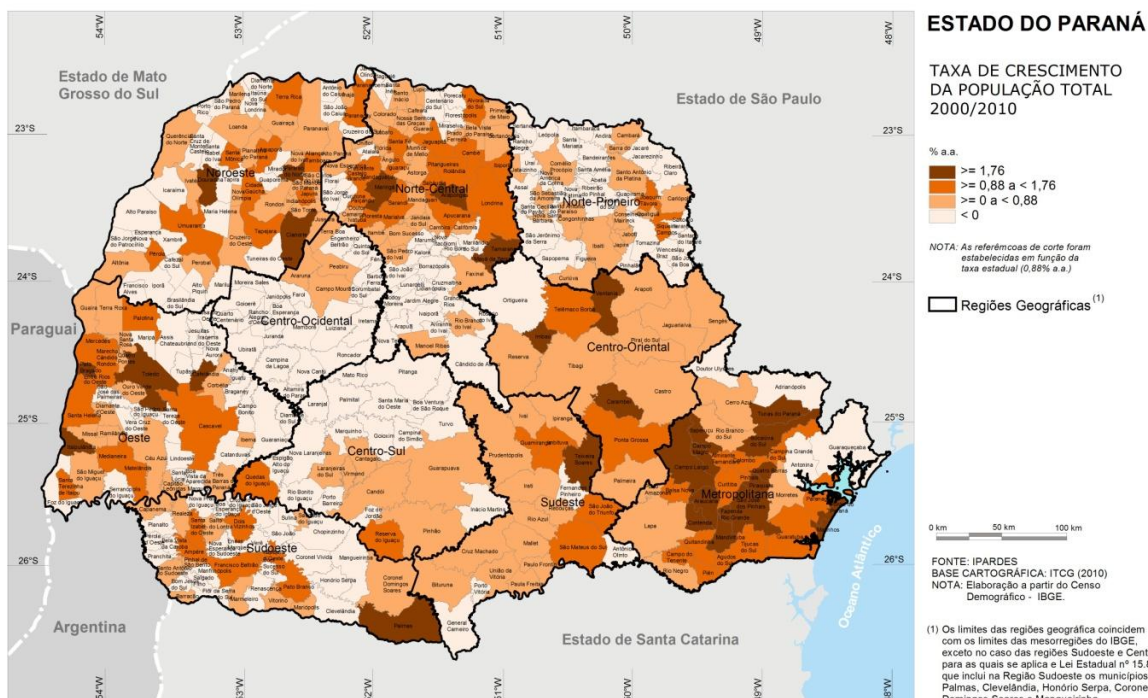
R\$:

Pessoas que moram na casa:

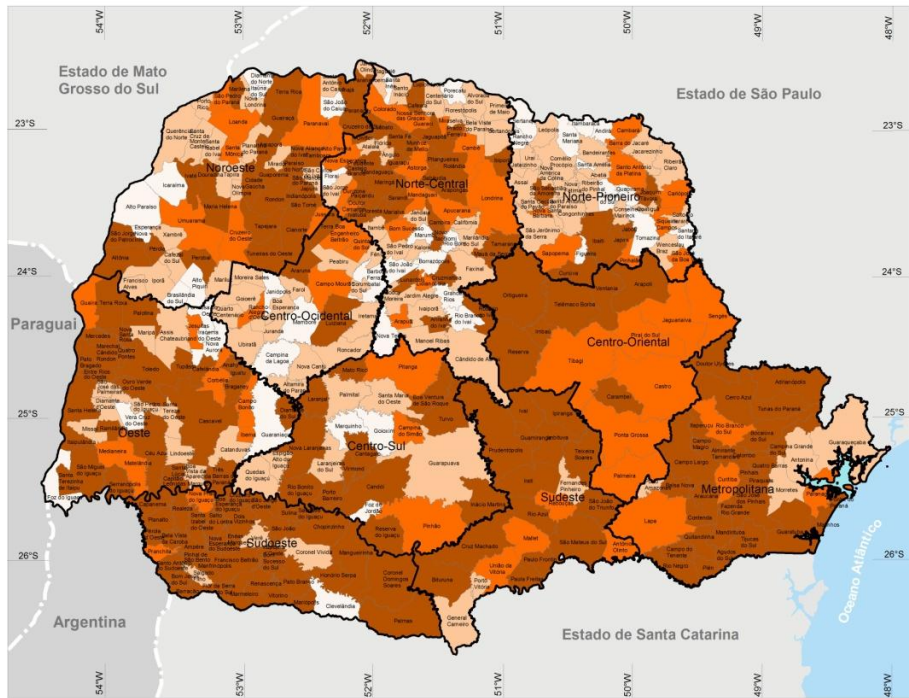
Quantidade:

ANEXOS

**ANEXO A – TAXA DE CRESCIMENTO DO POPULAÇÃO TOTAL DO
PARANÁ - 2000/2010**

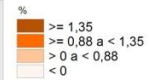


**ANEXO B – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA
DO PARANÁ - 2000/2010**



ESTADO DO PARANÁ

TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA 2000/2010



NOTA: As referências de corte foram estabelecidas em função da taxa estadual (0,88% a.a. pop. total e 1,35% a.a. pop. urbana)

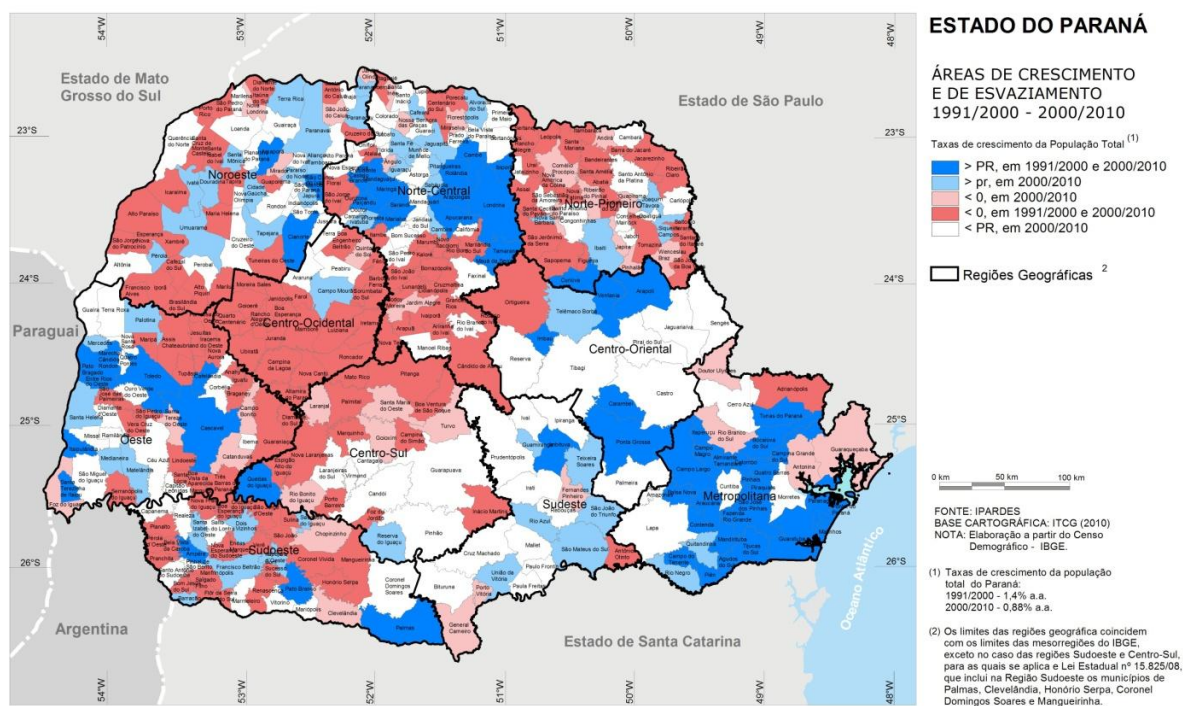
Regiões Geográficas ⁽¹⁾

0 km 50 km 100 km

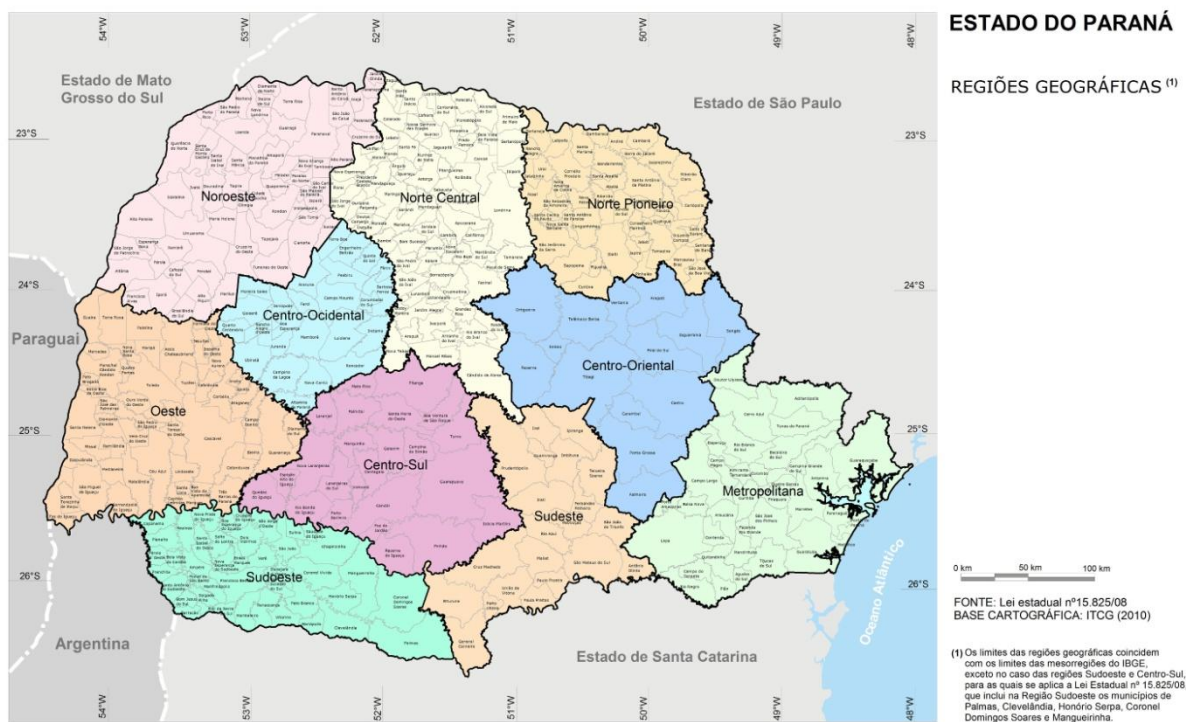
FONTE: IPARDES
BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010)
NOTA: Elaboração a partir do Censo Demográfico - IBGE.

(1) Os limites das regiões geográficas coincidem com os limites das mesorregiões do IBGE, exceto no caso das regiões Sudoeste e Centro-Sul, para as quais se aplica a Lei Estadual nº 15.625/08, que inclui na Região Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha.

**ANEXO C – ÁREAS DE CRESCIMENTO E ESVAZIAMENTO
POPULACIONAL DO PARANÁ 1991/2000 – 2000/2010**



**ANEXO D – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO
PARANÁ**



**ANEXO E – VALOR ADICIONADO, PARTICIPAÇÃO SETORIAL
INTERNA, MUNICÍPIOS PARANAENSES – MÉDIA ENTRE 2010 A
2016 – DEFLACIONADO PARA O ANO DE 2016 – MICRORREGIÃO
DE UNIÃO DA VITÓRIA DESTACADA**

Valor Adicionado, Participação Setorial Interna, Municípios Paranaense – Média entre 2010 a 2016 – deflacionado para o ano de 2016

(continua)

Município	Média deflacionada do Valor Adicionado por setor				Participação no Valor Adicionado por setor			
	Administração Pública	Agro	Comércio E Serviços	Indústria	Administração Pública	Agro	Comércio e Serviços	Indústria
Abatiá	34.103	73.341	42.999	8.840	21,41%	46,04%	27,00%	5,55%
Adrianópolis	30.010	29.900	40.707	107.937	14,39%	14,34%	19,52%	51,75%
Agudos do Sul	36.392	59.237	53.726	8.979	22,98%	37,41%	33,93%	5,67%
Almirante Tamandaré	385.217	31.875	523.548	343.640	29,99%	2,48%	40,77%	26,76%
Altamira do Paraná	17.228	31.424	17.309	2.202	25,27%	46,10%	25,39%	3,23%
Alto Paraíso	21.291	38.949	15.889	3.870	26,61%	48,69%	19,86%	4,84%
Alto Paraná	57.630	80.269	81.286	36.343	22,55%	31,41%	31,81%	14,22%
Alto Piquiri	45.079	80.719	96.020	14.582	19,07%	34,15%	40,62%	6,17%
Altônia	87.782	66.797	140.549	18.141	28,02%	21,32%	44,87%	5,79%
Alvorada do Sul	50.440	72.662	94.511	11.846	21,98%	31,67%	41,19%	5,16%
Amaporã	26.026	34.138	30.360	4.667	27,34%	35,86%	31,89%	4,90%
Ampére	74.792	78.581	188.209	127.265	15,95%	16,76%	40,14%	27,14%
Anahy	15.181	39.279	24.871	2.973	18,45%	47,72%	30,22%	3,61%
Andirá	89.729	64.695	302.032	157.787	14,61%	10,53%	49,17%	25,69%
Ângulo	17.699	35.042	27.464	4.158	20,98%	41,54%	32,55%	4,93%
Antonina	81.199	12.968	175.388	221.099	16,55%	2,64%	35,75%	45,06%
Antônio Olinto	32.535	90.186	26.722	10.751	20,31%	56,30%	16,68%	6,71%
Apucarana	516.489	111.920	1.426.996	616.639	19,33%	4,19%	53,40%	23,08%
Arapongas	469.966	188.460	1.600.358	1.321.168	13,13%	5,26%	44,70%	36,90%
Arapoti	117.831	212.766	332.910	219.768	13,34%	24,09%	37,69%	24,88%
Arapuã	17.571	46.623	24.380	3.725	19,04%	50,51%	26,41%	4,04%
Araruna	58.186	109.044	121.669	107.631	14,67%	27,50%	30,68%	27,14%
Araucária	800.602	142.543	4.827.455	8.948.487	5,44%	0,97%	32,80%	60,80%
Ariranha do Ivaí	13.384	47.194	13.154	3.260	17,38%	61,30%	17,08%	4,23%
Assaí	68.310	81.999	165.852	51.754	18,57%	22,29%	45,08%	14,07%
Assis Chateaubriand	141.895	331.747	521.401	70.821	13,31%	31,12%	48,92%	6,64%
Astorga	107.995	99.010	285.250	83.285	18,76%	17,20%	49,56%	14,47%
Atalaia	20.799	36.884	38.678	7.045	20,11%	35,67%	37,40%	6,81%
Balsa Nova	58.285	43.641	172.116	252.643	11,07%	8,29%	32,68%	47,97%
Bandeirantes	127.460	116.678	323.272	73.411	19,89%	18,21%	50,45%	11,46%
Barbosa Ferraz	50.724	57.143	73.244	9.364	26,63%	30,00%	38,45%	4,92%
Barra do Jacaré	15.423	41.565	15.430	9.607	18,80%	50,67%	18,81%	11,71%
Barracão	42.117	32.842	130.732	16.339	18,97%	14,79%	58,88%	7,36%
Bela Vista da Caroba	18.194	53.201	18.030	3.456	19,59%	57,28%	19,41%	3,72%
Bela Vista do Paraíso	62.418	54.267	257.747	21.555	15,76%	13,70%	65,09%	5,44%
Bituruna	71.606	64.814	83.285	50.600	26,49%	23,98%	30,81%	18,72%
Boa Esperança	24.290	90.061	75.368	8.712	12,24%	45,39%	37,98%	4,39%
Boa Esperança do Iguaçu	16.371	34.336	24.108	4.112	20,74%	43,50%	30,54%	5,21%
Boa Ventura de São Roque	31.597	75.983	53.534	23.462	17,12%	41,17%	29,00%	12,71%
Boa Vista da Aparecida	37.139	42.187	38.280	9.673	29,18%	33,15%	30,08%	7,60%
Bocaiúva do Sul	50.468	29.433	65.466	29.695	28,83%	16,81%	37,40%	16,96%
Bom Jesus do Sul	18.055	34.027	14.541	3.341	25,81%	48,64%	20,78%	4,78%
Bom Sucesso	30.848	43.370	25.950	7.744	28,59%	40,19%	24,05%	7,18%
Bom Sucesso do Sul	19.743	114.630	65.481	10.298	9,39%	54,55%	31,16%	4,90%
Borrazópolis	33.120	42.885	77.313	6.915	20,67%	26,76%	48,25%	4,32%
Braganey	26.430	87.052	50.651	6.838	15,46%	50,92%	29,63%	4,00%
Brasilândia do Sul	17.805	74.480	67.958	6.000	10,71%	44,80%	40,88%	3,61%
Cafeara	15.187	27.620	13.461	4.199	25,12%	45,68%	22,26%	6,94%
Cafelândia	78.293	139.160	692.562	462.234	5,71%	10,14%	50,47%	33,68%
Cafezal do Sul	19.793	29.425	23.412	3.280	26,07%	38,76%	30,84%	4,32%

(continuação)

Município	Média deflacionada do Valor Adicionado por setor				Participação no Valor Adicionado por setor			
	Administração Pública	Agro	Comércio E Serviços	Indústria	Administração Pública	Agro	Comércio e Serviços	Indústria
Califórnia	36.161	32.344	45.804	11.882	28,66%	25,63%	36,30%	9,42%
Cambará	101.858	89.886	249.739	154.194	17,10%	15,09%	41,93%	25,89%
Cambé	446.835	156.760	1.772.356	700.581	14,52%	5,10%	57,61%	22,77%
Cambira	32.925	33.586	55.397	41.405	20,16%	20,57%	33,92%	25,35%
Campina da Lagoa	62.493	153.809	168.239	28.558	15,13%	37,23%	40,73%	6,91%
Campina do Simão	18.740	37.872	14.729	8.889	23,36%	47,20%	18,36%	11,08%
Campina Grande do Sul	169.964	20.824	639.810	177.318	16,86%	2,07%	63,48%	17,59%
Campo Bonito	21.604	99.617	29.589	5.707	13,80%	63,65%	18,90%	3,65%
Campo do Tenente	33.584	48.344	46.175	20.727	22,57%	32,48%	31,03%	13,93%
Campo Largo	488.817	82.709	1.625.500	1.137.422	14,66%	2,48%	48,75%	34,11%
Campo Magro	114.357	41.249	130.317	44.572	34,60%	12,48%	39,43%	13,49%
Campo Mourão	406.396	175.761	1.764.574	661.061	13,51%	5,84%	58,67%	21,98%
Cândido de Abreu	64.442	113.308	85.043	21.279	22,69%	39,89%	29,94%	7,49%
Candói	73.894	201.198	143.687	38.939	16,14%	43,96%	31,39%	8,51%
Cantagalo	54.777	79.764	71.452	11.769	25,15%	36,63%	32,81%	5,40%
Capanema	79.884	109.107	226.639	190.876	13,17%	17,99%	37,37%	31,47%
Capitão Leônidas Marques	68.698	68.249	133.082	1.194.311	4,69%	4,66%	9,09%	81,56%
Carambeí	104.973	258.217	461.279	348.299	8,95%	22,02%	39,33%	29,70%
Carlópolis	59.822	84.453	100.162	18.381	22,76%	32,13%	38,11%	6,99%
Cascavel	1.273.098	586.679	6.046.289	1.597.645	13,40%	6,17%	63,62%	16,81%
Castro	310.763	548.318	940.617	462.143	13,74%	24,24%	41,59%	20,43%
Catanduvas	44.482	127.588	74.203	13.220	17,14%	49,17%	28,60%	5,09%
Centenário do Sul	45.001	67.113	72.261	12.510	22,86%	34,09%	36,70%	6,35%
Cerro Azul	70.533	102.143	58.811	20.935	27,94%	40,47%	23,30%	8,29%
Céu Azul	56.285	169.135	175.473	129.818	10,61%	31,87%	33,06%	24,46%
Chopinzinho	96.327	146.790	241.095	77.252	17,16%	26,14%	42,94%	13,76%
Cianorte	337.372	172.251	1.096.469	646.227	14,98%	7,65%	48,68%	28,69%
Cidade Gaúcha	52.191	38.236	121.677	88.700	17,35%	12,71%	40,45%	29,49%
Clevelândia	71.337	122.229	175.619	64.721	16,44%	28,17%	40,47%	14,92%
Colombo	885.569	97.161	2.237.563	910.222	21,44%	2,35%	54,17%	22,04%
Colorado	99.948	69.045	248.915	122.424	18,50%	12,78%	46,07%	22,66%
Congoninhas	38.854	62.513	50.505	14.768	23,32%	37,51%	30,31%	8,86%
Conselheiro Mairinck	19.884	45.432	25.993	6.365	20,36%	46,51%	26,61%	6,52%
Contenda	74.454	54.537	143.382	41.026	23,76%	17,40%	45,75%	13,09%
Corbélia	76.469	166.570	274.678	46.732	13,55%	29,51%	48,66%	8,28%
Cornélio Procopio	202.588	110.481	732.950	232.627	15,84%	8,64%	57,32%	18,19%
Coronel Domingos Soares	35.855	66.811	30.372	28.203	22,24%	41,44%	18,84%	17,49%
Coronel Vivida	92.987	140.094	251.608	86.672	16,27%	24,52%	44,04%	15,17%
Corumbataí do Sul	19.246	20.169	16.544	3.003	32,64%	34,21%	28,06%	5,09%
Cruz Machado	83.024	125.037	71.042	14.306	28,30%	42,62%	24,21%	4,88%
Cruzeiro do Iguaçu	23.052	42.181	26.874	11.150	22,32%	40,85%	26,03%	10,80%
Cruzeiro do Oeste	90.918	109.788	270.367	140.880	14,86%	17,94%	44,18%	23,02%
Cruzeiro do Sul	21.284	120.367	27.195	5.611	12,20%	69,00%	15,59%	3,22%
Cruzmaltina	16.644	31.057	36.969	2.822	19,02%	35,50%	42,25%	3,23%
Curitiba	8.813.208	11.207	46.249.177	12.802.825	12,98%	0,02%	68,14%	18,86%
Curiúva	57.546	77.014	69.299	11.470	26,72%	35,77%	32,18%	5,33%
Diamante do Norte	27.088	17.117	31.968	233.124	8,76%	5,53%	10,34%	75,37%
Diamante do Sul	17.650	22.638	7.831	2.305	35,00%	44,90%	15,53%	4,57%
Diamante D'Oeste	25.728	45.679	22.307	4.531	26,19%	46,49%	22,71%	4,61%
Dois Vizinhos	161.493	183.808	639.323	358.968	12,02%	13,68%	47,58%	26,72%
Douradina	37.951	34.816	133.943	67.146	13,86%	12,71%	48,91%	24,52%
Doutor Camargo	27.369	34.921	64.260	12.971	19,62%	25,03%	46,06%	9,30%
Doutor Ulysses	25.090	25.226	12.498	2.217	38,58%	38,79%	19,22%	3,41%
Enéas Marques	28.814	75.265	40.388	53.660	14,54%	37,99%	20,38%	27,08%
Engenheiro Beltrão	62.884	103.993	173.014	26.344	17,17%	28,40%	47,24%	7,19%
Entre Rios do Oeste	25.731	48.965	92.435	34.189	12,78%	24,32%	45,91%	16,98%
Esperança Nova	11.818	21.377	7.836	1.893	27,53%	49,80%	18,26%	4,41%
Espigão Alto do Iguaçu	22.860	58.786	21.783	9.065	20,32%	52,26%	19,36%	8,06%
Farol	19.241	72.634	41.270	5.792	13,85%	52,28%	29,70%	4,17%

(continuação)

Município	Média deflacionada do Valor Adicionado por setor				Participação no Valor Adicionado por setor			
	Administração Pública	Agro	Comércio E Serviços	Indústria	Administração Pública	Agro	Comércio e Serviços	Indústria
Faxinal	71.353	95.343	173.125	43.389	18,62%	24,88%	45,18%	11,32%
Fazenda Rio Grande	392.555	21.440	790.557	475.592	23,36%	1,28%	47,05%	28,31%
Fênix	24.863	51.327	47.740	5.820	19,16%	39,56%	36,79%	4,49%
Fernandes Pinheiro	29.508	66.126	34.663	12.936	20,60%	46,17%	24,20%	9,03%
Figueira	34.897	24.804	38.771	38.227	25,53%	18,14%	28,36%	27,96%
Flor da Serra do Sul	23.183	51.195	33.358	5.636	20,45%	45,16%	29,42%	4,97%
Floraí	23.530	61.157	49.197	14.831	15,82%	41,12%	33,08%	9,97%
Floresta	31.584	47.868	73.846	13.370	18,95%	28,72%	44,31%	8,02%
Florestópolis	46.730	41.497	74.332	48.866	22,10%	19,63%	35,16%	23,11%
Flórida	15.680	14.052	18.563	5.456	29,17%	26,14%	34,54%	10,15%
Formosa do Oeste	33.635	110.622	100.720	11.174	13,13%	43,19%	39,32%	4,36%
Foz do Iguaçu	1.156.431	70.319	4.338.743	7.120.250	9,12%	0,55%	34,20%	56,13%
Foz do Jordão	25.630	39.959	23.911	11.004	25,50%	39,76%	23,79%	10,95%
Francisco Alves	28.144	82.910	54.758	6.879	16,30%	48,01%	31,71%	3,98%
Francisco Beltrão	369.689	173.415	1.432.941	575.565	14,49%	6,80%	56,16%	22,56%
General Carneiro	58.239	117.720	83.481	23.270	20,60%	41,64%	29,53%	8,23%
Godoy Moreira	15.981	15.173	9.406	1.692	37,82%	35,91%	22,26%	4,00%
Goioerê	116.616	126.861	374.918	83.064	16,62%	18,09%	53,45%	11,84%
Goioxim	30.193	81.898	39.356	5.109	19,29%	52,31%	25,14%	3,26%
Grandes Rios	27.912	46.832	34.245	5.163	24,45%	41,03%	30,00%	4,52%
Guaíra	141.154	137.786	452.224	84.984	17,30%	16,88%	55,41%	10,41%
Guairacá	30.720	85.461	44.066	18.397	17,20%	47,84%	24,67%	10,30%
Guamiranga	35.167	105.999	32.692	10.687	19,06%	57,44%	17,71%	5,79%
Guapirama	20.028	51.620	25.285	9.095	18,89%	48,69%	23,85%	8,58%
Guaporema	13.914	27.178	9.144	2.198	26,54%	51,83%	17,44%	4,19%
Guaraci	25.543	36.772	25.950	9.009	26,26%	37,80%	26,68%	9,26%
Guaraniaçu	61.292	129.282	116.853	17.279	18,88%	39,82%	35,99%	5,32%
Guarapuava	710.815	346.126	2.645.427	917.441	15,39%	7,49%	57,26%	19,86%
Guaraqueçaba	37.304	28.761	27.373	6.172	37,45%	28,87%	27,48%	6,20%
Guaratuba	169.167	54.635	384.929	86.816	24,32%	7,85%	55,34%	12,48%
Honório Serpa	26.252	78.818	40.258	20.021	15,88%	47,67%	24,35%	12,11%
Ibaiti	111.549	120.672	261.938	49.076	20,53%	22,21%	48,22%	9,03%
Ibema	28.320	34.741	46.159	18.441	22,18%	27,21%	36,16%	14,45%
Ibiporã	239.342	59.365	1.212.336	471.992	12,07%	2,99%	61,14%	23,80%
Icaraíma	37.159	59.216	67.472	23.635	19,82%	31,58%	35,99%	12,61%
Iguaraçu	25.151	44.226	47.434	8.765	20,03%	35,22%	37,77%	6,98%
Iguatu	12.877	30.413	14.068	2.375	21,56%	50,91%	23,55%	3,98%
Imbaú	49.450	33.868	70.260	34.898	26,24%	17,97%	37,28%	18,52%
Imbituva	122.258	211.911	207.903	135.997	18,03%	31,25%	30,66%	20,06%
Inácio Martins	46.806	48.558	40.978	12.350	31,48%	32,66%	27,56%	8,31%
Inajá	16.571	22.261	11.006	2.594	31,60%	42,46%	20,99%	4,95%
Indianópolis	23.420	26.896	142.419	265.995	5,11%	5,86%	31,05%	57,99%
Ipiranga	67.210	183.407	101.369	23.255	17,91%	48,88%	27,01%	6,20%
Iporã	58.319	84.139	138.830	53.488	17,42%	25,13%	41,47%	15,98%
Iracema do Oeste	13.779	32.311	22.044	3.025	19,36%	45,41%	30,98%	4,25%
Irati	232.771	254.336	706.912	208.348	16,60%	18,14%	50,41%	14,86%
Iretama	45.872	68.699	88.917	8.219	21,67%	32,45%	42,00%	3,88%
Itaguajé	22.723	37.866	24.719	3.481	25,59%	42,65%	27,84%	3,92%
Itaipulândia	55.559	77.014	111.148	90.399	16,63%	23,05%	33,27%	27,06%
Itambaracá	28.605	39.712	39.315	9.701	24,38%	33,85%	33,51%	8,27%
Itambé	27.652	56.034	69.181	7.596	17,23%	34,92%	43,11%	4,73%
Itapejara d'Oeste	48.224	88.675	176.735	116.644	11,21%	20,61%	41,07%	27,11%
Itaperuçu	102.976	20.748	184.997	109.981	24,59%	4,96%	44,18%	26,27%
Itaúna do Sul	17.149	13.370	29.837	5.395	26,08%	20,33%	45,38%	8,21%
Ivaí	53.272	117.620	78.555	19.231	19,83%	43,78%	29,24%	7,16%
Ivaiporã	128.742	68.555	409.099	43.658	19,80%	10,55%	62,93%	6,72%
Ivaté	34.385	46.898	55.251	46.207	18,82%	25,66%	30,23%	25,29%
Ivatuba	17.296	33.373	46.799	3.818	17,08%	32,95%	46,20%	3,77%
Jaboti	23.515	32.179	21.451	5.366	28,50%	39,00%	26,00%	6,50%
Jacarezinho	169.487	135.964	486.589	244.956	16,34%	13,11%	46,92%	23,62%
Jaguapitã	61.220	72.545	241.146	286.630	9,25%	10,97%	36,45%	43,33%
Jaguariaíva	145.704	127.627	335.432	548.119	12,59%	11,03%	28,99%	47,38%
Jandaia do Sul	88.312	33.150	304.124	97.296	16,89%	6,34%	58,16%	18,61%

(continuação)

Município	Média deflacionada do Valor Adicionado por setor				Participação no Valor Adicionado por setor			
	Administração Pública	Agro	Comércio E Serviços	Indústria	Administração Pública	Agro	Comércio e Serviços	Indústria
Janiópolis	29.047	77.477	46.797	6.391	18,19%	48,51%	29,30%	4,00%
Japira	22.829	50.992	17.952	3.780	23,89%	53,37%	18,79%	3,96%
Japurá	39.480	42.835	81.474	22.919	21,15%	22,94%	43,64%	12,28%
Jardim Alegre	49.668	57.002	95.132	12.306	23,20%	26,62%	44,43%	5,75%
Jardim Olinda	10.660	16.090	6.482	1.699	30,52%	46,06%	18,56%	4,86%
Jataizinho	50.124	27.250	80.938	17.122	28,57%	15,53%	46,14%	9,76%
Jesuítas	39.612	88.912	105.735	60.716	13,43%	30,14%	35,85%	20,58%
Joaquim Távora	49.241	51.659	199.961	173.167	10,39%	10,90%	42,18%	36,53%
Jundiá do Sul	18.059	59.647	14.611	3.652	18,82%	62,15%	15,22%	3,81%
Juranda	32.609	111.781	149.460	11.850	10,67%	36,57%	48,89%	3,88%
Jussara	31.207	52.166	99.914	8.202	16,30%	27,24%	52,18%	4,28%
Kaloré	20.997	29.574	33.535	4.215	23,77%	33,48%	37,97%	4,77%
Lapa	205.710	286.903	576.792	506.508	13,05%	18,21%	36,60%	32,14%
Laranjal	26.604	35.939	13.765	2.285	33,85%	45,73%	17,51%	2,91%
Laranjeiras do Sul	131.441	103.146	330.806	71.353	20,64%	16,20%	51,95%	11,21%
Leópolis	22.349	66.378	22.151	5.029	19,28%	57,27%	19,11%	4,34%
Lidianópolis	18.926	27.718	22.193	6.517	25,12%	36,78%	29,45%	8,65%
Lindoeeste	25.616	59.787	60.716	11.851	16,22%	37,85%	38,44%	7,50%
Loanda	94.977	42.665	224.485	91.747	20,93%	9,40%	49,46%	20,21%
Lobato	24.554	47.627	54.218	38.065	14,93%	28,96%	32,97%	23,14%
Londrina	2.435.861	245.866	10.685.369	3.082.091	14,81%	1,49%	64,96%	18,74%
Luiziana	37.839	102.595	75.571	9.402	16,79%	45,52%	33,53%	4,17%
Lunardelli	23.654	21.089	22.505	3.273	33,54%	29,90%	31,91%	4,64%
Lupionópolis	24.275	17.976	38.390	5.184	28,28%	20,94%	44,73%	6,04%
Mallet	57.855	118.315	124.407	254.579	10,42%	21,31%	22,41%	45,86%
Mamborê	65.892	186.379	215.176	19.908	13,52%	38,24%	44,15%	4,08%
Mandaguaçu	92.047	82.382	232.698	52.405	20,03%	17,93%	50,64%	11,40%
Mandaguari	148.653	149.623	439.129	453.406	12,48%	12,56%	36,88%	38,08%
Mandirituba	104.589	108.375	191.108	102.508	20,65%	21,39%	37,73%	20,24%
Manfrinópolis	15.413	27.615	7.128	2.432	29,31%	52,51%	13,55%	4,62%
Mangueirinha	79.853	170.806	244.547	1.154.579	4,84%	10,35%	14,82%	69,98%
Manoel Ribas	57.667	112.359	139.580	20.064	17,49%	34,08%	42,34%	6,09%
Marechal Cândido Rondon	236.300	251.269	943.674	424.147	12,74%	13,54%	50,86%	22,86%
Maria Helena	25.079	42.562	22.001	7.871	25,72%	43,65%	22,56%	8,07%
Marialva	148.381	118.726	666.287	281.769	12,21%	9,77%	54,83%	23,19%
Mariilândia do Sul	38.681	104.169	92.100	12.972	15,60%	42,02%	37,15%	5,23%
Marilena	30.976	31.344	33.957	9.584	29,26%	29,61%	32,08%	9,05%
Mariluz	44.018	83.266	63.253	11.010	21,84%	41,31%	31,38%	5,46%
Maringá	1.727.043	88.492	9.369.541	2.954.376	12,21%	0,63%	66,27%	20,89%
Mariópolis	30.720	88.263	76.874	21.646	14,12%	40,58%	35,34%	9,95%
Maripá	30.819	153.937	110.161	40.872	9,18%	45,84%	32,81%	12,17%
Marmeleiro	61.876	100.563	165.130	37.759	16,94%	27,53%	45,20%	10,34%
Marquinho	21.946	36.667	15.195	2.608	28,72%	47,98%	19,88%	3,41%
Marumbi	22.602	20.069	19.379	2.520	35,00%	31,08%	30,01%	3,90%
Matelândia	78.330	133.253	234.967	209.829	11,93%	20,30%	35,80%	31,97%
Matinhos	155.994	1.088	663.339	69.350	17,53%	0,12%	74,55%	7,79%
Mato Rico	19.381	41.006	11.044	2.603	26,18%	55,39%	14,92%	3,52%
Mauá da Serra	43.930	52.670	91.131	54.006	18,17%	21,79%	37,70%	22,34%
Medianeira	190.920	117.812	783.144	383.464	12,94%	7,99%	53,08%	25,99%
Mercedes	30.113	60.852	69.964	19.426	16,70%	33,74%	38,79%	10,77%
Mirador	14.171	56.352	11.152	2.806	16,77%	66,70%	13,20%	3,32%
Miraselva	12.549	14.583	9.815	1.783	32,40%	37,65%	25,34%	4,60%
Missal	58.526	112.195	112.556	24.355	19,02%	36,47%	36,59%	7,92%
Moreira Sales	51.997	67.386	87.411	19.888	22,94%	29,73%	38,56%	8,77%
Morretes	74.530	48.433	128.491	28.653	26,61%	17,29%	45,87%	10,23%
Munhoz de Melo	19.809	42.002	16.001	3.327	24,41%	51,77%	19,72%	4,10%
Nossa Senhora das Graças	18.737	32.360	14.991	3.409	26,96%	46,56%	21,57%	4,91%
Nova Aliança do Ivaí	11.191	16.425	8.506	1.519	29,73%	43,64%	22,60%	4,04%
Nova América da Colina	18.353	35.140	19.301	9.328	22,35%	42,79%	23,50%	11,36%
Nova Aurora	52.248	198.507	184.171	45.884	10,87%	41,29%	38,30%	9,54%

(continuação)

Município	Média deflacionada do Valor Adicionado por setor				Participação no Valor Adicionado por setor			
	Administração Pública	Agro	Comércio E Serviços	Indústria	Administração Pública	Agro	Comércio e Serviços	Indústria
Nova Cantu	27.751	85.957	64.566	7.436	14,94%	46,29%	34,77%	4,00%
Nova Esperança	114.952	79.244	311.451	96.369	19,09%	13,16%	51,73%	16,01%
Nova Esperança do Sudoeste	24.838	45.989	21.119	6.800	25,15%	46,57%	21,39%	6,89%
Nova Fátima	37.431	56.110	82.887	17.262	19,33%	28,97%	42,79%	8,91%
Nova Laranjeiras	49.116	83.375	46.590	7.332	26,35%	44,73%	24,99%	3,93%
Nova Londrina	54.631	24.770	143.779	52.063	19,85%	9,00%	52,24%	18,92%
Nova Olímpia	24.558	18.303	24.371	4.175	34,39%	25,63%	34,13%	5,85%
Nova Prata do Iguaçu	49.883	118.301	90.462	25.516	17,55%	41,63%	31,83%	8,98%
Nova Santa Bárbara	20.095	23.383	21.973	4.164	28,87%	33,59%	31,56%	5,98%
Nova Santa Rosa	37.900	104.374	115.644	27.629	13,27%	36,55%	40,50%	9,68%
Nova Tebas	32.437	54.529	28.693	4.036	27,10%	45,56%	23,97%	3,37%
Novo Itacolomi	16.254	26.231	11.195	4.462	27,96%	45,12%	19,25%	7,67%
Ortigueira	109.160	209.939	222.426	588.536	9,66%	18,58%	19,68%	52,08%
Ourizona	17.389	43.269	27.998	4.076	18,75%	46,66%	30,19%	4,40%
Ouro Verde do Oeste	29.067	73.928	42.794	10.977	18,54%	47,16%	27,30%	7,00%
Paçandu	153.502	40.217	408.278	88.403	22,23%	5,83%	59,14%	12,80%
Palmas	182.067	105.865	460.929	216.975	18,85%	10,96%	47,72%	22,46%
Palmeira	144.565	332.284	409.756	291.080	12,28%	28,22%	34,79%	24,72%
Palmital	62.025	66.882	87.962	13.635	26,91%	29,02%	38,16%	5,92%
Palotina	142.071	292.616	882.376	412.667	8,21%	16,92%	51,01%	23,86%
Paraíso do Norte	54.054	35.504	134.832	72.079	18,23%	11,98%	45,48%	24,31%
Paranacity	47.527	58.450	106.619	75.005	16,53%	20,32%	37,07%	26,08%
Paranaguá	699.960	9.193	3.962.695	2.126.668	10,30%	0,14%	58,29%	31,28%
Paranapoema	15.386	25.514	13.041	2.010	27,50%	45,60%	23,31%	3,59%
Paranavaí	344.083	172.461	1.126.148	380.592	17,01%	8,52%	55,66%	18,81%
Pato Bragado	30.290	48.685	42.719	19.041	21,52%	34,59%	30,35%	13,53%
Pato Branco	356.640	230.005	1.651.459	726.904	12,03%	7,76%	55,70%	24,52%
Paula Freitas	26.719	92.941	87.296	17.917	11,88%	41,33%	38,82%	7,97%
Paulo Frontin	29.879	145.692	62.553	18.694	11,63%	56,73%	24,36%	7,28%
Peabiru	59.394	99.138	116.186	12.727	20,66%	34,49%	40,42%	4,43%
Perobal	28.093	73.825	36.097	12.813	18,63%	48,95%	23,93%	8,50%
Pérola	50.586	38.333	98.702	149.101	15,02%	11,38%	29,31%	44,28%
Pérola d'Oeste	27.529	59.592	54.930	6.324	18,55%	40,16%	37,02%	4,26%
Piên	54.184	125.400	121.618	311.656	8,84%	20,46%	19,84%	50,85%
Pinhais	534.459	1.324	2.837.228	1.082.405	12,00%	0,03%	63,68%	24,29%
Pinhal de São Bento	13.289	22.829	8.397	1.837	28,67%	49,25%	18,12%	3,96%
Pinhalão	28.772	68.527	37.059	19.234	18,73%	44,62%	24,13%	12,52%
Pinhão	135.009	177.047	184.909	1.360.384	7,27%	9,53%	9,96%	73,24%
Pirai do Sul	111.681	204.633	175.948	142.028	17,61%	32,26%	27,74%	22,39%
Piraquara	413.085	32.187	436.228	158.494	39,72%	3,09%	41,95%	15,24%
Pitanga	128.311	217.661	342.017	70.731	16,91%	28,69%	45,08%	9,32%
Pitangueiras	17.781	30.735	14.251	2.793	27,12%	46,88%	21,74%	4,26%
Planaltina do Paraná	20.546	26.997	27.436	15.757	22,64%	29,75%	30,24%	17,37%
Planalto	53.947	88.492	97.808	33.744	19,69%	32,30%	35,70%	12,32%
Ponta Grossa	1.360.206	271.841	5.759.207	3.945.021	12,00%	2,40%	50,80%	34,80%
Pontal do Paraná	112.833	2.278	249.707	70.941	25,89%	0,52%	57,30%	16,28%
Porecatu	57.264	31.216	134.385	391.945	9,31%	5,08%	21,86%	63,75%
Porto Amazonas	22.023	26.152	22.547	25.932	22,79%	27,06%	23,33%	26,83%
Porto Barreiro	17.626	43.747	18.948	3.035	21,15%	52,48%	22,73%	3,64%
Porto Rico	16.663	14.674	23.420	3.541	28,58%	25,17%	40,17%	6,07%
Porto Vitória	21.481	18.475	12.291	3.492	38,54%	33,15%	22,05%	6,26%
Prado Ferreira	19.315	27.500	28.999	16.337	20,96%	29,84%	31,47%	17,73%
Pranchita	25.635	65.699	70.985	13.230	14,60%	37,42%	40,44%	7,54%
Presidente Castelo Branco	23.102	34.026	36.661	7.694	22,76%	33,53%	36,13%	7,58%
Primeiro de Maio	49.478	82.895	108.714	12.734	19,49%	32,66%	42,83%	5,02%
Prudentópolis	206.263	318.115	379.469	81.113	20,94%	32,30%	38,53%	8,24%
Quarto Centenário	23.701	108.305	59.444	17.880	11,32%	51,74%	28,40%	8,54%
Quatiguá	34.659	26.588	82.202	15.717	21,78%	16,70%	51,65%	9,87%
Quatro Barras	115.528	5.056	511.617	341.849	11,86%	0,52%	52,52%	35,10%
Quatro Pontes	20.661	67.843	42.452	18.321	13,84%	45,45%	28,44%	12,27%
Quedas do Iguaçu	134.813	113.909	230.929	739.193	11,06%	9,35%	18,95%	60,65%
Querência do Norte	53.145	58.217	64.560	12.913	28,14%	30,83%	34,19%	6,84%
Quinta do Sol	23.972	71.886	55.690	6.068	15,21%	45,61%	35,33%	3,85%

(continuação)

Município	Média deflacionada do Valor Adicionado por setor				Participação no Valor Adicionado por setor			
	Administração Pública	Agro	Comércio E Serviços	Indústria	Administração Pública	Agro	Comércio e Serviços	Indústria
Quitandinha	75.584	94.510	99.711	15.920	26,45%	33,08%	34,90%	5,57%
Ramilândia	21.558	38.668	17.436	3.304	26,63%	47,76%	21,53%	4,08%
Rancho Alegre	19.090	47.246	23.402	5.876	19,97%	49,41%	24,48%	6,15%
Rancho Alegre D'Oeste	16.467	66.970	34.477	14.363	12,45%	50,63%	26,06%	10,86%
Realeza	68.646	97.925	298.248	58.270	13,12%	18,72%	57,02%	11,14%
Rebouças	61.711	128.114	82.477	39.575	19,79%	41,08%	26,45%	12,69%
Renascença	30.797	108.618	80.413	15.041	13,11%	46,25%	34,24%	6,40%
Reserva	107.025	194.917	179.063	48.926	20,20%	36,78%	33,79%	9,23%
Reserva do Iguaçu	36.488	65.676	27.338	13.669	25,49%	45,87%	19,09%	9,55%
Ribeirão Claro	53.068	58.111	91.546	260.871	11,45%	12,53%	19,75%	56,27%
Ribeirão do Pinhal	53.228	51.122	84.060	15.071	26,16%	25,12%	41,31%	7,41%
Rio Azul	62.480	247.083	100.829	44.052	13,75%	54,37%	22,19%	9,69%
Rio Bom	17.465	24.088	12.988	2.482	30,63%	42,24%	22,78%	4,35%
Rio Bonito do Iguaçu	57.842	111.673	79.395	11.086	22,25%	42,95%	30,54%	4,26%
Rio Branco do Ivaí	20.186	28.123	26.719	4.975	25,23%	35,15%	33,40%	6,22%
Rio Branco do Sul	139.776	41.119	238.223	522.085	14,85%	4,37%	25,31%	55,47%
Rio Negro	138.391	126.654	361.081	277.072	15,32%	14,02%	39,98%	30,68%
Rolândia	276.161	200.659	959.057	770.593	12,52%	9,09%	43,47%	34,92%
Roncador	47.843	156.302	124.260	18.822	13,78%	45,01%	35,79%	5,42%
Rondon	41.702	62.011	82.718	63.999	16,65%	24,76%	33,03%	25,56%
Rosário do Ivaí	24.430	26.829	22.301	6.498	30,52%	33,51%	27,86%	8,12%
Sabáudia	32.715	49.012	158.227	84.017	10,10%	15,13%	48,84%	25,93%
Salgado Filho	19.884	46.740	26.337	3.050	20,71%	48,68%	27,43%	3,18%
Salto do Itararé	22.595	46.493	18.382	3.717	24,78%	50,99%	20,16%	4,08%
Salto do Lontra	62.067	122.509	107.062	27.540	19,45%	38,38%	33,54%	8,63%
Santa Amélia	17.395	17.809	21.316	9.379	26,40%	27,02%	32,35%	14,23%
Santa Cecília do Pavão	17.383	25.015	43.343	14.698	17,31%	24,91%	43,15%	14,63%
Santa Cruz de Monte Castelo	35.713	106.438	89.052	15.884	14,45%	43,08%	36,04%	6,43%
Santa Fé	48.057	55.379	92.734	19.850	22,25%	25,64%	42,93%	9,19%
Santa Helena	125.457	230.472	301.517	123.300	16,07%	29,52%	38,62%	15,79%
Santa Inês	11.795	17.857	8.491	3.036	28,64%	43,36%	20,62%	7,37%
Santa Isabel do Ivaí	38.570	36.438	70.249	14.708	24,11%	22,78%	43,92%	9,19%
Santa Izabel do Oeste	56.501	86.613	104.545	17.229	21,33%	32,70%	39,47%	6,50%
Santa Lúcia	19.468	40.938	27.419	15.018	18,93%	39,81%	26,66%	14,60%
Santa Maria do Oeste	45.427	68.097	46.237	9.707	26,81%	40,18%	27,28%	5,73%
Santa Mariana	49.214	112.575	114.703	22.361	16,47%	37,67%	38,38%	7,48%
Santa Mônica	18.925	26.873	14.950	8.207	27,45%	38,97%	21,68%	11,90%
Santa Tereza do Oeste	48.440	87.032	110.770	80.199	14,84%	26,66%	33,93%	24,57%
Santa Terezinha de Itaipu	99.685	68.186	240.305	60.808	21,26%	14,54%	51,24%	12,97%
Santana do Itararé	23.450	47.749	19.705	3.771	24,77%	50,43%	20,81%	3,98%
Santo Antônio da Platina	180.355	125.501	491.033	108.366	19,92%	13,86%	54,24%	11,97%
Santo Antônio do Caiuá	15.891	15.456	10.435	2.045	36,26%	35,27%	23,81%	4,67%
Santo Antônio do Paraíso	15.926	27.283	14.756	5.296	25,18%	43,13%	23,33%	8,37%
Santo Antônio do Sudoeste	81.658	135.576	178.951	55.964	18,06%	29,98%	39,58%	12,38%
Santo Inácio	30.377	53.542	108.656	151.148	8,84%	15,58%	31,61%	43,97%
São Carlos do Ivaí	31.280	39.376	66.547	111.375	12,58%	15,84%	26,77%	44,80%
São Jerônimo da Serra	49.165	81.488	57.434	7.308	25,16%	41,70%	29,39%	3,74%
São João	48.152	120.425	252.550	167.387	8,18%	20,46%	42,91%	28,44%
São João do Caiuá	27.063	31.089	27.675	13.516	27,24%	31,29%	27,86%	13,61%
São João do Ivaí	46.656	57.920	110.293	9.829	20,76%	25,78%	49,08%	4,37%
São João do Triunfo	59.914	287.391	75.749	19.851	13,53%	64,89%	17,10%	4,48%
São Jorge do Ivaí	26.506	106.646	101.686	8.106	10,91%	43,90%	41,86%	3,34%

conclusão)

Município	Média deflacionada do Valor Adicionado por setor				Participação no Valor Adicionado por setor			
	Administração Pública	Agro	Comércio E Serviços	Indústria	Administração Pública	Agro	Comércio e Serviços	Indústria
São Jorge do Patrocínio	32.721	28.808	30.397	12.049	31,47%	27,71%	29,23%	11,59%
São Jorge d'Oeste	45.875	101.882	73.350	16.995	19,27%	42,79%	30,81%	7,14%
São José da Boa Vista	29.739	85.128	26.086	7.387	20,05%	57,39%	17,59%	4,98%
São José das Palmeiras	18.663	35.904	19.041	4.844	23,79%	45,77%	24,27%	6,17%
São José dos Pinhais	1.467.473	420.174	8.037.980	5.552.093	9,48%	2,71%	51,93%	35,87%
São Manoel do Paraná	15.602	19.583	9.724	2.521	32,89%	41,29%	20,50%	5,32%
São Mateus do Sul	180.113	305.494	432.471	175.563	16,47%	27,93%	39,54%	16,05%
São Miguel do Iguaçu	137.998	261.472	428.306	93.592	14,98%	28,38%	46,49%	10,16%
São Pedro do Iguaçu	28.542	68.420	62.928	5.868	17,22%	41,28%	37,96%	3,54%
São Pedro do Ivaí	45.360	49.631	94.150	50.159	18,96%	20,74%	39,34%	20,96%
São Pedro do Paraná	15.053	16.521	16.559	13.859	24,28%	26,65%	26,71%	22,36%
São Sebastião da Amoreira	38.957	51.487	77.150	7.741	22,22%	29,36%	44,00%	4,41%
São Tomé	28.624	47.148	43.517	33.019	18,79%	30,96%	28,57%	21,68%
Sapopema	30.499	29.432	22.986	9.876	32,87%	31,72%	24,77%	10,64%
Sarandi	355.284	74.854	684.761	180.721	27,42%	5,78%	52,85%	13,95%
Saudade do Iguaçu	37.569	29.478	32.305	694.217	4,73%	3,71%	4,07%	87,48%
Sengés	78.517	132.765	102.507	100.943	18,93%	32,01%	24,72%	24,34%
Serranópolis do Iguaçu	26.045	94.567	47.669	11.425	14,49%	52,62%	26,53%	6,36%
Sertaneja	31.164	99.908	99.564	11.802	12,85%	41,21%	41,07%	4,87%
Sertãozinho	75.509	90.124	245.075	100.359	14,77%	17,63%	47,95%	19,64%
Siqueira Campos	84.630	75.622	185.123	82.663	19,77%	17,67%	43,25%	19,31%
Sulina	17.760	48.541	19.240	3.079	20,04%	54,77%	21,71%	3,47%
Tamarana	57.807	86.590	78.023	24.368	23,42%	35,09%	31,62%	9,87%
Tamboara	24.137	32.724	25.851	13.201	25,17%	34,12%	26,95%	13,76%
Tapejara	74.942	75.907	150.677	115.980	17,95%	18,18%	36,09%	27,78%
Tapira	27.063	38.885	38.246	8.619	23,99%	34,47%	33,90%	7,64%
Teixeira Soares	52.223	170.021	75.186	16.015	16,66%	54,24%	23,99%	5,11%
Telêmaco Borba	326.073	112.355	877.420	1.845.345	10,31%	3,55%	27,76%	58,37%
Terra Boa	71.274	87.424	132.446	78.106	19,30%	23,68%	35,87%	21,15%
Terra Rica	72.297	75.986	110.462	51.331	23,32%	24,51%	35,62%	16,55%
Terra Roxa	78.845	203.013	239.261	71.252	13,31%	34,27%	40,39%	12,03%
Tibagi	95.926	476.703	225.961	45.012	11,37%	56,51%	26,79%	5,34%
Tijucas do Sul	69.000	55.022	183.238	26.602	20,67%	16,48%	54,88%	7,97%
Toledo	603.596	536.461	2.380.910	1.357.287	12,37%	11,00%	48,81%	27,82%
Tomazina	34.226	72.972	42.978	14.453	20,79%	44,33%	26,11%	8,78%
Três Barras do Paraná	56.865	126.198	78.358	27.739	19,67%	43,64%	27,10%	9,59%
Tunas do Paraná	32.235	18.919	30.690	15.907	32,98%	19,35%	31,40%	16,27%
Tuneiras do Oeste	38.058	82.264	43.358	11.810	21,69%	46,88%	24,71%	6,73%
Tupãssi	39.639	117.752	122.643	17.286	13,33%	39,60%	41,25%	5,81%
Turvo	59.238	72.651	87.438	136.687	16,64%	20,41%	24,56%	38,39%
Ubiratã	96.226	246.481	368.075	117.287	11,62%	29,77%	44,45%	14,16%
Umuarama	433.529	113.843	1.817.653	481.350	15,23%	4,00%	63,86%	16,91%
União da Vitória	246.086	40.529	684.351	311.366	19,19%	3,16%	53,37%	24,28%
Uniflor	15.372	24.014	14.270	2.599	27,33%	42,69%	25,37%	4,62%
Uraí	45.534	58.750	97.582	25.244	20,05%	25,87%	42,97%	11,12%
Ventania	47.850	95.224	58.930	17.152	21,83%	43,45%	26,89%	7,83%
Vera Cruz do Oeste	37.945	109.627	71.198	9.580	16,62%	48,01%	31,18%	4,20%
Verê	35.379	96.758	98.873	24.876	13,83%	37,81%	38,64%	9,72%
Virmond	20.063	32.462	23.483	14.148	22,25%	36,01%	26,05%	15,69%
Vitorino	33.175	124.699	138.706	24.440	10,33%	38,84%	43,21%	7,61%
Wenceslau Braz	74.465	91.399	246.928	26.494	16,95%	20,81%	56,21%	6,03%
Xambrê	24.637	31.471	20.769	3.840	30,52%	38,99%	25,73%	4,76%

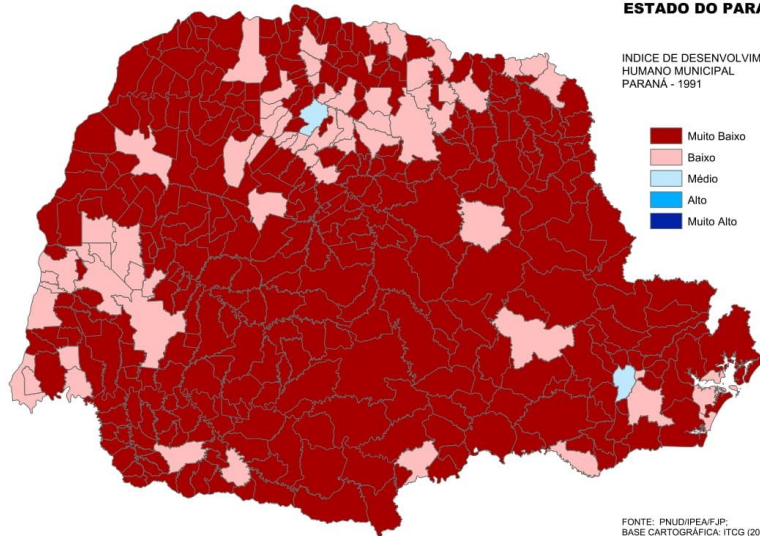
Fonte: IBGE (2018), Iparde (2018).

Nota: Elaborado pelo autor.

**ANEXO F – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DO
ESTADO DO PARANA: 1991 – 2001 - 2010**

ESTADO DO PARANÁ

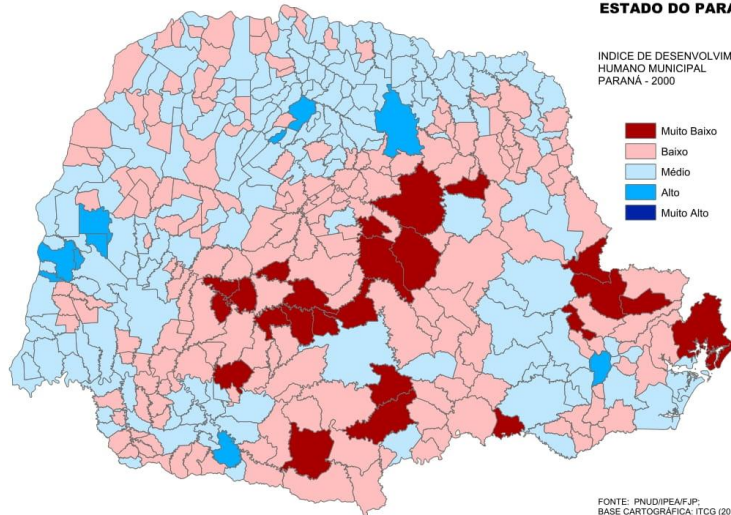
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO MUNICIPAL
PARANÁ - 1991



FONTE: PNUI/PEAF/JP;
BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010)

ESTADO DO PARANÁ

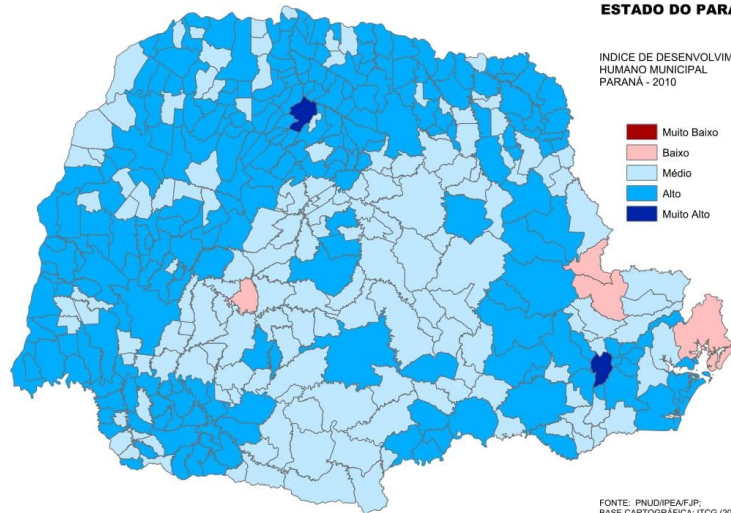
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO MUNICIPAL
PARANÁ - 2000



FONTE: PNUI/PEAF/JP;
BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010)

ESTADO DO PARANÁ

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO MUNICIPAL
PARANÁ - 2010



FONTE: PNUI/PEAF/JP;
BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010)

ANEXO G – TERMO DE AUTORIZAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

Pesquisa de Campo de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutor em Geografia de LUIS ANTONIO MELLO.

Profº Orientador: Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO RURAL E PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente eu _____, portador do RG sob o nº _____ autorizo a divulgação da publicação das informações por mim fornecidas no questionário realizado no dia ____/____/____ pelo entrevistador LUÍS ANTÔNIO MELLO, doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG a serem expostas na tese intitulada DESENVOLVIMENTO RURAL E PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DA MICRORREGIÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA – PR. A presente entrevista é parte integrante da Tese de Doutorado do doutorando Luís Antônio Mello e as informações obtidas por meio desta entrevista somente poderão ser utilizadas para este propósito.

_____, ____ de ____ 20 ____.

Assinatura: _____